

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sílvio Augusto de Carvalho

Fósforo branco nos céus de Gaza:

Interdito e manipulação na cobertura jornalística do massacre de palestinos

JUIZ DE FORA
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Sílvia Augusto de Carvalho

Fósforo branco nos céus de Gaza:

Interdito e manipulação na cobertura jornalística do massacre de palestinos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. André Moysés Gaio

Juiz de Fora
2010

Sílvio Augusto de Carvalho

**Fósforo branco nos céus de Gaza: INTERDITO E MANIPULAÇÃO NA
COBERTURA JORNALÍSTICA DO MASSACRE DE PALESTINOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 30 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Moysés Gaio (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga
Universidade Estadual de Santa Cruz

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Universidade Federal de Juiz de Fora

Ao meu primeiro orientador, Gilberto Barbosa Salgado (*in memoriam*) e à Adriane Halfeld e Cristóvão Rocha, sem os quais este pequeno trabalho não teria sido possível – toda a minha humana gratidão.

Epígrafe

In the end the Palestinian mission comes down to individuals – whether it be a leader like Yasir Arafat, or a poet like Sami al Qassem, or anyone of thousands of dedicated men and women in Lebanon, Gaza, Nazareth, or Detroit – who by standing before the world and before Zionism can ask the question, are you going to eradicate me to make way for someone else, and if so what right do you have to do so?

Edward Said, *The Question of Palestine*

Por quê? Por que não podemos acatar as regras da Guerra que com razão exigimos que os outros obedeçam? Por que os jornalistas – sempre a mesma coisa, uma guerra após outra – colaboram com esta imoralidade transformando um ato desapiedado, cruel e ilegal em um “novo giro” ou em “material sensível ao fator tempo”? As guerras têm o costume de transformar pessoas normalmente sensatas em animadoras, de transformar jornalistas racionais em horríveis e pedantes coronéis imaginários. Porém, não resta dúvida de que todos deveríamos carregar a Convenção de Genebra para ir à guerra, junto com os livros de história.

Robert Fisk, *A Grande Guerra pela Civilização: a Conquista do Oriente Médio*

Quando a esterilidade da redação de notícias não consegue ligar os eventos políticos e sociais às forças reais que atuam na sociedade, acaba produzindo algo pior que o “nada”.

Ben H. Bagdikian, *O Monopólio da Mídia*

AGRADECIMENTOS

À Pró-reitoria de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) pela bolsa de incentivo que, de fato, tornou este trabalho possível.

Ao Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais pela possibilidade de realizar meu tão sonhado mestrado.

Ao professor Doutor André Moysés Gaio que se dignou a concluir o processo de minha orientação, tendo em vista o falecimento do já saudoso professor Doutor Gilberto Barbosa Salgado – meu primeiro orientador.

Ao professor Doutor Rubem Barboza Filho, coordenador deste departamento, por ter participado de minha banca de qualificação.

A meu colega Eduardo Benini pelo envio de ensaios de análise fundamentais para a compreensão do pensamento de Michel Foucault.

À minha colega Ellen Rodrigues pelo companheirismo, compreensão e pelas tostoianas conversas.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é o de analisar o modo como os meios de comunicação de massa, especificamente o New York Times (NYT) e o Wall Street Journal (WSJ), construíram suas representações sobre a invasão israelense da Faixa de Gaza entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Pretendemos mostrar como os jornais, na sua versão on-line, não são apenas espaços sociais de conflito, mas armas de legitimação de guerras e invasões, na medida em que tendem a construir visões de mundo legitimadoras da ordem vigente. Neste sentido, tais visões são perpassadas pela redução da figura do oponente cujo valor é, por isso, nivelado a seu âmbito biológico. O outro passa a ser visto em termos biopolíticos, isto é, raciais, o que possibilita manobras e controles sobre sua imagem e, portanto, sobre as estratégias bélicas. Ao contribuir para consolidar e naturalizar a visão de mundo dos dominantes, os meios de comunicação de massa atuam sobre a dissolução da Memória Política, determinando os limites do pensamento dentro dos quais o último conflito se deu. A questão da independência da Palestina estaria – dentro de nossa hipótese –, portanto, atrelada à agenda sionista, movimento que se consolidou na busca de uma sociedade judaica racialmente pura. Para isto, usamos conceitos de Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Immanuel Wallerstein, na medida em que a microfísica do poder não pode ser vista fora do sistema capitalista moderno, calcado em uma hierarquia de países no plano internacional.

Palavras-chave: Israel – Palestina – guerra – meios de comunicação de massa – hegemonia – biopolítica – luta simbólica

ABSTRACT

This paper's goal is to analyze the way through which american mass media, especially The New York Times (NYT) and The Wall Street Journal (WSJ), created their representations about the last Israeli invasion in Gaza Strip, between December (2008) and January (2009). We intend to show how the newspapers (on line version) not only are social spaces of conflict, but also tools used to give legitimacy to the status quo. Taking that into account, those visions try to reduce the figure of the opponent whose meaning is, because of this process, reduced to his or her biological dimension. The other is seeing through a biopolitical view, we mean, in racial terms, which helps to control his or her image and, in turn, take control over war's strategic that focus on them. Bearing in mind that the newspapers contribute to consolidate and naturalize the powerful's world vision, they work to dissolve the Political Memory, determining the epistemological limits of the discussion about the last conflict. The question of Palestine would remain, therefore, - according to our hypothesis - controlled to the Zionist's agenda, movement that consolidated itself defending a pure Jewish society. We, basically, used Michel Foucault, Pierre Bourdieu and Immanuel Wallerstein's concepts as the traditional concept of power can not be seen out of the modern capitalist system, based in a hierarchy of countries in the international arena.

Key Words: Israel – Palestine – war – mass media – hegemony – biopolitics – symbolical fight

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 GENEALOGIA E LUTA SIMBÓLICA	18
2.1 Modelos de Análise de Poder.....	20
2.2 Mecanismos de Controle.....	23
2.3 População e Arte de Governar.....	29
2.4 Elaboração Conceitual.....	33
2.5 Disparem em Michel Foucault.....	42
2.6 Mídia e Controle Populacional.....	47
2.7 A Noção de campo.....	50
2.8 Caso Particular do Possível.....	54
2.9 Campo Político.....	55
2.10 Esfera Pública.....	59
2.11 Sistema-mundo.....	65
2.12 Um novo conceito de excedente.....	69
2.13 As Doutrinas.....	71
3 A HISTÓRIA DO PONTO DE VISTA DOS FRACOS.....	77
3.1 Sionismo.....	77
3.2 Declaração de Balfour.....	88
3.3 Um novo Confronto.....	91
3.4 Buscando Parceiros.....	93
3.5 Unilateralismo.....	94
3.6 Qual a melhor estratégia?.....	96
3.7 Kissinger.....	97
3.8 Anos setenta, a década perdida.....	100
3.9 O legado de Camp David.....	103
3.10 O Massacre.....	108
3.11 Intifada.....	115
3.12 Ciclos de Violência.....	116
3.13 Oslo, a derrocada para a geopolítica da moderna Palestina.....	118
3.14 Novos Acordos, o Tear de Penélope.....	124
3.15 O precedente sírio.....	129
3.16 Segunda Intifada.....	130
3.17 O Quarteto.....	135
3.18 Rede de Mentiras.....	141
3.19 O Relatório de Goldstone.....	146

4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PODER.....	149
4.1 Teorias da Comunicação.....	150
4.2 A construção simbólica do real.....	161
4.3 Corporação e neutralidade política.....	169
4.4 Mundo midiático, imagem e monopólio empresarial.....	173
4.5 Hegemonia e Cenário de Representação Política.....	176
4.6 Realidade virtual.....	180
4.7 Análise e Interditos.....	184
4.7.1. O Oriente Médio Hoje.....	184
4.7.2 A construção do discurso cristalino.....	187
4.7.3 As estratégias gramaticais de veto epistemológico.....	189
4.7.4. As técnicas de produção de sentido.....	193
4.7.5 Os designativos do NYT.....	199
4.7.6. Incursão, Agenda de Segurança e Nova Ordem.....	201
4.7.7 Os imperativos ético-morais e a existência de Israel.....	205
4.7.8 Termos bélicos e a Odisséia da ONU.....	208
4.7.9 Os indexadores bélicos.....	213
4.7.10 A construção do substrato mais elementar: o “terrorista”.....	220
4.8 -Análise Quantitativa.....	221
5- Considerações Finais.....	233
6- Referências Bibliográficas.....	250

Tabelas

Tabela 01 menção a Israel, Palestina e Hamas.....	222
Tabela 02 abordagem positiva e negativa.....	224
Tabela 03 menção a Estados Unidos e Casa Branca.....	224
Tabela 04 menção a Plano de Solução de conflito.....	225
Tabela 05 menção à posição americana no conflito.....	226
Tabela 06 menção ao cessar-fogo/trégua.....	226
Tabela 07 comutação de sujeito.....	228
Tabela 08 menção ao direito de defesa de Israel ou Hamas.....	228
Tabela 09 menção ao fósforo branco.....	229
Tabela 10 menção ao soldado combatente.....	229
Tabela 11 menção a palestinos ou israelenses.....	229
Tabela 12 menção ao Irã.....	230
Tabela 13 vocabulário bélico WSJ.....	230
Tabela 14 vocabulário bélico NYT.....	231
Tabela 15 categorias favoráveis/desfavoráveis.....	232

1 - Introdução

A questão Palestina permanece sem resolução. Desde 1947, quando da votação da partilha, o tema dos conflitos no Oriente Médio começou a aparecer na mídia, com mais intensidade, recebendo exaustiva cobertura. Primeiro, a guerra de 48; depois as de 56 e 67, seguidas pelos confrontos de 73 que, por sua vez, se desdobraram na invasão do Líbano, em 78. Tivemos, a seguir, a sangrenta guerra de 82, e uma série de invasões posteriores, ao longo da década de 90, que culminaram na operação “Vinhas da Ira”, em 96, com os terríveis massacres de Qana. Mais de 50 crianças foram mortas nesta pequena vila do sul do Líbano. Seja como for, a década de 70 marca a vitória da política de Henry Kissinger, na administração americana, vencendo seus oponentes internos, que propunham saídas baseadas na construção de dois Estados-nação soberanos. Com a vitória de Kissinger, se deu, por outro lado, o início de uma nova tradição, pautada em negociações bilaterais, fragilizando a posição da Síria, que defendia a resolução dos conflitos em blocos, encarnada no transarabismo. O Egito se isola politicamente do mundo árabe com os Acordos de Camp David (1977).

A consolidação desta linha conservadora contribuiu para definir, também, a política de unilateralismo israelense, cujo ponto histórico central foi marcado pelo ano de 1976, quando os países árabes, envolvidos no conflito, propuseram solução negociada. A posição pela paz em troca da devolução dos territórios ocupados foi legitimada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela comunidade internacional. Israel rejeita os acordos e, a partir deste lance, constrói sua própria política hegemônica na região, como potência a serviço dos interesses americanos no Oriente Médio. Apesar de, desde a década de 50, já haver discussões no interior da cúpula americana sobre a importância política de Israel, é partir dos conflitos de 67, que o Estado sionista se torna, tanto política quanto ideologicamente, um instrumento americano de conformação hegemônica na região mais rica em petróleo de todo mundo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, período em que os americanos respondiam pelo suprimento de grande parte do petróleo destinado à manutenção da frota aliada, a situação fica ainda mais dramática. As jazidas americanas começam a escassear, fato que contribui para uma profunda guinada na política externa do país, que decide fazer das reservas do Oriente Médio, em geral, e das sauditas, em particular, seu patrimônio. A política americana, a partir daí, consiste em usar o petróleo da região, evitando o desgaste ainda mais intenso do que restava de suas próprias jazidas.

O encontro de Roosevelt com o rei Ibn Saud, da Arábia Saudita, em 1945, logo após determinar a nova conformação mundial, em Yalta, com os vencedores da Segunda

Grande Guerra, deve ser visto sob esta perspectiva. A situação se torna ainda mais dramática, quando o nível das importações suplanta a barreira dos 50% de petróleo consumido. Podemos dizer que os americanos ultrapassaram esta “barreira psicológica”, em 1993. De qualquer forma, a queda na produção doméstica do produto já se fazia sentir desde 1972 ao mesmo tempo em que as importações cresciam sob ritmo acelerado. Na verdade, elas começam em 1940 e já, na década de 70, respondiam por quase 40% do total de petróleo consumido. Esta dependência desesperada por petróleo, considerado a maior fonte de poder do mundo pelos especialistas americanos na área, determinou e, em grande medida, conformou a política americana para o Oriente Médio. Vale acrescentar que, tendo em vista que os fenômenos são elementos multideterminados, o petróleo é apenas uma das variáveis em análise, que está sendo focada em nosso trabalho. Um dos desdobramentos mais importantes desta matriz política foi a consolidação dos laços com Israel, que se incumbiria de, em consonância com a visão dos EUA, estabelecer as bases do domínio americano permanente na região. Já em 1953, a administração americana, em conjunto com a britânica, havia apoiado o golpe de Estado que derrubaria o Primeiro Ministro iraniano, Mohammed Mossadegh, o que levaria o Xá, Reza Pavlev, ao poder. Poucos anos depois, o monarca pró-ocidental cairia sob a força da Revolução Iraniana, que colocaria o Aiatolá Komeine no governo. A invasão soviética do Afeganistão, por sua vez, ocorreria pouco tempo depois.

Grosso modo, este é o painel histórico na época moderna que consolidou as relações americano-israelenses. No entanto, desde finais do século XIX, os ingleses já apoiavam a migração populacional de judeus para a Palestina, dentro do espírito da Declaração de Balfour que via “com bons olhos” a construção de um “lar judeu” no território povoado por árabes. A migração foi, em grande parte, legitimada por um conjunto de idéias gerais sobre a necessidade de construção de uma pátria aos judeus, que os livrasse do jugo e preconceito dos europeus. Apesar de várias discussões terem levado em consideração a América do Sul e mesmo África, os primeiros sionistas decidiram pela Palestina. Portanto, nos seus primórdios, o Sionismo já nasce como matriz ideológica racista, na medida em que implica a construção de um Estado sobre os escombros de outra nação, cujos habitantes foram considerados “bárbaros” e “atrasados”. A visão de mundo sionista tem por princípio o cancelamento da existência do outro para a construção de um Estado racialmente puro. Ao mesmo tempo, o Sionismo foi, também, uma resposta de judeus cultos e assimilados pelo capitalismo europeu às massas populacionais famélicas que chegavam à Europa, fugindo das perseguições russas. Caso estes refugiados não fossem abrigados em seu próprio “lar”, a

situação dos judeus já estabilizados poderia ser posta em questão na Europa – como acabaria sendo, de qualquer forma, com o Holocausto. Portanto, o Sionismo deve ser pensado na sua qualidade racista dúplice: tanto contra judeus pobres como quanto árabes.

Na longa, densa e sangrenta história do Oriente Médio, esta matriz ideológica parece ter se articulado com a posição americana na região. Como os interesses dos EUA podem ser melhor compreendidos tendo em vista a sua inserção como potência no sistema-mundo, a mídia desempenha papel fundamental na construção e consolidação desta hegemonia. A mídia, neste sentido, pode ser pensada como o aparato que contribui para a naturalização da visão de mundo americana, determinada, grosso modo, por sua relação com o capitalismo. Compreendemos o sistema-mundo como o processo sócio-histórico de desenvolvimento do capitalismo desde o século XVI, que culminou com sua expansão por toda parte do globo. No interior deste sistema, foi construída a hierarquia de nações divididas entre as centrais e periféricas, categorias que devem, aqui, ser entendidas como unidades analíticas deste conjunto sócio-econômico e não como dimensão geográfica. Portanto, o sistema-mundo determinou a especialização das nações entre produtoras de matéria-prima e Estados tecnológicos de ponta, construindo uma verdadeira cadeia mercantil no interior do planeta. Sua manutenção, no entanto, é obtida por meio de processos hegemônicos que consolidam a visão de mundo, formulada no interior deste sistema, tornando-a naturalizada. Não há manutenção de relações de poder sócio-econômicas sem sua contrapartida simbólica.

Nossa hipótese é a de que, o Sionismo, que contribuiu para a construção do Estado de Israel como nação racialmente pura, pode ser encontrado na cobertura da invasão de Gaza seguida de massacre, de 2008/2009. No nosso entendimento, há indícios de Sionismo no modo como os jornais retrataram o último conflito, valorizando as vidas israelenses em detrimento das palestinas. Em outras palavras, por trás da cobertura pró-Israel, acreditamos haver uma visão de mundo muito mais complexa, cujas raízes estão calcadas na matriz de pensamento racista e colonial que está na base da criação do Estado judeu. No entanto, a formulação desta questão implica não apenas a compreensão de que deste arsenal ideológico está intrinsecamente ligado à mecânica operacional do sistema-mundo, mantida, em parte, pelos valores hegemônicos formulados e disseminados pelos meios de comunicação.

A mídia opera em um nível mais profundo como tecnologia permanente de poder, funcionando como dispositivo de controle populacional por meio da regulação de comportamentos. Neste sentido, ao se inscrever sobre a psique moderna, determinando os conflitos em termos de Agenda de Segurança, a mídia tende a contribuir para a construção de

uma visão de mundo reguladora, por meio do controle do medo e por sua inscrição sobre o racismo. Como a visão de mundo, daí engendrada, é fundamentalmente racista, a mídia estaria operando como dispositivo biopolítico – o controle sendo exercido, determinado e pensado em termos étnicos -, construindo o horizonte arqueológico mais abrangente daquilo que pode e não pode ser pensado. Ao interditar o criticamente pensável, a mídia estaria definindo, em grande parte, as condições de possibilidade através das quais vemos e pensamos os conflitos no Oriente Médio. Portanto, a questão consiste em verificar se a mídia estaria operando no sentido de formular visões de mundo biopolíticas, reproduzindo desta forma, as matrizes sionistas de Israel.

Duas grandes matrizes de pensamento foram usadas. A primeira, como dizemos, diz respeito ao sistema-mundo, no interior do qual a mídia, enquanto corporação se insere. Não há manutenção do sistema, essa hierarquia especializada de países, sem a formulação de uma visão de mundo condizente com seus valores mais profundos, que devem ser naturalizados. Por outro lado, nossa abordagem também procurou enfatizar o aspecto racista desta visão de mundo, entendendo a mídia como dispositivo de poder que contribui para influenciar comportamentos e psiques populacionais. Pensamos, portanto, a mídia como uma variável de peso relevante – entre várias outras – para a constituição da influência nos agentes sociais. Na formação destes grandes discursos de verdade, os aparelhos de comunicação estariam contribuindo para a formação de agendas de segurança em consonância com a ordem estabelecida. Ao retratar a “guerra” do ponto de vista sionista, a mídia – acreditamos – contribuiu para enquadrar o conflito em termos biopolíticos. Na construção destes regimes mais amplos de verdade, termos como “terrorismo” são objetos construídos para estabelecimento de redes de domínio, ao definirem, ao mesmo tempo, seu campo de atuação, de estudos e de intervenção. Procuramos, neste caso, não aceitar os objetos dados e os sistemas de pensamento nele implicados; ao contrário, por meio da genealogia histórica buscamos mostrar como a construção do “terrorismo” e da agenda de segurança é fruto de um longo processo histórico de controle hegemônico.

Tendo em vista a relação entre as duas vertentes, nossa aproximação do conflito busca articular diferentes perspectivas para a construção do objeto. O período histórico em que nos concentramos foi a “guerra” de Gaza entre 27 de dezembro de 2008 e 17 de janeiro de 2009. Neste sentido, nosso método de pesquisa consiste na análise do discurso, como estratégia de poder midiático, em nível internacional e também análise quantitativa das menções de termos fundamentais para a construção da imagem do conflito. Foram

selecionadas reportagens de dois grandes jornais americanos, o *New York Times* e o *Wall Street Journal*. A escolha se deu em virtude de alguns aspectos centrais referentes à importância destes órgãos de comunicação para o capitalismo moderno. O NYT é o maior jornal de todo Ocidente, cujas reportagens, acreditamos, tendem a contribuir, em linhas gerais, para estruturar e manter a visão de mundo condizente ao liberalismo. O veículo ainda é o maior meio de comunicação com o que, nos parece ser, ligações com o Partido Democrata que voltou ao poder com a eleição de Barak Obama. Ligações essas complexas e voláteis que devem ser estudadas a partir de casos precisos já que os partidos não são monólitos, blocos unitários e fechados. Já o WSJ, por sua vez, tende a expressar, das mais variadas formas, os princípios do liberalismo financeiro conservador. Nossa hipótese é a de que ele também teria ligações com o Partido Republicano. Portanto, ao apelarmos para a análise destes dois veículos, procuramos saber se a cobertura entre mídia democrata e republicana, porventura, apresentaria diferenças no que tange às representações do conflito no Oriente Médio.

No que diz respeito à metodologia empírica, fizemos uma pequena amostragem dos dois jornais que cobriu parte do período da “guerra”. Por meio de rastreamento, obtivemos 23 reportagens do NYT e 15 matérias do WSJ, que cobriram praticamente o mesmo número de dias. Algumas reportagens do NYT se referiam ao período posterior ao “conflito”, daí o maior número de reportagens do que de dias; em outros casos, as matérias eram da mesma data. Houve, também, alguns poucos artigos, selecionados em função da clareza com que explicitaram as visões dos veículos em questão. O material foi, primeiro, analisado qualitativamente por meio da análise do discurso; em seguida, procedemos a uma segunda análise, desta vez, quantitativa, que levou em consideração apenas as manchetes. Neste caso, fizemos o estudo dos títulos para determinar o número de menções de termos como “Israel”, “Hamás”, “batalha”, “incursão”, enfim, categorias analíticas que, nas manchetes, contribuíram para formar a visão do conflito. Foram 15 tabelas que levaram, também, em consideração as menções à Casa Branca, governo Georg Bush etc. Desta forma, quisemos articular à análise qualitativa clássica do conteúdo das reportagens as variações dos termos e o papel que desempenharam. Apesar de estar longe de ser exaustiva, a amostragem teve o mérito de fornecer alguns elementos recorrentes que os jornais utilizaram para o enquadramento do conflito.

Temos, como anexo, a relação de todas as manchetes e suas datas, além das pastas nas quais elas se encontram. Basicamente, dividimos os dois jornais em duas grandes áreas – NTY e on line (para o WSJ). O material está disponível no CD que contém reportagens tanto

do período da invasão quanto do final de 2009. No anexo, cada reportagem analisada vem com o número e o nome da pasta pertinente.

A importância da mídia no enquadramento dos conflitos na região é de suma importância para manutenção da estrutura econômica e financeira do sistema capitalista moderno. Usamos o ensaio *A Ordem do Discurso* como matriz metodológica geral, mas apreendendo o texto não apenas no seu caráter de “textualidade”, “intertextualidade”. Ao contrário, o jogo gramatical, o uso de substantivos, adjetivação, construção de sujeito oculto, discurso indireto, interdito e inversão de manchetes foram analisados como táticas políticas de construção de sentido. A suposta transparência do significante, sua relação direta entre as palavras e as coisas, que marca grande parte da história do pensamento ocidental, foi resgatada no sujeito histórico -, um conjunto de jornalistas a serviço de mídia, inseridas no sistema-mundo. Entre as palavras e as coisas, o sujeito histórico é perpassado por interesses e desejos de domínio permanente. Neste sentido, o texto jornalístico foi visto como dispositivo tático de poder que estaria (dentro de nossa hipótese) contribuindo para a reprodução da guerra em uma perspectiva biopolítica. Por isso, a análise textual foi concebida como recurso para a apreensão dos dispositivos táticos mais profundos e invisíveis. Enfim, a sedimentação do texto como estratégia de guerra a serviço do sistema-mundo, operacionalizado pela necessidade cada vez mais premente de domínio e manutenção de extração de recursos minerais.

No primeiro capítulo, abordamos o pensamento de Michel Foucault, especialmente a genealogia de suas últimas obras até chegarmos à biopolítica. Em seguida, acompanhamos alguns comentadores e as críticas mais frutíferas, focadas na diluição do conceito de classe. Depois, analisamos os conceitos básicos de Pierre Bourdieu e, fundamentalmente, o conceito de campo político como espaço que determina a extensão e possibilidade do universo do politicamente pensável. No final, usamos a conceito de esfera pública, de Habermas, pensado sob uma nova perspectiva, como dimensão social determinada por estruturas sociais e perpassada por redes de poder.

No segundo capítulo, ainda procedemos à reconstrução histórica do conflito Israel-Palestina, usando autores fundamentais para nossa dissertação. Entre eles, Edward Said, Noam Chomsky, Tania Reinhart, Joseph Massad e memorandos de diplomatas e juristas. No primeiro caso, lançamos mão do memorando secreto (que viria a ser publicado pela mídia) do diplomata Álvaro De Sotro sobre o papel das potências em favor de Israel; no segundo, do jurista Richard Goldstone, que acusou tanto Hamas quanto Israel de cometerem crimes contra

a humanidade. Os relatos sobre os crimes sionistas chocaram o mundo e, desde então, sofrem pressão para serem vetados na ONU – o que contou com o apoio de Abbas, então presidente da OLP.

Como a construção da “causa justa” é, via de regra, feita pelos meios de comunicação que, em seguida, se incumbem de disseminá-la, consolidá-la e naturalizá-la, dedicamos o terceiro capítulo à mídia. Rediscutimos as principais correntes teóricas do século XX até chegarmos às pesquisas atuais sobre a construção de Cenários Políticos de Representação (CPR), de Venício Lima. As análises sobre a introdução de categorias de pensamento determinantes para a conformação do debate público, estudados por Luiz Felipe Miguel, também foram fundamentais. Em seguida, analisamos os dois jornais enfatizando os mecanismos de interditos internos e externos à ordem do discurso.

Na conclusão, procuramos responder à hipótese de que a mídia, por trás de sua cobertura pró-Israel, estaria, na verdade, construindo uma visão do conflito em termos sionistas e, por isso, biopolíticos. A dissertação, por outro lado, aponta no sentido de trabalhos futuros centrados no conceito de sistema-mundo e na importância da hegemonia para a compreensão destes processos. .

2 - Genealogia e Luta Simbólica

A guerra como princípio de inteligibilidade histórica. Camuflada, velada sob a ordem civil, ordenações e racionalizações, talvez a guerra ainda permaneça sendo a matriz por excelência de compreensão da “razão” histórica. A proposta do presente trabalho consiste em, por meio da genealogia como método, apreender a dinâmica das guerras, conflitos e barbáries que estariam aglutinadas sob o véu da ordem civil e das tentativas de “imposição da civilização” e “democracia” ocidentais em outras regiões. Esta ordem parece ter sido estruturada ao longo dos últimos quatro séculos, engendrando o sistema capitalista que, hoje, abarca todas as áreas do globo. Neste sentido, nossa genealogia, ao contrário dos trabalhos de Michel Foucault¹, se inscreve no interior do capitalismo, enquanto sistema sócio-econômico e matriz de sentidos. Mas, então, antes de tudo, em que consiste a genealogia? Qual sua relação com a arqueologia do saber? Enfim, a questão consiste em instrumentalizar as duas grandes linhas de pesquisa foucaultiana, tendo, agora, como horizonte de análise permanente o capitalismo e suas conexões com o legado colonial. No entanto, para entendermos a genealogia, precisamos ter em mente o contexto histórico e epistemológico no qual estas pesquisas se desenvolveram.

Estudos fragmentários, dispersos, aparentemente difusos e confusos, mas que, na sua base, tinham coerência e se articulavam em uma série de novos fenômenos que lutavam contra algo maior, envolvente e totalitário. A eficácia das pesquisas dispersas e descontínuas surgia sob diferentes formas – o discurso antipsiquiátrico, a crítica ao aparelho judiciário e penal, abrindo nas margens sociais fissuras até então imprevistas. Havia uma espécie da “criticabilidade das coisas”. Mas percebia-se nelas algo inusitado. Consistiam em críticas singulares, aparentemente descontínuas, que forneciam instrumentos de luta locais, específicos, sem necessitar da chancela de outras produções teóricas.

Mesmo particularizadas e microfísicas, tais críticas tinham seu próprio estatuto e autonomia. Na verdade, elas começaram a surgir com o desbloqueio de algo que, outrora, as havia inibido. Particularidade das lutas locais, portanto. Por outro lado, o surgimento destas críticas somente foi possível por meio das “reviravoltas do saber”, da “insurreição dos saberes

¹ O que nos interessa aqui é o “último” Foucault e suas palestras ao longo da década de 70, cada vez mais voltadas para a questão do Estado como uma realidade que não é, de modo algum, autôfunda. No que diz respeito à análise dos textos jornalísticos usamos, no entanto, o método da Ordem do Discurso. Vale a pena lembrar, aqui, que nosso conceito de discurso procurar radicalizar o de Foucault, enfatizando o aspecto das práticas e dos procedimentos – além das palavras, é claro. Não se trata apenas de “textualidade” ou “intertextualidade”, termos despolitizantes por excelência. O corpo textual é um instrumento bélico e deve ser analisado na sua nervura histórica.

sujeitados”. Tratava-se, aqui, de saberes de outro tipo, que não dispunham da especificidade e da particularidade dos instrumentos de luta das críticas locais. Encarnavam-se, na verdade, em conteúdos históricos que haviam sido banidos, sepultados, mascarados por formalismos e coerências funcionais.

Uma grade de modelos e conceitos abstratos os sufocara. A História se fora, esvaziando as lutas. No entanto, somente os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamentos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar (Foucault, 2002, p. 11). Foram estes verdadeiros blocos de saber históricos, presentes e imobilizados no interior destas formalizações, que irromperam a público. Grosso modo, há dois tipos genuínos de saber que, desarticulados, aparentemente sem relação, se instauravam como discursos e práticas autônomas. O saber local, desqualificado pelas hierarquias científicas, e o saber mais erudito, fundamentalmente histórico. Tratava-se, nos dois casos, porém, do saber histórico das lutas.

A historicidade havia se articulado, novamente, tanto no saber local e desqualificado das pessoas quanto no saber erudito da História, engendrando um novo solo epistemológico e fornecendo força e dinâmica às novas lutas. Sob estas duas matrizes de conhecimento, o que estava em jogo era a luta contra os discursos globalizantes e totalitários. Através do método genealógico, foi possível articular diferentes tipos de saber contra uma instância teórica unitária que pretendia classificá-los e hierarquizá-los sob o signo de um conhecimento verdadeiro. Foucault, porém, observa que esta rede de insurreições não se dá, exatamente, contra o método, conteúdo ou arcabouço teórico das ciências. O que está em jogo é algo que ultrapassa, na verdade, todo o esquema conceitual e metodológico implicado na conceituação e no fazer científico. São os efeitos centralizadores de poder, dinamizados e institucionalizados no campo científico de uma sociedade, que estão sendo contra-atacados por essa insurreição de saberes históricos (nas suas duas variáveis).

A genealogia, ao desenterrar tais estratégias, age contra os efeitos de poder destes discursos e práticas inibidores e totalizantes, que circulam no interior do tecido social. Questão genealógica, por excelência, e fundamental neste trabalho: quais as estratégias, táticas e dispositivos usados pelo poder para solapar, dilapidar e desqualificar os saberes históricos? Em outras palavras, como o jornalismo pode atuar na diluição histórica das representações do real? E, por outro lado, de que instrumentos, táticas e estratégias tais saberes históricos dispõem para contra-atacar, inibir e redirecionar os efeitos de domínio da instância teórica unitária?

Quais são em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensão variadas? (FOUCAULT, 2002:19). De um ponto mais abstrato: quais os efeitos de poder vinculados à instituição do saber científico no Ocidente que, desde a Idade Média, classificou e hierarquizou saberes e disciplinas. E, no nosso caso, quais os efeitos de poder ligados à legitimação do jornalismo como prática imparcial e transparente, capaz de apreender a realidade objetiva sem o espesso véu das construções ideológicas? Por isso, ainda de forma geral, podemos pensar a genealogia como um projeto cujo empreendimento consistiria em dessujeitar os saberes históricos dos efeitos globalizantes de um discurso unitário e totalizador. Uma tática de desprendimento do saber histórico da ossatura e de codificações formalizantes, um pôr em circulação de saberes libertos.

2.1. Modelos de análise de poder

De quais modelos de análise de poder se dispõe no Ocidente? Para Foucault, existem duas grandes correntes teóricas sobre o poder cuja perspectiva é tanto reducionista quanto parcial: a jurídica e a econômica. A primeira é tributária da tradição de pensamento jurídico, primordialmente, do século XVIII, que concebe o poder como direito, isto é, como bem. Pensado desta forma – portanto, a de coisa possuída -, o poder pode ser transferido ou mesmo alienado. Na base dessa proposição está a perspectiva do contrato social por meio do qual os indivíduos cederiam seu direito por meio de um ato jurídico para a constituição da soberania. Portanto, o poder é visto como bem, detido por todos, que está no fundamento da criação do Estado. Ora, estamos diante de um modelo formal da construção da soberania baseado na troca de bens, operação jurídica de ordem contratual.

Temos, por outro lado, a concepção econômica que reduz o poder a uma espécie de funcionalidade econômica última, a de manter estritamente as relações de produção. Com isso, se reconduziria (ou se manteria) no poder a classe que detém os bens de produção, a burguesia. Neste caso, o poder político encontra na economia sua razão de ser histórica (FOUCAULT, 2002, p.20). Outra das conseqüências desta visão de poder é a de que ele é sempre finalizado por outra coisa. Qualquer que seja a perspectiva, o poder está em posição subalterna, um meio em relação a algo mais fundamental. A questão que se coloca, portanto, consiste na análise do poder como algo mais que um simples bem possuído e transferível (primeira tradição) ou algo finalizado pela economia. Ao contrário de elemento submetido ao econômico, não faria o poder uma espécie de rede, de feixe intrincado de relações,

complexamente articulado ao nível econômico? Neste caso, ele não estaria na ordem da subordinação funcional, muito menos da isomorfia formal.

Foucault relembra duas definições repisadas de poder: a de que ele reprime, mecanismo de repressão, e a de que ele consiste numa relação de força (combate, enfrentamento e guerra). Ora, tendo em vista que a primeira definição é insuficiente para qualquer análise de poder, o autor aborda a segunda, a da força. Foi Clausewitz quem definira, anteriormente, a guerra como a continuação da política por outros meios. Em outras palavras, com este estudioso, a guerra passa a ser concebida como a continuação da política, agora operacionalizada por meios violentos. Guerra e política estão, definitivamente, conectadas, mas a primeira apenas continua, no campo de batalha, os ardis da segunda. Mas se se levar às últimas conseqüências a premissa de que o poder se encarna, fundamentalmente, em conflitos, e que o mais poderoso e definidor de todos os conflitos é a própria guerra, estaríamos diante da inversão do dito de Clausewitz. Desta forma, a guerra deixaria de ser a continuação, espécie de segunda etapa da política, para ser transformada no ponto político-histórico fundamental de criação, organização, manutenção e declínio de qualquer sociedade. Ela se torna, portanto, o princípio de inteligibilidade central a partir do que a dinâmica de toda sociedade (e das relações entre sociedades) pode ser analisada. Como princípio de inteligibilidade, a guerra passa a ser o elemento político-abstrato de compreensão do próprio tecido social e de seu desdobramento no tempo e espaço. Como vemos, a inversão tem uma gama imensa de conseqüências para a análise da dimensão histórico-social de qualquer sociedade. O conflito *é* na sociedade. A sociedade *é* no conflito.

A primeira implicação, portanto, é a de que os feixes de poder têm seu ponto de ancoragem em uma relação de força dada na guerra e pela guerra. As instituições civis e práticas políticas daí oriundas são, naturalmente, relações de poder assimétricas constituídas num ponto histórico, o da primeira batalha. Neste sentido, a política seria a “sanção” dos desequilíbrios estabelecidos na guerra e continuados sob esta paz civil. Conseqüência clara: a análise dos mecanismos de paz somente pode ser plenamente compreendida em função do modelo bélico anterior – nos deslocamentos, divisões, articulações. Tendo em vista esta caracterização, a dimensão final, isto é, o desenlace desta rede de poder tem de advir das armas, elas serão o último juiz.

Diante deste novo quadro, Foucault aponta as duas grandes matrizes de análise de poder – a hipótese Reich, que se encarnaria na repressão e a hipótese Nietzsche, baseada na concepção de poder como enfrentamento belicoso das forças. Por outro lado, elas se

contrapõem às duas velhas tradições de análise de poder anteriores. O primeiro calcado nas concepções filosófico-jurídicas do século XVIII, que tem o direito como bem a ser cedido para a constituição da soberania política na ordem contratual. O risco deste poder consistiria em ultrapassar seus próprios limites e gerar opressão. Teríamos, neste caso, o esquema contrato-opressão. O contrário, que formaria outra grande matriz, seria o binômio guerra-repressão. Mas, aqui, a repressão não é vista como ultrapassagem de limites, a exemplo do caso precedente. A repressão seria apenas a consequência natural e até previsível do desenlace bélico, o simples prosseguimento de uma relação de dominação (Foucault, 2002, p.24).

Para Foucault o esquema binário da guerra, da luta, do enfrentamento das forças, pode ser efetivamente identificado como fundamento da sociedade civil a um só tempo o princípio e o motor do exercício do poder político (Foucault, 2002, p. 26). A análise passa a consistir em dois elementos centrais intercambiáveis, a guerra como princípio de inteligibilidade político-abstrato e motor permanente do exercício político. E, como consequência direta deste processo, a guerra, também, é concebida como matriz conceitual (e não apenas armada de homens) a partir do que se pensa o outro pela raça. De forma mais clara, a guerra como grade conceitual de hierarquização e classificação por raças, etnias, tipos, classes e normas diferenciadoras. Portanto, a biopolítica está inscrita nos próprios mecanismos propulsores da guerra, na medida em que, grosso modo, o conflito é lido em termos étnico-raciais, quadro que fornece os elementos político-abstratos necessários ao desnivelamento do inimigo.

Se a guerra passa a ser o princípio de inteligibilidade das relações políticas, uma série de questões tradicionais à filosofia-jurídica, como a que fixava o direito do poder, deixa de fazer sentido. O que conta, se a guerra é deslocada e centrada como esquema de análise, é de que modo as regras de direito podem ser usadas pelo poder para lançar mão de discursos de verdade. E, ainda mais importante, quais os tipos de poder capazes de produzir efeitos de verdade tão poderosos, que contribuem não apenas para o desenlace de uma guerra, mas para o seu próprio início? É no interior desta questão que pensamos o jornalismo como prática de produção de discursos de verdade - mas com origem em divisões sociais estruturadas no plano internacional, que estabelecem hierarquias entre países. Que verdade e que objetos de verdade devem ser criados para a legitimação de uma guerra? Enfim, que efeitos de verdade tornam uma invasão atroz e genocida uma guerra defensiva? Que dispositivos de poder e que fabricação de verdade acarretam o deslocamento semântico do genocídio para a auto-defesa legítima?

Estas perguntas cruciais para nossos estudos nos levam de volta ao âmago da análise foucaultiana. Para o autor, todo exercício de poder supõe certa economia dos discursos de verdade. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele (Foucault, 2002, p.28). As relações entre poder e verdade são complexas. Mas, desde a Idade Média, no Ocidente, sempre houve a articulação de três elementos que definiram os limites nos quais o poder era exercido: poder, direito e verdade. Ora se, para se manter, o poder precisa, necessariamente, da circulação de elementos de verdade, o indivíduo moderno é coagido a produzi-la e a formulá-la. Produzimos verdades como produzimos riquezas. Mas a rede intrincada entre poder e verdade leva à norma, pois a verdade também propulsa efeitos de poder (Foucault, 2002, p.29). Enfim, a verdade ao definir a norma estabelece veredictos, limites de pensamento e ação. A verdade coage.

Tendo em vista esta relação, estaríamos condenados a viver e morrer e a ser classificados de acordo com discursos de verdade que carregam consigo todos os efeitos de poder. Portanto, o saber é parte intrínseca do poder. E é sobre esta delicada conexão entre saber e poder que a construção da imagem palestina parece ser, constantemente, produzida e reproduzida.

2.2 Mecanismos de controle

Não se podem separar as diferentes técnicas de controle e vigilância que foram construídas ao longo da Idade Média que culminaram em uma série de procedimentos modernos de poder. Naturalmente, com modificações, rearranjos, deslocamentos táticos e novas modalidades relacionais que tentaremos matizar mais adiante. Para Foucault, o poder soberano – encarnação do poderio dos monarcas absolutistas - e as relações de poder nele implicadas buscam dominar um território específico a partir da instauração de uma capital. Criar um centro político para uma região e, por meio dele, exercer controle no processo geral de circulação de bens e serviços, idéias, indivíduos, comercializações. A capital, portanto, deveria não apenas ser o centro administrativo de um território, mas o ponto nevrálgico de sua essência moral, emitindo decretos e, naturalmente, modos de ser e conviver. Neste sentido, a capital conformaria o *ethos* de um povo em virtude dos modelos morais nela constituídos (e por ela emitidos).

O elemento central, constitutivo do poder soberano, ao longo da Idade Média, se caracterizava, porém, pelo direito de vida e morte do rei sobre seus súditos. Tratava-se de uma relação binária (soberano-súdito) e unidirecional, pois o poder emanava “de cima” em direção

ao indivíduo cuja vida era determinada, paradoxalmente, a partir da morte. Do ponto de vista do soberano, o súdito era “neutro”; e somente adquiria possibilidade de viver, se lhe fosse permitido pelo rei. Ora, isto implicava que todos os direitos – inclusive os de vida e morte – eram dados pelo poder soberano, a vontade real. O poder se exerce, paradoxalmente, a partir da morte e se propaga em direção à vida; é por ser capaz de matar que o soberano tem direito sobre a vida de seus súditos. É o direito de espada o próprio núcleo constitutivo do poder do monarca porque nele se encarna a essência do direito de vida e de morte (Foucault, 2002, p. 287). Portanto, o soberano pode “fazer morrer e deixar viver”.

Já nos séculos XVII e início do século XVIII, uma série de técnicas de poder passa a se centrar no indivíduo, organizando-se a partir de um “campo de visibilidade”. O indivíduo era percebido como força útil e, portanto, tornava-se necessário o incremento de técnicas que possibilitassem extrair o máximo de rendimento e, com isso, aumentar a produtividade da forma menos onerosa possível. Buscando articular diversas tecnologias disciplinares, os novos dispositivos de controle e vigilância se exerciam mediante hierarquizações, inspeções, escriturações, relatórios etc. A superfície de inscrição de todos esses procedimentos era o corpo do indivíduo que deveria ser treinado, vigiado, preparado e, quando necessário, castigado.

Os mecanismos disciplinares se voltam sobre os indivíduos, mas recortando-os na multiplicidade. A disciplina só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade (Foucault, 2008, p. 16). Portanto, a disciplina individualizaria as multiplicidades para melhor vigiá-las, compreendê-las e controlá-las. Processo semelhante é realizado em relação ao espaço, também recortado e cindido a partir de categorias teóricas cujo princípio é o da vigilância. Não estamos diante de uma categorização mais geral e ampla do território, concebida em termos de capital e espaço a ser gerenciado a partir desse centro. O princípio espacial, na disciplina, provém da concepção geométrica que melhor lhe permita a repartição, classificação, controle, enfim, domínio sobre o território. A geometria é reinserida no espaço como política de poder. Sua simetria é uma simetria de controle.

Com a Revolução Industrial, a urbanização e a explosão demográfica, surgem outros mecanismos de controle que já não se exercem sobre o corpo. Agora, o que está em questão é o “homem-espécie”. Não mais o corpo, feixe de forças. Era a massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida (Foucault, 2002, p. 289). O nascimento, envelhecimento, acidentes e a morte, enfim, todos os processos que, de alguma forma, retiram

ou diminuem as forças de trabalho do indivíduo no incipiente mercado capitalista. O foco destas novas técnicas eram os indivíduos enquanto espécie. Portanto, se nas sociedades disciplinares, temos a “anátomo política do corpo humano”; no segundo caso, o modelo dominante de controle é a “biopolítica da espécie humana”. Estes últimos dispositivos nascem da medição das estatísticas, das análises das taxas de natalidade e mortalidade e buscam formular esquemas de intervenção na base destes fenômenos. A explosão demográfica exigia novas formas de controle social que apreendessem o surgimento de algo novo – a população. A biopolítica foi a resposta à necessidade urgente (tanto histórica quanto social) de controlar o crescimento urbano em uma Europa em rápida industrialização.

Com a biopolítica, se estabelece uma série de novos objetos e domínios de saber cujo objetivo é intervir na base destes fenômenos e, ao mesmo tempo, estabelecer mecanismos reguladores. O controle se volta, neste caso, não mais para o detalhe (o indivíduo), mas para a regulamentação da população -, o que desloca o princípio do poder. No esquema do poder soberano, o paradoxo do poder fazia com que ele se exercesse a partir do direito absoluto sobre a morte do súdito; agora, ao contrário, trata-se de “fazer viver e deixar morrer” (e não mais “fazer morrer e deixar viver”). Os dispositivos buscam prolongar a idade, o tempo de exposição ao trabalho, a capacidade das forças produtivas e diminuir os acidentes. Ou, pelo menos, torná-los apreensíveis estatisticamente. Para Foucault, as tecnologias do poder mais modernas se sobrepõem (a regulamentadora da vida e a disciplinar do corpo). Tem-se, portanto, uma tecnologia centrada no corpo como força útil e outra que se volta para o controle populacional.

É a chegada das massas. Ora, o poder antigo – o dos monarcas absolutistas -, enquanto esquema organizador da soberania, não é mais capaz de abarcar todas as novas relações sociais que surgem com a industrialização. A mecânica dicotômica soberano-súdito é rígida demais para cobrir (e controlar) a nova sociedade. Daí, as tecnologias disciplinares, voltadas para cobertura e controle dos corpos em instituições específicas como escola, hospital e quartel. Mas, ao final do século XVIII, outros dispositivos foram criados para abarcar a explosão demográfica, o processo biológico ou bio-sociológico das massas humanas (Foucault, 2002, p. 298). Há, portanto, duas séries articuladas: uma voltada para o corpo-organismo-disciplina-instituições; outra centrada na população-processos biológicos. O objetivo destas duas tecnologias seria o de cobrir, primeiro, as lacunas deixadas pelo poder soberano, atingindo os corpos (mecanismos disciplinares). E, mais tarde, com a industrialização, abarcar outra área que havia sido deixada descoberta, a população. Portanto,

disciplina e mecanismos de segurança podem ser vistos como estratégias de dispositivos de controle que se exercem em diferentes níveis. É na sociedade da normalização – em que a norma é um elemento circulante – que se dá a articulação entre as duas séries, mediante o jogo duplo das tecnologias disciplinares e regulamentares. Assim, em sociedades modernas, nas quais a norma tem a força de veredicto e de verdade, a cobertura do corpo e da população se estende a limites até então imprevisíveis.

O controle de massas populacionais implica tipos diferenciados de gestão na medida em que se lida com uma realidade concreta, com dados brutos. Os mecanismos de segurança atuam sobre realidades densas que requerem o uso tanto de dispositivos legais quanto disciplinares (em uma situação que exija intervenções específicas). O objetivo é o de se lidar com dados e estatísticas referentes a novos fenômenos, maximizando alguns, minimizando outros. É uma gestão dessas séries abertas, que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, é isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança (Foucault, 2008, p. 27). O que coloca em questão a condição biológica da espécie humana e as estratégias de controle então formuladas para gerenciar processos como natalidade, mortalidade, crescimento populacional, migrações, diásporas, concentração de indivíduos. Daí, a importância da demografia, da geografia e de quadros estatísticos.

Diferentes economias de poder começam a surgir. Foucault aponta que a população, a princípio, foi pensada sob o prisma de “movimento”, isto é, como o processo de repovoamento de um território acometido por secas, cheias ou catástrofes. Mais do que um conceito, esta noção esquemática de população ainda estava ligada a grandes movimentos populacionais e diásporas. Era uma questão que se colocava diante (ou ao lado) das catástrofes da vida. Sintomaticamente, foi na época das grandes epidemias que surgem as tabelas de mortalidade. Uma concepção positiva de população, todavia, surge quando ela passa a ser vista como elemento constitutivo do poder soberano. Muitos indivíduos implicavam vários elementos: tropas numerosas, cidades populosas e mercados assiduamente freqüentados (bom comércio). Por outro lado, isso também pressupunha que tais pessoas deveriam ser obedientes e dispostas ao trabalho. É nesta grelha que a população destaca-se como elemento positivo, signo de poder soberano.

A população é o elemento condicionante porque oferece braços para a agricultura e manufaturas, impede importações, diminui os salários, facilita as exportações. Enfim, as massas são tanto garantia de poder quanto de riqueza para o Estado. Portanto, elas

se transformam num dos pontos centrais de regulamentação estatal já que, para a manutenção do funcionamento do poder, têm que ser controladas e submetidas a regulamentos. Os que consideraram a população essencialmente força produtiva foram os mercantilistas ou os cameralistas, contanto, é claro, que essa população fosse efetivamente adestrada, repartida, distribuída, fixada de acordo com mecanismos disciplinares (Foucault, 2008, p. 91). Mas, é bom ressaltar, aqui a população ainda é vista sob a perspectiva do poder soberano, encarnada na relação monarca- súdito.

A partir do século XVIII, no entanto, ela é concebida como um “conjunto de processos” que é preciso gerenciar e administrar. O conceito jurídico-político de população se desloca de um conjunto de sujeitos submissos para um objeto que necessita ser dominado a partir de diversos procedimentos. E qual a base por meio da qual se formulariam estas estratégias de domínio? O aspecto biológico da população, sua naturalidade, enfim. O primeiro fato a se levar em consideração é que a população é dependente de uma série de variáveis – clima, geografia, epidemias, guerras etc – que fazem com que ela não seja, imediatamente, transparente ao poder. Sua opacidade obriga a uma série de análises, gráficos, tabelas, instrumentos técnicos que permitam, no limite, intervenções nas suas regularidades. Essa naturalidade, portanto, é acessível “a agentes e a técnicas de transformação”. Por isso, agir sobre a população no sentido de mantê-la sobre o controle do Estado, exige a intervenção sobre uma série de fatores e variáveis que atingem a massa.

O controle populacional é, sobretudo, o controle sobre aquilo que afeta a população. É essa naturalidade penetrável da população que, a meu ver, faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder (Foucault, 2008, p. 94). Mas há mais. Toda população é constituída por um conjunto de indivíduos cujo motor de ação é o desejo, elemento da subjetividade humana fundamental na direção e no controle de consciência. O objetivo das intervenções é fazer com que as ações sejam controladas, já que o desejo seria o móvel da ação. Desejo, interesse e ação formariam uma cadeia sobre a qual é necessário intervir por meio de tecnologias governamentais que buscam criar novos desejos e, por isso, estipular tipos de conduta. Uma espécie de produção de desejos estaria na base das estratégias de controle de conduta social. Portanto, ao contrário do soberano, cujo poder absoluto lhe permitia dizer “não”; aqui, as técnicas de gerenciamento poderiam criar desejos e interesses e, com isso, dizer “sim”. Já o terceiro elemento no qual a naturalidade da população se encarnaria seriam as regularidades: mortes, nascimentos, acidentes.

Compreender a população também implica apreender seus dois aspectos principais: ela se insere no “regime geral dos seres vivos” e apresenta possibilidades, isto é, “superfícies de contato”. É sobre esta superfície que se daria a implementação de políticas de controle autoritárias. No primeiro caso, desloca-se a condição de “gênero humano” para “espécie humana” e, por meio deste deslizamento semântico, insere-se a humanidade no interior das espécies de seres vivos em geral, partilhando das mesmas condições biológicas. Por outro lado, a população também se torna “público”, um conjunto de indivíduos que conta com idéias próprias e concepções. A população é, portanto, tudo o que vai ser estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público (Foucault, 2008, p. 99). É dentro desta nova dimensão, cujos marcos se encarnam na espécie e no público, que os aparelhos de poder têm sua superfície de articulação, intervenção e controle. Estamos diante da série formulada por Foucault: mecanismos de segurança – população – governo e política. Ao fim, o homem moderno se defronta com uma nova forma de governo, diante do impasse e das novas exigências de gerenciamento colocadas pela população.

É dentro deste processo mais amplo que novas ciências surgem, como é o caso da Economia Política, que substitui a análise das riquezas. Seguindo este mesmo processo, a Biologia substitui a História Natural e a Filologia, a Gramática. Mas qual a relação desta nova sociedade da normalização com o biopoder? E, sobretudo, como responder ao seguinte paradoxo: como exercer o poder de morte em uma sociedade centrada na extensão da vida, para melhor inseri-la no mercado? Lembremos, aqui, que o princípio deste novo modelo é “fazer viver” e não mais “fazer morrer”.

A função assassina do Estado será legitimada pelo racismo. *O biopoder enquanto política pública conseguiu inserir o racismo nos mecanismos de controle estatal.* Hoje, o funcionamento do Estado Moderno passa quase sempre por certo tipo de relação segregacionista. Para Foucault, o racismo é uma estratégia levada a cabo para estabelecer uma cisão no domínio da vida e, no limite, um corte entre o que deve viver e o que deve morrer (Foucault, 2002, p. 304). Ele é uma ruptura no contínuo biológico da espécie humana, distinguindo raças, criando hierarquias e classificações (“boas”, “inferiores”, “terroristas”). Por meio do racismo, o Estado consegue fragmentar o tecido social e, ao mesmo tempo, reinstaurar a relação guerreira primordial – a manutenção de uma vida implica o extermínio de outra. É essa relação conflituosa, oriunda dos campos de batalha, que estaria camuflada nos mecanismos biológicos. Ou melhor, disputas e conflitos políticos seriam reconfigurados em termos raciais.

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade da normalização (Foucault, 2002, p. 306). Por isso, o biopoder legitima a função assassina do Estado. O termo “assassino”, aqui, remete a todas as estratégias que colocam em risco social os indivíduos de uma população - e não apenas a morte biológica pura e simples. Dentro deste prisma, o evolucionismo de Darwin ofereceu uma matriz interpretativa particularmente interessante para se pensar a colonização, em geral, e a alteridade, em particular. Qualquer que seja o outro – doente, índio, negro, árabe, judeu –, ele é pensado a partir de um conjunto de noções hierárquicas e classificatórias que o inserem em esquemas de controle. Novas matrizes de saber, novos objetos de domínio. Neste sentido, o racismo tende a irromper em pontos privilegiados, onde a função assassina do Estado é mais requerida. Muito mais do que os campos de batalha, o assassinato tem de ser, primeiramente, legitimado para, enfim, poder exercer-se. Os meios de comunicação de massa talvez sejam um destes “pontos privilegiados”, pois é por meio deles que as invasões têm de ser feitas, narradas, debatidas, combatidas, recusadas, polemizadas e argumentadas.

2.3 População e arte de governar

Com o surgimento da população no horizonte político e epistemológico, a arte de governar pôde, efetivamente, ser pensada e exercida fora dos marcos da soberania jurídica. Pois, com a população, o modo de governo centrado na família, é definitivamente substituído. Agora, o que está em jogo são fenômenos relativos à outra dimensão da realidade, apreensíveis apenas estatisticamente e por meio de regularidades. As massas comportam dinâmicas próprias, irredutíveis ao âmbito familiar. Mas, ao mesmo tempo em que a família é deslocada como modelo para arte de governar, ela é reinserida novamente junto à população como ponto de inflexão das relações de poder. Toda vez que se queira interferir na população, alterar suas expectativas ou mesmo tentar inverter certas regularidades, é sobre a família que os mecanismos de poder se voltam.

A família se torna, neste caso, um ponto sobre o qual as estratégias de poder podem se exercer para atingir, a médio ou longo prazo, a população, seu principal alvo. Por isso, há uma espécie de dualidade que a perpassa enquanto sujeito de necessidades e objeto de lutas pelo poder. Ou seja, a população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida (Foucault, 2008, p. 140). Não mais arte de governar, mas Economia Política; não mais poder soberano, mas governo. A arte de governo coloca, novamente, em foco o

problema da legitimidade. Tem-se, na verdade, não um processo de substituição, mas uma rede altamente complexa de mecanismos de controle entrelaçados: soberania, disciplina e gestão governamental. Alvo: população. Este conjunto de instituições e reflexões consiste em uma nova arte de governar: a governamentalidade.

Uma grelha de técnicas, dispositivos e instituições exercem o poder sobre um alvo específico – a população – e que tem como forma de saber privilegiado a Economia Política. Seus instrumentos técnicos de controle por excelência são os dispositivos de segurança, que foram se consolidando ao longo dos últimos séculos. Mecanismos como os do poder soberano e das técnicas disciplinares foram deslocados por estes novos dispositivos, embora ainda possamos encontrá-los entrelaçados. Novas formas de governar, novas formas de saber, novos objetos de domínio. É sobre a gestão populacional que as técnicas de poder conhecem um novo ponto de inflexão.

Em toda sociedade, a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhes os poderes e perigos [...] (Foucault, 1971, p. 2). Quando o que está em jogo é a anexação territorial e a construção racista de um estado racista, os procedimentos de exclusão do discurso adquirem uma dimensão inusitada. Foucault observa que a primeira delas é o interdito que se encarna em três situações precisas: a de que nem tudo pode ser falado (tabu de objeto), a dos rituais de circunstância (não se pode falar tudo em qualquer lugar e de qualquer maneira) e direito privilegiado (quem quer que seja não pode falar do que quer que seja).

Na sexualidade e na política, este jogo de interdições se faz sentir com maior intensidade, onde os efeitos discursivos exercem seus poderes de forma mais contundente. Além da loucura, ainda haveria outra exclusão, aquela construída na dicotomia verdadeiro e falso, criada a partir da maneira pela qual o saber é disposto em cada sociedade. O que nos interessa aqui é o que Foucault chama de “vontade de verdade”, inerente a cada época, e que definiria não apenas os regimes discursivos, mas o próprio *status* destes discursos. Estaríamos diante de um horizonte epistemológico cuja matriz seria responsável pela legitimidade destas estratégias, uma espécie de solo arqueológico que forneceria as categorias, enfim, os instrumentos de pensamento e as operações cognitivas ao nosso saber.

De um ponto de vista tradicional, que norteou grande parte do saber ocidental, o discurso seria, portanto, uma espécie de liame transparente entre o real e o leitor, situado na dimensão não estratégica e não política de um significante capaz de absorver toda a realidade

na sua integridade. Parece ser sobre este legado, que grande parte dos processos de legitimação da mídia moderna são estruturados, remetendo, constantemente, aos “fatos”. Desta forma, a pragmática jornalística se exerceria em uma espécie de relação de transparência direta à realidade fenomênica, se incumbindo, apenas, de reportá-la através da inodora camada dos signos. Entre o público e o mundo, haveria apenas o sedimento claro da informação na medida em que a tarefa midiática consistiria, grosso modo, no reportar dos fatos da realidade. O profissional se tornaria, nesta perspectiva, o simples liame entre o real e o leitor.

Foucault ainda procura mostrar que os tipos de exclusão se exercem não apenas do exterior, mas no próprio nível de formulação discursiva. Nas disciplinas, por exemplo, as proposições são reconhecidas como verdadeiras ou falsas, de acordo com as regras de formulação prescritas no interior de seu campo. Para serem pensadas dentro destes esquemas de percepção, elas devem responder a uma série de exigências muito mais complexas do que a veracidade de suas proposições. Elas têm se de inserir em um jogo de práticas, procedimentos e teorias que, efetivamente, devem se coadunar às matrizes cognitivas que definem seus limites. Não satisfazer tais exigências é se colocar fora dos limites de saber da disciplina em questão. Foi o que fez Mendel ao utilizar uma série de métodos e técnicas, calcadas em um tipo de teoria, que estava além do horizonte de seu tempo. Portanto, para uma proposição ser concebida como certa ou errada, ela tem de estar “no verdadeiro”.

Nossa hipótese é a de que o Sionismo, enquanto ideologia rechaça qualquer tipo de reflexão que aponte suas conseqüências históricas para a população palestina. Como apontamos na introdução, gostaríamos de tentar acompanhar se esta visão é repassada e recriada pelos meios de comunicação liberais, tendo em vista a existência de indícios de sionismo na mídia. Neste sentido, o Sionismo agiria como mapa cognitivo por meio do qual seriam iluminadas apenas as conquistas e a saga do povo judeu. Aprisionando a histórica em uma densa rede mitológica, ele teria conseguido estabelecer uma espécie de liame sagrado entre Canaã e judeus, de um lado, e luta contra o terrorismo, de outro. Embebido no colonialismo europeu, o Sionismo teria sido a matriz constitutiva do Estado de Israel através de um paradoxo: legitimar um projeto de construção de Estado racialmente puro dentro de uma paisagem mítica, altamente abstrata e diluída. Ao fechar na sua rede de sentido tanto a política do detalhe quanto a saga de um povo oprimido, o Sionismo impediu que a História do “outro” pudesse ser vista. Como uma disciplina, ele teria tramado a urdidura da História a partir de um único ponto de vista, fechando o real em uma mônada de sentido excludente e

racista. *Portanto, a verdade do sionismo parece ser a verdade de um único povo para uma única terra após um passado único com um único futuro. A existência do outro, ao que tudo indica, “não está no verdadeiro do sionismo”.*

Antes de concluir, gostaríamos de pontuar algumas questões que Foucault levanta sobre seu método. O objetivo do filósofo consistiu em um tríplice deslocamento. O primeiro deles opera no sentido de passar para além da instituição, ou seja, construir espaço teórico que permita sair do “institucional-centrismo”. A análise deve mostrar que o hospital, por exemplo, pode ser compreendido a partir de algo exterior e mais abrangente que ele, a ordem psiquiátrica. Ela, por sua vez, se articula com projetos mais globais como o da higiene pública. Neste sentido, o hospital atuaria, concretizando elementos intrínsecos a essa ordem mais ampla. Ao passar através da instituição, a análise abarcaria a tecnologia do poder, de forma que os estudos genéticos seriam substituídos pelos genealógicos. O objetivo seria atingir as tecnologias de poder onde as redes de aliança, apoio mútuo e comunicação se fazem presentes.

O segundo aspecto consiste na passagem ao exterior da função. Não mais a história funcional da prisão, mas a construção de ponto de vista que permita ressitua-la no interior de uma economia geral de poder. Desta forma, a história do sistema prisional deixa de ser o relato de seus sucessos e fracassos para ser apreendida em uma rede de estratégias e táticas, que lançam mão dos próprios fracassos. Em outras palavras, substituir o ponto de vista da função pela perspectiva externa “das estratégias e táticas”. O terceiro descentramento seria a passagem para fora do objeto, de modo que a análise se recusaria a admitir um objeto já pronto (doença mental, sexualidade etc). Este deslocamento se recusa a conceber as coisas por meio das categorias de pensamento implícitas no objeto dado. Ao contrário, trata-se de compreender as técnicas utilizadas para a construção destes objetos e de seus campos de verdade. Grosso modo, fazer o inverso do que a fenomenologia havia ensinado a fazer e a pensar. Em síntese, os deslocamentos consistem em destacar as relações de poder das instituições e analisá-las como tecnologias. Depois, em estudá-las fora da função, retomando-as em análises estratégicas e, por fim, destacá-las do privilégio do objeto.

Para finalizar, procuramos reconstruir, ao longo destas páginas, alguns conceitos centrais do último período de produção foucaultiana. Um dos elementos mais importantes, para os objetivos desta dissertação, é a guerra como princípio de inteligibilidade social. É dentro deste princípio político-abstrato que as relações, mesmo entre países, podem ser melhor compreendidas. Ainda analisamos as estruturas de poder (soberano, disciplinar e

biopolítico) que, mais do que se excluírem, mutuamente, sobrepõem-se nas sociedades modernas. O poder biopolítico, por sua vez, presente nos tempos atuais, permite com que o racismo seja introduzido nos mecanismos de controle do Estado moderno. Este elemento é central para nossa discussão, além do que o poder de assassinato estatal passa a surgir em pontos nevrálgicos da estrutura política das nações. Acreditamos que a mídia seria um dos pontos estratégicos de disseminação e legitimação do poder assassínio do Estado, operação feita por meios altamente complexos, outras vezes grosseiros, em vários casos, sutis. Ainda vimos que, nas sociedades modernas, surge uma nova arte de governar, ligada a todos estes fatores de gestão, controle e domínio populacional, cuja superfície de inscrição são os corpos e a produção de desejos. Agora, iremos acompanhar alguns comentadores sobre estes conceitos centrais.

2.4 Elaboração conceitual

Rabinov e Nikolas Rose definem biopoder como uma forma específica de poder exercido no nível biológico da vida humana para a mobilização e gerenciamento populacional. Eles apontam que, no pensamento foucaultiano, pode-se vislumbrar um diagrama bipolar dos poderes que se exercem sobre a vida. No primeiro pólo, como apontamos, há a anátomo política do corpo humano, que busca aumentar sua força produtiva e, ao mesmo tempo, integrá-lo em um sistema eficiente e mais genérico de controle. Por outro lado, constituindo o segundo pólo do diagrama, teríamos a biopolítica populacional, pautada em mecanismos reguladores e focada nos ritmos próprios à vida (nascimento, envelhecimento, morte etc). Mas a partir do século XIX, estes dois pólos, ao invés de se substituírem, inauguram uma nova configuração de poder, articulando-se um ao outro. Este aspecto é fundamental, pois aponta para modos de correlação, as modalidades relacionais que os dispositivos adquirem em contextos históricos específicos.

Dispositivos menores e descentralizados se articulam no interior de tecnologias mais abrangentes. Uma sociedade do biopoder é também um corpo social onde os mecanismos disciplinares continuam operando em diversos níveis. Processo esse que produz efeitos de poder que, por sua vez, são captados pelos mecanismos regularizadores da biopolítica. O ponto que ambos os autores ressaltam é que, pela primeira vez, encontramos mecanismos regularizadores encarnados em estratégias racionais para intervir sobre a vida humana a partir de suas características biológicas. Mas como poderíamos, então, começar a definir conceitualmente biopoder para, em seguida, apreender o sentido de biopolítica? Há, dizem os autores em questão, três elementos que formariam a própria nervura do conceito.

Primeiro, uma rede de discursos de verdade sobre o aspecto físico (biológico) dos seres humanos (entendidos, no caso, como espécie humana). O sentido “biológico”, aqui, não se vincula mais à sua acepção técnica e específica; ele implica um conjunto mais amplo de noções sociológicas ou mesmo demográficas. Tais discursos seriam, por sua vez, enunciados por autoridades competentes. O segundo elemento chave é consequência dos regimes de verdade anteriores, isto é, estratégias de intervenção sobre coletividades em nome da vida, da morte, das migrações etc. Estes atos de intervenção, por seu lado, podem se exercer tanto sobre populações territorializadas ou não. Na maior parte dos casos, tais comunidades são percebidas, discutidas e pensadas a partir de categorias raciais, étnicas, de gênero ou religiosas. Outro elemento do conceito de biopoder se refere aos modos de subjetivação, isto é, às técnicas e estratégias de construção de subjetividades por meio das quais os indivíduos são controlados. Essa operação requer tanto uma rede de obediência quanto regimes de verdades que sejam transmitidos por ela. Estamos, então, diante de um triângulo: regime de verdade, dispositivos de poder e construção de subjetividades. Mas qual, portanto, a especificidade do biopoder na medida em que encontramos a mesma triangulação nos demais tipos de poder (como o soberano e o disciplinar)? Pela leitura do ensaio, acreditamos que o biopoder implica a atuação de dispositivos sobre um núcleo semântico único, as características biológica da espécie humana.

Os elementos intrínsecos ao aspecto biológico da humanidade (nascimento, envelhecimento, morte etc) formam uma espécie de conjunto basal que permite outros tipos de deslocamentos semânticos. Do ritmo da vida salta-se aos rótulos de raça, etnia, migração e de perigo biológico. O deslocamento conceitual parece permitir operacionalizações mais amplas dos mecanismos de gestão e controle populacional.

Já Maurício Lazzarato aponta outro dado sobre o conceito de biopoder. De acordo com o comentarista, o surgimento da vida (no sentido biológico) na política corresponderia à emergência do capitalismo, em uma espécie de sintonia entre esse modelo de controle e novos modos de produção. A introdução do caráter biológico da espécie humana na história teria criado uma nova ontologia que começa no corpo e que, em virtude disso, jogaria por terra todas as categorias clássicas do pensamento helênico. Teríamos, portanto, a introdução do homem “natural” no espaço da *pólis*, momento decisivo da modernidade. Por isso, biopolítica é a forma de governo criada por uma nova dinâmica de forças que, em conjunção, expressa relações de poder que o mundo clássico não poderia ter sabido (Lazzarato, 2006, p.10).

Essa nova economia de poder abarcaria várias dimensões da vida social que

estariam além do escopo do feixe de relações capital-trabalho. Para ele, o problema fundamental da modernidade consistiria em que não há mais uma simples força de poder soberano, mas uma infinidade de forças que agem e reagem entre si de acordo com relações de comando e obediência (Lazzarato, 2006, p.12). Ou seja, estaríamos diante de uma nova complexidade histórica que, ao lado da relação capital e trabalho, construiu redes de dominação específicas como a de homem-mulher, professor-aluno, médico-paciente etc. Redes essas que se estenderiam pelo corpo social de maneira descentralizada, fundando a microfísica do poder. A biopolítica, portanto, seria uma coordenação estratégica destas relações de poder para extrair um *surplus* de poder dos seres vivos (Lazzarato, 2006, p. 12). O que implica afirmar que a biopolítica – enquanto estratégia e dispositivo – e o próprio biopoder estão intrinsecamente articulados ao liberalismo modernos.

Basta lembrar a segunda aula de *Território, Segurança e População*, onde Foucault aponta um dos aspectos centrais do pensamento conservador no que tange a um importante fenômeno, a escassez de alimentos. A análise conservadora neutraliza a escassez, faz dela um fato natural, que pode ser sanado pelas próprias regras de livre circulação. Apoiando-se na realidade, o pensamento conservador procura gerenciá-la, introduzindo-lhe elementos de regularidade, sem a proibição dos mecanismos legais ou a obrigatoriedade das tecnologias disciplinares. A intervenção na realidade se dá de tal maneira que os elementos já existentes devem se correlacionar uns aos outros para que as coisas se desenvolvam. A liberdade é condição fundamental de todo esse processo, isto é, ela é correlativa ao desenvolvimento dos dispositivos de segurança.

Estas regularizações primeiras, sementes dos mecanismos de segurança, se apoiaram, ou melhor, necessitaram da liberdade como condição de possibilidade. Foucault ainda aponta que, além das mutações das técnicas de poder em função do caráter biológico da espécie humana e da produção dos interesses coletivos pelo desejo, *a população se tornou um terreno privilegiado para intervenções autoritárias*. É nesse ponto, enquanto superfície de intervenção, que se vê surgir uma série de novos domínios de objetos. Em virtude disso, o próprio Foucault elabora uma conceituação cristalina de biopoder como o conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder (Foucault, 2008, p. 3).

Quais as implicações destes desenvolvimentos conceituais para o panorama internacional? Como entender a articulação entre poder soberano e dispositivos de segurança

nas relações internacionais pós 11 de setembro? E que tipo de desenvolvimento conceitual se torna necessário para a aplicação do instrumental foucaultiano na arena internacional? No ensaio, *Governamentalidade global, Biopoder, Poder Soberano e Discurso de Segurança Humana*, os autores Miguel de Larrinagra e Marc Doucet fazem várias considerações pertinentes a nossas questões. Para ambos, o novo discurso sobre segurança humana é uma das ferramentas conceituais mais importantes de justificação às intervenções no mundo pós-colonial. Os autores buscam ilustrar como o discurso de segurança humana pode ser lido como trabalhando para estabelecer o terreno discursivo à forma de ordem mundial realizada pela corrente de guerra global contra o terrorismo (Larrinagra & Doucet, 2007, p. 3). Em outras palavras, sob o signo de “guerra ao terror”, pelo menos dois dispositivos de poder estariam se articulando, os mecanismos biopolíticos e o velho modelo do poder soberano. Por um lado, teríamos, grosso modo, ações internacionais visando ao bem-estar de determinados povos, beneficiados por políticas assistencialistas. Por outro, o direito sobre vida e morte, a função assassina do Estado, estaria sendo legitimada pelas intervenções (incluindo guerras preemptivas), em nome do combate ao terror.

Os autores apontam que a repressão sexual na sociedade vitoriana foi uma das primeiras estratégias específicas do biopoder, na busca da normalização e controle social. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, ele teria se tornado mais difuso, aprofundando-se em novas dimensões sociais, com uma singularidade: procuraria melhorar a vida, conformando o bem-estar social dos indivíduos e suas expectativas. As estratégias atingiriam diversas áreas com influência decisiva sobre os indivíduos: o ambiente, o seguro social, aposentadorias etc. Portanto, o biopoder, ao contrário das outras tecnologias de poder, estabelece o bem-estar e a saúde da população como problemas propriamente políticos (Larrinagra & Doucet, 2007, p. 5). Os autores colocam que este movimento esclarece um dos aspectos centrais e diferenciadores entre biopoder e poder soberano: o primeiro tem a vida como objeto; o segundo se reserva o direito de matar. Em função da complexidade das sociedades liberais modernas, o biopoder, no entanto, adquire uma dimensão capilar inusitada, atuando em diferentes níveis para manter o bem-estar (e acrescentamos nós, o controle) populacional.

A questão, já colocada anteriormente, adquire agora novas conotações em função de sua densidade histórica: como um poder centrado na vida e baseado na transparência e difusão capilar, se articula com o poder soberano, capaz de preconizar intervenções militares e genocídios nos pós-11 de setembro? Ou seja, como o poder soberano circula no interior

desta rede difusa que, para melhor controlar, atua sobre o bem-estar populacional? Já havíamos apontado que, para Foucault, isso é possível em virtude do racismo, que abriria cesuras no contínuo biológico da espécie humana. Por isso, racismo pode ser visto como introduzindo no biopoder o princípio da soberania (Larrinagra & Doucet, 2007, p.5). Mas o que nos interessa, no caso, é entender a forma histórica assumida pelo poder soberano no interior do biopoder, após o ataque às torres gêmeas. Do ponto de vista estratégico, a cesura introduzida pelo racismo permite com que o poder soberano opere no interior do biopoder como um dispositivo. O biopoder incorpora o poder soberano como uma tecnologia de poder (Larrinagra & Doucet, 2007, p. 6). Um dispositivo que transmuta a natureza do inimigo político em perigo biológico, racial, étnico, para criar o terrorista como figura emblemática do inimigo moderno – do corpo ao terror, o que existe é uma complexa cadeia de deslocamentos semânticos que engendram os discursos modernos e seus aparelhos militares.

Para entender, na sua moderna historicidade, a operacionalização dos dois poderes e seu modo de articulação, os autores recorrem a outro pensador, Giorgio Agamben. Um dos temas centrais no desenvolvimento teórico de Agamben é o *Homo sacer*. Figura inscrita no Direito Romano, marcada pela mais completa falta de valor, o *Homo sacer* teria sido reduzido ao mínimo biológico – a “vida nua”. Seres humanos sem valor, que podem ser mortos aleatoriamente, sem cerimônia, compõem os aspectos que constituem o núcleo basal desta figura marginal no Império Romano. De acordo com o pensador italiano:

[o *homo sacer*] foi excluído da comunidade religiosa e de toda a vida política: não pode participar de sua *gens*, nem [...] cumprir qualquer ato jurídico válido. Além disto, visto que qualquer um pode matá-lo sem cometer homicídio, a sua inteira existência é reduzida a uma vida nua despojada de todo direito, que ele pode somente salvar em uma perpétua fuga ou evadindo-se em um país estrangeiro. Contudo, justamente por ser exposto a todo instante a uma incondicionada ameaça de morte, ele encontra-se em perene relação com o poder que o baniu. (Agamben 2007: p.189)

Agamben aponta que a forma clássica do *Homo sacer* saltou das margens da história romana para o centro da vida moderna, cujo exemplo máximo seria o dos campos de concentração. Nestes territórios, homens e mulheres de “vida nua” foram exterminados aleatoriamente e sem cerimônia. Os campos são, para o autor, a excelência da vida moderna dessa figura. No entanto, Larrinagra e Doucet observam que a questão do poder fica ausente dos campos de extermínio na medida em que, neles, a resistência se torna, praticamente, impossível. Para haver poder, há de haver resistência. Toda análise de poder deve, portanto,

ter em vista este elemento relacional. Ora, nos tempos atuais, a figura do *Homo sacer* pode ser vista em diversas arenas internacionais, como Guantánamo, onde os prisioneiros não precisam ser mortos para que o poder soberano exista. Na verdade, o que constitui o poder soberano é a zona de vida reduzida ao seu nível biológico mínimo, mais do que a matança da vida por ela mesma (Larrinagla & Doucet, 2007, p. 7). Portanto, mais que o direito de espada, o que compõe a relação poder soberano e “vida nua” é a possibilidade de controle, coerção, marginalidade e redução ao nível biológico.

As zonas nas quais o *Homo sacer* é incluído também apontam o caráter paradoxal desta figura, pois são territórios que incluem excluindo. São espaços de exclusão por excelência (voltaremos a este ponto em breve). Na arena internacional, portanto, o exercício do poder soberano não se exerce mais sobre um território em particular. (Havíamos mencionado, a princípio, que a capitalização territorial é uma das características centrais da soberania clássica.) É um poder que se descentraliza, que inclui excluindo, mas que sempre reduz o valor humano daqueles sobre os quais exerce seu controle (e, no limite, sua função assassina). Agamben ainda coloca que a soberania implica outro paradoxo: a suspensão da lei que lhe permite agir com atos de força que têm a força da própria lei.

O soberano está dentro e fora do aparato legal. Ora, esta posição de força determina todo o modo de operacionalização do poder. *É por meio dela que se pode decretar estados de exceção e fazer da exceção um estado permanente.* Tendo em vista que a soberania atua sobre a arena internacional (território sem fronteiras), o eixo anglo-americano consegue fazer com que o discurso de combate ao terrorismo adquira uma nova configuração. No pós 11 de setembro, apontam os autores, houve uma desterritorização do poder soberano e, acrescentamos nós, reconfiguração temporal – a guerra ao terror se torna permanente de forma que o estado de exceção é normalizado. Novo espaço de poder; nova temporalidade de poder. As categorias tradicionais de tempo e espaço, pensadas pela política tradicional são redimensionadas.

Então, se perguntam os autores, qual a nova cartografia moderna das relações internacionais? O discurso moderno de guerra ao terror teria, em primeiro lugar, justificado a excepcionalidade dos tempos modernos e, por isso, levado a uma nova configuração militar e policial da ordem mundial. De acordo com as premissas deste raciocínio, o panorama internacional se encarna em uma hierarquia de países e territórios, habitados por populações que devem estar sob domínio e vigilância de Estados soberanos ocidentais. Estas populações, reduzidas ao seu mínimo biológico, tendem a ser berços de atividades “terroristas” que

estariam pondo em risco o bem-estar de populações ocidentais, o que, infelizmente – segue o raciocínio -, leva à necessidade de intervenções militares. Regimes de verdade, poderio militar, controle de subjetividades (por meio da psique do medo, disseminada nos meios de comunicação de massa). Talvez, portanto, seja justamente na construção de uma nova psique moderna, calcada na fobia, que os meios de comunicação estejam exercendo seu papel, isto é, sua contribuição à legitimação das invasões no Oriente Médio.

Para os autores, estes novos sujeitos, cujas vidas são praticamente despidas de valor, criam as condições de possibilidade para intervenções no plano internacional, reconfigurando toda a dinâmica e operação da política moderna. Em grande medida, a nova ordem se constrói sobre a desvalorização de determinados povos, cujo valor permanece na fímbria do substrato biológico. À título de recapitulação, há alguns elementos centrais que podem ser colhidos destas análises. Entre eles, o conceito de “vida nua”, a habilidade do poder soberano de decretar estado de exceção permanente, seguida da desterritorização do poder, e o próprio discurso de guerra ao terror. Parece-nos que estes são os elementos centrais da reconfiguração do poder soberano moderno. As duas modalidades de poder, agora, exercidos sobre massas populacionais já que o poder soberano estaria funcionando como dispositivo interno aos gerenciamentos de massas populacionais.

Portanto, a construção discursiva de uma nova área de interesse, a de segurança humana, foi decisiva para a suspensão de certos fundamentos da lei internacional. Novos conceitos de segurança, novas concepções de direitos humanos, novas situações de excepcionalidade, intervenções. Diante dos atentados de 11 de setembro de 2001, parece ter havido a configuração de pólos de discussão política, calcados na agenda de segurança. Esta agenda parece ser, nos tempos atuais, a grande matriz política de debate público no que tange à legitimação de intervenções, ajuda, crises humanitárias etc. A segurança humana, elevada ao plano internacional como prioridade número 1 das nações ocidentais (Israel incluída), cria as condições políticas necessárias para as estratégias de intervenção. Na opinião dos autores, o paradoxo, aqui, reside no fato de que, antes de justificar as intervenções, a nova discursividade moldou políticas assistencialistas voltadas a populações pobres. Prevenção a drogas (no Afeganistão), luta contra o vírus do HIV (na África), acesso à educação (em Kosovo). No nível biopolítico, parece ter havido uma série de práticas assistencialistas cujo objetivo foi “fazer viver” às massas populacionais de regiões que seriam vitimadas por intervenções genocidas (do poder soberano).

Se para a biopolítica a vida destas populações, em geral, se torna uma das grandes

preocupações de gerenciamento de massas populacionais, o poder soberano – dentro do estado de excepcionalidade – é, por sua vez, usado como dispositivo aniquilador. O poder é sempre um amálgama das mais variadas formas de controle. O estudioso, Btihaj Ajana, no ensaio *Vigilância e Bipolítica*, observa que o poder não precisa ser forçado, mas apenas internalizado através de mecanismos de auto-regulação (Ajana, 2005, p. 6). Para ele, teríamos passado de um modelo de controle disciplinar, cuja estrutura paradigmática é o panóptico, a uma sociedade de controle (aqui ele se refere ao filósofo francês Gilles Deleuze). O controle físico teria sido substituído por controles eletrônicos cujas técnicas e modalidades escapam ao panóptico e, com isso, novas modalidades de subjetivação estariam surgindo. Mas o grande avanço de Ajana consiste na sua utilização do conceito de fronteira. As fronteiras seriam zonas espaço-temporais por excelência onde a vigilância confere substância ao funcionamento biopolítico e à manifestação do biopoder (Ajana, 2005, p. 8).

O estudioso aponta que a fronteira não pode ser compreendida como o limite de um território. Ao contrário, ela é infinitamente atualizada dentro de processos mundanos de administração internacional e organização burocrática, diluindo a lógica dualista do dentro e fora sobre as quais a soberania ocidental é calibrada (Ajana, 2005, p. 9). Mais do que limite, a fronteira é de “natureza polissêmica” (Balibar), onde seu sentido político é constantemente formado e ressituaado a partir de um princípio dual que seleciona os regimes de circulação. O apartheid internacional se encarna nas fronteiras, assim como ele também é exercido nos territórios palestinos, pedaços de fronteira adensados. Por isso, as fronteiras se transformam em zonas específicas de vigilância, isto é, espaços onde os controles disciplinares são atualizados em função de mecanismos mais amplos de gerenciamento populacional. Logo, nas fronteiras a modalidade de poder se conformaria seguindo estratégias micro e virtuais de vigilância e rastreamento cujos efeitos seriam absorvidos, em nível mais geral, atuando dentro de critérios étnicos de controle de massas populacionais. Pequenas disciplinas, grandes regulações de segurança. As modalidades de poder não se excluem; ao contrário, articulam-se em um processo altamente complexo de funcionalidades.

Submetidas a triagens, essas massas populacionais estariam fadadas a permanecer nas fronteiras e, com isso, vivem uma vida que é mais espera do que tudo, uma não vida. O gerenciamento destas vidas teria como condição a figura encontrada por Aganbem no Direito Romano, o *Homo sacer*, cuja morte caiu no abismo da insignificância (Ajana, 2005, p. 10). A biopolítica das fronteiras, por outro lado, não atuaria no espaço fronteiro apenas, ela seria atualizada por mecanismos e instituições internas ao próprio Estado e, no limite, internalizada

pelos sujeitos. Hospitais, aparato policial, os próprios cidadão atuariam, portanto, como dispositivos co-extensivos da biopolítica da discriminação. Como resultado, as instituições se tornam “sentinelas de fronteiras”, de tal forma que os controles de imigração, capilarizados no tecido social, atingiriam uma espécie de ubiquidade. As modalidades de poder disciplinar e biopolítico estariam inscritas na política da fronteira nos mostrando, nas palavras de Ajana, como disciplina e controle estão se misturando no interior da realidade biopolítica através da hibridização de técnicas de gerenciamento e da dispersão da rede de controle (Ajana, 2005, p. 12). Os territórios palestinos, sob regime de apartheid social, também adquirem uma polissemia própria, constantemente redefinida pelos dispositivos de poder israelense. Espaços de inclusão de excluídos, os territórios são zonas fronteiras paradoxais por excelência, onde vigilância, triagem, ocupação, exclusão e poluição de resíduos químicos constroem uma zona de ninguém.

Eduardo Mentieta, outro estudioso de Foucault, afirma que não podemos nos esquecer de que o filósofo francês não tem uma teoria do poder, mas um conjunto de narrativas e de hipóteses sobre como o poder se exerce. Para o especialista, há, porém, um elemento fundamental: o de que o poder não se exerce sem uma economia de verdade. Por isso, seguindo, conformando, abrindo terreno, contribuindo para a execução dos dispositivos de poder, sempre encontraremos regimes de verdade, densas narrativas de legitimação de poderes de invasão. Se todo discurso histórico produz os objetos que estuda, a emergência do biopoder é correlata do surgimento da população. Para Foucault, a emergência da racionalidade política é diretamente ligada à constituição do objeto sobre o qual ela precisa agir (Mendieta, 2002, p. 6). O ponto nodal, aqui, é o de que não há razão alguma atrás do poder político; ao contrário, encontramos estratégias operacionais de controle. E, tendo em vista o biopoder, o que está em jogo não é a razão, mas a estratégia mais efetiva de controle populacional a partir das características biológicas da espécie humana.

A efetividade destas estratégias somente pode ser levada a cabo se aos mecanismos de poder estiver atrelado um discurso produtor de verdades. Já dissemos que a aceitação da morte nesta sociedade se torna possível por meio da introdução do racismo nos dispositivos do Estado. Por isso, a função homicida do Estado – na modalidade do biopoder – necessita do racismo para sua *thanatopolitics* (política de morte). Mendieta, porém, acrescenta que o racismo atua, agora, em sociedades burguesas liberais, normaliza a guerra e faz da guerra uma condição permanente da sociedade, e, para tanto, tem de mascará-la. *A implicação é de que o racismo, permeando a produção de discursos de verdade, estaria na nervura da subjetividade burguesa, construída pela*

internalização inconsciente da guerra. Como corolário, ao estudioso cabe estudar as instituições responsáveis por esse processo de normalização social.

Grosso modo, vimos como o panorama internacional é irrigado por uma série de discursos de verdade que atuam no sentido de construir uma ordem mundial que esteja sob o domínio de grandes potências. Uma das estratégias básicas para o estabelecimento deste vasto domínio – calcado na manutenção do estado de exceção permanente - é a “vida nua”, isto é, o *homo sacer*. O poder não é exercido sem a categorização de suas vítimas. Para isto, o biopoder insere o racismo no interior dos mecanismos do Estado moderno, legitimando sua potência assassina. Por outro lado, dada a complexidade das relações internacionais, várias destas modalidades de poder, como a disciplinar e a biopolítica, podem atuar conjuntamente. É o caso das fronteiras e regiões territoriais em ocupação, nas quais a disciplina pode ser exercida como função regulamentar de mecanismos mais amplos que buscam exercer controle sobre massas populacionais. Portanto, as fronteiras e, no nosso entender, os territórios ocupados são, também, dimensões onde várias modalidades de poder se sobrepõem, comutam e se articulam continuamente. A época atual é muito mais um complexo arranjo destes poderes dispersos do que sua substituição seqüencial.

Agora, é necessário criticar os limites do arsenal foucaultiano. Em linhas gerais, Foucault tende a dissolver as relações de classes e os mecanismos sócio-econômicos de domínio. Ao não apreender as divisões de classe, o filósofo as comuta em relações individuais onde o professor e o aluno, o juiz e o acusado, suplantam, despolitizam e dissolvem as classes implicadas em cada um dos sujeitos. É preciso, também, disparar em Michel Foucault para, desta forma, reintroduzir a matriz filosófica em questão dentro do pensamento marxista.

2.5 Disparem em Michel Foucault

No estudo *Bipoder y Biocapital. El Trabajador como moderno Homo Sacer*, de Jaime² Osório, o autor procura mostrar os limites do conceito de biopoder, propondo sua substituição por biocapital. A princípio, Osório acompanha os comentaristas tradicionais e aponta que o conceito de biopoder se funda em um momento histórico específico, a entrada dos fenômenos da vida (a espécie humana) nas ordens do saber e poder. O que implica que o biológico passa a se refletir no político. Temos, portanto, as duas séries tradicionais (a do corpo e a da população), formando os pólos do diagrama mencionado por Rabinov e Rose. Como corolário deste processo, o domínio sobre o indivíduo ocorre ao nível da vida e, por

² Este ensaio nos parece, de fato, a crítica mais certa e construtiva a Foucault.

extensão, conclui ele, o biopoder foi essencial ao desenvolvimento do capitalismo -, sistema de inserção controlada dos corpos na produção.

Em função disto, o biopoder teria feito um ajuste entre o crescimento populacional e as forças produtivas. Mas para Osório, a verdadeira forma de poder sobre o corpo humano estaria articulada em uma relação histórica específica, a de capital-trabalho. Seria, em linhas gerais, essa relação tanto o ponto nevrálgico de articulação de sentido das relações sociais quanto o modo de exploração da espécie humana, na modernidade. Marx aponta que as forças criativas e vivas não estão separadas da corporeidade viva do trabalhador, isto é, não há possibilidade de disjunção entre a força de trabalho e a existência do trabalhador. Deste modo, a mercadoria é, por extensão, fruto da própria existência do trabalhador. Sem vida e corpo, enfim, sem corporeidade viva não haveria força de trabalho, ambas estão ontologicamente unidas. Portanto, no âmbito da troca, a própria existência do trabalhador é que estaria em jogo. Por outro lado, o descanso biológico seria destinado apenas à recomposição do corpo e não à ruptura da própria exploração.

Es em estas coordenadas donde se encuentran los puntos nodales del poder del capital sobre la vida y la base de una teoría del biopoder em el capitalismo (Osório, 2006, p. 81). Além disto, a liberdade de direito dada ao trabalhador para vender sua força de trabalho (todos “livres” diante da lei) cria as condições das quais o capital (essa relação social) precisa para se reproduzir. Ao naturalizar todo o processo, o trabalhador se submete ao regime de produção, sem questioná-lo como construção histórica. Por isso, Osório aponta que a verdadeira compreensão da violência cometida contra o trabalhador reside na concepção de capital entendido como relação social de mando e domínio, de um lado, e de vínculo de exploração econômica, de outro. É por meio desta solda político-econômica que a vida do trabalhador é apropriada, explorada, dominada e, por isso, sua corporeidade, diluída.

Neste ponto, Osório esclarece que tanto Foucault quanto Agamben deixam de lado o ponto nodal de toda sociedade capitalista -, a relação capital-trabalho. De forma que a construção de uma teoria do biopoder não leva em consideração o capital como relação social fundamental para a produção de sentido do mundo moderno e para a destruição da existência (inclusive a corporal) do próprio trabalhador. Para ele, é nesta relação:

donde reposa el punto nodal para la comprensión del ejercicio del poder sobre la vida em este ordenamiento societal. Ambos autores (Foucault, Agamben) asumen una perspectiva que *despolitiza el análisis, a pesar de sua aparent radicalidad*, ya que diluyen los referentes sociales vinculados em lãs nociones de poder y de biopoder. (OSÓRIO, 2006: p.87)

A grande questão, portanto, reside na despolitização foucaultiana do poder na medida em que ele teria diluído as coordenadas sociais de classe. E, conseqüentemente, criado uma rede microfísica de poder descentralizada, diluída no corpo social em seus mais variados níveis. Essa teia se encarnaria em relações de poder do tipo psiquiatra-paciente, professor-aluno, pais-filhos, sem apreender o sentido próprio do capital como relação social única de construção de sentido (e poder!) no interior da sociedade capitalista liberal moderna. Vale ressaltar que o capital é, sobretudo, relação de domínio e de exploração social. Foucault habla del poder como relación, pero al diluir las clases sociales y sus intereses em la infinidad de puntos donde el poder se ejerce, las relaciones sociales entre aquellas pierden el sentido social própria del capital [...] (OSÓRIO, 2006, p. 87).

O que sobra é uma microfísica – altamente complexa, sem dúvida -, mas despolitizada e diluída de suas origens sócio-históricas. Toda teoria do biopoder, neste sentido, tem de levar em consideração a premissa de que a força de trabalho é um dos elementos da corporeidade viva do trabalhador (da sua própria existência). Por outro lado, já que o capital tende a extrair a força de trabalho e, por isso, a vida do trabalhador, ele o reduz ao seu mínimo biológico. É a própria “vida nua” de Agamben, encontrada em um regime histórico moderno de exploração. Enfim, o poder do capital, ao tomar conta da vida, teve acesso ao corpo humano e, naturalmente, à própria corporeidade viva do trabalhador, explorada e desfalcada de suas energias vitais no cotidiano do processo de exploração trabalhista. Foucault acaba encobrendo a relação capital (domínio e exploração) sob o denso véu da microfísica do poder e, por isso, contribui para a fetichização do próprio capital (agora revestido novamente por uma rede diluída e descentralizada).

Para Osório, o capital se apropria de um “plus de vida”. Se o trabalhador moderno está sob o signo do “fazer viver”, Foucault não teria percebido a própria lógica contraditória que rege as relações do capital. Por um lado, tal relação se volta para a recomposição das forças do trabalhador; por outro, ela coloca sua vida em interdito. É esta lógica dual que, no limite, termina açambarcando a vida. Essa defasagem entre a gestão populacional pelo corpo (mecanismo biopolítico) e seu interdito pelo capital (relação de domínio e exploração capitalista moderna) não encontra espaço de resolução em Foucault. Portanto, o “fazer viver” dos mecanismos de gestão populacional modernos não consegue apreender a função de interdito sobre a vida. Antes de ser gerenciada, esta mesma vida é submetida à exploração e, por isso, é interditada, antes de tudo, em sua corporeidade. Antes do biopoder, já havia o biocapital. E, desta forma, a análise do surgimento da população, como conceito, e do

processo de urbanização tem que ser repensada na medida em que, no mesmo período histórico, as classes sociais estavam se constituindo. Mais do que a população, a história do século XVIII é a história da construção de um sistema histórico específico, calcado em diferenças objetivas de classes. Foucault parece não ter percebido que, sob o signo da população, o que estavam em construção eram as divisões sócio-históricas do próprio capitalismo e seus mecanismos de controle de classes subalternas e de segmentos populacionais que precisavam ser inseridos no sistema nascente.

Tendo em vista a crítica de Osório, a questão consiste em formular um espaço teórico que nos permita apreender os pontos de vista de Marx, Foucault e Immanuel Wallerstein. Em outras palavras, articular as tradições de forma que o que cada pensador não viu possa ser suprido pelo ponto de vista do outro. A primeira consequência é a de que a substituição do biopoder pelo biocapital, como aventado por Osório, não seria a saída mais frutífera. Levar ao limite uma operação intelectual deste porte implicaria jogar por terra o instrumental foucaultiano *in toto* e, por isso, deixar de apreender uma série de relações de poder que não foram vistas por Marx e Wallerstein. O que Marx descobriu foi uma nova relação social que implicava não apenas exploração, mas modos específicos e históricos de domínio. A separação entre o trabalhador e os meios de produção levou a uma reconfiguração do modo de produção moderno, tendo o capital como elemento nodal de produção de sentido, domínio e exploração. Como a força produtiva é ontologicamente inseparável da corporeidade viva do trabalhador, o domínio se exerce, no limite, sobre o corpo cuja existência é posta em interdito.

O ponto de articulação seria, portanto, a inserção do arsenal foucaultiano na relação social apreendida por Marx de forma que a descentralização da microfísica do poder seja instaurada dentro da relação capital-trabalho. Se o capital é uma relação social de domínio e exploração, a rede do poder foucaultiano partiria deste ponto para, então, se espalhar pelo tecido social. Como consequência, as referências sociais antes diluídas – as classes sociais e seus interesses - seriam rearticuladas como lugares estratégicos de produção de sentido e domínio a partir das quais a microfísica das teias açambacaria o social. As relações descentralizadas e hierarquizadas (pais-filhos, psiquiatra-paciente, professor-aluno) seriam inseridas no interior da relação social de domínio por excelência da sociedade moderna (o capital). E, por serem reinseridas, as relações antes individualizadas seriam percebidas sob o ponto de vista de relações sociais mais amplas, implicando divisões de classes objetivas. Este deslocamento, portanto, acabaria com o binarismo foucaultiano, substituindo-o por

relações de classes, encarnadas em mecanismos de poder descentralizados. A família passaria a ser vista como um campo capitalista ao passo que as relações médico-paciente, juiz-acusado etc seriam, na verdade, representações de conflitos de classe. A microfísica é outra tática do capital.

Neste sentido, os efeitos de poder oriundos destas relações esparsas e descentralizadas seriam abarcados por mecanismos mais abrangentes e genéricos, que, por sua vez, seriam captadas por divisões de classe (porque nelas nasceram). A produção de efeitos de poder tem sentido na medida em que possui um núcleo específico, uma origem -, as relações de domínio e oposição entre classes. São elas que se beneficiam dos efeitos de poder que nelas nascem.

A estrutura social das sociedades modernas em classes ainda permite apreender as relações de poder soberano, disciplinar e de biopoder sob o signo da relação capitalista. Portanto, ao invés de aceitarmos a generalidade do “fazer morrer” ou do “fazer viver” modernos, nós a apreenderíamos historicamente, inserindo as gestões populacionais e os dispositivos de morte dentro da hierarquia capitalista das nações modernas. Mas, para tanto, precisamos inserir outro instrumental que nos auxilie a apreender o que Marx e Foucault não viram – Immanuel Wallerstein.

Wallerstein concentrou sua análise da estrutura relacional capitalista, em âmbito internacional. Por meio do sistema-mundo, categoria analítica fundamental, o autor acompanhou a estruturação da sociedade capitalista desde o século XVI até o período atual. Ao se espalhar pelo globo terrestre, o capitalismo determinou uma verdadeira hierarquia entre nações, divididas, grosso modo, entre as responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas e produtos elementares e aquelas que se incumbem do processo tecnológico de ponta. Estas últimas configuram o pólo desenvolvido. Portanto, a exploração pode, também, ser encontrada em nível internacional por meio da divisão entre nações desenvolvidas e “periféricas”, categorias analíticas que somente tem sentido dentro do escopo maior do sistema-mundo³. Para os propósitos, desta parte, basta o esboço de sistema-mundo como conceito que apreende a construção sócio-histórica do capitalismo até seu pleno desenvolvimento nos dias atuais. Processo que culminou com a divisão internacional do trabalho e exploração, que liga Estados poderosos e companhias multinacionais. Se, para Foucault, o modelo do poder soberano, na Europa Medieval, foi a figura do monarca

³ No capítulo de Relações Internacionais, iremos detalhar o conceito de sistema-mundo e sua importância para nossa análise.

absolutista; agora, seu diagrama é um conjunto que articula Estados-nação e multinacionais. O poder moderno, em âmbito internacional é, sobretudo, o sistema-mundo, essa hierarquia entre países capitalistas.

Tendo em vista esse dado sócio-histórico, as questões que devem ser apreciadas por essa dissertação têm como base teórica central a categoria do sistema-mundo. Não mais quem exerce o poder, mas que relação de forças históricas e capitalistas forma, dirige, compõe e, enfim, exerce o poder? Mas uma relação que tem uma origem específica – a divisão e hierarquia entre nações no plano internacional. O “quem”, no nosso entendimento, deve ser substituído pelo feixe de relações que constitui, cria e recria o poder em um sistema histórico específico e concreto.

Como consequência desta digressão teórica, teríamos, portanto, uma estrutura internacional fraturada entre países, um eixo América do Norte-Europa e o restante do planeta. Em outras palavras, o capital como relação de domínio, exploração e produção de sentido e uma densa e complexa rede de poder, nascida desta hierarquia e se espalhando pelos mais diversos níveis. Neste sentido, os mecanismos biopolíticos do poder seriam um dos aspectos centrais dessa relação aos quais se articulariam dispositivos de função assassina. Os centros de poder dessa rede seriam conjuntos relacionais (países hegemônicos e multinacionais). Ao mesmo tempo, é preciso pensar biopoder e biocapital como elementos articulados que se referem ao mesmo processo de domínio, exploração e controle, partindo do princípio de que o ponto central repousa sobre a relação de exploração capital-trabalho.

Agora, veremos como a mídia pode agir como instrumento regulador de comportamento por meio da construção de agendas de segurança inscritas na psique do medo.

2.6 Mídia e controle populacional

Para finalizar a elaboração conceitual, gostaríamos de tecer algumas relações entre o instrumental teórico desenvolvido, especialmente o foucaultiano, e os meios de comunicação de massa. O saudoso sociólogo Gilberto Barbosa aponta, ao comentar o conceito de biopoder, que se trata de uma modalidade nova de poder cujo foco central reside na preocupação com o sentido estratégico e político das formas de controle e dominação sobre o corpo (Barbosa, 2008, p.11). Os *mass media*, no caso, seriam um dos “vetores” destes dispositivos de poder voltados para regularização e normalização de comportamentos sociais. As implicações da análise apontam para várias direções. Produtores de discursos de verdade e normalizadores sociais, estes dispositivos, portanto, se articulariam sobre o ponto nodal da

subjetividade moderna. O estudioso destaca quatro formas singulares de saber-poder que estariam percorrendo a mídia: eleições, saúde, criminalidade e guerra.

O caráter normativo da mídia pode ser visto claramente nas reportagens que cobrem a vasta área de saúde, uma enorme e sofisticada agenda de controle social e monitoramento de comportamento (Barbosa, 2008, p. 13). Por meio de uma pauta hipocondríaca, a mídia estaria prescrevendo normas de comportamento social atinentes à vida e aos cuidados com o corpo. A mesma modulação comportamental pode ser detectada no que tange à criminalidade, construindo por meio do controle do imaginário (Luiz Costa Lima) um populismo punitivo no Brasil (André Gaio). O populismo punitivo, porém estaria engendrando na psique social o que o autor chama de pânico norteador do núcleo neurótico das populações. O controle se efetiva pela gestão da psique do medo (esse é um dos pontos centrais que iremos desenvolver em nossa análise posterior). Fundamental, aqui, é também se compreender a guerra como a maior empreitada a serviço da política de controle populacional (Barbosa, 2008, p. 15).

Além disto, cabe apreender as implicações da guerra como princípio de inteligibilidade do real. Neste sentido, Salgado extrai várias conclusões que devem servir de balizamento ao estudioso. Se a política é a guerra continuada por outros meios (inversão do dito de Clausewitz, já abordado anteriormente), toda ação humana é política. Daí, podemos inferir que o estado de guerra permanente levaria à busca e gerenciamento de mecanismos de controle e dominação permanentes. Ora, tendo em vista a perenidade da guerra, o controle envolve “todas as esferas sociais”, desde o micro ao macro. As disputas hegemônicas deixam de ser apenas ideológicas e se alçam ao terreno das lutas epistêmicas (o que, no caso, desloca Salgado para o campo foucaultiano em relação ao marxismo). Daí, a necessidade de uma teoria que dê conta de toda essa nova configuração bélica refletida no terreno hermenêutico.

Este novo modelo insere os meios de comunicação como ponto nevrálgico dos dispositivos de saber-poder da sociedade capitalista e, paradoxalmente, comuta tais dispositivos em diferentes áreas. Para Salgado, as estratégias midiáticas de guerra servem *a posteriore* para utilização política (Salgado, 2008, p.16). Para concluir, as tecnologias de segurança são o correlato da emergência de um novo poder pastoral cujo princípio reside na seleção populacional e no monitoramento demográfico e territorial. É dentro do neoliberalismo que todas estas tecnologias surgem, regulando comportamentos em um novo panorama econômico. O governo dos homens chegaria ao seu limiar pela modernidade biológica (Salgado, 2008, p. 18). O *homo economicus* se funde ao *homo comportamentalis*.

O que implica um tipo específico de arte de governar que Foucault aponta como a governamentalidade, isto é, conjunto de práticas e teorias de governo que adquirem sua plenitude no neoliberalismo. Vinculado ao gerenciamento de massas populacionais, o governamentalidade lança mão dos conhecimentos desenvolvidos pela Economia Política para controle deste novo objeto de saber (a população). Apesar de o conceito ser altamente técnico, elaborado nas primeiras aulas de *Segurança, Território e População*, Foucault, gradativamente, utiliza-o de forma mais livre. Até que, por meio de vários deslizamentos conceituais, já em *O Nascimento da Biopolítica*, governamentalidade está para “arte de governar”. Para nós, o importante é usá-la como um conjunto não apenas de dispositivos, mas de práticas e reflexões sobre a arte de conduzir almas, gestada no tecido social, e que foi, por um complexo processo, reinsertada nos modos de operação do Estado moderno. Portanto, de arte de conduzir almas (dentro de uma concepção do pastorado cristão), ela se desenvolve como modo operacional e reflexão de controle governamental nas mãos do Estado.

Nas últimas linhas, portanto, vimos os meios de comunicação como vetores do biopoder no sentido de dispositivos de regularização de comportamentos sociais. Sua eficácia reside, em grande parte, na capacidade de construir agenda social capaz de gerir massas populacionais pela psique do medo. Como a guerra é considerada princípio político-abstrato permanente, a gestão tem de seguir a mesma permanência, desenvolvendo mecanismos de dominação. O controle social, daí oriundo, envolve todas as esferas sociais, inclusive a mídia, enquanto ponto nevrálgico da relação saber-poder. Neste sentido, as estratégias da guerra também podem ser percebidas – mais tarde – como estratégias político-midiáticas. Em outras palavras, a tecnologia política e cotidiana é, grosso modo, o resultado do desenvolvimento de técnicas bélicas que são, posteriormente, repassadas (e revendidas) à população. Este processo de repasse político-tecnológico, por outro lado, é fundamental para a compreensão do modo como a guerra determina a construção da percepção humana moderna.

As tecnologias de segurança midiática, ainda, podem ser compreendidas como novas modalidades do poder pastoral, forma de controle e domínio de mentes e corpos cujo modelo primeiro residia na figura de Moisés e dos pastores da região mediterrânea. Tendo em vista que as raízes desta modalidade, nos dias atuais, residem no sistema-mundo, a dimensão econômica tende a estar, cada vez mais, por meio da mídia, conformando e regulando comportamentos. Fato que, por outro lado, deve sempre ser matizado por análises de recepção (apesar de não ser o objetivo do presente trabalho).

Agora, analisaremos a importância da análise dos meios de comunicação não mais

como armas em um conflito, mas como espaço social de conflitos, ou seja, campo social no qual lutas são travadas constantemente. Estes conflitos pelo monopólio do direito de ter a última palavra sobre o real são construções simbólicas sobre o real. Com a economia das trocas simbólicas, podemos destacar a formação dos universos sociais dos meios de comunicação e apreendê-los no processo político-simbólico de construção, seleção da representação (sempre em disputa) da vida e, principalmente, das guerras.

2.7 A noção de campo

Um dos aspectos centrais do pensamento de Pierre Bourdieu consiste na articulação entre diferentes tradições de pensamento que, até então, pareciam excluir umas às outras. O procedimento teórico de Bourdieu, no caso, se deu no sentido de articular as diversas matrizes de pensamento de forma que fosse possível construir um espaço teórico capaz de integrar Marx, Weber e Durkheim. Grosso modo, as funções de integração lógica e sociológica dos sistemas religiosos, uma vez transplantadas para sociedades complexas, adquirem novas configurações. Estes sistemas passam a exercer funções políticas de legitimação de divisões de classes que, neste tipo de corpos sociais, são recobertas pelos símbolos religiosos. A visão internalista de Durkheim se articula à perspectiva weberiana e marxista, cujas obras analisaram as funções de legitimação social da religião. Se Marx havia apreendido a relativa autonomia religiosa, Weber tinha percebido que, na verdade, o conteúdo das mensagens está para o tipo de público ao qual ela se destina. Portanto, o trabalho de confecção técnica das formas religiosas pelos sacerdotes é introduzido no sistema de integração sociológica, em corpos sociais divididos em classes.

Quanto à tradição marxista, Bourdieu retém vários de seus grandes ensinamentos – especialmente, a formulação de uma teoria sobre a dominação, pois sociedades são corpos sociais divididos em classes antagônicas, historicamente em luta entre si. Ora, partindo desta premissa, Bourdieu privilegia os antagonismos de classe. Privilegia-os enquanto acesso singular a uma compreensão mais rica e clara de sociedade, também compreendida como um conjunto de relações de força construídas ao longo da história humana. No entanto, Bourdieu procede a uma série de rupturas com a teoria marxista que, em linhas gerais, poderiam ser sistematizadas em quatro grandes reformulações. O que está em foco, no caso, são os conceitos de classe e de mecanismos de dominação em Marx. O que Bourdieu faz é anexar aos mecanismos de dominação, apreendidos magistralmente por Marx, uma série de outras estratégias altamente complexas, os sistemas simbólicos.

O domínio não é apenas força ou relações de força. O domínio é também simbólico na medida em que articula a dimensão sócio-econômica à simbólica. Portanto, a legitimação simbólica é a nervura da dominação, de sua manutenção e de seus processos de reprodução. Ela se articula com as relações de força – como as relações de produção, em termos marxistas – para manter o domínio. Em linhas gerais, as rupturas são:

- a) Marx teria privilegiado as substâncias. Toda a ênfase é dada aos grupos reais em detrimento das relações entre tais grupos ou classes que, na verdade, são constitutivos de uns e outros. Os grupos/classes surgem na sociedade a partir de sua relação de oposição e não anteriormente a elas;
- b) Bourdieu ainda critica a ilusão intelectualista que faz com que se confunda a “classe teórica”, no papel, elaborado pelo pesquisador, e a “classe real”, na realidade objetiva, onde os agentes estão em interação uns com os outros;
- c) a ruptura com o economismo é, de fato, uma das mais importantes, pois o pensamento marxista havia reduzido a realidade social, espaço multidimensional por excelência, à sua dimensão econômica. A posição que o agente social ocupa nas relações de produção se convertia na única coordenada capaz de explicar sua trajetória social. Logo, toda a multidimensionalidade do social era reduzida ao econômico. Há outra consequência imediata: os conhecimentos e bagagens intelectuais adquiridos ao longo da vida do agente são escamoteados. Não há, portanto, a possibilidade de se proceder a uma articulação entre as diversas coordenadas do universo social – intelectual, econômico, social e cultural -, já que o econômico determina tudo. Isto ocorre porque tais coordenadas não são (dentro da tradição marxista) elementos pertinentes de compreensão (e análise) da trajetória, posição e estratégias sociais dos agentes. Portanto, o economismo esquece as oposições constitutivas dos espaços sociais (a noção de campo será explicada adiante), reduzindo tal universo ao jogo de oposições proprietário/não proprietário;
- d) ruptura com o objetivismo. O marxismo havia ignorado as lutas simbólicas travadas no interior dos campos sociais. Em outras palavras, o móvel de todas as lutas entre os agentes sociais consiste no sistema de representações do mundo social e não somente na realidade objetiva.

A questão que surge desta amálgama de rupturas é: qual a principal diferença que poderia nos guiar até o momento? Grosso modo, elas podem ser sintetizadas na ênfase que Bourdieu concede à força do sentido. As sociedades não são apenas espaços sociais onde as relações de força dão a última palavra; ao contrário, estamos diante de uma abordagem que privilegia a articulação de diferentes dimensões sociais. E por dar tamanha ênfase ao sentido, o foco da análise leva em consideração todo tipo de relação e domínio simbólicos. O modo como os símbolos podem, ao recobrir, de forma transfigurada, as relações objetivas de divisão social, legitimar diferenças sociais. Opera-se, desta forma, um salto das lutas de classes às lutas simbólicas. Ou melhor, as *lutas de classes são, agora, estendidas às lutas simbólicas*, encarnadas em sistemas de classificação e distinção.

Bourdieu aponta que a realidade não funcionaria se não fosse reconhecida como legítima. A construção deste mundo, portanto, tem que levar em conta as relações de produção econômicas (a verdade objetiva) e todo o sistema de representações dos agentes sociais (a verdade subjetiva). Construir o universo social implica, na verdade, articulá-lo nas suas duas dimensões de verdade. O mesmo pode ser dito quanto ao recorte dos objetos – o que se pensa sobre o mundo faz parte do próprio mundo e do objeto a ser construído. As “pré-noções” (no sentido de Durkheim) fazem parte da construção do objeto.

Pensar a ação social pelo sentido que os indivíduos lhes conferem nos remete, naturalmente, à Weber. Por meio de sua sociologia compreensiva, Weber procura mostrar que a ação humana é compreensível quando se consegue apreender o sentido a ela atribuído. Portanto, o que está em jogo aqui é o próprio papel das representações sociais. O universo social é pensado como um espaço de lutas cujo móvel é o sistema de representação criado pelos agentes sociais. Na medida em que leva às últimas conseqüências a multidimensionalidade social, Bourdieu sofisticou a sociologia compreensiva weberiana. São apreendidas várias dimensões do social que devem ser analisadas como coordenadas específicas, responsáveis tanto pela trajetória dos agentes quanto por sua posição social. Capital cultural, intelectual, social e econômico são interligados como elementos que, articulados, se tornam definidores da avaliação das atitudes dos agentes sociais.

Existe ainda outro elemento de continuidade com o pensamento weberiano que, por ora, também gostaríamos de apontar. O conceito de legitimidade. Como o poder se mantém? Quais são os elementos que se relacionam à força bruta para que o poder se mantenha e se reproduza, uma vez que ele não poderia se perpetuar na sua brutalidade última? Em termos weberianos, como governar sem coagir? São três os tipos clássicos de legitimação

encontrados por Weber: a) tradicional; b) carismática e c) legal-racional. A primeira diz respeito ao “eterno ontem”, tendo o passado e a tradição como fontes de resolução de divergências e matriz de significados. A segunda pode ser encarnada no profeta que usa de seu carisma para angariar seguidores, já que não dispõe da estrutura estabelecida de um aparato, como os sacerdotes mantidos pela igreja. A legal-racional estaria vinculada à emergência do aparato burocrático moderno, na figura do Estado moderno, com suas normas e legitimação legais.

O ponto fundamental para a análise de Bourdieu consiste em saber quais os mecanismos de legitimação que fazem com que os dominados aceitem um sistema que os exclui. Mas há outro ponto ainda mais complexo. Quais os mecanismos que fazem com que os dominados (em conjunto com os dominantes) participem de um mesmo consenso quanto à ordem pública? Quais as estratégias de fabricação de consenso que vinculam tão tenazmente dominados e dominantes, apesar de suas posições excludentes e antagônicas? A questão não diz respeito apenas à legitimidade – algo já estabelecido – mas aos mecanismos, dinâmica e estratégia de legitimação. É a própria dinâmica do processo que está em jogo e a melhor forma de descrição de seus mecanismos de legitimação. A problemática dos arbitrários culturais legitimados decorre disto (Bonnewitz, 2003, p. 24)

Neste sentido, o estruturalismo genético busca analisar dois aspectos centrais da realidade social. Primeiro, as estruturas objetivas, isto é, as estruturas dos campos (universos sociais), nas quais se inserem os agentes que, a partir de suas posições, lançam mão de estratégias. Lances pelos quais mantêm ou ganham suas posições nestes campos. Por outro lado, Bourdieu busca apreender a gênese das estruturas mentais. Em outras palavras, os esquemas de percepção e apreciação dos agentes sociais são concebidos como sendo, em grande parte, o resultado da incorporação das estruturas sociais. As representações, portanto, são formadas pela inserção particular dos agentes em uma sociedade dividida em classes. Ora, neste caso, estamos diante de um método que busca, ao mesmo tempo, apreender tanto a gênese das estruturas objetivas quanto a das mentais, articuladas no conceito de *habitus*.

Vimos, em linhas gerais, que Bourdieu se preocupou em manter o legado marxista, em seus pontos centrais, e estendê-lo, ao plano simbólico. Por outro lado, ao privilegiar a subjetividade, o autor se insere dentro da matriz weberiana, na medida em que a realidade objetiva somente pode ser mantida por meio de um complexo processo de legitimação. Desta forma, a análise recria a realidade objetiva como uma dimensão social múltipla, em que várias coordenadas, articuladas, definem a trajetória do agente. Agora, veremos, rapidamente, a

construção da noção de campo, como espaço social construído por meio de posições relacionais, ocupadas pelos agentes, em constante competição entre si, buscando o monopólio da capital referente a cada universo.

2.8 Caso particular do possível

A noção de campo foi definida negativamente em relação a uma série de paradoxos nos quais as ciências sociais haviam se enredado. O primeiro passo na construção da noção de campo levou Bourdieu a superar a visão substancialista que estava na base de seus primeiros estudos sobre o campo intelectual. Trazendo consigo todas as implicações do pensamento relacional, essa noção exigia a mais completa ruptura com o senso comum (a visão fenomênica do mundo). A esta época, o sociólogo francês, que estudava os intelectuais, havia ficado preso entre as relações visíveis encarnadas em autores e editores – de tal forma que a realidade fenomênica terminara por eclipsar as posições sociais ocupadas pelos agentes no sistema de relações estabelecido.

A releitura de *Wirtschaft* foi marcada pela crítica da perspectiva interacionista weberiana. A essa análise interacionista, Bourdieu propôs a construção do campo religioso como *estrutura de relações objetivas* que Max Weber descrevia em forma de uma *tipologia realista*. (Bourdieu, 2000, p. 66) Os especialistas na gestão de bens de salvação foram, portanto, apreendidos em uma “topologia social”, configurada em posições e relações. A noção de campo redirecionou toda a pesquisa em função do emprego do modo de pensamento relacional. E, ao mesmo tempo, abriu a possibilidade de sua utilização nos mais variados universos sociais, na busca de se apreender suas homologias estruturais e funcionais possíveis. O que existe, neste caso, é uma pluralidade das lógicas correspondentes aos diferentes mundos, ou seja, aos diferentes campos enquanto lugares onde se constroem sentidos comuns, lugares-comuns, sistemas de tópicos irreduzíveis uns aos outros. (Bourdieu, 1990, p. 34).

Para o sociólogo, fundamental é apreender que os agentes sociais estão situados em um “espaço social” específico. Por causa disto, é possível compreender a lógica de suas estratégias, de seus lances, “como elas vão classificar e se classificar”. Suas posições, por outro lado, são ocupadas neste espaço social em função da distribuição dos recursos próprios a esse universo – o capital, a moeda corrente, para cujo monopólio se luta. A estrutura de um campo corresponde à estrutura de distribuição de seu capital entre os agentes sociais que ocupam posições objetivas (tendo em vista suas diferentes distribuições). Se cada um destes

universos sociais implica em recursos próprios (o capital), qual a peculiaridade do campo político? Que tipo de produtos são construídos no seu interior? A principal característica deste universo é a produção de instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (Bourdieu, 2000, p. 165). Diante da noção mais genérica de campo, que acabamos de ver, acompanharemos os desdobramentos deste instrumento de forma mais específica, privilegiando a análise da dimensão política.

2.9 Campo Político

Se a própria construção de representação sobre o mundo social está implicada no funcionamento do campo político, seu papel de controle sobre a opinião pública em geral não pode ser desprezado. A distribuição das opiniões entre uma população – seu conjunto de representações – é função direta do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis. É o universo político, portanto, que não apenas se incumbe de produzir conjuntos de representação sobre o mundo, mas, também os distribui e limita. Na sua relação com o universo social mais amplo, o campo político produz um efeito de censura, pois limita o universo do discurso político e, por esse modo, o universo daquilo que é pensável politicamente (Bourdieu, 2000, p.165). Institui-se, por isso, o monopólio da produção e da expressão do mundo social, que fica a cargo dos profissionais da política. Por outro lado, os consumidores oscilam em um dramático círculo vicioso: quanto menor seu capital cultural maiores serão os constrangimentos exercidos sobre sua visão de mundo.

Se o monopólio da representação do mundo é o que está em jogo, sua obtenção implica uma série de lutas específicas cuja lógica se rege pelos conflitos simbólicos. Lutas simbólicas para manutenção ou transformação do mundo social por meio da manutenção ou transformação da visão deste mundo (e de todos os princípios de divisão nele implicados). O que está na base deste jogo impiedoso, porém, é a própria luta pela manutenção ou transformação das divisões de classes por meio dos seus instrumentos de classificação (tanto em nível incorporado quanto objetivo). As condições de possibilidade para a entrada e permanência no campo político implicam a luta pelo monopólio da construção e da difusão da visão legítima do mundo social. E, ao mesmo tempo, o monopólio dos instrumentos de poder objetivados que serão utilizados na produção de representações e na busca de mobilização de grupos sociais.

O autor reflete de forma precisa sobre o ponto em questão ao dizer que o jogo político consiste em uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e de fazer crer,

de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer (Bourdieu, 2000, p. 174). O jogo político é por excelência o jogo simbólico de imposição de visões de mundo que, para se imporem, precisam ser legitimamente impostas. Dentro dos limites cognitivos por ele estabelecidos, a opinião pública é levada a ver, a crer e a se comportar a partir do fluxo de produtos simbólicos emitidos pelo universo político. Na luta política, a divisão de classes é sublimada e redirecionada, em nível simbólico, para a mobilização de grupos sociais. No entanto, a força do discurso não depende de suas qualidades intrínsecas; ao contrário, ela é função de um tipo específico de relação social. O modo como o grupo ao qual ela se destina é capaz de se reconhecer no seu conteúdo. Portanto, a força das idéias não reside na verdade, mas na “força mobilizadora”, a força do grupo que nela se reconhece. É sobre o espelho das identidades que os fatores de mobilização atuam. Grande parte desta força, por outro lado, reside no próprio crédito do autor. Por isso, sua reputação está sempre em jogo (voltaremos a este ponto).

Sintetizando, o campo político define o espaço finito dos discursos suscetíveis de serem produzidos e reproduzidos (Bourdieu, 2001, p. 65). É no seu interior e em função das relações de força nele estabelecidas que se opera a passagem do implícito para o explícito e do subjetivo para o objetivo. É em função desta mesma relação de forças objetivas que *não se operam* tais passagens na medida em que grande parte das questões é censurada. E, por isso, permanecem no campo do impensável ou, pelo menos, do impronunciável. Por isso, estamos diante de uma luta simbólica. O que está em jogo é a capacidade de formulação de veredictos políticos sobre o mundo, os grupos e as classes. É o poder simbólico de definir grupos, questões e discussões e, portanto, de lhes dar existência plena no espaço público. Mas, ao lhes dar existência, o poder simbólico também define o modo como serão vistos, percebidos, pensados, discutidos, enfim, combatidos ou legitimados. Daí, a importância que Bourdieu confere aos conceitos enquanto instrumentos de percepção e cognição historicamente construídos com fins políticos e por fins políticos.

Em seu livro *O Escândalo Político, Poder e visibilidade na era da mídia*, John Thompson, distingue o campo político dos demais universos sociais. Se o campo político produz ações e interações que têm a ver com a política, então devemos, antes de mais nada, apreender o sentido específico de “poder político”. O poder político está interessado na coordenação de indivíduos e na regulação de seus padrões de interação (Thompson, 2002, p. 130). Se há vários órgãos interessados na regulação de indivíduos, o poder político consistiria, na verdade, em um conjunto de instituições (o Estado). Todavia, estes órgãos estão,

primariamente, interessados na coordenação de indivíduos dentro de um território. Por isso, o campo político pode ser concebido como um conjunto de instituições estatais direcionado à coordenação de indivíduos. Um sistema de autoridades cujo objetivo é conformar o agir dos cidadãos. Como a manutenção do poder coercitivo seria, senão impossível, pelo menos dispendiosa, a regulação depende de controles simbólicos, as formas simbólicas que têm por objetivo cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político (Thompson, 2002, p. 131).

Como se trata de conquista e manutenção de imagem política no espaço público, o poder político depende do poder simbólico para sustentar a crença na sua própria legitimidade. Sem o poder simbólico, os profissionais da política não mais teriam a capacidade de influenciar acontecimentos ou mesmo de criá-los. A acumulação de prestígio e reconhecimento é o outro lado da moeda do capital simbólico dos políticos. É por meio da reputação que se luta, se influencia e se intervém neste universo. Em outras palavras, o campo político é o universo por excelência onde a aquisição de reputação se dá por meio do poder simbólico. Os indivíduos que agem dentro do campo político dependem crucialmente, como vimos, do uso de poder simbólico para persuadir e influenciar outros e para articular o curso dos acontecimento (Thompson, 2002, p. 136). Em uma espécie de paradoxo, o poder simbólico é, ao mesmo tempo, meio e fim: a diminuição do capital simbólico implica na menor capacidade de exercício de poder simbólico.

Um “estoque sadio” de capital simbólico é fundamental para condução e participação nas lutas políticas. Por outro lado, o escândalo – ou qualquer outra forma de ataque à reputação - pode acarretar efeitos contrários. Para Thompson, o escândalo pode afetar, ao esvaziar o capital simbólico, as próprias fontes de exercício do poder político. Destruir a reputação de alguém é destruir sua credibilidade e, com isso, sua capacidade de ação no universo político, pois o escândalo atinge as fontes concretas de poder (Thompson, 2002, p. 137), que são simbólicas. Para chegarmos à relação que nos interessa -, a de escândalos e mídia -, é necessário atentar para as características estruturais dos sistemas democráticos liberais. Thompson aponta que, nestas democracias liberais, o sistema partidário é competitivo e as eleições, regulares.

Dentro deste marco eleitoral, o campo político funciona sob uma lógica dupla: a do subcampo político, no interior das instituições estatais, e a do campo político mais amplo que liga políticos e eleitores. Se as eleições se realizam dentro de períodos demarcados, os políticos se vêem obrigados a, constantemente, se apresentarem aos eleitores. A competição

entre profissionais consiste, grosso modo, numa tentativa permanente de desacreditar o oponente. Nos dois casos, porém -, a lógica interna do subcampo e a lógica externa do campo mais amplo -, é sempre por meio do uso do poder simbólico que se obtém prestígio. Elemento de status que, por sua vez, confere poder efetivo nas lutas competitivas implicadas nos dois campos. Se o marco eleitoral consiste na obrigatoriedade de apresentação do político diante do eleitor, os meios de comunicação de massa se tornam espaço nevrálgico. Ponto privilegiado de construção de reputações, a mídia se torna a arena central onde essa luta por poder simbólico é travada (Thompson, 2002, 139).

Na medida em que o político somente tem acesso aos eleitores por intermédio da mídia, ela se torna o meio principal tanto de acúmulo como perda de capital simbólico. Daí, a constante necessidade dos profissionais da área de gerenciamento de visibilidade já que os dois campos – o político e o midiático – se interpenetraram na sociedade moderna. A visibilidade midiática se tornou a condição para a visibilidade política e, portanto, da própria vida política.

Para terminar com a parte referente a Bourdieu, gostaríamos que apontar que por trás do processo de construção dos instrumentos de visão do mundo, está a luta pela definição do que é legítimo. A legitimidade é a fonte de todo o arbítrio social na medida em que a realidade é também uma relação de sentido e que não pode ser mantida e reproduzida apenas através da força bruta. Nos meios de comunicação, o que está em jogo é o monopólio da informação – isto é, um sistema de representação do mundo. Mas uma representação que somente pode se manter, caso se legitime como portadora da verdade, como símbolo que, ao invés de cindir o real, apenas o reporta porque o recorta *sem mais*. Ora, ao se impor como portadora de verdade, ela exerce a violência simbólica por excelência que repousa na imposição de suas categorias de percepção sobre o leitor. Violência essa que se exerce plenamente na medida em que opera com o desconhecimento tanto dos profissionais da comunicação quanto de seus destinatários.

Vimos as especificidades do campo político como espaço privilegiado de luta pela visão de mundo mais legítima e como universo em que se luta pela posse dos meios simbólicos para a construção de prestígio. Como nas sociedades liberais, os pleitos são demarcados, a necessidade de exposição na mídia, leva os políticos a lutarem incessantemente por sua permanência e pela capacidade de imporem sua visão de mundo no espaço público. Dentro deste contexto, o escândalo – mas também a criminalização e o estigma – atingem as fontes concretas do poder político. Ao mesmo tempo, observamos o modo como o campo

político é entrecortado pela mídia, o que faz dos jornais pontos privilegiados de controle de reputação. As visibilidades da mídia e política se articulam e se auto-referem na estrutura das sociedades modernas.

Na próxima parte, desenvolveremos o conceito de esfera pública, como instrumento que pode ser útil na compreensão do espaço midiático, no seu âmbito internacional. No entanto, entendemos o termo como dimensão estruturada por divisões de classe e perpassada por relações de poder. A questão não consiste, sob hipótese alguma, em como as coisas devem ser passar. Ao contrário, nosso interesse diz respeito à apreensão sócio-histórica da realidade social, onde a esfera pública está situada.

2.10 Esfera Pública

Podemos compreender o conceito de esfera pública, em Habermas, como uma rede complexa de comunicação entre sujeitos privados, sem especialização discursiva, que se enraíza na sociedade civil. Ela pode atingir diversas arenas sociais (internacionais, nacionais e locais). Ao invés de simplesmente perceber problemas e temas vinculados ao mundo da vida, a esfera pública seria uma espécie de “caixa de ressonância” capaz de identificar e tematizar assuntos de interesse público. E, por meio desta captação, tais problemas seriam elaborados ou mesmo assumidos pelo Parlamento. Na formulação do conceito de esfera pública, Habermas destaca alguns elementos negativos: o espaço público não é uma instituição ou organização, pois não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis (Habermas, 2003, p. 92). Este espaço tampouco é um sistema, pois se sua estrutura interna pode ser delineada, seu exterior é aberto, e se articula a uma série de outras dimensões sociais. Portanto, o conceito de “rede”, como um conjunto de pontos de intersecção, de contato, nos quais se dá a comunicação entre sujeitos privados.

O resultado deste intercâmbio seria a constituição de um fluxo informacional sintetizado e condensado em “opiniões públicas”. Ora, todo este processo de daria na forma de uma linguagem clara, no sentido de não especializada e transparente ao mundo da vida. Em síntese, portanto, a esfera pública constitui principalmente uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o *espaço social* gerado no agir comunicativo, não com as *funções* nem com os *conteúdos* da comunicação cotidiana (Habermas, 2003, p. 92). Para Habermas, o espaço público seria, neste caso, construído a partir do agir comunicativo tendo o entendimento e o consenso como metas em torno das quais a interação se constituiria. O ponto de partida mais simples para se entender o

desenvolvimento do pensamento do autor é a da interação entre dois sujeitos no momento da fala. O encontro seria a situação na qual os sujeitos do diálogo se concedem a liberdade comunicativa, espaço aberto àqueles “parceiros potenciais do diálogo”.

Ora, este modelo primeiro (e interacionista) é substituído por um modelo mais abstrato e generalizante, onde os “encontros simples e episódicos” cedem lugar a interações desligadas do contato físico. Salta-se, neste processo de abstração, do individual ao público. Neste novo espaço, se instauram os meios de comunicação social, responsáveis pela irrigação da esfera pública e de sua reprodução. Estariam dadas, aqui, as condições necessárias para a constituição da opinião pública. Difusão, seleção de temas e propostas seriam elaboradas de forma mais ou menos racional para, enfim, atingirem esta dimensão. A “qualidade” de uma opinião pública constitui uma grandeza empírica na medida em que ela se mede por qualidades procedimentais de seu processo de criação (Habermas, 2003, p. 94). O interessante, neste ponto, é a influência entendida como elemento intrínseco ao fluxo comunicacional. Por meio da reputação, grupos, atores sociais ou organizações têm influência sobre a convicção de outros grupos ou sujeitos privados, sem terem de provar suas competências. Neste sentido, “opiniões públicas representam potenciais de influência política” que, por sua vez, exercem pressão sobre a estrutura governamental e, naturalmente, sobre a política externa de uma nação.

Na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera (Habermas, 2003, p. 95). A reprodução e manutenção dessa esfera se daria por meio dos sujeitos privados potencialmente atingidos por políticas governamentais, isto é, no sofrimento desencadeado no mundo da vida. Seria no entrelaçamento de duas dimensões destes sujeitos (a de “cidadãos do Estado” e a de “membros da sociedade”) que eles estariam expostos à falência de políticas, à urgência da vida e, portanto, à necessidade de organização no espaço público. O que está em jogo, aqui, é a peculiar ligação entre duas esferas (a pública e a privada) na medida em que as interações físicas e elementares da segunda podem ser ampliadas – sem serem destruídas – na dimensão pública. O espaço público seria, portanto, capaz de repercutir os anseios privados, abstraindo-os sem, no entanto, destruí-los.

Estamos diante de uma nova dimensão social, a da sociedade civil, não mais entendida dentro da concepção hegeliana, que abarca a dimensão econômica (direito privado e trabalho). Ao contrário, o seu núcleo institucional é formado por associações livres, não estatais e econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida (Habermas, 2003, p. 99). O modelo elaborado por

Habermas, neste caso, articula a sociedade civil à esfera pública e a esfera privada. A primeira capta os ecos oriundos do mundo da vida, por meios de associações e organizações, condensando e envia-os à esfera pública. A infra-estrutura da comunicação seria baseada nos meios de comunicação de massa, que “devem” estar abertos a diferentes opiniões e temas que, assim, irrigariam o espaço público. O ponto aqui é que tais “estruturas comunicacionais” devem ser mantidas o mais intactas possível para garantir tal fluxo e, por isso, a reprodução da esfera pública.

Habermas acompanha o desenvolvimento da esfera pública a partir da Grécia antiga cuja estrutura social era dividida entre a *pólis* (espaço comum aos cidadãos) e o *óikos* (espaço privado). O caráter público da *pólis* consistia, basicamente, na conversação (nas tribunas e na ágora) e nos jogos e guerras. Tendo em vista que a ordenação política grega se baseava em uma economia escravagista (em forma patrimonial), a posição do cidadão grego era de absoluta dominação no âmbito privado. Domínio que, via de regra, era exercido sobre mulheres e escravos. Por outro lado, o público era concebido como o espaço do reconhecimento das virtudes e da liberdade, dimensão do debate por excelência. Estariam aí as sementes do princípio organizacional de nosso ordenamento político (Habermas, 1984, p. 17). Por isso, muito mais que a conceituação sociológica de esfera privada, o autor busca entender a sociedade moderna a partir de suas categorias centrais.

Uma das peculiaridades da Idade Média é que ela não oferece o mesmo tipo de antítese público e privado, segundo o qual o modelo grego havia se pautado. A organização da economia do trabalho social fez da casa do senhor o centro de todas as formas de relação de dominação. Em outras palavras, a dominação fundiária se torna o centro de todos os tipos individuais de domínio, enquanto emanção de um único poder. Aos poucos, os nobres feudais perdem tal poder de representação que passa a ser monopolizado pelo monarca. As cortes se tornam, então, a última configuração da representatividade pública para, finalmente, se operar a separação definitiva entre Estado e sociedade. Só então é que, num sentido especificamente moderno, separam-se esfera pública e esfera privada (Habermas, 1984, p. 24). A estrutura feudal se decompõe, caso da Igreja, da realeza e da nobreza; ao mesmo tempo, ocorre a separação entre o orçamento público e os bens dos senhores. O Estado se fratura entre burocracia e exército (poder público objetivado) e esfera privada da corte.

A sociedade feudal, por meio dessa polarização, se cinde entre esferas pública e privada. O Estado Moderno surge como rede articulada de impostos; as nações lutam por mercados externos. O exército se torna uma instituição permanente sob o controle do Estado.

Surge *uma esfera privada da sociedade que se tornou publicamente relevante* (Habermas, 1984, p. 33), de forma que a economia moderna substitui o *óikos* pelo mercado. A troca de informações se desenvolve no rastro das trocas de mercadoria e, neste processo, surge o público burguês. Esta camada é o autêntico sustentáculo do público que, desde o início, é um público que lê (Habermas, 1984, p.37). Como as raízes deste público estão na iniciativa privada, as constantes ingerências do poder estatal nesta dimensão teriam levado a atritos permanentes. Esta tensão estaria na base da criação de uma esfera pública de leitores críticos. Para Habermas, o paradoxo consistiria em que, de um lado, o setor privado teria delimitado tal esfera em relação à dimensão pública e, de outro, elevado sua produção acima do nível privado. Portanto, a esfera pública é fruto de uma zona permanente de atritos e tensões entre o público burguês de sujeitos privados e o Estado. Nesta zona, nasce a criticabilidade, um princípio de controle às ingerências do Estado burguês, na tentativa de submeter a dominação estatal aos critérios da lei e da razão. A subjetividade moderna teria, portanto, nascido nesta zona de articulação na qual o público burguês teria tomado consciência de si mesmo contra modos de dominação oriundos do aparelho público. A subjetividade é, portanto, fruto da “esfera pública sem configuração política”. Pode-se dizer que é um processo de autocompreensão das pessoas privadas em relação às genuínas experiências de sua nova privacidade (Habermas, 1984, p. 44). Cafés e salões tendem a organizar discussões permanentes entre este público. Esta seria, grosso modo, a origem da esfera pública literária que, em desenvolvimentos posteriores, se tornaria política.

Em seu livro, *Television and the Public Sphere, Citizenship, Democracy and the Media*, Peter Dahlgren dialoga com Habermas. O autor busca, na verdade, inserir o conceito de esfera pública em uma dimensão verdadeiramente sociológica. A partir de uma visão “prismática” da televisão, Dahlgren procura articular pontos nodais que conferem empiria a um conceito, até então, eminentemente abstrato. Seu ponto de partida se situa na embocadura entre TV e esfera pública de maneira que a primeira possa ser examinada dentro dos horizontes abertos pela última. E a esfera pública seja, por sua vez, iluminada pelas possibilidades implicadas na televisão. Enfim, a análise coloca em questão os limites e potencialidades desta relação paradigmática da sociedade moderna. O autor aponta que, tendo em vista a importância desta dimensão social, há que se levar em conta a própria estrutura da esfera pública. Ela tem, na verdade, um papel decisivo na caracterização global desta dimensão, especialmente em uma sociedade moderna e fragmentada, onde as estruturas tradicionais do Estado foram, em parte, eclipsadas.

Como conceber, enfim, a esfera pública dentro da configuração da sociedade moderna? Para ele, se quisermos compreender tal esfera na modernidade, temos que apreender o modo como os fatores sócio-estruturais determinam as condições de formação e funcionamento desta dimensão social. Portanto, é necessário não apenas descobrir os “limites” da esfera pública, como também a natureza da informação que nela está sendo irrigada bem como suas formas de representação. E, como corolário, que tipo de impacto está sendo ocasionado nos níveis de interação social em virtude desta dinâmica. Para ele, a esfera pública não pode, portanto, ser vista como um espaço operando no vazio sem relação com os demais domínios sociais. Em outras palavras, pensar a esfera pública implica analisá-la em relação à dimensão social que a perpassa e constitui. Como exemplo, sociedades altamente desiguais tendem a construir esferas públicas frágeis, com pouca interação.

Outro elemento fundamental na reconceituação deste domínio social é o das relações socioculturais. Dimensão na qual os sujeitos se encontram, interagem e criam sentido de seu próprio mundo e que, por isso, inclui, naturalmente, o processo de recepção. Dahlgren observa, com pertinência, que neste caso os estudos tradicionais tendem a enfatizar a recepção, deixando de lado aspectos seminais como a compreensão e a memória. Pois, a recepção é normalmente o primeiro passo da interação (Dahlgren, 2000, p. 18) na medida em que as análises “midiacentradas” se esquecem do que ocorre entre os receptores – além da recepção. Toda interação social implica não apenas um complexo processo de intersubjetividade, mas também um jogo de identidades. E, nestes casos, a conversação é um dos pontos centrais, pois é por meio dela que se dá a construção de sentido do mundo social (e de sua manutenção). A interação é, portanto, a dinâmica social que resulta em uma interpretação política da realidade.

A centralidade da interação social através da fala e o conceito de público como uma interação discursiva que ocorre em espaços particulares precisa estar na base de qualquer teoria sobre a esfera pública (Dahlgren, 2000, p. 21). A hipótese que, daí, pode ser derivada é a de que a subjetividade do homem moderno pode estar ligada a estes padrões contemporâneos de fluxos informacionais, irrigados na esfera pública. Portanto, a questão que se segue é: que tipo de subjetividade está sendo formada tendo em vista a natureza informacional da mídia moderna e sua relação com a esfera pública? Por outro lado, além da subjetividade, as interações sócio-culturais ainda operam sobre o jogo de identidades, na medida em que a consciência de si mesmo determina tanto o tipo de ação quanto o grau e a modalidade de participação social. Tendo em vista a complexidade deste processo – a

construção de subjetividades e identidades na esfera pública -, este domínio não pode mais ser concebido dentro dos critérios canônicos de sua primeira conceituação. Dizer que se trata de uma dimensão social por excelência do diálogo racional não esgota a miríade de aspectos novos que a compõem.

Dahlgren defende que, na realidade, estamos diante de um mecanismo social que produz e faz circular visões de mundo que, por sua vez, conferem sentido às nossas próprias identidades. Por isso, a esfera pública é, sobretudo, uma dimensão histórica e contingente, situada entre vários outros domínios e, ao mesmo tempo, estruturada por diversos fatores sociais e formatada pela mídia. Ora, Habermas situa a esfera pública como a dimensão de exercício da razão cidadã, onde se formaria a opinião pública, deixando de lado toda a dimensão do inconsciente humano e sua capacidade de fabulação.

O sociólogo Gilberto Salgado vê uma dimensão emancipadora única, implicada no conceito de esfera pública política, que desdobra os elementos imanentes à dimensão primeira do universo literário europeu. Neste sentido, a esfera pública política é um vetor de escoamento e expressividade da racionalidade dialógica como exercício democrático (Salgado, 2009, p. 4). Em virtude disso, ela também pode ser pensada como um horizonte exponencializado e democrático para uma ação comunicacional coletiva (Salgado, 2009, p. 4). Englobando, de um lado, a esfera íntima (sentido microssociológico) e, de outro, o mercado (sentido macrossociológico), ela atingiria, na sua versão política, as instituições parlamentares, partidos e organizações civis. Deste emaranhado de organizações e ações coletivas surgiriam modelos normativos para a democracia pluralista, centrados na racionalidade emancipadora da vida, resistente à colonização pelo sistema. Salgado aponta que a mídia teria um papel fundamental neste sentido como elemento de valoração e transformação da esfera pública. Seu enraizamento no mundo da vida e sua capacidade de ressonância podem levar à ação racional para o entendimento.

No nosso entendimento, a esfera pública deve ser vista dentro do processo iniciado por Dahlgren, que reconstrói o conceito, imprimindo-lhe a dimensão sócio-estrutural e cultural. Neste sentido, ela pode ser vista na sua dimensão política, enquanto universo social em constante embate, perpassado por lutas de classes, monopólio pelo poder de impor a visão de mundo pela última palavra e espaço irrigado por relações de poder. É na inserção da esfera pública no universo social sócio-político que sua especificidade pode vir à tona. Para efeitos deste trabalho, pensamos a esfera pública enquanto dimensão social, inserida no plano internacional, isto é, enquanto espaço público do sistema-mundo. Neste caso, o conceito

abarcando tanto organizações internacionais clássicas, como as Nações Unidas, quanto países e meios de comunicação. Seu centro consiste na relação entre potências e grandes corporações internacionais, entre elas os *mass media*, enquanto produtores de visão de mundo que tendem a legitimar a ordem estabelecida pelos agentes mais poderosos do sistema-mundo.

2.11 Sistema-mundo

Uma das maiores contribuições do sociólogo Immanuel Wallerstein foi a elaboração do conceito de sistema-mundo como unidade de análise para a Política Internacional. Por meio dele, o autor pôde, ao mesmo tempo, superar as tradicionais dicotomias entre fatores internos e externos e proceder a uma análise dinâmica das transformações da totalidade do sistema social. Ao elevar o conceito ao nível sistêmico, Wallerstein integrou tanto centro como periferia como elementos intrínsecos à totalidade social enquanto pólos interdependentes. O grande foco analítico, grosso modo, reside no desenvolvimento do sistema capitalista europeu a partir do século XVI e sua conseqüente integração de territórios do globo. Neste sentido, se sistema-mundo é, de fato, unidade de análise do capitalismo, o conceito traz consigo esforço teórico sobre a desigualdade intrínseca a este sistema. Na medida em que os sistemas sociais são conjuntos históricos altamente complexos, eles consistem em estruturas múltiplas e cada uma de suas unidades representa uma rede integrada de processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Por outro lado, há relações dinâmicas entre cada uma destas estruturas que culmina com a estruturação da totalidade.

Para Wallerstein, a análise do sistema-mundo consiste, em grande medida, num protesto contra os obstáculos legados pelo pensamento do século XIX na forma de pressupostos quase sempre não questionados. Uma de suas teses centrais é a de que a tradicional separação entre as chamadas disciplinas sociais, políticas e econômicas não têm razão de ser já que tais universos não possuem lógicas separadas. Neste sentido, o entrelaçamento entre as diferentes dimensões é tão complexo que a separação das diversas categorias torna o trabalho intelectual infrutífero e prisioneiro de concepções liberais. Portanto, estas três áreas da ação humana são analisadas, dentro do escopo do sistema-mundo, como elementos inter-relacionados. Outro aspecto contra o qual o autor se opõe diz respeito à clássica separação entre história e ciências sociais, dois domínios, também cindidos, que adquirem sua legitimidade pelo caráter específico de suas abordagens. A análise dos sistemas mundiais oferece um valor heurístico de via média entre generalizações trans-históricas e

narrações particularistas (Wallerstein, 1996, p. 455). A questão consiste em proceder à análise das estruturas sistêmicas por um período de tempo que permita a construção de lógicas próprias a tais ciclos. Por meio da formulação teórica destas lógicas, é possível entender como a realidade seqüencial foi determinada e conformada. Ao mesmo tempo, a análise deve reconhecer que estas estruturas sistêmicas – esses grandes ciclos – têm início e fim, não são, pois, sistemas eternos. Ao invés da separação entre cientista social e historiador, o que existe é o cientista histórico preocupado em analisar leis gerais de sistemas particulares e as seqüências pelos quais eles passam.

O Estado como categoria analítica mais importante, delimitador de fronteiras; o Estado, como entidade lógica independente, base para comparações, também é substituído na análise do sistema-mundo. A entidade, aqui, tanto do Estado quanto da sociedade, passa a ser vista como sistêmica e histórica. Dentro desta perspectiva mais ampla, como abordaremos em seguida, há três grandes tipos de sistemas históricos. Os mis sistemas, os impérios mundiais e as economias mundiais. Grosso modo, os primeiros seriam compostos por grupos homogêneos, espacialmente pequenos e cuja lei básica consistiria na reciprocidade das trocas. Os segundos são definidos como grandes unidades políticas, abarcando diversos padrões culturais com lógica baseada na extração de tributos. As economias mundiais, que é o que nos interessa aqui, são “vastas e desiguais cadeias de estruturas de produção”. A natureza destas cadeias consiste em que o excedente é distribuído desigualmente entre algumas nações enquanto outras se especializariam na produção de matérias-primas. O ponto central deste tipo de sistema histórico é que, desde 1500, por sua própria lógica interna, ele se desenvolveu, expandindo-se e abarcando todas as áreas do globo. Tendo em vista, portanto, que se trata de um sistema histórico particular, a tentativa de compreensão de sua lógica implica a análise do processo histórico que tornou tal sistema possível no tempo e no espaço. Por isso, a necessidade de que os estudos se debrucem sobre acontecimentos-chaves, determinantes do início, desdobramento e fim destes grandes ciclos sistêmicos.

Uma das grandes conquistas teóricas do autor é formular a economia capitalista como “unidade de análise do mundo moderno”. A análise dos sistemas mundiais não é um paradigma da ciência social histórica. É uma exortação a um debate acerca do paradigma (Wallerstein, 1996, p.470). O sistema-mundo é uma totalidade. O caráter orgânico que permite unidade a estes processos é a divisão do trabalho. Para o autor, no sistema capitalista, a divisão do trabalho deve ser vista como dimensão sócio-econômica que ultrapassa tanto as barreiras locais quanto nacionais. Portanto, esta dinâmica vence estruturas culturais e políticas

e, neste processo, se alça ao nível internacional, contribuindo para a construção de hierarquias entre países. Os sistemas-mundo são unidades espaço-temporais cujo horizonte espacial se relaciona à divisão do trabalho, responsável pela reprodução material deste mundo. Sua dinâmica básica é determinada por forças internas que levam à constante expansão de suas fronteiras, absorvendo, desta forma, sempre novas áreas. Em linhas gerais, podemos dizer que seu motor interno determina a dinâmica externa de aquisição de novas porções territoriais. Como sua abrangência territorial é bastante ampla, determinada por sua base econômico-material, este sistema engloba uma ou várias (na verdade, muitas) unidades políticas e múltiplas realidades culturais.

De forma mais clara, podemos sintetizar dizendo que o sistema-mundo é constituído pelo sistema capitalista, por um conjunto de Estados nacionais e múltiplas culturas. Trata-se, portanto, de uma síntese sistêmica que articula diferentes níveis de realidades desde a econômica até a cultural, abarcando, atualmente, toda a extensão do globo terrestre. Por sistema-mundo, devemos entender o sistema que engloba diversas jurisdições territoriais, mas que começou, séculos atrás, em uma pequena parte do planeta. Para os propósitos deste trabalho, o que interesse é que esta unidade de análise permite interpretar o capitalismo, que historicamente surgiu na Europa do século XVI, e expandiu toda sua organização social pelo globo. Como o que está em jogo é o próprio caráter sistêmico do capitalismo, Wallerstein aponta que não há mais sentido em restringir a análise ao papel dos Estados. A reflexão consiste, na verdade, em uma crítica direta à linha de estudos realista, de Morgenthau, que priorizava o Estado como unidade de análise suficiente para entendimento das Relações Internacionais.

Mas o pleno entendimento do sistema-mundo implica apreender a própria divisão do trabalho como um de seus componentes fundamentais. A histórica da expansão do capitalismo é ditada, em grande parte, pelos interesses de acumulação incessante de capital, que organizou a divisão mundial do trabalho. É o comércio mundial que conforma a divisão internacional do trabalho de acordo com os interesses do lucro monopolista e da acumulação incessante de capital. Por isso, a divisão mundial do trabalho é a verdadeira força unificadora de regiões com políticas e culturas radicalmente diferentes. O que gostaríamos de enfatizar, aqui, é que não se trata, para Wallerstein, de como o comércio é travado entre economias soberanas. O sistema-mundo é, ao contrário, uma totalidade organizada pela divisão mundial do trabalho e determinada por interesses de acumulação incessante de lucros.

No sistema-mundo, há duas grandes divisões, os impérios-mundo e as economias-

mundo. Os primeiros consistem em sistema de governo único, com um único centro burocrático, determinado por limites geopolíticos dentro dos quais a divisão do trabalho é controlada. Em outras palavras, a apropriação forçada do excedente é, dentro destes limites, mantida e legitimada. No caso das economias-mundo, a divisão do trabalho é integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Por isso, a unidade econômica é dada pela divisão do trabalho. O capitalismo oferece fonte mais lucrativa de excedentes, na medida em que são construídas condições que irão garantir a proliferação de monopólios, geração de rendas, arrecadação de tributos. A organização mercantil substitui a política da pilhagem e da pura e simples conquista territorial. Podemos dizer que a Moderno Sistema Mundial é uma síntese da economia capitalista e do sistema interestatal.

A divisão do trabalho não consiste apenas no seu caráter funcional, na medida em que ela também afeta a distribuição desigual do produto gerado pela produção. Grosso modo, temos uma verdadeira divisão mundial do trabalho que determina assimetrias na distribuição dos produtos excedentes. Esta divisão axial cria regiões “centrais”, com acúmulo de capital, apoiadas por Estados nacionais que absorvem o excedente. Mas este excesso não é gerado apenas pelo trabalho (Marx), pois é, em grande parte, também produzido pelos trabalhadores de regiões “periféricas”. Os termos “centro” e “periferia” são unidades conceituais e não geográficas, de forma que sua significação tem valor, eminentemente, sistêmico. O comércio, portanto, passa a ser visto por meio de “cadeias de mercadorias”, isto é, longas distâncias que rompem fronteiras nacionais. O termo “cadeias de mercadorias” deve ser entendido em sentido bastante amplo. Ele abarca, no sistema-mundo, todo o processo que começa com a produção (extração de matéria-prima em região periférica) até sua transformação em produto de alto valor agregado (na região central). Para nossos propósitos, podemos sintetizar, com Wallerstein, e dizer que a divisão mundial do trabalho resulta na transferência de atividades produtivas e seus excedentes das regiões periféricas para as centrais. Temos, portanto, a distribuição desigual dos excedentes entre nações.

Para que a troca desigual não seja esporádica, o capital, por sua vez, age junto ao Estado para garantir as condições necessárias ao funcionamento contínuo das transferências de excedentes. No horizonte deste processo, o Estado pode garantir também os pré-requisitos ao monopólio. Para se entender o capitalismo, precisamos deixar a esfera ruidosa da “economia de mercado” e penetrar no “domicílio oculto”, onde o capitalista se encontra com o dono do poder.

2.12 Um novo conceito de excedente

Como dissemos anteriormente, a dinâmica peculiar ao capitalismo consiste no incessante acúmulo de capital. Em termos muito gerais, a “mais valia” (Marx), entendida como trabalho não pago ao trabalhador na relação capital-trabalho, não é suficiente como valor de análise para o sistema-mundo. O excedente, em Wallerstein, inclui não apenas a “mais valia” marxiana, mas também as trocas desiguais. De forma que a acumulação de capital, fruto da desigualdade de excedente, envolve vários tipos de apropriação. A primeira delas diz respeito ao excedente extraído dos trabalhadores e produtores do centro; a segunda se relaciona à transferência de excedente das mesmas categorias, mas de regiões periféricas. Portanto, trabalhadores e produtores – seja do centro ou da periferia – são explorados pelo sistema. Mas como este conjunto relacional é assimétrico, o processo ocasiona acumulação de excedentes no centro e maior exploração dos trabalhadores na periferia. Como resultado, o sistema-mundo engendra desenvolvimento desigual entre seus dois grandes pólos interdependentes. Outro resultado direto é que, além dos conflitos entre classes (Marx), surgem conflitos entre regiões e entre Estados-nação.

O sistema-mundo permite interpretação mais ampla das lutas de classe, não apenas colocando-as em nível internacional. A idéia (central) de cadeias mercantis internacionais implica que a parte mais lucrativa do processo produtivo termina nas mãos da burguesia estrangeira dos Estados nacionais mais poderosos. A estrutura de expropriação internacional, encarnada neste processo, tem duas implicações fundamentais para a análise da Política Internacional e para as relações capital-trabalho. A primeira é a de que o capitalista da periferia é colocado em situação ambígua, na medida em que ele, também, passa a ser explorado como um elemento da periferia dentro dos nexos de transferência do excedente para o centro. Portanto, aqui o capitalista periférico é tanto explorador quanto explorado e, para garantir lucros, deve recorrer à superexploração de seu empregado. A segunda implicação é, na verdade, efeito direto da primeira, pois o trabalhador da periferia, por sua vez, se torna superexplorado.

No interior deste processo, os Estados nacionais vão alavancar todos os meios necessários – políticos, diplomáticos, militares e culturais – para concentrar atividades que consigam captar o excedente produtivo em seus territórios. Com o aumento da força de um Estado nacional no sistema interestatal, ele terá maior poder para influenciar a própria organização da economia mundial. Com meios capazes de tal gerencialmente, o Estado em questão contará com maior capacidade para transferir excedentes a suas áreas (territoriais,

financeiras e corporativas). Esta assimetria no interior do sistema-mundo cria a hegemonia que, aqui, consiste na capacidade de uma potência de impor suas próprias regras ao sistema econômico, político, militar e diplomático vigente. Mas, como sabemos desde Gramsci, a manutenção dessa assimetria somente pode ser mantida se não houver contestação violenta por parte dos rivais (do centro) e da periferia. Como corolário, a nação hegemônica busca construir consenso quanto à perspectiva (real ou ilusória) de melhoria por parte dos membros da organização. É neste ponto nevrálgico, o de construção do consenso quanto a uma visão de mundo hegemônica, que os meios de comunicação de massa parecem contribuir para a consolidação da ordem (nacional ou internacional).

O estudioso Arrigi chama de “transições hegemônicas” o processo determinado pela mudança do agente que exercia papel principal no processo internacional de acumulação de excedentes. Para ele, a dinâmica do sistema-mundo pode ser apreendida através dos “ciclos sistêmicos de acumulação”, isto é, com o surgimento e desaparecimento de hegemonias políticas com seus respectivos regimes de acumulação de capital e poder. Grande parte da eficácia política deste processo reside no fato de que a hegemonia requer liderança, uma forma específica de ver e perceber a realidade que pode ser compartilhada por todos. O papel dos meios de comunicação, aqui, mais uma vez é central não apenas na disseminação como na construção e reconstrução contínua desta visão hegemônica de mundo. A liderança também deve ser compreendida na sua disjunção política e econômica, pois, politicamente, o Estado hegemônico é aquele capaz de liderar seus pares no sistema interestatal. Do ponto de vista econômico, a hegemonia é alavancada pelos capitalistas (articulados a este Estado poderoso), que lideram as principais cadeias produtivas. Para os propósitos do nosso trabalho, a cadeia produtiva em questão se refere à exploração, refino, produção e transporte de petróleo do Oriente Médio para os mercados capitalistas ocidentais.

Outro aspecto central diz respeito ao fato de que esta articulação entre Estados poderosos e corporações em geral (e setor petrolífero, em particular) desencadeia uma série de estratégias combinadas. Esta parceria busca, em linhas gerais, não apenas o controle sobre recursos minerais (o que é fundamental), mas também acumulação de capital, concentração de excedente em novas atividades, transferência deste excedente para centros que possam ser melhor explorados etc. O ciclo de um sistema de acumulação nada mais é que o ciclo de vida desses agentes e corporações que se mantêm, por certo tempo, no domínio das relações do sistema-mundo. Grosso modo, podemos dizer que, para tanto, é necessário não apenas o domínio de recursos energéticos. O outro elemento fundamental diz respeito à formulação do

consenso hegemônico capaz de, ao se transformar seus interesses em visão de mundo naturalizada, contribuir para a liderança do domínio do próprio sistema. O domínio da economia das trocas simbólicas, especialmente, da política do simbólico dos meios de comunicação, é uma das estratégias mais importantes na manutenção da vida de um ciclo de acumulação.

Toda a formulação deste consenso tem, pois, raízes concretas, calcadas no jogo de interesses entre corporações, Estados nacionais e grupos de interesses. No seu cerne, está a intrincada rede de relações entre as sociedades ocidentais e os recursos energéticos, responsáveis pela manutenção e reprodução do capitalismo na sua versão liberal. É, portanto, impossível entender o sistema-mundo no século XXI sem ter em vista a importância do petróleo para a estruturação do atual sistema sócio-econômico. Nas próximas linhas, faremos rápido – mas fundamental – apontamento sobre a política americana no que tange ao petróleo do Oriente Médio, após a Segunda Grande Guerra.

2.13 As doutrinas

Um dos legados da Segunda Grande Guerra Mundial foi a quase extinção das reservas petrolíferas americanas que, durante o esforço bélico, haviam respondido por seis de cada sete barris fornecidos às tropas aliadas. Diante da rápida depleção de suas jazidas, o governo americano, então nas mãos de Theodor Roosevelt, determinou o primeiro estudo sobre as implicações do rápido decréscimo de petróleo. O trabalho ficou a cargo de William Ferris, assessor do Conselheiro Geral do Departamento de Estado, Max Thornburg. Os estudos, iniciados em 24 de novembro de 1941, consolidariam as bases da política externa americana para todo o Oriente Médio. O documento propunha a conservação do que restava das jazidas americanas e indicava a necessidade de políticas mais agressivas para garantir o acesso dos Estados Unidos ao petróleo do além-mar. Dentro desta mesma linha, outro documento que viria a público, em 1944, optava pela manutenção das reservas ocidentais e, ao mesmo tempo, propunha a expansão da produção petrolífera no Oriente Médio.

O impasse, provocado pela rápida queda nas jazidas americanas, levou Roosevelt a se encontrar com o monarca saudita Abdul Aziz ibn Saud a bordo do USS Quincy a 14 de fevereiro de 1945, logo após a assinatura dos acordos de Yalta. Apesar do conteúdo da conversa de cinco horas não ter sido gravado, os estudiosos apontam que, a partir do encontro, estabeleceu-se uma “aliança tácita” entre os dois países. Os pontos centrais teriam sido petróleo, para os americanos, e segurança, para os sauditas, estabelecendo o laço que, até

hoje, se mantém entre petróleo e guerra. Não podemos sequer pensar o pós-guerra sem levar em consideração a extração, refino e escoamento do petróleo, sobretudo árabe, para as economias liberais do Ocidente (e Japão). Foi com as jazidas petrolíferas do Oriente Médio que o esforço de reconstrução destas nações européias pôde ser levado a cabo. O petróleo foi responsável, em larga medida, pela estruturação de todo o arranjo capitalista pós-Yalta. Esta relação umbilical entre Estados Unidos e Arábia Saudita, em particular, e países produtores de petróleo, em geral, foi determinante na elaboração do que viria a ficar conhecido como as doutrinas dos presidentes americanos. Mais do que meros discursos, elas podem ser vistas como verdadeiras políticas hegemônicas, direcionadas para o domínio do Oriente Médio. São princípios de política externa.

A primeira delas, a “Doutrina Truman”, é também um dos maiores signos da Guerra Fria que, então, começava. No início da Segunda Grande Guerra, Reino Unido e URSS invadiram o Irã para impedir que o petróleo persa – sem falar na posição estratégica do país – caísse nas mãos das potências do Eixo. O acordo entre ingleses e soviéticos previa retirada de suas tropas do solo iraniano após seis meses do fim da guerra. A URSS, além de não se retirar depois do conflito, ainda fomentou insurreições internas no Irã, ajudando na criação do Azerbaijão. O governo americano, por meio de seu embaixador na URSS, George Kennan, comunica sua “insatisfação” com a política soviética no Irã. O embate acaba por levar Stálin a retirar suas tropas. Tendo em vista este contexto, o teor do discurso de Truman postulava a ajuda americana a qualquer nação ameaçada pela “subjugação comunista”, o que desencadeou ajudas militares à Grécia, Turquia e Irã. A partir daí, estes três países se tornariam sólida barreira de proteção às jazidas sauditas. A “Doutrina Eisenhower” também se pautou pela tentativa de extirpar o que a administração americana pensava ser a influência soviética na região. Á época, o líder egípcio Gamal Abdel Nasser havia fechado acordo de compra de armas com a então Tchecoslováquia (1955) para, um ano depois, nacionalizar o canal de Suez. O ato levou à invasão do Egito por uma liga de nações (Reino Unido, França e Israel). A falta de apoio americano parece ter sido determinante para o desenlace do conflito, que culminou com a retirada das tropas invasoras. Como resultado, Nasser passaria a comprar armas, diretamente, da URSS. Na mesma linha de Truman, Eisenhower, em 5 de janeiro de 1957, autoriza o uso de forças combatentes americanas para defender países aliados aos Estados Unidos.

Grosso modo, não há como descolar o conteúdo e as práticas de repasse de verbas e armamentos, implícitas nestas doutrinas, da concepção dicotômica e simplista que pautou a

Guerra Fria. Se os povos do Oriente Médio se insurgiam, em grande medida, contra o domínio de potências estrangeiras sobre suas riquezas minerais, este processo é percebido pelas lentes oculares do perigo comunista. As lutas de independência árabe, determinadas, muitas vezes, por projetos de nação soberanos sobre suas jazidas, eram reconvertidas em insurreições comunistas ou processos políticos que, no final, se converteriam em tomadas comunistas. Seja como for, os líderes americanos não deixaram de intervir no Oriente Médio. Já em 1958, os Estados Unidos enviaram tropas ao Líbano para apoiar o presidente pró-ocidental, Camille Chamoun, contra insurreições internas. Os soldados se retirariam quatro meses depois, com a vitória da facção pró-ocidente. Em 1963, Kennedy enviaria aviões americanos para ajudar a conter os rebeldes do sul do Iêmen, que atacaram a Arábia Saudita. Foi a primeira vez que um governo americano mostrou real disposição de combater pelos interesses da família real saudita.

O legado da Guerra do Vietnã, por outro lado, impediu que Nixon prosseguisse o repasse direto de verbas e armamentos a monarquias e ditaduras no Oriente Médio. A pressão da opinião pública parece ter impedido novas invasões imediatas a outros países, o que obrigou a transferência do papel de proteção de interesses americanos a países aliados. Em julho de 1969, a “Doutrina Nixon”, segue outra direção: os repasses de armas passam a ser feitos sob uma condição, a de que os países recipientes se responsabilizem por sua própria proteção. Aumentam os repasses de armas a Israel e Arábia Saudita, de aportes financeiros e treinamento técnico-militar. Seja como for, a política de Nixon não impediu a participação saudita no embargo do petróleo em 1973 em retaliação a Washington por seu apoio a Israel.

O panorama político da época, porém, mudaria dramaticamente com a queda do Xá no dia 16 de janeiro de 1979 e com a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas. Estes dois acontecimentos foram vistos pela administração americana como emblemas do fracasso da política de Nixon no Oriente Médio, o que desencadeou uma profunda revisão da doutrina então vigente para a região. O Irã deixaria de ser um grande escudo protetor ao mesmo tempo em que as tropas soviéticas estavam no Afeganistão, fatos que elevaram o Oriente Médio ao topo da agenda de segurança americana. Os fatores acima expostos mostram, com clareza, que as novas condições históricas determinaram um rearranjo da política externa do novo presidente, Jimmy Carter. No dia 23 de janeiro de 1980, Carter definiu o petróleo como de “interesse nacional vital” para os Estados Unidos e, segundo ele, para proteger esta riqueza seriam usados “todos os meios necessários inclusive força militar”. Uma das conseqüências desta nova direção política para ao Oriente Médio – talvez fosse melhor dizer, de maior

explicitação da antiga política americana para a região – foi o estabelecimento da Força de Projeção Rápida. Este pequeno centro militar se transformaria, no governo Reagan, no Comando Central. De qualquer forma, desde sua origem, o objetivo desta força expedicionária consistia em coordenar as operações militares na região do Golfo Pérsico.

Reagan, além de elevar o escritório a um verdadeiro comando, ainda aumenta o repasse de armas e financiamentos à Arábia Saudita. É sob este contexto que deve ser vista a relação entre Estados Unidos, Arábia Saudita e Paquistão no apoio e treinamento dos guerrilheiros contra a União Soviética que, depois, se espalhariam por todo o Oriente para a “guerra santa”. Com o dinheiro saudita e treinamento ministrado pela exercito paquistanês, os jihadistas puderam enfrentar os soviéticos e, por fim, vencê-los. Reagan ainda fornece, possivelmente a partir de 1982, ajuda aos iraquianos na guerra contra o Irã por meio dos “créditos agrícolas”, usados na compra de armas, treinamento e confecção de material químico. Até que os repasses se tornam mais complexos e passam a ser provenientes da venda de armamentos americanos aos iranianos. Essa verdadeira triangulação EUA-Irã-Nicarágua se tornará escândalo internacional (Iran-contras).

Para Michael Klare, quando as tropas americanas chegam à Arábia Saudita para defendê-la contra o “imminente” ataque de Saddam Hussein, Bush pai estava dando prosseguimento à política americana de manutenção de seu domínio sobre as jazidas petrolíferas da região. Ao mesmo tempo, a família saudita havia negado a oferta de ajuda para defesa de seu território feita por Osama bin Laden. A decisão da monarquia saudita nunca seria perdoada pelos jihadistas, já que permitiu o maior embate, até então, entre os exércitos cristão e muçulmano.

Bush filho assume a presidência em meio a uma grande crise energética. Com a criação do Grupo de Desenvolvimento de Política de Energia Nacional, nas mãos de Dick Cheney, o resultado das pesquisas já está definido de antemão. Antigo membro da cúpula da Halliburton, uma grande firma prestadora de serviços de petróleo, Cheney gerencia contatos com as mais diversas empresas do setor energético, como Texaco, Enron etc. O resultado, concretizado na Política de Energia Nacional, em 17 de maio de 2001, opta pela perpetuação da dependência da economia americana do modelo desenvolvido nos últimos anos. O documento aponta que a importação de petróleo americana terá que aumentar em torno de 68% entre 2000 e 2020 (de 11 a 18,5 milhões de barris por dia). Esta previsão exige alianças com países ricos em petróleo e relações estreitas entre governo e empresas privadas do setor. O Departamento de Energia americano, por sua vez, apontava, em 2003, que países como

Iraque, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos deveriam aumentar sua produção de 22,4 para 45,2 milhões de barris por dia apenas para satisfazer as projeções de consumo americano e internacional (de 2001 para 2025). Como resultado, o departamento pede políticas de apoio à abertura do setor energético daqueles países aos investimentos estrangeiros.

Todas estas idéias já haviam sido desenvolvidas em anos anteriores. O Guia de Plano de Defesa (GPD), para os anos de 1994 a 1999, traz consigo as grandes diretrizes para a manutenção do domínio americano no planeta. O plano não apenas aponta para a necessidade de prevenção contra um novo grande rival; seu cerne destaca a importância de impedir que o rival tenha acesso a regiões ricas em recursos. De acordo com seu autor, Paul Wolfowitz, que então trabalhava para o secretário de Defesa, Dick Cheney, caso o país rival conquise controle sobre tais recursos, ele adquiriria poder sobre todo o planeta. Daí, a necessidade de que o acesso às jazidas petrolíferas do Oriente Médio seja permitido apenas às potências ocidentais. O conteúdo deste documento secreto, que acabou vindo a público, foi sintetizado pelo senador democrata, Joseph Biden, como a “Pax Americana”. A repercussão foi tamanha que o teor do documento teve que ser reescrito, especialmente no que dizia respeito à dominância global.

Os números, neste caso, são sempre cruciais. Em 1940, os Estados Unidos começam suas importações. Dez anos depois, as importações chegam a 10% do total do petróleo consumido; em 1960, atingem 18%. Na década de 70, chegam a 36%. Nesta mesma década, começa o declínio da produção doméstica de petróleo (1972). Já em 1973, as importações eram de cerca de 30% atingindo os 40% três anos depois. O final da década é ainda mais dramático em virtude de que ao aumento do consumo se aliam dois eventos políticos de grandes dimensões – a queda do Xá e a invasão soviética do Afeganistão. Carter então definiria o fluxo de petróleo para o Ocidente como “questão de segurança nacional”. Passando por todos os presidentes, os dois Bush, Clinton e, agora, Obama, este princípio de política externa, magistralmente registrado na Doutrina Carter, parece ser a pedra de toque da hegemonia americana no Oriente Médio. Neste sentido, a figura de Obama apenas encobre uma complexa e longa política hegemônica de controle de recursos minerais que havia perdido quase todo seu capital político em virtude das invasões bárbaras da administração Bush. Observando as atitudes do atual governo – suas invasões e assassinatos no Paquistão e no Iêmen – fica claro que a política da nova administração procura deslocar o eixo do domínio para o sul da Ásia. Tendo em vista a fragmentação do Iraque em três grandes zonas,

é a região turbulenta do Afeganistão e adjacências que parece estar sobre escrutínio da Casa Branca – sem mencionar, é claro, o Irã, na mira de Israel. O capitalismo é, de fato, um sistema complexo que, para se legitimar, pode, naturalmente, lançar mão de várias raças, cores, etnias e credos.

3 - Reconstruindo a História: o ponto de vista dos fracos

Neste capítulo⁴, abordaremos, a princípio, a história do Sionismo desde o final do século XIX até seus terríveis desdobramentos ao longo dos últimos anos. Buscamos, em rápidas pinceladas, traçar um amplo painel dos conflitos entre Israel e Palestina, desvendando as raízes objetivas do processo colonizador na região. Neste sentido, enfocamos o legado da década de 1970, na qual as propostas dos povos árabes foram suplantadas pela política dos governos americano e sionista – não esquecendo o papel de Henry Kissinger. Em seguida, procuramos analisar a guerra de 1982 que, em grande medida, configurou o panorama político do Oriente Médio, abrindo caminho para os Acordos de Oslo e suas trágicas conseqüências. Ainda enfocamos os Acordos de Campo David (entre Barão e Arafat) para, em seguida, entrarmos na época recente da história deste processo colonizador, que culminou com as duas Intifadas, o massacre de Genes e, finalmente, a invasão seguida de massacre em Gaza. Também lançamos mão dos relatórios de Richard Goldstone, que investigou os crimes de guerra praticados tanto por Israel quanto pelo Hamas, além do documento de Álvaro de Sotro, diplomata peruano que participou do grupo intitulado, O Quarteto. O grupo foi responsável, em grande medida, pela legitimação da política americano-sionista na Questão Palestina.

3.1 Sionismo

As relações entre Estados Unidos, Israel e Palestina não podem ser analisadas sem se levar em consideração os interesses americanos por recursos naturais no Oriente Médio para manutenção de sua hegemonia global. No entanto, há outro fator que, nascido da própria matriz colonialista européia, tornou-se elemento fundamental na consolidação das articulações políticas entre Ocidente e Israel. Este elemento, intrínseco à própria formação do Estado judeu, determinado pela história de sofrimento e diáspora judaicos, cimentou, em grande parte, todo este sistema de estratégias políticas de domínio que é, em grande parte, o Oriente Médio. Da mesma forma que não se pode ver esta região fora do escopo das lutas pela conquista e controle de recursos minerais, não se chega à conclusão alguma sem se entender o papel do Sionismo. Acreditamos que o Sionismo é, grosso modo, o “cimento” que articula, consolida e conforma as visões de mundo ocidental e judaicas sobre a construção de um novo

⁴ Nosso objetivo, nesta parte, é fundamentalmente entendermos o Oriente Médio tendo como foco não apenas a partilha da Palestina em 1947, mas as articulações políticas de fins do século XIX. Nossa ênfase recai, porém, sobre a guerra de 1982, a partir da qual grande parte da política moderna foi moldada e sobre o legado dos Acordos de Oslo (1993). Desta forma, ao enquadrar a questão historicamente, queremos frisar a importância da década de 70 na história das relações conflituosas entre Palestina e Israel e, ao mesmo tempo, apontar que os fracassos de hoje têm relação direta com a vitória da linha de Henry Kissinger no governo americano, neste mesmo período.

Estado hebreu às expensas de povos nativos. Por isso, Israel é fruto de uma visão de mundo específica, que não apenas a determinou, mas construiu sua plástica, sua dinâmica e um de seus atributos inescapáveis – o racismo. No presente trabalho, seguindo Edward Said, gostaríamos de traçar, mesmo que de forma genérica, a genealogia do Sionismo, esta visão de mundo e este sistema de práticas.

Uma dos objetivos de buscar compreender o Sionismo é que, historicamente, a única forma de se quebrar um círculo de aço é descobrir como ele foi construído. Do contrário, ficaríamos perdidos, paradoxalmente, nos limites da visão sionista que tende a retratar o conflito Israel-Palestina como uma “série de infundáveis guerras” entre países árabes e judeus. Permanecer no nível dos fatos, do sangue e da violência é tornar-se refém do sistema de idéias que não deseja que as raízes do sangue e da violência sejam expostas. Ao fazer a genealogia do Sionismo, Said parece ter querido romper com o ciclo da violência, objetivando sua genética histórica e epistêmica. O sionismo foi (e continua sendo), sobretudo, um conjunto de idéias sobre a realidade objetiva que veta, bloqueia, desqualifica, minimiza, enfim, hierarquiza e denigre o oponente. E, no nosso caso, por oponente entendemos todos aqueles cujas ações e idéias colocam em questão, criticamente, o direito israelense de construir um estado sobre os escombros da Palestina. Neste sentido, o Sionismo é um veto que abarca não apenas o árabe palestino, mas todo aquele que ousa nomear, criticar e lutar contra a “máquina de guerra” (Gilles Deleuze) de Israel. A base do Sionismo é a raça, mas, como veremos, o conceito de raça nada constrói. Ele divide, diferencia e executa.

O Estado de Israel é ilegítimo, no sentido de que sua existência, fronteiras e políticas de anexação territorial estão em flagrante desacordo com as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, sua ilegitimidade é fruto de longo percurso (histórico e ideológico) cujas raízes, sem dúvida, é preciso expor. O racismo, que parece lhe conferir, em parte, a força mortífera do genocídio -, atributo do poder soberano, revelado por Foucault -, é constitutivo da visão de mundo que o tornou possível. Antes de Israel, o racismo existia disseminado em outras dimensões sociais, espalhado em mentes, corpos, ações e, acima de tudo, desejos. No interior do Sionismo, o racismo trazia consigo uma forma específica de ver, perceber e agir sobre o real, que se converteria em uma rede de instituições – entre elas, o Estado. De qualquer forma, esta governamentalidade foi, pouco a pouco, compartilhada pelos primeiros grandes sionistas. No final do século XIX, estes pioneiros tiveram o maior de todos os parceiros, a Inglaterra. A construção do Estado judeu deve ser vista, também, como legado direto do imperialismo inglês e de suas políticas de

incentivo à colonização das terras palestinas. O Oriente Médio de hoje é, em parte, filho do colonialismo europeu. O conflito árabe-israelense é legado deste colonialismo e, ao mesmo tempo, fruto dos interesses capitalistas de potências hegemônicas. Sobre o solo palestino, o sistema-mundo se articula com a matriz colonial européia, como dois pólos que se conectam e se influenciam dialeticamente. A racionalidade capitalista se adensa sob o signo da “missão civilizadora”.

Não faltaram viajantes europeus à Palestina, ao longo dos últimos séculos. Passariam pela região europeus famosos: Lamartine, Nerval, Disraeli. Mas a figura de Alphonse de Lamartine parece ser a mais emblemática. O francês viajaria para a Palestina em 1833, o que culminaria no livro *Voyage em Orient*, ao qual o autor afixa um pequeno resumo, *o Resume Politique*. Said observa que, nestas páginas, Lamartine argumenta que, na verdade, a Palestina não era um verdadeiro país; ao contrário, tratava-se de um território perfeito que poderia ser destinado a futuros projetos coloniais franceses. O que nos interessa, aqui, é o modo como o escritor, em prol de projetos futuros, cancela a realidade dos habitantes nativos. É sobre esta base de pensamento europeu que, futuramente, irá nascer o inesquecível epíteto sionista: “Uma terra sem povo, para um povo sem terra”. O modelo de argumentação que, com o tempo irá variar em pormenores, instrumentaliza sonhos futuros e passados gloriosos “para obliterar as realidades que permanecem entre o passado e o futuro”. Já que o valor humano dos nativos é tão parco, sua existência é, sem que se perceba, esquecida em função de algo maior, mais portentoso. O que importa, afinal, na visão de Lamartine, é o projeto europeu, grandeza e significação de outra empreitada colonial. O desejo francês, encarnado, agora, na “visão”, cancelou, silenciosa e, por isso, estrategicamente, a existência do Outro.

Podemos dizer que, do ponto de vista epistemológico, há uma verdadeira mutação: a presença real (corpórea!) de palestinos é diluída. Como na política brasileira de ocupação de “espaços vazios” do centro do país, no século passado, a propriedade fundamental passa a ser a da ausência. Este raciocínio é apenas uma amostra do que se tornaria o projeto europeu mais eficiente de conquista territorial desde a Idade Média (Said, 1992, p.10). A famosa “Declaração de Balfour” a Lord Rothchild em novembro de 1917 encarna, admiravelmente, a visão de mundo sionista. É por meio dela que o governo inglês, representado por Balfour, declara “ver favoravelmente o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina”. À época, Lord Rothchild representava os interesses hebreus junto ao governo britânico. Desprezando a existência de milhares de nativos, a carta se transformaria em uma espécie de “base jurídica para o Sionismo”. Said aponta alguns elementos centrais da

declaração e, por isso, essenciais à compreensão desta matriz de pensamento.

A declaração foi feita (i) por um poder europeu; (ii) sobre território não europeu; (iii) sem levar em consideração o desejo dos nativos; (iv) na forma de promessa para outro grupo construir a nova nação. Podemos ver que é o poder europeu de dispor de territórios de acordo com seus interesses que está em questão, o que pode ser detectado, com absoluta clareza, em outro documento de Balfour. Dois anos depois, em memorando interno, ele assume sua total indiferença ao acordo estabelecido com os países árabes, na Primeira Guerra Mundial. As potências aliadas haviam prometido independência às nações da região (como Síria e Palestina) do Império Otomano em troca de seu apoio contra o Eixo. De forma mais clara, caso Palestina, Síria e demais protetorados otomanos fornecessem seu apoio às tropas aliadas (Inglaterra, França e Estados Unidos) contra Hitler e as demais potências do Eixo, os árabes teriam, em troca, sua liberdade garantida após o fim dos conflitos – já que o Império Otomano se aliara ao Eixo. Para Balfour, no entanto, a promessa não deveria ser levada adiante já que as grandes potências “estavam comprometidas com o Sionismo”. Para ele, “certo ou errado”, o Sionismo estava calcado em “desejos futuros” e “longa tradição” cujas raízes eram “muito mais importantes” que os “desejos” e “preconceitos” de 700 mil árabes.

Na verdade, é o grande jornalista e talvez maior conhecedor do Oriente Médio, Robert Fisk, que aponta outro aspecto determinante da posição do governo inglês à época. O então primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Lloyd Georg, falava de forma clara e acachapante sobre as decisões da coroa durante o período de 1917. O discurso foi proferido na Câmara dos Comuns inglesa, em 1936, e nele Lloyd George discorre sobre o lapso de tempo anterior às declarações de Balfour e à subsequente carta de 1919, quando o compromisso com os árabes é, formalmente, rompido. O ex-primeiro-ministro observa, então, que a declaração de Balfour foi formulada em um dos “períodos mais obscuros” da Primeira Guerra. O exército francês estava amotinado; as tropas italianas prestes a desabar; os Estados Unidos ainda não se preparavam seriamente para entrar na guerra. A Grã-Bretanha estava, praticamente, sozinha diante do exército mais poderoso do planeta, o alemão. O governo inglês, então, percebe que seria fundamental contar com o apoio da comunidade judaica. Para Lloyd George, em seu discurso no Parlamento, a conclusão era de que seria “preferível garantirmos a simpatia e a cooperação dessa comunidade tão extraordinária, os judeus, no mundo todo”. Desta forma, os ingleses optaram pelo apoio judeu contra o Nazismo, primeiro passo dentro do complexo processo que culminaria com a Carta de Balfour (1917) e depois com o documento de 1919, que rompe com a suposta aliança com os árabes. Na verdade, a Coroa britânica travara duas

alianças incompatíveis para angariar poder em sua luta contra as forças do Eixo. Sob este ponto de vista, a aliança entre Inglaterra e judeus deve ser vista não apenas em termos de identidade ideológica, mas também da necessidade histórica de enfrentamento bélico contra a Alemanha hitlerista. Voltemos, agora, ao Sionismo.

Se existe uma matriz de sentido no Sionismo, ela parece apontar para uma constante atitude de cancelamento existencial do Outro. O nativo precisa ser ignorado. Citando o pensador israelense, Amos Elon, Said observa que esta estratégia de cancelamento é “a epistemologia moral do imperialismo”. As categorias variam, porém, de acordo com a dinâmica histórica, oscilando entre ignorar, negar e, mesmo, atacar o “estorvo”. O Sionismo se ergue acima da presença dos nativos e pertence ao *ethos* da “missão civilizadora européia”, uma visão de mundo racista e europeizante. No interior desta matriz civilizadora, o que existe é uma longa tradição ocidental de inimizade e conflito com o Oriente. Said a chama de Orientalismo. Para ele,

o Orientalismo não está muito longe do que Denys Hay chama “a idéia de Europa”, uma noção coletiva que identifica a “nós” europeus contra todos “aqueles” não-europeus, e pode-se argumentar que o principal componente da cultura européia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a idéia de uma identidade européia superior a todos os povos e culturas não europeus. (Said, 1992, p. 34).

A efetividade desta estratégia depende, historicamente, da “posição de superioridade” do Ocidente em relação ao Oriente. Como resultado desta assimetria, a despeito da diversidade de relações entre os dois pólos, o Ocidente sempre estará em posição de domínio. Esta posição, por sua vez, implica uma série de visões de mundo sobre o Outro que o divide, desqualifica, estigmatiza, enfim, o reduz a “essências raciais e culturais desumanas”. É este conjunto extraordinário de idéias que explica, em grande parte, as visões de homens como Balfour, já que ela lhes forneceu “vocabulário”, “imaginário” e “retórica”. E, por ter fornecido tais instrumentos de pensamento, determinou, em grande parte, suas ações sobre o mundo. Por outro lado, tendo em vista a necessidade histórica do apoio da população judaica contra a Alemanha, a força desta idéia adquire novo impulso. Aqui, parece residir a articulação entre as visões de mundo européia e sionista e os imperativos históricos, encarnados na aliança contra as tropas germânicas. Muito mais do que território, o que os europeus partilhavam “era uma espécie de poder intelectual”, um verdadeiro “conjunto de restrições e limitações do pensamento”. Mas, ao lado desta sintonia intelectual, havia as alianças políticas.

O que nos interessa, aqui, é que “em última instância”, o Orientalismo é “uma visão política da realidade” que essencializa o Outro. Uma ordem de soberania e de rótulos, que dilui toda a História e liga, por meio do domínio, Ocidente e Oriente. O Orientalismo “canaliza” o pensamento a partir de categorias reducionistas e estereótipos, impedindo a apreensão do Outro e do encontro humano. Concluindo esta pequena digressão sobre o Orientalismo, podemos dizer que tanto o Sionismo quanto o imperialismo europeu, em geral, se nutrem desta matriz civilizadora maior. É a partir dos instrumentos de pensamento e dos modos de agir, encarnados e legitimados pelo Orientalismo, que o Sionismo deve ser compreendido. Por meio de tais premissas, inerentes ao nível não reflexivo dos europeus e primeiros sionistas, é que se tornou possível cancelar o Outro. No caso, os nativos da Palestina. Junto a esta complexa identidade, houve ainda a aliança política contra o Nazismo.

Deixando de lado a matriz mais abrangente de sentidos, a questão histórica a ser levada em consideração é que a Palestina se torna, desde o final do século XIX, um lugar de conflitos. Conflitos entre os nativos da região e levadas de imigrantes europeus, guiados pela política inglesa de incentivo à colonização. O projeto sionista que vai, aos poucos se desenvolvendo, apresenta duas características básicas. O aspecto negativo se vincula à destruição dos povos nativos; o positivo consiste na difusão de visões de mundo como a de “povo sofrido”, marcado pela “diáspora”, mas que, finalmente, regressa à “terra natal”. A força do projeto sionista parece residir naquilo que Said chama de “pioneirismo judeu” -, elemento com o qual os americanos irão se identificar.

Outro elemento central do Sionismo que o próprio Said não percebeu foi o fato de que o movimento teve suas raízes calcadas entre os judeus europeus cultos, assimilados pelo capitalismo europeu. Foi esta imensa população que procurou oferecer respostas às migrações de judeus pobres e muitas vezes esfomeados, que fugiam das chacinas da Rússia czarista. Tendo em vista a incapacidade européia de assimilar tais massas populacionais, a parcela abastada dos judeus se viu instada a procurar saídas para se livrar das vítimas pobres do anti-semitismo russo. A construção de um lar judeu para essas grandes massas é, então, formulada pelo vienense (e judeu culto), o jornalista Theodor Herzl. Portanto, ao contrário do que se possa imaginar, o Sionismo é, neste sentido, um conjunto ideológico formulado a partir de divisões sócio-econômicas entre os próprios judeus. Seu objetivo era, também, o de evitar que os judeus assimilados na Europa tivessem suas posições (e status) afetados pelas massas populacionais que se alastravam por todo o continente. O Sionismo é, desta forma, estigmatizante mesmo entre judeus!

O que interessa, aqui, porém, é a essência da campanha sionista: (i) apelo específico, (ii) baseado em justificações gerais, o que torna qualquer tipo de oposição ao Sionismo algo quase insustentável. O Sionismo é um movimento para libertar judeus e solucionar o problema do anti-semitismo no Ocidente. (Said, 1992, p. 23)

O interessante é que o pioneiro do Sionismo, o jornalista, Theodor Herzl, em seu livro “O Estado Judeu”, aponta vários locais para a construção de Israel. Ele havia pensado tanto na América do Sul quanto no leste da África, mas, finalmente, se decidiu pela Palestina. Primeiro, por ser considerada local onde haveria “laço espiritual” entre Deus e o “povo escolhido”; segundo, a região era habitada por povos “atrasados”. Portanto, a estratégia sionista de construção de Israel se baseava no “atraso” dos nativos e nos laços religiosos entre judeus e Jeová. As migrações populacionais foram, neste caso, gerenciadas, em larga medida, pela remissão ao laço religioso entre a figura divina e o povo eleito. A Palestina, dentro desta visão religiosa de mundo, foi transformada na destinação última do encontro do futuro messias. O povo da diáspora, que não conhecera sossego; cuja tragédia, há pouco tempo, se encarnara nos *pogroms* russos, podia, agora, viver em paz.

O Holocausto, deste ponto de vista, teve o efeito avassalador de intensificar (e legitimar) a procurar de um “lar” para o “o povo mais sofrido”. Opor-se a essa idéia seria se alinhar ao anti-semitismo. A aura de moral do Estado judeu, aponta Said, cresceu com o Fascismo. A Palestina seria, portanto, a solução específica para o drama desse povo que faria a “terra florescer” às margens do Rio Negro. Uma solução específica com justificativas genéricas e escatológicas. Como matriz de pensamento, o Sionismo passa a ocupar posição privilegiada entre Ocidente e Oriente por meio da qual os judeus podem falar sobre os árabes para os ocidentais. Elemento de comutação entre dois pólos irreconciliáveis, o Sionismo interpreta um lado para o outro, de forma que o Ocidente possa compreender a mentalidade do muçulmano. O Sionismo esclarece, informa e mais do que interpretar, fornece os parâmetros dentro dos quais a interpretação se torna possível. Mais do que dados, informações, fatos, ele oferece modelos totais de pensamento, fórmulas prontas, perceptos mutilados, preconceitos sob as vestes de concepções. Como o positivismo, o Sionismo marca o fim do pensamento pensante. A necessidade mais importante do pensamento, que consiste em se voltar reflexiva e criticamente suas sobre condições sócio-históricas de possibilidade, deixa de existir.

O Sionismo é um ponto de comutação epistêmica entre Ocidente e Oriente. A representação que o Ocidente tem do Oriente parece ser, em grande parte, resultado da visão

de mundo sionista. Entre Sionismo e Ocidente se estabelece “uma comunidade de língua e ideologia”. Outro pioneiro sionista, Chaim Weizmann, ao escrever a Balfour sobre os árabes, estabelece tácitas diferenças entre “nós”, ocidentais, e “eles”, árabes, muçulmanos. O ponto a se ter em mente é que, a partir desta primeira distinção, todo tipo de conclusão racista se torna possível. Não é à toa, portanto, que o Sionismo irá se identificar com os elementos mais repreensíveis da hegemonia branca européia. O que se tem é a dramática fusão de Weizmann com os europeus, a exemplo de Balfour, e, em função disto, a extensão da luta contra o Islã nos territórios do Oriente. O Sionismo, esse exército de judeus em busca de um novo estado, irá se tornar um posto avançado de combate e freio ao Islã. Essa dramática fusão de valores parece ter culminado com a identificação do Sionismo com os elementos políticos centrais do Ocidente capitalista.

A ideologia sionista passa a encarnar os valores do liberalismo como tudo aquilo por causa do que “nós” lutamos já que “eles” continuam atrasados. A generosidade ocidental, naturalmente, irá terminar no “ensino” da “democracia” ao Iraque. Said argumenta que uma das questões centrais, no que tange ao tema, é precisar a medida na qual essas idéias e valores das democracias liberais foram disseminadas. A tarefa é fundamental na medida em que grande parte da eficácia do Sionismo consiste na sua tentativa de esconder as próprias raízes. Existe uma completa coalescência entre a visão ocidental liberal das coisas e a visão sionista-israelense (Saída, 1992, p. 37). Compreendemos, neste trabalho, que a eficácia deste processo não consiste na força bruta, mas na capacidade de articulação hegemônica, na construção de blocos históricos. É por meio da identificação que Sionismo e Liberalismo formam o “cimento” (em termos gramscianos), enfim, a ideologia necessária à construção dos blocos históricos. O Liberalismo vê no Sionismo razão e idealismo; o Sionismo, por sua vez, apreende o Liberalismo como aquilo que gostaria de ser, seu modelo. Nesta comutação de valores, a figura do Outro é, sempre, dissolvida.

Criticar o Sionismo, hoje, é, portanto, muito mais do que criticar uma idéia ou uma teoria, é criticar um muro de negações (Said, 1992, p. 51). Mas, qualquer que seja o foco analítico, o ponto central é que o Estado judeu foi construído sobre os escombros de outra nação – e jamais em abstrato. A questão, portanto, consiste no conflito político que envolve dois povos, árabes e judeus, com argumentos diferenciados sobre a posse de um mesmo território. (Vale lembrar que os palestinos já abriram mão de grande parte de sua antiga nação, buscando uma solução pacífica desde os anos 70). Said aponta que, do ponto de vista genealógico, o Sionismo deve ser entendido como extensão desta “missão civilizadora”

ocidental. Mas há outra perspectiva sob a qual ele deve ser compreendido, a de “um sistema prático de acumulação”. Aqui, o autor se refere à acumulação de “poder, terra, legitimação ideológica”. O aspecto inverso da acumulação (para os sionistas) é, naturalmente, o desapossamento (dos palestinos), de pessoas, idéias e terras.

A dualidade deste complexo processo é inquestionável, na medida em que o Sionismo conseguiu fazer desaparecer as bases históricas de seu crescimento. O encobrimento pelo Sionismo de sua própria história se tornou, agora, institucionalizado e não apenas em Israel (Said, 1992, p. 58). Pierre Bordieu sempre aludiu aos mecanismos de esquecimento social como uma das engrenagens mais eficientes de legitimação da ordem. A crítica parece consistir em, por meio do estabelecimento de distinções e diferenças, fazer com que, geneticamente, as raízes sejam apreendidas. Até agora, o aspecto central de nosso argumento em relação ao Sionismo pode ser sintetizado por três pontos: 1) ele tem suas origens na matriz européia, a missão civilizadora; 2) houve pacto histórico entre a elite inglesa e os judeus contra o Nazismo; 3) ele também foi formulado como resposta de judeus cultos e assimilados ao capitalismo europeu às migrações de judeus pobres que fugiam da Rússia.

Por tudo isto, o Sionismo nunca admitiu a introdução dos nativos na sua “missão” e, ao mesmo tempo, permitiu e incentivou a chegada de judeus pobres a Israel, desde que inseridos como massas trabalhadoras desqualificadas, aptas a substituir a mão de obra árabe. Desde sua origem, tais idéias são excludentes e racistas. Na verdade, o movimento sionista coincide com o período de maior expansão colonial (e, paradoxalmente, com o anti-semitismo).

O caso de Theodor Herzl é ilustrativo, pois se ele atingiu a consciência judaica com o caso Dreyfus; sua estratégia política de combate ao anti-semitismo foi a de colonização no além-mar e de solução às migrações de massas de judeus pobres que então chegavam à Europa. O extermínio do Outro como antídoto contra o próprio extermínio; a exclusão do Mesmo para manutenção de sua própria inclusão européia. Herzl é direto sobre seus projetos afirmando que “tanto a expropriação quanto a remoção dos pobres [ele se refere aos palestinos] deve ser feita com discrição e circunspeção” (Said, 1992, p. 71). A estratégia de expulsão de palestinos deveria ser levada a cabo por duas vias: busca de emprego em outros países e, ao mesmo tempo, proibição de empregos na Palestina. O silêncio com que essas tarefas deveriam ser cumpridas se deve à preocupação de Herzl com a opinião pública internacional. Said observa que grande parte do sucesso do Sionismo, enquanto conquista (em todos os níveis) se deve à visão européia colonial que concebia o nativo como “irrelevante”.

Herzl nada mais teria feito do que se apossar deste sistema de classificação de raças e o utilizado em benefício próprio (quer dizer, em prol do Sionismo). Este apossamento, no entanto, teria se dado duplamente: primeiro entre os próprios judeus, determinando a migrações das massas pobres para a Palestina e, depois, entre judeus e árabes palestinos.

Podemos dizer que o Sionismo é, portanto, um sistema ideológico dual que, ao servir à construção e legitimação do Estado judeu, leva a cabo esta tarefa, desapossando a população nativa, depois de estabelecer diferenças entre judeus ricos e pobres, europeus e não europeus. Ao qualificar os judeus, estabelecendo um laço indissolúvel entre o povo da diáspora e o monte Sião, o Sionismo desqualifica o nativo, concebendo-o como alguém sem laços com a terra. É na dinâmica desta dualidade que o Sionismo permite a construção de um Estado racista. Se o esquema foucaultiano clássico via o biopoder como elemento introduzido nos mecanismos do Estado Moderno, conferindo-lhe o direito de assassinio; aqui, o racismo é componente intrínseco ao Estado. O racismo já estava na própria matriz sionista que parece ter conformado a plástica do Estado israelense e sua governamentalidade. Como princípio classificador e impositor de diferenças na uniformidade da espécie humana, o racismo é anterior à formação de Israel. E, por ser anterior, ele pôde, sorrateira, imperceptível, mas racionalmente se introduzir nos elementos de mando, comando, visão, percepção e atuação do estado sionista moderno. Foram homens como Herzl e Weizmann, brilhantes como articuladores políticos, que contribuíram, decisivamente, para disseminá-lo.

O Estado de Israel é a culminância da governamentalidade intrínseca ao Sionismo. Ele encarna, na sua estrutura burocrático-política, todos os elementos que faziam parte da peregrinação e dos desejos dos primeiros sionistas. Ele é a concretização histórica de tais anseios. O mais chocante de todos os exemplos parece ser o passeio de Weizmann com um amigo, Ruppin, nas redondezas de Jaffa, no início do século passado. Said descreve a satisfação do sionista que, a princípio ficara estupefato com a declaração de Ruppin, de que aquela região seria, um dia, uma cidade. Weizmann, então, começa a fazer diversas perguntas. A cada questão, o amigo responde com dados técnicos, coerentes, concretos, abrindo a possibilidade real de que, de fato, ali, ao lado da antiga Jaffa, seria construída uma cidade judaica. Havia uma estratégia clara atrás de tudo aquilo, a neutralização daquele aglomerado árabe, afinal “o que importa é a produção de uma presença judaica”.

Este passeio, que encarna o desejo incipiente de Weizmann pela urbanidade judaica, às portas da antiga Jaffa, irá se concretizar na cidade de Tel Aviv. A idéia se transforma em instituição política conquistadora. O Sionismo é a idéia anterior ao Estado, que

define o próprio Estado, que conforma e determina a dinâmica da construção das cidades. Ele é a contraface sombria que acompanha as noites de Tel Aviv. Não haveria Tel Aviv se não houvesse Sionismo, enquanto sistema de idéia e conjunto de práticas e, também, não haveria Estado de Israel. O Sionismo é a “razão de Estado” de Israel (em sentido foucaultiano). Ele é a matriz de pensamento, anterior a Israel e que tornou Israel possível. Enquanto sistema de idéias e ações, o Sionismo sempre esteve presente não apenas nos primeiros sionistas, mas nos corpos e nas mentes dos judeus que, desde final do século XIX, aportaram na Palestina. Portanto, enquanto conjunto ideológico, ele sempre esteve disseminado no tecido social, o que lhe possibilitou fornecer os esquemas de governar necessários ao ato político-burocrático do Estado. Mas é preciso ir adiante para entender o entrelaçamento mais preciso entre idéias e ações. O Sionismo existe segundo a dinâmica de conquista e manutenção de um *imperium*. Dominar implica conquistar áreas, acumular seus habitantes, ter poder sobre cada um e todos ao mesmo tempo, converter tais pessoas em “soldados” (sionistas). Dominar é também converter terras e idéias a seu propósito, enfim, para o uso dos desígnios hegemônicos deste *imperium*.

A questão, portanto, consiste em observar como a “idéia” confere dignidade, soberba e sentido ao processo histórico de conquista e extermínio. A força pura deve ser dignificada com ciência, moral, ética e filosofia. Said argumenta que, neste sentido, a idéia torna a conquista mais palatável. O Sionismo, por isso, se desenvolve com uma consciência única de si mesmo, mas sem deixar nada ou quase nada para os infelizes nativos (Said, 1992, p. 82). Desta forma, lançando mão de várias estratégias, este conjunto de idéias consegue criar uma “rede de realidades” às quais, como já aludimos, a escatologia religiosa oferece sua eficaz legitimação. Como sempre, Weizmann foi visionário. Sua estratégia consistiu, neste ponto, em uma pequena mudança no texto original da Declaração de Balfour. Ao invés de “establishment” (estabelecimento), Weizmann reescreveu “reestablishment” (reestabelecimento), tática que teve mudanças dramáticas para a construção ideológica do Estado de Israel.

Por meio do uso do prefixo “re”, a conquista territorial pôde ser deslocada de seu teor histórico inescapável – a colonização – para a repetição, reconstrução, reconstituição da terra perdida há milênios. Desta forma, a presença palestina pôde ser vista como um pequeno “lapso” na quase intemporalidade da permanência judaica na região. São elementos como esse que apontam não apenas o êxito da política sionista, mas seu sentido mais profundo, o de ser “a política do detalhe” e não apenas uma visão colonial abstrata. Said esclarece que, para esta

visão de mundo, a Palestina é um “território específico”, que merece ser esquadrinhado, milímetro por milímetro, colonizado, planejado, construído – ou, na visão de Weizmann, reconstruído. O intelectual palestino argumenta que os árabes da região nunca souberam responder a esta política racionalizante. Limitavam-se a constatar (com justiça, diga-se de passagem) que a terra era deles, por que lá eles (e seus antepassados) sempre viveram. Os palestinos tiveram que enfrentar a “cultura da disciplina do detalhe” e parecem ter fracassado (por enquanto). Deste ponto de vista, o Sionismo é uma verdadeira matriz de organizações cujo funcionamento total duplica o de um exército (Said, 1992, p. 96). È por meio desta matriz que um país é aberto, invadido, espoliado e, ao mesmo tempo, colonizado e dividido em bantustões. A tarefa maior consiste na conversão de cidadãos em soldados disciplinados (sionistas). Desta forma, ao torná-los colonos invasores de terras árabes, agentes disciplinados da usurpação territorial, o Sionismo faz do “estar na terra” uma estratégia por meio da qual se dá o investimento no solo. Adubos, estruturas, pedras, instituições, canalizações, rodovias, símbolos e desejos futuros são açambarcados por um processo de roubo territorial e de sentido que faz da raça uniforme. O poder, portanto, consiste no funcionamento total do sistema, nas suas posições conquistadas e mantidas (em todos os níveis). O Sionismo é um conjunto de instrumentos para a conquista e desenvolvimento sobre um território que parece estar em contínua expansão, já que a Grande Israel é um projeto bem mais amplo de domínio regional.

3.2 Declaração de Balfour

Nos primeiros anos da colonização palestina, a construção do bloco histórico se deu entre sionistas e segmentos da elite européia, em geral, e a britânica, em particular. Como apontamos no capítulo anterior, as marés populacionais judaicas seriam impensáveis sem o apoio irrestrito de homens como Balfour e seu incentivo à imigração, tendo em vista os acordos entre a elite inglesa e os judeus contra os nazistas. A carta de 1917, que estabelece os princípios para a construção de um “lar ao povo judeu”, na Palestina, e o memorando de 1919 são apenas as estratégias mais claras desse consenso entre consciências e dos acordos políticos da época. Vale lembrar que, através do memorando, Balfour quebrava, sem pestanejar, o acordo político entre aliados e árabes já que havia outro acordo, bem mais vantajoso, com os judeus. No início da Segunda Grande Guerra, as superpotências aliadas ofereceram independência aos países do Oriente Médio (como Síria e Palestina) em troca de apoio político contra o Eixo. O consenso também fora expresso, alguns anos antes, por Lamartine, nas suas viagens à Palestina, retratada como excelente lugar a futuros projetos

coloniais. Á título de revisão, a própria tomada de autoconsciência do jornalista Theodor Herzl contra o anti-semitismo teve como antídoto a colonização no além-mar.

Os judeus poderiam se livrar do estigma de que eram vítimas através da invasão e anexação de terras, habitadas por povos “bárbaros” e “atrasados”. A conquista territorial e o extermínio do Outro – após a exclusão do Mesmo na Europa - seriam os atos mediante os quais os judeus se libertariam do estigma e da diáspora. Mas houve revezes, impasses, perdas momentâneas. Muitas lutas foram travadas, inclusive, no interior da administração britânica. Caso da Comissão Crane que recomenda não só a limitação das imigrações judaicas, mas o completo abandono da idéia de Estado judeu. Mas a decisão foi solapada pela linha política pró-Sionismo, que vence o debate interno, então travado no próprio governo inglês. Com a chegada de novas levas, os conflitos começam a pipocar em toda Palestina. Em agosto, de 1929, 133 judeus são massacrados. Em Hebron, mais 60 são assassinados. Entre 1936 e 39, uma série de revoltas árabes atinge grande parte da Palestina, voltadas contra a política britânica, maior incentivadora das migrações. A Palestina havia permanecido sob controle inglês, denominado “Mandato Britânico”, já que o Império Otomano se fragmentara, após a Primeira Guerra Mundial. Portanto, após o grande conflito, a Palestina ficara sob domínio inglês. Apesar das greves não terem maiores conseqüências, elas são violentamente reprimidas pelas autoridades da Coroa britânica.

Com o fim do Holocausto, os europeus decidem, em Assembléia Geral das Nações Unidas, propor a partilha do território palestino em duas nações, uma árabe outra judia. O diplomata brasileiro, Oswaldo Aranha, preside a polêmica sessão. Os sionistas, por meio de uma série de articulações, percebem que não alcançariam o quórum mínimo, necessário à vitória. Apesar da insistência de quase todos diplomatas árabes, inclusive o representante da Síria - que oferece retirar seu discurso para acelerar a votação -, Aranha decide adiá-la. O tempo necessário à conquista de votos estava, graças à decisão do diplomata brasileiro, à mercê dos sionistas que, de fato, como a História mostraria, o aproveitaram da melhor maneira possível.

Quando novamente a proposta é levada à discussão, em novembro de 1947, vários países que tendiam a votar contra a partilha, mudam seus votos. A razão da mudança está para ser descoberta por jornalistas, historiadores e pesquisadores. De qualquer forma, a guinada é vista, em parte, como resultado de descomunal pressão dos Estados Unidos e lobbies sionistas sobre países frágeis ou endividados. O fato é que a partilha é aceita pela Assembléia das Nações, o que muda o curso da História. Chocados com o resultado, vários embaixadores

argumentaram, em discurso, que a tragédia judaica se devia a políticas de extermínio européias. E que, por isso, o Estado judeu deveria ser criado sobre território europeu e não às expensas da fragilidade de populações árabes, que moravam há séculos na Palestina.

Os conflitos estouraram após a partilha e avassalam toda região. Em 18 de dezembro, dez árabes são mortos (entre eles, uma mulher e quatro crianças). Os assassinatos ocorrem na vila de Khissas e são perpetrados pela Haganah, a milícia da qual, anos depois, será gestado o exército israelense. Seu comandante, de fama internacional, Moshe Dayan, será uma espécie de precursor de outros generais sionistas, como Ariel Sharon. O massacre subverte a própria natureza do Haganah que, tradicionalmente, evitava ataques a áreas calmas. Dayan justifica o ato, argumentando que a operação tivera “efeitos desejáveis”. Em virtude de sua maior organização, as forças sionistas adquirem rápida vantagem nos conflitos de forma que, em maio (1948), grande parte do território árabe já fora tomado. As fugas se davam em massa. Para isso, o massacre de Deir Yassim, em abril de 1948, parece ter tido “efeitos desejáveis”, ao gosto de Moshe Dayan. A milícia responsável pelos ataques que culminaram com a morte de 250 pessoas (cerca de 100 delas mulheres e crianças) foi o Irgun, comandado por Menachem Begin, grupo de operações ainda mais violento que o Haganah.

Apesar das forças árabes atacarem logo após o anúncio da partilha, os palestinos não sabiam que outro acordo havia sido feito entre a elite árabe e os generais judeus. O rei do Transjordânia (atual Jordânia), Abdullah, já selara pacto secreto com David Ben-Gurion sobre o espólio dos combates. Como resultado da guerra, metade dos territórios designados como Palestina foi invadida por Israel. Abdullah, por seu lado, anexa a Cisjordânia ao passo que o Egito domina Gaza. Do ponto de vista territorial, portanto, a Palestina sai da guerra de 1948 dividida entre Israel e outro Estado árabe, a Transjordânia. O Egito, apesar de controlar Gaza, não a anexa. É este, em linhas gerais, o arranjo geopolítico que irá ser mantido até o conflito de 1967. O pacto entre Ben-Gurion e Abdullah parece mostrar que os dois líderes viam os palestinos como inimigos a ser controlados. O que nos interessa, aqui, é observar uma espécie de padrão que irá se consolidar ao longo do tempo, no qual os demais Estados árabes sempre tendem a intervir na Palestina de acordo com seus próprios interesses. A política das nações árabes do Oriente Médio, grosso modo, para os palestinos parece ter sido guiada pela necessidade de espoliação e, em seguida, controle dos movimentos que serão considerados radicais. Israel saberá se aproveitar deste padrão.

O acordo entre Abudullah e Ben-Gurion era tão secreto que mesmo o alto comando das forças israelenses o desconhecia, fato que levou a conflito interno entre Gurion e

o comandante das forças israelenses do sul, Yigal Allon. O comandante, que decidira avançar sobre a Cisjordânia em outubro de 1948, se vê impedido de continuar sua campanha em função do pacto estabelecido entre os dois líderes.

3.3 Um novo confronto

A Guerra de 1967 expõe, mais uma vez, os conflitos implicados no novo jogo político do Oriente Médio, definido pela partilha da Palestina. Desta vez, a guerra irá ser travada entre Israel e um conjunto de países árabes, entre eles Egito, Síria e Jordânia. O Iraque, Arábia Saudita, Sudão, Tunísia, Marrocos e Argélia contribuiram para o esforço bélico, enviando soldados. O arranjo final do conflito redimensiona, novamente, a geopolítica da região, na medida em que Israel conquista a Península do Sinai e Gaza (do Egito), a Cisjordânia (da Jordânia), as Colinas de Golã (da Síria) e Jerusalém leste. De forma geral, com exceção do Sinai, devolvido nos acordos de Camp David de 1977 e 1978, e de Gaza de cujo território os exércitos israelenses se retiram em 2005, a base geopolítica da região ainda permanece a mesma. A tensão entre Israel e os demais países árabes vizinhos já vinha aumentando desde a derrota de 1956, quando sionistas, franceses e ingleses são obrigados a retirar suas tropas de Suez. A nacionalização do canal havia desencadeado a invasão das três potências no Egito. Sem o apoio americano, tiveram de desistir de seus intentos.

Nasser chega a expulsar, em maio de 1967, as tropas de paz da ONU, que permaneciam na região de Suez desde 1956, mobilizando os exércitos egípcios na fronteira. Israel, ao mesmo tempo, mobiliza suas tropas. No dia 5 de junho de 67, Israel ataca o Egito, alegando que Nasser estava prestes a atacar o Estado judeu. Todos os países árabes negam ter planejado ataques a Israel, a despeito das mobilizações de suas tropas. Para eles, o chamado “ataque preemptivo” israelense foi, na verdade, um “ato de agressão”. Anos depois, a cúpula militar israelense irá assumir que, de fato, o alto comando sabia que as tropas nasseritas não estavam se preparando para qualquer ataque a Israel. Portanto, de acordo com depoimentos de comandantes israelenses, a guerra de 1967 foi “um ato de agressão”.

Após 67, o Partido Trabalhista começa o processo de integração dos territórios invadidos por Israel, projeto que se estende à Jerusalém árabe. A construção de assentamentos começa tanto na Cisjordânia quanto nas Colinas de Golã. O governo trabalhista de Golda Meir aponta, entre seus objetivos essenciais, a criação de colônias militares, agrícolas e urbanas, que começam a se descentralizar pelos territórios cisjordanianos. Moshe Dayan, o homem cujas ações militares sempre buscaram “efeitos desejáveis”, irá mostrar, agora, que os

assentamentos podem obter a mesma eficácia, pois criam “futuras fronteiras”. Talvez seja neste período que um dos elementos chave do Sionismo se consolida definitivamente. A estratégia de construção de assentamentos cujo desenho microfísico e descentralizado quebra a continuidade territorial das terras árabes é consolidada como política central do Estado de Israel. A ruptura da continuidade impede a autodeterminação, isto é, a constituição do Estado palestino por meio da judaização de suas áreas.

Esta espécie de política da invisibilidade, operacionalizada no cotidiano, longe do clamor das guerras, será uma das táticas mais eficientes dos governos trabalhistas até ser, também, assimilada pelo Likud. Quanto ao argumento tradicional de que os assentamentos são importantes para a segurança, o próprio Moshe Dayan argumentava que o objetivo das colônias sempre foi o de criar fatos, isto é, territórios anexados. A natureza destes primeiros assentamentos irá mudar, ao longo do tempo, na medida em que eles se tornam mais dinâmicos, urbanizados e “legais”. A incipiente política do final dos anos 60 irá ser propulsionada pelo governo Reagan cujos repasses de verbas e armas atingem limites até então nunca vistos. Surgem grandes centros urbanos descentralizados, mas agora interligados por rodovias amplas e de fácil acesso que isolam, nesta imensa operação de anexação territorial, as vilas árabes.

Esta política da invisibilidade cria o que Noam Chomsky chama de “sociedade dual”. Vilas palestinas, que cada vez mais se assemelham a guetos, rodeados de centros urbanos e bases militares. Em ritmos diferenciados, mas constantes, a tática sionista associa duas estratégias globais, guerras e construção de assentamentos, cujos efeitos, em termos de conquista territorial, são integradores e contínuos. Descontinuidade palestina; continuidade judaica. As funcionalidades sionistas se articulam no dualismo da integração e exclusão racista, gerenciando áreas e populações. Um de seus efeitos mais nocivos são enclaves semelhantes a bantustões.

Antes de analisarmos, porém, a conformação geopolítica das áreas invadidas, é necessário acompanhar o desenvolvimento das estratégias israelenses de unilateralismo. O que está em jogo, portanto, é a rejeição sionista de dois Estados, reconhecidos internacionalmente. São as táticas de negação da soberania palestina, escondidas sob intensa propaganda sionista, seus recuos, mentiras e manipulações flagrantes que, agora, nos interessam.

3.4 Buscando parceiros

Mesmo antes de criar o Estado de Israel, a cúpula sionista sempre tivera lucidez suficiente para saber que sua sobrevivência seria possível apenas com o apoio político, militar, diplomático e financeiro dos Estados Unidos. A política israelense, a princípio, se notabilizou pela tentativa de monopolizar a atenção americana, na região. O objetivo lança Israel em acirrada competição com o Egito, que se aproximava da órbita de influência dos EUA. Na década de 50, por exemplo, uma série de atentados terroristas israelenses a órgãos americanos, no Egito, já procurava impedir a aproximação entre a “América” e Nasser. (A política nasserista de incentivo à soberania árabe, que culminou com movimentos nacionalistas em toda a região, foi, portanto, precedida pela tentativa do então presidente egípcio de ingresso na esfera de influência dos EUA. Somente quando descartado pelo governo americano, é que Nasser modifica sua política externa e se volta ao mundo árabe, consolidando a luta pelo controle soberano de recursos energéticos.) Seja como for, a relação entre Estados Unidos e Israel era delicada e conflituosa nos primeiros anos da década de 50.

Aos poucos, no entanto, os governos americanos começam a perceber os efeitos políticos para a hegemonia dos EUA no Oriente Médio, caso Israel se armasse e, portanto, se tornasse poderosa. Com a Guerra Fria, a cúpula americana parece ter concebido Israel como barreira contra movimentos nacionalistas que poderiam acabar sendo absorvidos pela União Soviética. Memorando do Conselho de Segurança Nacional, de 1958, já apontava que o corolário lógico de oposição a movimentos nacionalistas seria uma Israel militarizada, único país ocidental no Oriente Próximo. À época, a tentativa consistia em formar grandes barreiras à influência soviética, aliando Turquia, Israel, Irã e Etiópia. Grande parte desta política havia sido formulada pelo então secretário de Estado americano, John Foster Dulles, no “Pacto de Periferia”. O desenvolvimento deste processo culmina, em 1960, com a concepção americana de Israel como barreira tanto contra o nasserismo quanto à influência russa.

A constatação da importância de Israel é reforçada, dramaticamente, com a guerra de 67, onde o poderio militar israelense fica comprovado. Ao mesmo tempo, o resultado da guerra dilui a força do nacionalismo árabe, que atingira seu pico com o desfecho do conflito de Suez (1956). O sucesso da vitória nasserita detona uma série de movimentos nacionalistas por todo o mundo árabe, tornando famosa a frase que os egípcios endereçaram aos ingleses, no fim dos conflitos, “Go to hell” (Vão para o inferno). A pujança do nacionalismo e seu potencial transformador sofrem profundo revés (histórico e ideológico) com o desfecho de 67. Israel dá um passo certo na sua longa política de articulação hegemônica com os Estados

Unidos. Em 1970, os sionistas ainda impedem a intervenção da Síria na Jordânia cujas forças militares massacravam palestinos. Ao longo desta década, Israel parece ter consolidado seu papel de instrumento hegemônico americano - e não apenas no Oriente Médio. Seu apoio político se estende à África negra, ajudando a penetração do poderio da “América” no continente. Uganda, antigo Zaire, norte africano, e todas as ditaduras recebem apoio financeiro, armamentista e treinamento. A ajuda de Israel ainda quebra o embargo posto à África do Sul em função de seu regime de apartheid. Ao mesmo tempo, vários governos israelenses apóiam as ditaduras da América Central, substituindo a ajuda americana que, em alguns casos, havia sido vetada pelo Congresso. Com a queda do Xá (1979), o papel de Israel aumenta ainda mais, pois o tradicional triângulo – Irã, Arábia Saudita e Israel - é, finalmente, rompido.

No início da década de 1970, Israel irá se tornar, inclusive, parte da Força de Deposição Rápida, criada por Carter, na tentativa de controle da região petrolífera. O desenvolvimento das políticas de Israel aponta para estratégias que vão muito além da esfera de influência do Oriente Médio. Mais do que Estado colonial, cravado na região petrolífera mais importante do mundo, a nação sionista parece funcionar como armada de longo alcance aos interesses hegemônicos americanos. Uma espécie de milícia cuja ação tentacular é determinada por sua inserção no sistema capitalista financeiro. A dinâmica da relação entre os dois países, sempre instável e fugidia, se consolida em interesses convergentes e consensuais. Desde 1967, que pode ser considerado ano de consolidação dessa gradual convergência, as críticas às políticas de Israel têm sido, sistematicamente, silenciadas. O uso indiscriminado do anti-semitismo, endereçado a todos aqueles que criticam o Sionismo, e o do “judeu que se odeia”, vituperado contra aqueles que criticam seu próprio povo, se torna rótulo de ataque comum.

3.5 Unilateralismo

A verdade é que Israel tem se beneficiado de imunidade única da crítica da mídia tradicional e dos acadêmicos, em consonância com seu papel único de beneficiária de outras formas de ajuda americana (Chomsky, 1999, p. 84). O que nos interessa é o fato histórico de que Israel foi, gradativamente, construindo posição política unilateral de rejeição do Estado Palestino. Mas a construção histórica do unilateralismo somente foi possível, em grande medida, devido ao apoio incondicional da mídia, da academia e do governo americano. O consenso internacional pós-67 era de que o conflito poderia ser resolvido desde que Israel,

Estado invasor, se retirasse das terras ocupadas na guerra, retornando, portanto, às fronteiras anteriores ao conflito. A partir dos anos 70, o consenso internacional apontava, claramente, para dois Estados nacionais. A Palestina, dentro deste acomodamento, seria constituída por Gaza e Cisjordânia ao passo que Israel ficaria com o restante do território. Um dado histórico fundamental é o de que a luta palestina se restringia, portanto, a apenas 23% do total territorial que fora designado pela partilha da ONU em 1947. O povo palestino, ao longo das sucessivas vitórias do poderio israelense, fora obrigado a abrir mão de 77% do restante!

As decisões fundamentais na região são tomadas, quase sempre, nos escritórios de Washington. O secretário de Estado americano, William Rogers, desde 1969, se inclinara em direção ao consenso internacional, mas perderia o embate político no interior da administração Nixon. Kissinger, um dos maiores estrategistas do governo americano à época, se opunha à posição de Roger e da comunidade internacional, apoiando a linha sionista. Para o ultraconservador da Casa Branca, Israel deveria manter controle sobre os territórios invadidos, consolidando a posição unilateral que definiria as futuras estratégias políticas dos sionistas. Um dos elementos centrais da política kissingeriana parece ter sido a da “Grande Israel”, como instrumento de manutenção da hegemonia americana. Se o interesse americano no Oriente Médio é o controle de jazidas petrolíferas, a questão fundamental para a administração parece ter consistido em definir a estratégia mais eficaz de obtenção deste objetivo. Havia duas grandes linhas políticas, neste caso, a acomodação e a rejeição. A primeira apontava para uma solução negociada e construção de dois Estados soberanos; a segunda para a constituição da “Grande Israel” como maior aliado dos EUA no Oriente Médio.

Chomsky aponta que, historicamente, tanto o Partido Trabalhista (direita) quanto o Likud (extrema-direita) rejeitaram os direitos de auto-determinação dos palestinos. O espectro ideológico sionista é fruto da premissa de que o Estado de Israel não é de seus cidadãos. Ao contrário, Israel é o Estado do povo judeu, tanto daqueles que vivem nos atuais territórios (legal ou ilegalmente) quanto dos demais, dispersos pelo mundo. O Estado israelense é para judeus. É sobre esta premissa racial, intrínseca ao sistema de idéias encarnado no Sionismo, que a biopolítica de Estado judeu é exercida. A raça é signo de entrada e cartão de exclusão. E é, em grande medida, sobre este racismo inerente à governamentalidade de Israel que a questão de segurança é sempre posta. Mas, na medida em que a questão é posta em termos racistas, o seu âmago – a segurança e sua relação direta com o expansionismo sionista – é vetado ao pensamento. O Sionismo não oferece apenas os

conceitos, esses instrumentos de pensamento, ele ainda fornece guias, esquemas, maneiras de pensar catalogadas da tradição colonialista européia.

O aspecto central, aqui, porém, consiste em que os dois campos do debate político – acomodacionista e rejeicionista – negam a existência do Estado Palestino. É interessante observar que a rejeição à nação palestina oferece, economicamente, alguns benefícios. Primeiro, o de que os territórios invadidos fornecem mão-de-obra barata para trabalhar nos mercados israelenses, que pagam baixos salários e, muitas vezes, não se vêem obrigados a cumprir direitos trabalhistas. Esses trabalhadores fazem, portanto, o “dirty work” (trabalho sujo). Por outro lado, tais áreas são consumidoras de produtos israelenses, o que as fragiliza em situações de conflito, pois Israel pode sustar a venda de produtos de primeira necessidade. O terceiro fator talvez seja ainda mais estratégico, pois diz respeito aos recursos hídricos. Somente a Cisjordânia é responsável por cerca de um terço do total hídrico consumido por Israel. O corte de água levaria, por isso, a dramáticos problemas de gerenciamento do próprio cotidiano (e sobrevivência) da população judaica. O ponto mais próximo, fora da área, é o rio Litani, “eterna” região de conflitos com o Líbano.

3.6 Qual a melhor estratégia?

Dado o consenso quanto ao unilateralismo, as divergências entre os dois pólos dizem respeito às estratégias – os tipos específicos de arranjo - de conquista da “Grande Israel”. A formação do Estado de Israel deu vazão a uma disputa interna entre os grandes líderes sionistas que parece se perpetuar até hoje. A oposição, grosso modo, ocorreu entre Ben-Gurion e Menachem Begin em torno da grande questão da partilha. Para o primeiro, não havia alternativa exceto a aceitação provisória da resolução da ONU que dividia a antiga Palestina em dois Estados. Ben-Gurion, ao apoiar a partilhava, visava, na verdade, à construção de um Estado forte, que, uma vez militarizado, pudesse ser capaz de abolir as fronteiras legais preconizadas internacionalmente. Portanto, esta visão procurava, ao aceitar a decisão da ONU, usar a recém-criada Israel como ponto de partida para posteriores anexações territoriais. Em carta a seu filho, Ben-Gurion esclarece, com precisão lapidar, que o Estado judeu “não é fim, é início”. A estratégia de anexação poderia ser obtida por meio de acordos com outros países ou por “outros meios” até que a “visão final” fosse alcançada.

A visão oposta, encarnada por Menachem Begin, se recusou a aceitar a partilha, defendendo que Israel deveria ser criada sobre todo o território palestino. É esta visão ainda mais unilateral que, hoje, se encarna no espectro ideológico que oscila do Likud ao Kadima

cuja base eleitoral é composta por segmentos radicais e extremistas religiosos. Os trabalhistas, ao contrário, têm seu capital eleitoral oriundo de estratos mais altos da classe média, em Israel, e a imprensa liberal no Ocidente, como os colunistas do *New York Times*. Portanto, ambas as estratégias de rejeição do Estado Palestino têm suas raízes mais profundas calcadas na governamentalidade sionista dos primeiros líderes da fundação de Israel. São estes elementos da arte de governar que, ao que tudo indica, se perpetuaram até os dias atuais. Para o Likud, tradicionalmente, a política da rejeição tem se encarnado na “extensão da soberania”, que legitima o controle militar completo sobre as áreas invadidas. Seus habitantes palestinos, porém, não teriam direito à cidadania, projeto que culminaria com sistemáticas tentativas de expulsão para a Jordânia. A Jordânia, diga-se de passagem, sempre foi concebida como a verdadeira Palestina, concepção histórica que ainda deixa em aberto a reengenharia política da região sobre o solo jordaniano.

A estratégia trabalhista lança mão de elementos mais complexos, tendo em vista suas relações com a opinião pública liberal ocidental. O Plano Allon (1970), por exemplo, que propunha a anexação de um terço da Cisjordânia, Colinas de Golã, partes do Sinai e Gaza se insere nesta matriz. Mediante a exclusão de áreas árabes mais populosas, o plano apontava para “cidadania jordaniana” ou ausência de Estado. O objetivo do Allon parece ter sido o de anexar e, ao mesmo tempo, desincumbir Israel de qualquer compromisso com os direitos palestinos. O ponto central a se ter em mente é que as diferenças entre as duas grandes linhas políticas sionistas consistem, grosso modo, nos arranjos levados a cabo para se livrar da população palestina. Controle militar absoluto, seguido de expulsão planejada (Likud) ou uma série de etapas menores, mais elaboradas, tendo em vista o gosto da opinião pública liberal ocidental (Trabalhista). É fundamental não esquecer que grande parte dos fundos adquiridos pelo Partido Trabalhista são provenientes do Ocidente liberal. Chocar a opinião pública ocidental poderia acarretar sérios danos políticos. Portanto, a política trabalhista – como a dos Acordos de Camp David – consiste na “construção de fatos” e retórica conciliadora, palatável ao gosto ocidental. Uma das conseqüências mais nefastas destas estratégias, apontada por Chomsky, é a de que o “processo de paz” se transformou em disfarce para a política unilateral de Israel.

3.7 Kissinger

A Palestina e os países árabes envolvidos no conflito com Israel têm longa tradição de formulação de propostas efetivas de acordos de paz cujas iniciativas remontam,

pelo menos, há 40 anos atrás. O próprio Nasser, em 1970, já propusera que o Egito poderia viver em paz com Israel desde que o Estado sionista se retirasse dos territórios invadidos em 1967 e resolvesse a questão dos refugiados. A declaração não recebeu resposta oficial por parte do governo israelense. Neste período histórico, a comunidade internacional e o secretário de Estado americano, William Rogers, defendiam cessar-fogo e subseqüentes negociações. As posições se baseavam na resolução 242 da ONU que previa a retirada das tropas israelenses das áreas anexadas em 67. Com a morte de Nasser e a ascensão de Sadat, o novo presidente do Egito parece ter implementado duas políticas, que irão diluir o consenso internacional. O acordo de paz unilateral com Israel, se separando da posição de negociação em bloco, e a conversão do Egito em país cliente dos Estados Unidos.

Aos poucos, estes dois arranjos políticos contribuem, decisivamente, para a dissolução do legado de Nasser, que já sofrera profundo impacto com a derrota árabe de 67. Em fevereiro de 1971, Sadat vem a público e propõe tratado de paz com Israel, baseado nas fronteiras anteriores a junho de 67. A proposta, que parece ter causado verdadeiro pânico entre a cúpula sionista foi, em seguida, rejeitada sob o argumento de que o Estado judeu não retornaria às linhas anteriores a 1967. A rejeição se deu, vale a pena lembrar, sobre proposta que não mencionava os direitos palestinos. Ao rejeitar, portanto, a proposta de 1971, os israelenses abrem mão de acordo de paz em favor da política expansionista de contínua anexação territorial. Ainda hoje, Israel é país cujas fronteiras não são definidas. A negativa também partiu dos Estados Unidos, que viam, de acordo com a visão de Kissinger, a “Grande Israel” como instrumento fundamental de consolidação americana na região. No contexto de Guerra Fria, Israel seria uma espécie de escudo contra movimentos nacionalistas que poderiam ser açambarcados pelo colosso comunista.

O escândalo de Watergate, ao contribuir para o enfraquecimento político de Nixon, parece ter ajudado Kissinger a levar adiante seus planos de consolidação da “Grande Israel. De fato, ele teve poder suficiente para suspender os esforços de Rogers e, com isso, vetar a possibilidade histórica de solução do conflito. É, em grande medida, impossível entender o processo de Israel em direção ao unilateralismo sem a figura de Henry Kissinger. Ainda em 1971, o governo jordaniano expressa desejo de paz, nos mesmos termos da proposta de Sadat – retirada das tropas israelense às fronteiras pré-junho de 67. O resultado das seguidas negativas israelenses se encarnou no aviso de Sadat de que, se o acordo não fosse aceito, ele se veria obrigado a entrar em outra guerra com Israel. Defendemos, aqui, portanto, que o conflito de 1973 não pode ser compreendido fora do escopo das negativas

israelenses que se seguem às inúmeras tentativas árabes de busca de soluções negociadas. Somente no início da década de 70, temos as ofertas de Nasser, Sadat e do governo jordaniano que se bateram ora contra o muro de silêncio israelense ora contra sua política clara de unilateralismo.

Com o aumento das tensões, a partir da negativa israelense quanto à proposta de 1971, as escaramuças aumentam entre Egito e Israel. Sadat define a tensão política do período em uma única frase: “Yamit significa guerra”. Ele se referia à colonização do Sinai por judeus cujo objetivo era a construção da colônia de Yamit. Em 1973, as tropas sionistas derrubam 13 aviões sírios ao mesmo tempo em que os judeus iniciam a construção da vila. A guerra começa. Trata-se de um exemplo claro de ataque árabe (Egito e Síria) contra Israel, propagado com virulência por toda a mídia ocidental. No entanto, a propaganda contra o ataque árabe se esqueceu de elementos centrais, responsáveis pelo próprio ataque e sua natureza específica. O primeiro ponto diz respeito ao fato histórico de que Sadat propusera, desde 1971, acordos de paz com Israel, pautados nos parâmetros estabelecidos pela resolução 242 da ONU. A 242 prevê a retirada de Israel dos territórios invadidos desde 1967. O segundo aspecto diz respeito ao início da colonização sionista nas áreas egípcias invadidas do Sinai. Sadat, mais uma vez, já declarara que Yamit seria a guerra, pelo menos para o Egito. Outro elemento – e este talvez seja o mais importante – esquecido pela mídia é o de que os ataques ocorreram em *territórios árabes invadidos e não* em áreas judaicas reconhecidas como legítimas internacionalmente.

A responsabilidade primeira por estes ataques deve ser atribuída à ignorância de Henry Kissinger e à sua cega confiança na força (Chomsky, 1999, p.139). Há outra questão fundamental, escondida sob os fatos, que diz respeito à política egípcia. O desenvolvimento dos esforços bélicos, pelo menos nos primeiros estágios, foi surpreendente. As tropas síria e egípcia tiveram excelente desempenho. A Arábia Saudita entra, inclusive, com embargo de petróleo contra Israel. A dinâmica e força do exército egípcio, portanto, parece ter mostrado aos Estados Unidos que a nação de Sadat não mais poderia ser ignorada no Oriente Médio. A guerra de 73 pode ter sido travada, em parte, para forçar o ingresso do Egito na órbita de influência americana. Com potente aparato militar, as forças egípcias não mais poderiam ser desprezadas já que apresentavam ameaça à própria existência de Israel e, por isso, à ordem política da região.

Tudo indica que os esforços de Sadat, desde 1971, parecem ter se guiado na direção de forçar os Estados Unidos a aceitarem o Egito em sua órbita de influência no

Oriente Médio. De um ponto de vista mais pragmático e de curso prazo, a guerra de 1973 parece ter aberto caminho para as futuras negociações que culminaram nos acordos de Camp David (1977-78). Voltaremos a este ponto logo a seguir.

3.8 Anos setenta, a década perdida

A Organização para a Libertação da Palestina (OLP), somente entra na arena internacional em 1974, quase um século depois do Sionismo. A partir desta época, a estratégia de Arafat parece ter mudado o enfoque: não mais o que os palestinos perderam, mas o que podiam ganhar ao aceitar a existência de dois países soberanos. Mas tanto sionistas quanto americanos ignoraram todas as ofertas políticas oferecidas pela OLP. O ONU reconhece a organização como representativa dos palestinos no dia 22 de novembro de 1974 por meio da resolução 3236. Apesar de inicialmente criticar o teor a 242, que não mencionava os “direitos nacionais” dos palestinos, pressionada pelos americanos – com mediação da Síria -, a OLP aceitaria a resolução “com reservas”. Como retorno à aceitação da resolução 242, com tais reservas, os Estados Unidos teriam de reconhecer a OLP como interlocutora dos palestinos.

Said aponta que o “prêmio” que o OLP recebeu, ao aceitar a 242, era o de que o governo americano não iria além do “diálogo”. O risco de se aceitar a resolução 242 sem reservas seria o de que a questão palestina poderia ser reduzida a vários problemas, sem que nenhum deles mencionasse os “direitos nacionais” dos palestinos. Apesar dos revezes, Arafat ainda se manteria aberto, argumentando que poderia aceitar acordos tanto com Israel quanto os Estados Unidos “desde que coisas impossíveis não me sejam pedidas”. Mas, dado o fato concreto da invasão, coisas impossíveis sempre foram exigidas da OLP: reconhecimento de Israel *in advance*, abdicação da luta armada, dissolução da própria OLP, participação de negociações, como a proposta por Sadat, sem pré-condições. Apesar de tudo isto, e da campanha de execução movida contra o escalão da confiança de Arafat, entre 78 e 79, a OLP ainda se aproximava de uma postura aberta ao diálogo.

Os países árabes, no geral, continuam com sua política de acomodamento, expressa de maneira ímpar em 1976, por meio de resolução da ONU. Como sempre, o teor da resolução previa acordo de paz em troca da retirada de Israel dos territórios ocupados em 67. A posição da comunidade internacional foi, desta vez, legitimada pela Organização pela Libertação da Palestina (OLP), Egito, Síria, Jordânia e a União Soviética (URRS). Para os propósitos deste trabalho, vale enfatizar que, pela primeira vez no cenário internacional, todos os atores fundamentais do lado árabe não apenas estavam envolvidos, como se

comprometeram a uma solução negociada com Israel. Toda a Liga Árabe, conjuntamente, aceitava a existência de Estado judeu dentro das fronteiras anteriores a 67. Para viver pacificamente, exigiam apenas que os sionistas se retirassem dos territórios invadidos na Guerra dos Seis Dias.

A resolução naufraga com o veto dos Estados Unidos e apoio de Israel. A OLP, prontamente, ataca o unilateralismo americano e israelense, denunciando a “tirania do veto”. À época, Yitzak Rabin rejeita qualquer tipo de diálogo com a OLP, apesar da organização – como expresso pelo teor da resolução de 1976 – admitir a existência de Israel. É sobre este unilateralismo que a mídia ocidental e a academia liberal silenciam até hoje. Poucos anos depois (1981), Israel ainda irá rejeitar outro plano, baseado ao longo do consenso internacional, e defendido pela Arábia Saudita. O elemento central da OLP foi o de se mover em direção à aceitação de um acordo entre dois Estados e continua a ser este, algumas vezes com ambigüidades, outras vezes claramente, como neste caso. (Chomsky, 1999, p. 140)

O primeiro-ministro egípcio, Ismail Fahmy, também defendeu tratado de paz mediante quatro pontos que, em linhas gerais, não se afastam do consenso internacional. Primeiro, retirada de Israel dos territórios invadidos; segundo, criação de Estado Palestino na Cisjordânia e Gaza; terceiro, bloqueio a armas nucleares. Desde 1960, o Estado sionista, ajudado por De Gaulle, vinha desenvolvendo programa nuclear. Por fim, Fahmy defendia a inspeção de instalações nucleares em Israel. A década de 70 e sua seqüência de propostas de paz foi, maravilhosamente, definida pela cúpula sionista como a “ofensiva da paz”. Com os fracassos consecutivos, a OLP declara, em 20 de março de 1977, o Estado Nacional da Palestina. Na mesma reunião, o Conselho Palestino expulsa de seus quadros os unilaterais, as facções que não admitiam a existência de Israel. Ou seja, os elementos que duplicavam, na Palestina, o unilateralismo que grassava entre os sionistas. O Plano de Paz, de Beirut, (1977) vai ainda mais adiante e define, publicamente, que os documentos radicais, não mais serviriam de base às relações Israel e Palestina. De acordo com as propostas de Beirut, qualquer acordo alcançado entre as duas partes seria por meios pacíficos.

Historicamente, Israel, porém, enfatiza a *Convenant*, o documento considerado radical, no qual o Conselho da OLP nega a existência de Israel. A OLP, por outro lado, tende a se afastar do teor inicial do documento – o que fez publicamente –, em favor de novas resoluções. Em outubro de 1977, a “ofensiva da paz” endossa o discurso Estados Unidos-União Soviética que propunha o fim dos conflitos em favor de relações pacíficas entre os dois lados. Chomsky aponta, porém, que o governo americano volta atrás em virtude de pressões

israelenses. É neste contexto que Sadat anuncia sua viagem a Jerusalém que irá culminar nos acordos de Camp David, em novembro de 1977. Ao contrário do que se pensa, as negociações não lograram acomodação ao longo das linhas do consenso internacional. Na verdade, consumaram os esforços de Kissinger. É este, sintomaticamente, o período em que o mundo árabe começa a viver seus conflitos em termos de interesses de Estado e não mais sobre as filosofias transnacionais. Edward Said aponta que a guerra de 1973 fora, em parte, coordenada para envolver os Estados Unidos em certo momento.

O ponto central dos esforços de Sadat, aponta o ensaísta político palestino, parece ter sido a diluição do legado de Nasser. A eficácia de estratégia de Sadat não consistia em lutar diretamente contra Israel, mas em atacar o monopólio israelense ao apoio dos Estados Unidos (Said, 1992, p. 200). Tendo em vista que Israel não poderia lutar sem ajuda direta dos EUA, a estratégia de Sadat parece ter consistido em unir, cada vez mais, Egito, Israel e Estados Unidos. Quanto mais forte a união, mais forte o Egito e, portanto, menos chances Israel teria de atacar Sadat. A aliança política entre o país árabe e os americanos agiria no sentido de drenar a capital político israelense já que a cúpula sionista se veria atrelada a um triângulo de poder que a suplantaria. O lado menos visível deste processo é o isolamento político do Egito de todo o mundo árabe. O começo da separação efetiva, aponta Said, foi o ano de 1975, quando Sadat se afasta da Síria, seu aliado da guerra de 1973. O momento decisivo parece ter sido Sinai II, quando Sadat, definitivamente, usa o acordo como estratégia para reaver o território egípcio (Sinai).

Said define que, ao contrário da posição egípcia, a Síria concebia todo o conflito com Israel em “termos árabes”, isto é, transnacionais. As posições continuam opostas até hoje, se encarnando nas duas grandes linhas políticas que cindem o mundo árabe. Negociações isoladas e parciais de cada país com Israel, de acordo com a posição egípcia, ou a Liga Árabe por meio da qual todos os países afetados pela invasão israelense defendem sua posição em bloco, seguindo a diretriz síria. Esta última posição ganha peso internacional, em outubro de 1977, quando do pronunciamento entre EUA-URSS, já citado. A declaração conjunta implicava acordo árabe-israelense cujo núcleo seria o imbróglio Israel-Palestina. O anúncio da viagem de Sadat à Jerusalém, entretanto, parece ter jogado água fria sobre o pan-arabismo que, então, se fizera sentir. A partir daí, as negociações são feitas em sistema bilateral, escamoteando a questão palestina e separando o Egito, definitivamente, do pan-arabismo, capitaneado pela Síria.

Economicamente, o Oriente Médio também foi dividido entre segmentos mais

abastados e aqueles que, além de mais pobres, eram vistos como nascedouros de radicais. Sadat se volta para consolidar a hegemonia egípcia em outras regiões da África ao mesmo tempo em que fecha acordos com França e Austrália, usando seu deserto como área de descarte nuclear destes países. Said analisa que as conseqüências de Camp Davi não apenas alienaram a questão palestina, mas as massas árabes e o resto do Terceiro Mundo. O representante de Begin na ONU diria, em 1977, que Israel tinha direito sobre os territórios invadidos, quebrando a tradição histórica da resolução 242 sobre a qual todas as discussões internacionais haviam sido travadas. Os benefícios pelo retorno do Sinai ao Egito modificam todo o panorama político no Oriente Médio. Israel obtém o que sempre ansiara, legitimidade de um país árabe e, simultaneamente, sua neutralização enquanto potência militar. Outra conseqüência foi o isolamento político do Egito do mundo árabe cujas questões pan-arabistas não mais lhe diziam respeito. Por fim, Israel ainda poderia explorar mão-de-obra egípcia, substituindo a palestina.

Os Estados Unidos tiveram, observa Said, papel destrutivo no Oriente Médio, principalmente entre os anos de 1974-77. Além de deliberadamente ignorar todas as propostas de paz, oferecidas pela OLP, e aumentar o repasse de armas a Israel, o governo americano ainda buscou esmagar o sentimento nacionalista árabe. O que nos parece mais importante, porém, é a estratégia de Henry Kissinger de forçar negociações bilaterais – com o apoio de Sadat -, retirando o poder de negociação em bloco do mundo árabe (posição Síria). Chomsky observa que, pelo menos na mídia liberal, Sadat recebeu elogios que até hoje perduram como o líder que aprendeu a “fazer a paz” depois de 1973. Em outras palavras, ele aprendera a substituir a guerra por acordos em favor de Israel. Quanto à proposta de 1971, por meio da qual um líder árabe, pela primeira vez, oferecera acordos de paz à cúpula sionista, nada é mencionado. O israelense Amos Elon aponta, inclusive, que a oferta de 71 causou “verdadeiro pânico em Israel”. Para Chomsky, o silêncio sobre esta proposta faz parte do desenho da história de acordo com os interesses dos poderosos. Assim, os termos se transformam em propaganda, perdendo seu caráter descritivo e assumindo o conteúdo ideológico deles requerido pela máquina de propaganda.

3.9 O legado de Camp David

A partir dos acordos de Camp David, Israel atinge a condição político-militar necessária para atacar o sul do Líbano e iniciar o processo de anexação de territórios invadidos na Cisjordânia. As negociações, na verdade, liberaram a cúpula sionista da ameaça

constante do país árabe militarmente mais poderoso. Com o fim das tensões – e o isolamento político do Egito do mundo árabe -, o exército israelense podia ser deslocado da fronteira sul para as áreas fronteiriças com o Líbano. Analistas como Chomsky apontam que os acordos de 1977 abriram caminho para as guerras de 78 e 82 por meio das quais Israel tentou impor uma “nova ordem”, redesenhando politicamente a região. O contexto histórico também deve levar em consideração que os territórios libaneses recebiam massas de refugiados palestinos desde a guerra de 1948, depois 1967 e, finalmente, 1970. Neste último ano, massacres jordanianos liberam novas migrações para o Líbano que se juntam aos refugiados dos conflitos anteriores.

O ano de 1974 é descrito pela mídia ocidental como o período do massacre de Ma'alot, ocorrido em maio, no qual 20 israelenses são mortos em “ataques terroristas”. Chomsky argumenta que o ataque aéreo de Israel à vila de El-Kfeir, no Líbano, que terminara com a morte de 4 civis, não foi descrita como “terrorista”. Edward Said, por sua vez, observa que Ma'alot foi precedida por ataques de napalm no sul do Líbano, que mataram cerca de 200 pessoas. O uso de napalm e mesmo fósforo, no sul do Líbano, parece remontar a 1968, com os ataques à vila de Khiyam. A correspondente do *Guardian*, de Londres, Irene Beeson, irá catalogar, pelo menos, 150 vilas bombardeadas no sul do Líbano na década de 70. O número de refugiados, na região, em 1977, chegava a 300 mil pessoas. Noam Chomsky observa que a atrocidade dos bombardeios segue, no entanto, padrão racional: os ataques esvaziam toda a faixa sul do Líbano, liberando-a para futuras anexações.

A partir de 1975, início da guerra civil libanesa, a OLP se vê obrigada a entrar nos conflitos. Grosso modo, os embates se deram entre dois grandes grupos de interesses – a minoria branca maronita cristã ocidentalizada e diversos segmentos muçulmanos, movimentos de esquerda e, por fim, os palestinos. O estopim que levaria a OLP a entrar no conflito se deu em abril de 1975. Milícias falangistas (cristãs maronitas) atacaram ônibus que deixava os campos de refugiados palestinos de Sabra e Shatilla indo para Tel al-Zaatar. No ataque, 27 palestinos e libaneses muçulmanos foram mortos. Portanto, sete anos antes do famoso massacre de 1982, Sabra e Shatilla já recebiam um de seus primeiros reveses. A princípio, o papel do OLP, na guerra civil libanesa, se restringiu ao fornecimento de armas aos muçulmanos e grupos de esquerda, posição que irá, gradativamente, se tornar mais ativa. No dia 6 de dezembro de 1975, 200 muçulmanos são feitos reféns e, em seguida, executados por milícias falangistas em represália à morte de 4 de seus membros. A morte destes quatro falangistas ocorreu em ofensiva de grupos de esquerda contra hotéis cristãos fortificados.

A Síria, apoiada por países árabes e Henry Kissinger, entra no conflito em favor da minoria cristã, em 1976, chefiando as “forças de paz” da Liga Árabe. A violência deste período parece ter aumentado com a transferência de armamentos de Israel para as milícias cristãs que, em agosto, devastam o campo de Tel al-Zaatar. Para se ter uma idéia da agilidade das trocas entre Israel e maronitas, as armas usadas no massacre ainda ostentavam suas marcas em hebraico. O desenvolvimento dos conflitos, por outro lado, acaba influenciando a posição anterior da Síria que, no final deste ano, se volta contra as milícias cristãs e Israel. Chomsky aponta que os maronitas se dividiam entre duas grandes saídas. O primeiro grupo, que apoiava Israel e era, por sua vez, bancado por Yitzhak Rabin, era constituído, basicamente, por falangistas e chamounistas. O segundo, ao contrário, via o Líbano como parte do mundo árabe.

Apesar do clima de tensão, OLP, Síria e Líbano chegam ao acordo de Shtaura que apontava para o fim do conflito civil e o congelamento das atividades palestinas no sul libanês. As premissas para o reestabelecimento da paz na região são quebradas pelo comandante Saad Haddad cujas milícias lançam ofensiva contra palestinos, contando com o apoio de Israel. Os conflitos ressurgem ao passo que um dos objetivos do governo libanês, que consistia em repor seus exércitos no sul do país, é destruído. Haddad, mercenário que foge do exército libanês para se tornar protegido de Israel, recebe, como prêmio, a faixa sul do Líbano, que é transformada em área tampão. O nível das tensões aumenta, culminando com o início da ofensiva maciça de Israel contra o Líbano em 1978 cujo estopim se deu com o ataque da OLP a Israel. Os guerrilheiros palestinos deixam o Líbano pelo mar, nas imediações de Beirut e atacam tropas israelenses, matando 34 soldados. O saldo da guerra é de 2 mil mortos e 250 mil refugiados.

Com a reeleição de Menachem Begin, Sharon é designado Ministro da Defesa. Os preparativos para a guerra seguinte, a de 1982, começam. Aumenta a repressão na Cisjordânia. Em abril de 82, Israel completa a retirada do Sinai. Yamit é evacuada sob comoção nacional. Os colonos se recusam a sair; o exército é obrigado a evacuar o assentamento à força. A ação é televisionada. O paradoxo de que nenhum manifestante sofre ferimentos é, posteriormente, explicado pelo general Chaim Erez, ao admitir que “tudo foi planejado”. Após a evacuação, Yamit é destruída e o deserto, novamente, introduzido. Os árabes, que antes foram banidos da área, submetidos a trabalhos humilhantes, retornam em silêncio. O fim dos conflitos com o Egito sela o destino do Líbano. De agosto de 1981 a maio de 1982, foram catalogadas 2.125 violações do espaço aéreo libanês e 652 de suas águas

territoriais. Em abril de 1982, Sharon se encontra com Bashir Gemayel para acordo político que iria culminar com a vitória eleitoral do libanês, que representava forças falangistas. No entanto, ao romper com a cúpula sionista, Gemayel será assassinado (voltaremos a este ponto).

Em mais outra quebra dos acordos de paz, Israel bombardeia alvos palestinos no Líbano em abril de 1981. O ataque é justificado como retaliação à morte de soldados israelenses cujo veículo é destruído em mina. No dia 9 de maio, mais bombardeios. O estopim para a nova guerra é dado pela tentativa de homicídio de Abu Nidal ao embaixador israelense, em Londres, Shlomo Argov. A OLP, que já decretara a morte de Nidal, nega sua participação no atentado, mas não é ouvida. Em junho, a ofensiva é lançada e Israel bombardeia alvos palestinos no Líbano. Sabra e Shatilla, meses ainda antes do massacre, são bombardeadas por quatro horas ininterruptas, culminando com a morte de 200 pessoas. A OLP revida e ataca, com mísseis, vários assentamentos no norte de Israel. A invasão, de fato, começa. Sob o nome de “Paz para a Galiléia”, lançada para “proteger a fronteira norte”, uma das guerras mais genocidas das últimas décadas, enfim, começa.

Ariel Sharon já visitara os Estados Unidos, pouco tempo antes da guerra, avisando o governo americano de que “precisamos agir no Líbano”. Como resultado, Israel obtém o aumento de repasse de armas nos três primeiros meses de 1982, contingente que continua sendo entregue até junho. Lançada no dia 6 de junho de 1982, a “Paz para Galiléia” tem como primeiro alvo o campo palestino de Rashidiyeh, habitado por 9 mil cidadãos. Os tanques invadem a área. Homens e jovens são levados ao centro do campo, onde têm seus olhos vendados e, em seguida, amarrados. Dali, serão levados aos campos de concentração judaica, espalhados pelo Líbano e Israel, em um dos períodos mais infames da história do Sionismo. A estratégia de Israel parece ter consistido em levar as populações árabes para Beirut ocidental (basicamente muçulmana), cercá-la, cortar água, eletricidade, alimentos, medicamentos. Cindida do mundo – como Gaza poucos anos depois – Beirut seria submetida a bombardeios. Hospitais se tornaram alvos preferenciais. Instituições que abrigavam doentes mentais, ostentando tarja da Cruz Vermelha, também foram alvejadas. Os pacientes – inclusive os esquizofrênicos – tiveram de ser soltos nas ruas da capital libanesa. Gaza, poucos anos depois, conheceria o mesmo destino. Ao invés da Cruz Vermelha, as marcas nos edifícios atacados seriam as da ONU.

A violência continua a aumentar. Ataques com fósforo ocorrem ao lado de Sabra e Shatilla – ataques com fósforo ocorreriam, novamente, em Gaza poucos anos depois. Em

agosto, considerado um dos meses mais violentos, de cada nove prédios oficiais, oito deles foram atacados, muitos com armas químicas – em todos, a tarja da Cruz Vermelha estava presente. Nos campos invadidos, todos os homens entre 16 e 60 eram reunidos, amordaçados e levados a áreas de concentração. Os tanques costumavam rodear as vilas, enquanto vários dos colaboradores (de uniforme) se perfilavam ao lado dos soldados israelenses. O serviço de espionagem parece ter sido essencial na seleção das vítimas – havia notas em hebraico com informações sobre cada um dos escolhidos com detalhes de seus “crimes”. Nos campos, os prisioneiros eram obrigados, a exemplo dos regimes nazistas, a se levantar de madrugada, submetidos a humilhações, agressões e mordidas de cães. Quem se defendia apanhava ainda mais. Os mais jovens, adolescentes entre 15 e 16 anos, choravam de terror. A tortura com barra era cotidiana e atingia genitais, mãos, pés.

Em muitos casos, as vítimas eram amarradas pelos pés e serviam como sacos de pancadas. Nos relatos, coletados por Noam Chomsky no *Ha'aretz* – espécie de *New York Times* judaico -, os pedidos por água eram respondidos com oferecimentos de urina. Após o fim do conflito, um dos prisioneiros, ao ser liberado do campo de concentração, escuta de soldado israelense que “a justiça triunfará”. “Não sei o que ele quis dizer com isso”, conta o ex-detento. Os prisioneiros ainda eram levados a público, onde a população local se incumbia de apedrejá-los. Essa tradição parece ter se consolidado depois de Deir Yassim, quando os sobreviventes do massacre passaram a ser expostos pelas tropas do Irgun (comandadas por Begin). Há outro caso, no qual 25 sobreviventes cujas vidas estavam nas mãos de outra milícia israelense, o Haganah, foram colocados em caminhão, expostos e, depois, executados sumariamente. Após a destruição de Jaffa, em abril de 1948 (mesmo mês de Deir Yassim), seus sobreviventes são expostos, com vendas nos olhos, nas ruas de Tel Aviv. A Tel Aviv dos sonhos de Weizmann que, tantos anos antes, ansiara pela supressão da inesquecível Jaffa. Em termos delleuzianos, a humilhação pública é despojo de guerra das ruínas de Jaffa e dos anseios de Weizmann, o signo desejante da futura Israel.

Outro relato diz respeito à história de um libanês, de 55 anos, diabético e com problemas de coração, que se sentiu mal no ônibus no qual viajava com outros sobreviventes. O grupo estava sendo transportado sob a guarda de soldados israelenses de um campo de concentração a outro. Ao pedir para sair e respirar, o libanês é jogado fora do veículo por um dos soldados. Cai do ônibus e, com o impacto da queda, morre. O filho, que estava com o pai, vê a cena e tenta socorrê-lo, mas é detido por socos e pontapés – ele é liberado em janeiro de 1983, em Ansar. Ao mesmo tempo, os bombardeios aumentam ao longo de agosto de 1982,

na Beirut ocidental. No dia 26 de julho, as bombas começam a cair a exatos 2:42 e, depois, às 3:38, concatenando o tempo dos ataques às resoluções da ONU (242 e 338)! Mesmo após os acordos, que visavam à retirada da OLP do Líbano, os ataques mantêm sua força. O dia 12 de agosto conhece 11 horas ininterruptas de bombardeio. Os cristãos do outro lado de Beirut assistiam à destruição da parte ocidental (muçulmana) de suas varandas.

3.10 O Massacre

Na ONU, poucos dias antes do início dos conflitos, o embaixador libanês denuncia as manobras israelenses no Líbano e adverte sobre a “guerra preemptiva”. O Conselho de Segurança passa resolução pedindo cessar-fogo no dia 6 de junho e obtém resposta imediata de Israel – a invasão no dia determinado para a trégua. Dois dias depois (8 de junho), os Estados Unidos vetam a resolução. O veto americano recaía, em linhas gerais, sobre a condenação de Israel, que não cumprira o cessar-fogo. A resolução ainda determinava o fim das hostilidades e exigia retirada das tropas sionistas do território libanês. Com o veto, o sinal verde estava dado. A princípio, a invasão foi apoiada pelos setores à direita do governo libanês, como o líder político Camile Chamoun, Pierre e seu filho, Bashir Gemayel. Contrário aos palestinos, o grupo temia que os refugiados e a OLP desequilibrassem a balança do poder em prol dos muçulmanos. Mas, após o desenrolar dos conflitos, já no final de julho, a condenação era, praticamente, unânime, mesmo entre os setores políticos mais conservadores da sociedade libanesa.

As táticas sionistas parecem lançar mão do cessar-fogo unilateral para explorar, ao máximo, seus ganhos militares. Muitas vezes, sob a retórica do armistício, os exércitos continuam sua invasão terrestre, aérea, marítima. Em termos táticos, o cessar-fogo não tem mais ligação com o congelamento de posições no campo de batalha. Ao contrário, responde a necessidades claras de ganho de respaldo político, período de descanso, rearranjo bélico e penetração silenciosa do território inimigo. Ele se torna muito mais a tática de controle sobre os espólios do inimigo - principalmente a penetração invisível e silenciosa de área sob contenda - do que passo efetivo em direção a armistício. Os dados técnicos, no que diz respeito ao comportamento da OLP, revelam outra realidade, bem diferente da retratada pela mídia israelense e ocidental. Em onze meses, exceto por duas exceções (maio e junho), não houve qualquer ação palestina nas fronteiras norte de Israel.

Chomsky observa que uma das razões centrais da guerra consistia na necessidade de destruir completamente a OLP, que adquirira respaldo tanto junto à população palestina

das áreas invadidas quanto internacionalmente. Era premente, portanto, impedir a existência de qualquer tipo de organização cuja política culminasse com a autodeterminação palestina. Em outras palavras, a rejeição da possibilidade de existência do Estado Palestino implicava a destruição da organização política que a encarnava. Como procuramos apontar, a década de 70 marcou guinada da OLP em direção à aceitação da existência de Israel e construção de dois Estados soberanos. Israel deveria, porém, se retirar das áreas invadidas em 67. Para Sharon, o controle das populações palestinas na Cisjordânia somente poderia ser levado a cabo por meio do massacre da OLP e sua desmoralização.

A guerra, por outro lado, ao destruir a organização, parece também ter tido como objetivo pressionar a OLP para mudar sua política de abertura às negociações. Esta guinada, concebida sob o signo do “terrorismo”, legitimaria novas ondas repressivas por Israel, dando continuidade à anexação territorial. Portanto, o que estava em jogo, em grande medida, parece ter sido a tentativa de destruição do próprio capital político que a OLP angariara junto à opinião pública internacional e aos próprios palestinos. A observação do cessar-fogo da guerra de 1978 parece ter causado pânico em Israel, como mais uma estratégia da odiada “ofensiva da paz”. O desenrolar da guerra, em síntese, ao conseguir a quase que completa destruição da OLP fez com que a organização retornasse aos atos de resistência ativa, os “atentados terroristas”. A cilada histórica de 1982 parece ter consistido, em certa medida, na perda de legitimidade da OLP e na mobilização do ódio da população judaica. Mobilizações de massas populacionais, fazendo do ódio e do medo superfícies psíquicas sobre as quais se inscrevem relações de poder e domínio, sempre obtiveram grande eficácia nas guerras.

Com isso, um dos resultados de 82 foi a supressão do parceiro legítimo para acordos políticos. A “Paz pela Galiléia” pode ser vista, também, como outro legado de Weizmann, sionista que percebera o perigo intrínseco à figura do árabe disposto à negociação. Segundo esta lógica, o moderado é mais preocupante que o terrorista, pois sua disposição ao diálogo veta a estratégia política mais eficaz do Sionismo: a barbárie legitimada pela “luta contra o terrorismo”. Sem a política semântica do terror que vai ser consolidada com os Bálcãs, Afeganistão, Iraque e outros (os nomes variam de acordo com a região), a alavanca propulsora dos conflitos deixa de existir. Em linhas gerais, o período dos anos 70 é marcado por duas grandes circunstâncias, os acordos de Camp David e a estratégia de Kissinger para a “Grande Israel”. Articuladas, elas forneceram ao Estado judeu o apoio necessário às ações no Líbano e à incorporação dos territórios invadidos. Os acordos com o Egito, ao redefinirem o panorama geopolítico do Oriente Médio em favor de Israel, permitiram à cúpula sionista se

lançar em mais outro projeto expansionista. Aliado a esta busca da “Grande Israel” estava o apoio quase incondicional do governo americano.

A expansão externa de Israel se concatenou à sua expansão interna. A política de integração dos territórios invadidos é levada em compasso à guerra do Líbano por meio da introdução de ligas. Estas ligas, formadas por palestinos cooptados por Israel, tinham poder para escolher os ocupantes de cargos de decisão, como prefeituras. Estes líderes cooptados recebiam tanto verbas quanto armas por parte do governo israelense cujos objetivos políticos consistiam em reprimir os rebeldes, substituindo o papel do exército sionista. Por outro lado, estes elementos escolhidos por Israel também se incumbiam de representar os palestinos da Cisjordânia. Assim, passo a passo, esta nova política de integração que volta palestinos contra palestinos recobre a tática inicial do governo de Golda Meir, especialmente a partir de 69, de anexação territorial. Como o dilema de qualquer invasão consiste na manutenção de áreas ocupadas, as colônias israelenses e sua descentralização estratégica necessitam, na verdade, exigem aparatos de segurança. Toda ocupação parece ser dispendiosa. Mas, ao contrário dos postos policiais tradicionais, a estratégia parece ter se voltado para o interior da sociedade palestina, cooptando elementos por meio de chantagem, opressão, dinheiro e armas. A estratégia, por outro lado, se duplicou na perseguição de estudantes e fechamento de universidades (como a famosa Beir Zeit). O governo Begin simplesmente continuou a dinâmica das políticas do governo trabalhista, com mais dureza, e continuou a fazê-lo durante e depois da guerra do Líbano (Chomsky, 1999, p. 366).

O desenrolar da guerra de 82 colocou Israel na posição de poder ditar os termos de qualquer arranjo hegemônico na região. No final do ano, dois fatores determinavam a instabilidade da situação política libanesa, o fim do período de intervenção síria e a iminência de eleições presidenciais. A cúpula israelense parece ter contado com duas possibilidades concretas: o apoio incondicional a Bashir Gemayel, que representaria liderança falangista no poder ou a partição do país em duas áreas. A primeira área corresponderia, em linhas gerais, ao centro e ao norte do país (contando com a saída síria) e ficaria sob domínio maronita. Já a região sul permaneceria sob influência das milícias de Haddad, associadas a Israel.

Uma das conseqüências da guerra civil libanesa foi a criação da balança de poder entre a Frente Nacional Palestina-Muçulmanos e os falangistas. Portanto, é sobre este equilíbrio instável que as políticas de Israel se voltam com o objetivo tácito de esmagar um dos lados, criando a “nova ordem no Líbano”. A política sionista decide, grosso modo, impor o governo falangista no poder e manter Haddad no sul, estratégia que parece abrir caminho

para futuras anexações territoriais das áreas do rio Litane. Esta área, rica em recursos hídricos, sempre esteve sob o foco anexador de Israel ao longo de todos seus conflitos com o Líbano. Israel se via no direito de “auto-defesa”, isto é, “obrigada” a invadir o Líbano contra a ameaça palestina por meio de ataques a campos de refugiados. A destruição da OLP e remoção de seus remanescentes do Líbano quebra o equilíbrio que havia sido alcançado anteriormente, concentrando o poder nas mãos de elementos pró-Israel. Mas, ao lado do desequilíbrio político no Líbano, o processo também extingue as pretensões ao Estado Palestino. O saldo da guerra é de 20 mil mortos (7 mil deles em Beirut) e cerca de 30 mil feridos – vários deles atingidos por fósforo, tecnologia americana.

Kissinger argumentava que, graças à guerra, os “elementos moderados” poderiam alcançar posição semelhante à Sadat, a de coexistência com Israel. Chomsky denuncia, no entanto, que grande parte da configuração palestina atual, marcada por territórios invadidos, fragmentados em rincões, é resultado da política de Kissinger, em grande parte encarnada na guerra de 82. A OLP sempre havia sido, historicamente, contra a constituição dessa geopolítica de enclaves cujas áreas se viam fragmentadas por colônias judaicas. Neste sentido, a destruição da única organização legítima da Palestina, à época, era de interesse tanto israelense quanto da linha kissingeriana no governo americano.

Além da remoção da OLP e da imposição de Bashir Gemayel, Israel ainda busca se livrar da Síria cujas tropas, ao norte, são atacadas pelos sionistas no início de junho. Vale lembrar que a Síria, na verdade, estava com respaldo internacional já que entrara no Líbano, comandando a Liga Árabe. O término de seu mandato expirava em julho de 82. Mas, como as tropas israelenses retornam após o acordo de paz, a Síria permanece na área norte. É em meio a este contexto, que o Plano Reagan, de setembro de 1982, propõe, oficialmente, o congelamento dos assentamentos e uma vaga forma de “autonomia” para os palestinos em termos de associação jordaniana. Este aspecto que propõe coligação com a Jordânia parece ter reaberto a antiga tradição israelense de que, na verdade, a Palestina era a Jordânia e, portanto, restava aos palestinos apenas a migração ao país vizinho. O plano, ao estabelecer tal associação, parece ter legitimado a base para futuras migrações.

Sob a retórica de autodeterminação, a proposta Reagan excluía, dentro do espírito israelense, a OLP das negociações. Por isso, o governo americano já impedia os palestinos de escolherem seus representantes legítimos, muito antes das eleições legítimas do Hamas (2006), que conheceriam destino semelhante. Apesar de ser lacunar e excessivamente genérico, o Plano Reagan era contrário a um dos principais objetivos da guerra de 1982, a

extensão da soberania israelense às áreas invadidas. Em Israel, Begin rejeita a proposta; o Partido Trabalhista assume posição ambígua. Em termos de conquista territorial, a resposta de Begin é exemplar, o Likud invade novas áreas e planeja 57 assentamentos para o próximo quadriênio. Enquanto isso, o Congresso Americano aumenta o repasse de ajuda militar, defendida pelo democrata, Lee Hamilton.

No Líbano, com o resultado da guerra, há ruptura entre as diversas facções maronitas em função da aliança com Israel. Bashir Gemayel, que conquista o poder nas eleições, se recusa a aceitar tratado de paz dentro dos parâmetros israelenses e, ao mesmo tempo, ameaça processar o major Saad Haddad, que desertara do exército libanês. Nada poderia descontentar mais os generais sionistas que estas duas atitudes, cravadas no âmago de suas políticas de controle para a “nova ordem no Líbano”. A ameaça de processo contra Haddad foi vista com clareza pela cúpula israelense – um sinal inequívoco de que o novo presidente não concordaria com a esfera de influência de Haddad ao sul do país. O major fora incumbido por Israel de patrulhar a região sul-libanesa. No dia 14 de setembro, Bashir Gemayel é assassinado em Beirute. Logo em seguida, começa a propaganda israelense de que as tropas sionistas teriam de invadir Beirute ocidental para prevenir violência das falanges contra palestinos e muçulmanos.

Na verdade, as ordens para a entrada das falanges nos campos de refugiados palestinos parecem ter sido dadas por Sharon pouco antes. A situação fica mais tensa com a iminência do ataque. O líder muçulmano, Saeb Sallam, que atuara na confecção do plano de paz de evacuação da OLP, envia telegrama a Reagan, pedindo que o governo americano impeça a entrada do exército israelense. Washington responde ao governo libanês, afirmando que Israel não iria invadir Beirute ou atacar campos de refugiados palestinos. Mas Begin já admitira, tacitamente, que as tropas israelenses iriam invadir a capital. A famosa afirmação de Sharon de que a invasão seria para destruir a infra-estrutura palestina causa furor em Israel. Resolução do Conselho de Segurança da ONU exige, por outro lado, que Israel se retire do Líbano e respeite o cessar-fogo, posição que foi contestada pelo representante sionista no órgão. De acordo com ele, Israel não tinha intenção de obedecer ao Conselho. Ao contrário, o exército deixaria o Líbano apenas depois que o país estivesse preparado para assumir o controle da situação. Argumentos semelhantes ainda são usados no Iraque, pois as tropas ainda “não estão preparadas para assumir o controle” da soberania iraquiana.

Na quinta, dia 16 de setembro, as tropas falangistas e possivelmente milícias de Haddad entram nos campos ao passo que o exército israelense permanece a poucos metros da

área. O massacre se estende até a manhã de sábado, às 5 horas da madrugada. Ao todo, são praticamente 36 horas de extermínio sob as vistas impassíveis das tropas sionistas, que, diante do clamor internacional gerado pelo massacre, argumentam que nada sabiam. Diante deste “argumento”, é necessário ir direto ao ponto, fazendo nossas as palavras do escritor judeu A.B. Yehoshua.

Mesmo se eu pudesse acreditar que os soldados do IDF [exército israelense] estiveram a 100 metros de distância e não sabiam o que aconteceu, isso seria comparável à ignorância dos alemães que ficaram fora de Buchenwald e Treblinka e não sabiam nada sobre o que estava acontecendo. Nós também não queríamos saber. (Chomsky, 1999, p. 657)

Diante do choque da comunidade internacional, Begin tem outra “idéia”, a de que havia 2 mil terroristas nos campos de refugiados, o que exigiu a intervenção de tropas falangistas. A questão que ninguém em Israel ainda respondeu é como seria possível permitir o ingresso de 100 a 150 soldados falangistas para liquidarem 2 mil terroristas. Vale lembrar que a primeira estratégia da propaganda israelense consistiu em dizer que a invasão foi levada a cabo para impedir que os palestinos fossem mortos por falangistas. Agora, na versão número dois, são os falangistas os responsáveis pelo combate a terroristas cujo número correspondia a quase dez vezes mais que o de libaneses cristãos! O jornalista David Shipler aponta que, desde meados de junho, a cúpula israelense já travara conversas com falangistas sobre futuras investidas em campos de refugiados palestinos. O argumento dizia respeito ao fato de que as tropas libanesas tinham mais conhecimentos dos guerrilheiros palestinos ao passo que também seriam mais violentas. Os sobreviventes, entrevistados por jornalistas, por outro lado, denunciavam a ação de milícias de Haddad.

Qualquer que seja a milícia responsável pelas atrocidades – homens de Haddad parecem, de fato, ter ajudado os falangistas -, o fato inescapável é que as duas tropas foram armadas e treinadas ao longo dos últimos anos pelos soldados israelenses. Mas as respostas para o genocídio dos campos de batalha parecem, quase sempre, estar fora do clamor das lutas. É nas mesas de negociação, que parecem infensas ao sangue das vítimas, que os desenlaces fundamentais acontecem. Não basta que resgatemos o sangue que secou nos códigos de direito, sob a aparente impessoalidade dos castigadores sociais. O sangue também deve ser descoberto na mestria sionista do artifício político. E no beneplácito de seus aliados. O acordo que pôs fim aos conflitos de 1982 previa que a OLP somente deixaria Beirute com o compromisso americano de que a população civil palestina seria protegida de possíveis

ataques. Portanto, a retirada da OLP estava diretamente condicionada à proteção dos refugiados palestinos no pós-guerra. Talvez seja este o ponto nevrálgico do acordo entre Israel, Estados Unidos e Líbano. O comprometimento implicado era de que Israel não entraria em Beirute depois da retirada pacífica da OLP (Chomsky, 1999, p. 660).

A tarefa das forças de paz dos Estados Unidos consistia, portanto, em acompanhar a evacuação da OLP e preservar a integridade física dos refugiados palestinos. A natureza da política americana foi claramente explicitada na retirada de suas tropas, duas semanas antes do término do mandato, o que obrigou, por sua vez, à retirada das forças francesas e italianas. A evacuação das tropas americanas significou o fim do comprometimento das forças internacionais com os refugiados palestinos. E, por isso, foi um dos fatores determinantes do processo que culminaria com os massacres de Sabra e Shatilla. A matança foi possível pela quebra do acordo entre os países envolvidos na guerra. Esta foi a real e determinante condição histórica de possibilidade das atrocidades cometidas nestes campos sobre as quais a mídia e os *experts* não falam sobre as causas reais. Portanto, Sabra e Shatilla aconteceram não apenas com a conivência de Israel – a retirada das tropas americanas, talvez, tenha contado muito mais. Neste sentido, o sangue das vítimas correu, também, com a anuência dos Estados Unidos.

O acordo de paz entre Israel e Líbano teve as digitais do então secretário de Estado americano, George Shultz, que buscou isolar, agora, o país devastado pelo conflito. Como o Egito, de Sadat, anteriormente, o acordo tentou neutralizar o Líbano, obtendo sua aquiescência no que diz respeito ao processo de anexação territorial. As 30 milhas ao sul do país ficariam sob comando das brigadas do major Saad Haddad, consolidando a influência israelense em região rica de recursos aquíferos. Um dos aspectos mais delicados do acordo, que sela, definitivamente, a vitória de Israel nas negociações, diz respeito à quebra de seus próprios termos. Com a inobservância de qualquer item, Israel poderia, neste caso, intervir no Líbano. O governo sionista ainda obteve permissão para fazer patrulhas conjuntas com forças libanesas ao norte de Sídon.

O desfecho das negociações, em síntese, pode ser visto como arranjo legal que legitima futuras invasões israelenses na região já que o conceito de “quebra de acordo” fica a cargo da interpretação sionista. Como corolário desta nova vitória nas mesas de negociação, Israel ainda conseguiu determinar o papel das tropas internacionais no Líbano. Os soldados da ONU se incumbiriam apenas de subvencionar os campos palestinos sem uso de armas. A dedução lógica é que tais tropas, desarmadas, não poderiam obstar a invasão (sempre armada)

de milícias israelenses (ou das forças de Haddad) junto aos refugiados.

Os acordos, na verdade, estavam sendo tecidos com objetivos mais amplos que buscavam consolidar uma verdadeira frente, contando com Arábia Saudita, Jordânia, Egito e Líbano. Esta liga, que engendraria a “nova ordem” na região, não apenas admitira o extermínio da OLP como também a anexação dos territórios invadidos. Em linhas gerais, o cerne deste projeto para a “ordem” do Oriente Médio ainda se mantém. A assinatura do acordo, sob os auspícios dos Estados Unidos, parece ter marcado um dos momentos mais pujantes de Israel na região. O Líbano estava partilhado. O centro, após a morte de Bashir Gemayel, é repassado a seu irmão; o sul fica com Haddad. A questão libanesa acaba sendo, também, separada do conflito Israel-Palestina, em outra versão da vitória israelense obtida em Camp David. Como já foi dito, os acordos de 1977 isolam o Egito de todo o mundo árabe, em geral, e da questão dos territórios palestinos invadidos, em particular. Agora, Palestina e Líbano, também, se separam.

Já que o OLP havia sido, praticamente, destruída ao passo que seus civis foram massacrados no Líbano, a postura militante de enfrentamento da organização volta à cena. Com isso, a era dos acordos políticos, que conheceu tantas aberturas e possibilidades ao longo da década de 70, se fecha. É intrigante observar como os termos das discussões se modificaram desde a invasão de Israel no Líbano em junho de 1982 (Chomsky, 1999, p. 723).

3.11 Intifada

É dentro deste contexto político que a Primeira Intifada acontece, em dezembro de 1987. A menina palestina, Intissar al-Atar, é assassinada por Shimon Yifrah, colono de Gush Katif. O assassino é solto pela Corte de Justiça israelense sob alegação de que a ofensa não era “severa” o suficiente para detenção. Após julgamento, Yifrah é absolvido. No entender da corte, ele teria apenas causado morte “por negligência”. O caso não teve cobertura da mídia ocidental. Em outro incidente, veículo de patrulha israelense atira no pátio de escola, deixando cinco crianças feridas cujas idades variam de 6 a 12 anos. O ataque não recebe atenção dos jornais. Vários soldados são liberados, em outro caso, acusados de espancar palestino cuja morte – aponta o inquérito – teria sido causada por outro espancamento na prisão. O segundo espancamento, que teria culminado com a morte da vítima, não leva à abertura de investigação. Todos os três casos acontecem em setembro de 87. Chomsky aponta que são casos como esses que prepararam, ao longo dos anos, o terreno para a primeira intifada.

Como resultado da irrupção dos movimentos de resistência, cerca de 50 mil palestinos são presos e 3 mil casas destruídas. Como a reconstrução é atrelada a leis específicas, os antigos moradores são impedidos de residirem na área. Assim, os mecanismos legais atuam, com eficácia, nos processos de exclusão de árabes tanto de territórios ocupados quanto de áreas judaicas. De qualquer forma, os dispositivos legais parecem contribuir para o processo de limpeza étnica, judaizando, definitivamente, o Estado sionista. Daí que a governamentalidade deve ser apreendida não apenas nos atos bárbaros de mobilização de massas populacionais em grande escala, como as próprias guerras. A política da invisibilidade parece ter efeitos ainda mais amplos na medida em que ela conta com a naturalidade do cotidiano e a legitimidade do aparato legal.

Dispersa no modo aparentemente difuso e confuso de ver e perceber o mundo, a “arte de governar” sionista encontra seus meandros na rede de dispositivos legais, tramada para obtenção de eficácia máxima dos mecanismos de biopolítica. A questão, portanto, parece consistir em acompanhar os dispositivos biopolíticos na sua historicidade, tanto na megaoperação bélica por excelência, a guerra, quanto no caráter aparentemente inócuo das operações legais. Macropolítica, micropolítica. O Sionismo é uma verdadeira e incansável “máquina de guerra” (Gilles Deleuze).

3.12 Ciclos de violência

Em 1992, outro ato homicida prepara o terreno para mais um conflito. Tropas israelenses do governo Rabin matam o líder do Hisbollah, Sheik Abbas Mussawi, no Líbano, em fevereiro deste ano. O ataque foi perpetrado acima da zona de segurança, criado com o fim da guerra de 1978. O Hisbollah contra-ataca. Mussawi fora morto, ao retornar do enterro de outro líder religioso, também executado por milícias israelenses. Em retaliação ao contra-ataque libanês, Israel inicia bombardeios que foram ainda mais violentos que os desencadeados pelos ataques de 78 e 82. Cerca de 500 mil pessoas fugiram. 125 libaneses, 3 sírios e 3 israelenses foram mortos. A vila de Natatiye se transforma em “cidade fantasma”. No dia 30 de julho, a liderança do Hisbollah oferece cessar-fogo desde que os ataques israelenses deixem de atingir vilas e civis. Pelo acordo obtido, Israel mantém a zona de segurança e consegue direito de “incursões”, caso detecte trama contra suas forças. O Líbano, de qualquer forma, apela para a resolução de 1978, que lhe confere o direito de resistir à ocupação, reiterada em 91 e, agora, em 93.

É interessante lembrar que Israel já se opusera a outra resolução da ONU, a 42-

159, de dezembro de 1987. O teor da resolução procura definir “terrorismo” e condenar seu uso. No entanto, o documento não impede o direito de auto-determinação dos povos, como aqueles submetidos à perda de seus direitos (como dominação colonial). Em outras palavras, a despeito de condenar o terrorismo, a resolução legitima o direito de luta de nações para conquista de sua auto-determinação. O resultado da votação dividiu a assembléia – 153 votos a favor, apenas dois contra (Estados Unidos e Israel) e uma abstenção (Honduras).

Quanto aos ataques de 93, que são computados dentro do conceito de “guerras limitadas”, Israel parece ter contado com três grandes objetivos. O caráter “limitado” das guerras, aqui, consiste em levar a cabo violentas incursões – como bombardeios para dobrar o inimigo à força. Antes desta tática, os anos 80 conheceram operações mais precisas, sobre alvos e vilas específicas. A grande operação “Punho de Ferro”, do então Primeiro-Ministro, Shimon Peres, teve seu foco em 1985. Em 1991, Israel desencadeou 23 batidas contra bases palestinas xiitas, no Líbano, matando 38 pessoas e ferindo 108. No ano seguinte, um esquadrão de aviões ataca “base de guerrilheiros”, executando 12 e ferindo 14. Os ataques se sucedem ao longo do mês de fevereiro e culminam, no dia 21, com o bombardeio maciço de 30 vilas que acarretam a fuga em massa de quase 100 mil pessoas acima da zona de segurança.

As “guerras limitadas” parecem se encaixar em outro momento desta dinâmica. Com relação aos três objetivos, acima mencionados, o primeiro seria o de limpar o sul do Líbano da presença do Hisbollah. O segundo, mais estratégico e complexo, consistiria na separação entre Líbano e Síria. Há tempos, a cúpula sionista lutava para isolar a Síria da questão libanesa, tentando impor negociações bilaterais entre Israel e cada um dos países árabes. Portanto, o “processo de paz”, encabeçado pelos sionistas, que se encarnava na implementação da “nova ordem” na região, lança mão tanto das “guerras limitadas” quanto das estratégias diplomáticas. A situação de Israel, porém, se torna delicada com a opção síria durante a Guerra do Golfo (1991) de apoio à invasão americana ao Iraque. Como pagamento pelo apoio, Bush I apóia a continuidade do domínio sírio sobre o Líbano. O último objetivo sionista seria o de anexar outra faixa de terra, acima da zona de segurança, o que pôde ser verificado pelo padrão dos bombardeios israelenses.

Se conseguisse isolar a Síria, Israel teria mais chances de impor seus próprios arranjos sobre o destino das Colinas de Golã. Para isso, a versão propagada pela cúpula israelense e reproduzida pela mídia era de que a quebra do “processo de paz” era culpa do Hisbollah. Ora, se a milícia era, em grande parte também mantida pela Síria, os sírios estariam

sabotando todas as tentativas de implementar a paz na região, ao usar, estrategicamente, suas tropas avançadas no Líbano. Gradativamente, neste processo, a figura do Irã também é inserida no contexto da propaganda, como outro elemento desestabilizador do Oriente Médio.

3.13 Oslo, a derrocada para a geopolítica da moderna Palestina

É neste clima de tensão e desgaste da OLP que os Acordos de Oslo são assinados. No dia 10 de abril de 1993, os conflitos estouram com a morte de 100 refugiados palestinos na base da ONU de Qana. O massacre é legitimado pelo então presidente americano, Bill Clinton, que o define como trágico erro de tiro por parte de Israel “no legítimo exercício do direito de auto-defesa”. O objetivo central dos acordos, que traziam de volta o plano de 1991 de autoria do então secretário de Estado, James Baker, buscava apenas dar certa “autonomia” aos palestinos. A OLP seria responsável pelo gerenciamento de certos “affairs” sob supervisão israelense, o que, na verdade, cria uma espécie de “autonomia” no interior de enclaves. Arafat parece ter se sentido pressionado pela queda de popularidade junto aos palestinos. O palestino comum parecia não mais se ver mais representado na cúpula da organização. Oportunismo, desapego à posição das massas palestinas, queda de capital político no mundo árabe, aumento da popularidade do Hamas, todos estes fatores parecem ter contribuído para forçá-lo ao jogo de cena de Oslo.

Politicamente falando e tendo em vista o personalismo de Arafat, o enfraquecimento político do líder árabe se refletiu, diretamente, na fragilidade da OLP. Mais frágil, a organização se tornou mais suscetível à pressão dos EUA e Israel. O show de Oslo, portanto, engana a todos exceto às superpotências, ao próprio Arafat e alguns de seus aliados mais próximos. Oslo também não enganaria os palestinos, como notou o jornalista Robert Fisk que atravessou a região após a assinatura dos acordos, tendo contatos diretos com as vítimas da opressão sionista. Israel obteve, praticamente, tudo pelo que lutara até então. As negociações expressavam o desejo israelense de se retirar dos territórios invadidos – sem mencionar datas específicas ou os “direitos nacionais” palestinos. Ao contrário, os acordos, ao invés de reconhecerem a existência do Estado Palestino, admitem apenas a OLP como órgão legítimo de representação daquele povo. Vale enfatizar, portanto, que o reconhecimento não aponta para a auto-determinação de um povo, mas para a legitimidade de OLP como órgão representativo dos palestinos.

Ao mesmo tempo, os acordos admitiam a retirada das tropas israelenses dos territórios invadidos a partir da resolução 242, dentro da interpretação americana e sionista.

As interpretações da comunidade internacional e dos EUA-Israel sobre a 242 diferem fundamentalmente, na medida em que, no primeiro caso, a retirada teria de ser completa. O retorno se daria às fronteiras anteriores à 67. Por outro lado, o consenso americano e sionista previa retirada parcial, de forma que várias parcelas das áreas invadidas em 67 ainda permaneceriam sob soberania israelense. É esta última interpretação, a “retirada parcial”, que sai vitoriosa dos acordos de Oslo. O uso estratégico da água também ficaria sob “cooperação” e teria de ser “equilibrado”, ficando a cargo de negociações entre especialistas dos dois lados.

Na segunda etapa do acordo, em 1995, a Cisjordânia ficaria dividida em três áreas. Com a criação da Autoridade Palestina (AP), a AP ficaria com o controle total da área A. A zona B ficaria sob “autonomia” palestina, isto é, a AP teria poder administrativo sob a área que, no entanto, estaria sob controle militar efetivo de Israel. Basicamente, ela é constituída por cerca de 100 enclaves populacionais. A última zona, a C, estaria sob controle total israelense, sendo composta por colônias judias. Uma última área, destinada a Jerusalém, é, implicitamente, incorporada a Israel. Em síntese, o controle de Jerusalém seria israelense, legitimando a invasão de 67. Mas o manjar é maior do que se pensa. Tecnicamente, a zona A, que fica com a AP, corresponde apenas a 3% do total da área da Cisjordânia. A área B, por outro lado, que seria de autonomia palestina, responde por somente um terço da região. Para piorar a situação, a zona B é perpassada por aquilo que o acordo define como “terras abandonadas” (*absentee lands*) ou judias. Retornaremos a este ponto. Finalmente, a parte C, que vai para Israel, comporta dois terços do total da Cisjordânia.

A AP não poderia lidar com questões de seguranças nas áreas que estariam sob controle israelense, provisão reafirmada nos acordos de Cairo (1994). Os juízes israelenses, em virtude disto, teriam o poder de vetar a legislação palestina de acordo com os interesses do Estado sionista. O cerne de Oslo parece ser, no entanto, o dispositivo que obriga a AP a reconhecer os direitos legais israelenses no que diz respeito às terras consideradas abandonadas ou judaicas. Em termos de conquista territorial, isso significa que *caberia ao governo israelense definir a conceito de terras judias ou abandonadas*. Tendo em vista a história de Israel, a dedução mais concreta é a de que o Estado israelense teria o direito de decretar como suas quaisquer áreas que lhe interessem, alavancando o processo de conquista territorial. A diferença, a partir de Oslo, é que este processo estava selado sob a chancela internacional. Como Chomsky bem mostra, a AP aceitou tanto a legalidade dos assentamentos – contra a qual lutara ao longo de décadas – quanto a legitimidade das futuras colônias. Uma consequência imediata deste dispositivo era colocar em questão cerca de 90% das áreas que

constituíam a zona B. De acordo com o Estado de Israel, a quase totalidade desta região era considerada terra judia ou áreas abandonadas.

Oslo legaliza as invasões coloniais sionistas. E, por isso, dilui a resolução 242, o quadro político que definira, até então, as discussões diplomáticas no Oriente Médio. Israel conquista, grosso modo, o controle unilateral da Cisjordânia e impõe legalidade à sua política colonizadora. Com isso, a maioria absoluta das regiões ricas em recursos hídricos – bem escasso e, por isso, estratégico na região – fica sob domínio sionista que, ainda, anexa grandes centros urbanos. À Palestina restam enclaves, vilas e áreas pobres, quando não miseráveis. Ao mesmo tempo, a consolidação do apartheid social prevê a mudança tática do sujeito colonizador, pois o trabalho de repressão é deslocado à Autoridade Palestina. Para Rabin, que rejeitara a posição da OLP, em 1988, os acordos de Oslo mostram que a organização “mudou”, talvez implicando que todas as exigências sionistas foram aceitas. O corolário deste processo é o extermínio da possibilidade concreta de uma solução negociada que culmine na existência de dois Estados soberanos e com contigüidade territorial. Ao abandonar os ideais básicos à construção do Estado Palestino, a AP “mudou”.

Tânia Reinhart argumenta que, ao contrário da concepção de que os acordos de Oslo marcaram o fim do apartheid, eles podem ser comparados à sua definitiva instituição. Mas os acordos são ainda mais complexos. Ao transformar as categorias de entendimento por meio das quais o conflito até então era visto, Oslo assume não apenas o vocabulário israelense, mas a suposta neutralidade do sionismo. Os termos tradicionais que marcaram a luta palestina como “liberação”, “fim do colonialismo”, “resistência”, “racismo”, “roubo de terras” são substituídos por palavras como “negociação”, “acordo”, “compromisso”, “pragmatismo”, “reconhecimento”. O professor de História das Idéias de Colúmbia (EUA), Joseph Massad, frisa que uma das táticas do acordo foi fazer da linguagem de abandono dos direitos palestinos o léxico da paz. A estratégia, fruto da visão hegemônica de EUA e Israel, transforma não apenas as categorias de entendimento. Na verdade, ela institucionaliza a perspectiva das superpotências e, por isso, desloca o objetivo dos acordos de independência do colonialismo sionista para sua irrestrita dependência.

A fórmula central de Oslo foi sintetizada em 13 de setembro de 1993 na expressão “terra por paz”, que iria se tornar, como acabamos vendo ao longo destas páginas, uma espécie de base semântica a todos os acordos posteriores. No entanto, a expressão guarda consigo dois elementos implícitos. O primeiro se refere a que Israel gostaria de devolver terras que estão em seu poder. O segundo prevê que os árabes, sempre acusados de agressivos

e renitentes, podem, em contrapartida, oferecer a tão sonhada paz a Israel. Na dualidade intrínseca a esta fórmula, a responsabilidade pela guerra é colocada sobre os ombros das vítimas. Como todas visões de mundo que se nutrem da “matriz civilizadora” colonial européia, a fórmula incorpora elementos racistas e excludentes. Portanto, apenas na sua superfície, a expressão “paz por terra” se assemelha a compromisso político, deslocando seu sentido mais profundo para o jogo de ambigüidades conhecido das vítimas dos povos coloniais. Os israelenses, civilizados, lutam pela paz; os árabes, violentos e bárbaros, impedem-na.

Ao impedir o desenvolvimento do pensamento pensante, a fórmula não permite ver o princípio histórico central: o de que são os palestinos que, mais uma vez, estão abrindo mão do que restou de sua antiga Palestina após a partilha de 1947. Massad ainda aponta, na palestra que proferiu na cidade de Oslo, em 2009, que outra das falácias dos acordos diz respeito ao “reconhecimento mútuo”. No texto dos acordos, a OLP aceita “o direito do Estado de Israel de existir em paz e segurança”. A contrapartida sionista se encarnou na declaração de que Israel “decidiu reconhecer a OLP como representante do povo palestino e começar a negociar com a OLP dentro do Processo de Paz do Oriente Médio”. O especialista observa que a sentença deixa claro que a cúpula sionista não reconhece os direitos dos palestinos de viverem em seu próprio Estado. Ao contrário, o que está reconhecido é simplesmente a legitimidade da OLP de representar as vítimas da invasão. Fato que já fora reconhecido pela comunidade internacional desde o início da década de 70, à exceção dos Estados Unidos, como já foi apontado.

Politicamente, Oslo permitiu o reconhecimento do Estado judeu por suas maiores vítimas sem que, em contrapartida, os sionistas tenham reconhecido o direito à existência do Estado Palestino. É por isso que, ao longo das últimas décadas, Oslo tem sempre sido referência dos israelenses em qualquer tipo de negociação, já que a autodeterminação palestina foi banida de seus termos. Outra vitória israelense diz respeito à substituição da OLP pela Autoridade Palestina (AP). A OLP se arrogava o direito de representar todos os palestinos, inclusive aqueles em diáspora, os habitantes de Israel e mesmo os de Jerusalém invadida (parte leste). A AP, por outro lado, seria o órgão representativo somente da Cisjordânia e, à época, de Gaza, o que significa, em termos de representação política, a redução da população de palestinos a um terço de seu total. Além disso, as pressões externas de Clinton a Obama se deram no sentido de pressionar os palestinos a aceitarem a existência de Israel como Estado judeu. A aceitação do racismo sionista se torna, portanto, tradição para

as negociações que se seguem a Oslo, no sentido de que elas se consolidam como pré-condição a qualquer acordo. Ao mesmo tempo, a micropolítica das anexações com suas colônias, rodovias, reservas, áreas de segurança e postos policiais se articula ao muro da separação. Juntas, as duas modalidades já conquistaram mais 10% do total das áreas da Cisjordânia que, naturalmente, deixam de fazer parte de qualquer negociação.

Massad reflete, entretanto, que o legado de Oslo mais perene se relaciona à criação de uma série de instituições e corpos políticos que, a despeito da falência do acordo, permitem a continuidade de seus efeitos maléficos. É, em grande parte devido a estes corpos políticos, que o legado de Oslo pôde sobreviver e definir a geopolítica atual do conflito Israel-Palestina. A primeira destas instituições é, na verdade, uma nova classe política composta pelo Legislativo e Executivo Palestinos, cujos membros são eleitos. É daí que surgiu a Autoridade Palestina (AP). O segundo elemento criado foi o corpo policial, incumbido de defender o “processo de paz” contra os “rebeldes” ou, no jargão tradicional, “terroristas”. Já em 1994, o aparato policial de Arafat foi responsável pela execução de 14 jovens considerados “ameaças” ao “processo de paz”. Mais assassinatos ocorreram nos últimos meses, após o início da administração Obama, o que repercutiu positivamente para a imagem da Fatah.

Surgiram também outros três tipos de organizações: corpos burocráticos, ligados às duas instituições mencionadas, Organizações de Apoio Não-governamental (Ongs) e grupos de empresários e comerciantes. Oriundos das instituições anteriores, principalmente a política, este corpo de capitalistas auferem suas rendas, em grande medida, dos próprios acordos de Oslo ou de suas negociações subseqüentes. Grosso modo, estas elites burocráticas, militares e políticas são as instituições responsáveis pela manutenção do legado de Oslo. Manter o legado significa manter tais estruturas e, por isso, os fundos nelas investidos. A lança nesta burocracia autofágica, que nenhum dos articulistas de Oslo jamais previra, chama-se Hamas. Eles parecem não ter percebido que perderiam o controle sobre a milícia de esquerda que boicotara os acordos de 94 e as eleições controladas pela Fatah. Portanto, o pleito de 2006 foi um verdadeiro “terremoto” que poderia ter “destruído todas as garantias estruturais” do legado de Oslo.

O golpe, não coberto como tal, pela imprensa liberal, se deu logo em seguida. As articulações, informa Massad, envolveram o governo dos Estados Unidos, Israel e a Autoridade Palestina na figura de Muhammad Dahlan. Como as tentativas de golpe foram divididas em várias etapas, sua cobertura se tornou, de fato, fragmentária. As conexões, entre

os vários estágios, embora simples e banais, não foram apreendidas pelos jornalistas liberais. Houve seqüestro de parlamentares, ministros e políticos do Hamas, sendo vários deles presos e mantidos nas cadeias israelenses. À violência, agilidade e dispersão dos movimentos se somaram análises sensacionalistas, racistas e, ao fim e ao cabo, despolitizantes. O último golpe, hoje tão esquecido, foi a tentativa mal fadada de controle de Gaza, que desencadeou conflitos violentíssimos entre os dois lados. Como as táticas de cooptação, seqüestro, violência e força armada não conquistaram os objetivos esperados, a solução foi se voltar à Fatah que, recebendo verbas e treinamento militar, se tornou o parceiro legítimo.

O repasse de verbas e armas parece ter sido constante ao longo da história dos movimentos político-armados palestinos. Massad observa que sempre houve estratégias de cooptação cujo instrumento de persuasão mais eficiente foi o dinheiro arrecadado com a venda de petróleo. Os grandes produtores de petróleo do mundo árabe construíram padrão de intervenção no conflito Israel-Palestina. E, ao que tudo indica, nem sempre se preocuparam com o destino da população e o fortalecimento da OLP para a obtenção e construção de Estado Palestino soberano. O primeiro líder árabe que, segundo Massad, tem grande influência no imbróglio é Gamal Abdel-Nasser, responsável, em parte, pela criação da OLP. Com o enfraquecimento dos arranjos políticos devido à derrota árabe de 1967, a facção revolucionária assume poder na organização, “golpe” político que não havia sido esperado pelo próprio Nasser.

Os grandes produtores, Arábia Saudita, Kuwait, Líbia, Emirados Árabes Unidos, Iraque optam por duas estratégias. A primeira consiste em regar a OLP com petroverbas, procurando conter o radicalismo da organização dentro dos limites do conflito Israel-Palestina. Massad observa que o temor dos conservadores era de que o radicalismo palestino ultrapassasse as fronteiras, fomentando insurreições que culminassem com mudanças de regimes de suas dinastias ou governos. Ao mesmo tempo, como condição para o repasse, as armas obtidas com as petroverbas deveriam estar focadas apenas em Israel. Com a década de 80, o apoio financeiro é condicionado à mudança de política em relação ao Sionismo. Portanto, a OLP deveria evitar ataques até mesmo ao Estado judeu, oportunidade que surge com a Primeira Intifada e que, posteriormente, se consolida em 1988, com a Convenção da Argélia, e depois com o Tratado de Madri (1991). Com a guerra de 91, o repasse de petroverbas minguou, o que parece ter deixado a OLP ainda mais suscetível às pressões de superpotências ocidentais.

As verbas obtidas passam a estar condicionadas a outro elemento – a repressão

interna, agora da própria população. Mas a Segunda Intifada rompe com o acordo, já que membros do escalão de Arafat retaliam os ataques dos sionistas à população palestina. Acabam os repasses. Arafat é preso em seu Quartel General. Pouco depois, morre. Os fundos retornam, capitaneados pela figura de Mahmoud Abbas. O requisito, porém, continua o mesmo: repressão aos “terroristas”. Massad observa que a dinâmica de todo este processo é devida, em grande parte, ao legado de Oslo. Entendido, aqui, como conjunto de instituições e de elites daí criadas. É dentro deste processo que parece ter se dado a construção de blocos históricos entre as elites dos países produtores de petróleo e a cúpula de Arafat. Depois, entre a aproximação gradativa da OLP com Israel e os Estados Unidos. O resultado histórico do veto epistemológico da fórmula “paz por terra” e de todas as suas táticas e estratégias políticas se encarnou no eterno adiamento de acordo efetivo, que acarretaria a independência palestina do jugo sionista.

É neste contexto de dissolução de esperanças, de ideais e de possibilidades, que Gaza também se transformou de prisão em céu aberto a campo de concentração palestino. Portanto, o legado de Oslo consiste, fundamentalmente, no corte da qualquer possibilidade de independência, mesmo a daquele um terço que permanece na Cisjordânia. Por meio do cerceamento histórico das lideranças palestinas e da criação e manutenção de estruturas administrativas, legais e financeiras para manter a dependência, Oslo parece ter atingido vários objetivos sionistas. Ao diluir a questão palestina, os acordos contribuíram não só para a manutenção da invasão israelense, mas para a legitimação da natureza racista do regime sionista – legitimação feita por suas próprias vítimas. Ao contrário do estabelecimento da independência palestina, Oslo decretou o fim da independência deste povo como objetivo tanto futuro quanto presente realidade.

3.14 Novos acordos, o tear de Penélope

Se o Sionismo é um sistema de funcionalidades que visa à conquista e manutenção de um *imperium* por meio dos mais variados mecanismos de domínio, sua eficácia depende de duas estratégias articuladas: anexação territorial e conversão de cidadãos em sionistas (soldados ou colonos). A dinâmica interna do Sionismo se deve a seus mecanismos duais de inclusão e exclusão social, que operam através de dicotomias racistas e escatologias religiosas. Se, para judeus, o Estado de Israel é a culminância histórica de reconstrução e re-conquista; para os palestinos, a mesma ideologia significou mortes, expulsão, desemprego e genocídios. O lastro último deste processo histórico se encarna na volta do

povo da diáspora à terra prometida, laço indissolúvel entre o Messias e os eleitos. A base moral para a construção do Estado de Israel foi impulsionada, admiravelmente, com o Holocausto, processo que culmina com a partição da antiga Palestina pela Organização das Nações Unidas, em 1947. Os judeus já não mais precisavam dos beneplácitos de homens da elite européia, como Balfour; ao contrário, os ingleses se tornariam desafetos até sua partida definitiva e humilhante.

Mas se o Sionismo está calcado na re-conquista territorial, então a luta por terra, suas estratégias e táticas, é a face cotidiana da política israelense. A conquista territorial é a primeira razão de ser do Sionismo. É por causa da terra que as táticas de engodo (voltadas tanto a palestinos quanto à opinião pública israelense e internacional) são levadas a cabo. Se existe algum general que encarna perfeitamente o estrategista político do *blêuf*, esse alguém é Ehud Barak. Os acordos que sucederam a Oslo demonstram as táticas mais complexas e eficazes do Sionismo e seus usos políticos do poder da mídia. O encontro de Camp David (2000) entre Yasser Arafat e Ehud Barak, Primeiro Ministro do Partido Trabalhista, acenava para a possibilidade efetiva da paz. Pelo menos, do ponto de vista da mídia israelense e internacional, os acordos pareciam levar a algo definitivo: a constituição de dois Estados soberanos, resgatando, assim, o processo que começaram em Oslo e acabara em nada.

De repente, tudo cai por terra. Mais uma vez, os árabes, recalcitrantes, intransigentes, se recusavam a levar as discussões adiante. Os acordos fracassam. Ora, tudo isso prova – mais uma vez – a natureza irascível dos árabes e a tradição palestina de rejeição da simples existência de Israel. Como puderam eles rejeitar a proposta de Barak por meio da qual o governo israelense se propunha a devolver 90% das terras da Cisjordânia e toda Gaza! Israel manteria, é certo, 10% das áreas povoadas por grandes assentamentos - mas não mais do que isso. Como corolário deste processo, Jerusalém seria dividida entre os dois povos, capital tanto de judeus quanto de muçulmanos. Tendo em vista, que os palestinos recusaram tal proposta, não haveria outra alternativa. A médio ou longo prazo, outra guerra defensiva estaria por vir, já que a existência de Israel, mais uma vez, teria sido negada. Sempre os árabes!

A lingüista e ensaísta política, Tânia Reinhart, aponta que a verdade sobre o fracasso dos acordos de Camp David começa a aparecer com as revelações de Robert Malley. Assessor especial de Bill Clinton nos anos de 1998 a 2001, Malley participou dos encontros, tendo acesso direto às rodadas de negociação. De acordo com o conteúdo das revelações, conta Reinhart, a estratégia de Barak consistia em não revelar a posição final de Israel até o

desenlace do acordo. Malley teria concluído que, de fato, não houve proposta concreta israelense. As idéias sequer estavam no papel. Portanto, não havia base para negociação efetiva entre Israel e Palestina. A autora de *Israel-Palestina, como terminar a guerra de 1948*, explica que o esboço de plano, que previa a retirada de Israel de 90% das terras da Cisjordânia, reproduzia, em linhas gerais, os ideais sionistas de preservação de áreas conquistadas. Grande parte do acordo de Camp David foi calcado na premissa de que alguns assentamentos judeus deveriam permanecer nos territórios palestinos devolvidos.

Israel apenas pôde se constituir através de sucessivas marés invasoras cujas anexações colocaram o eterno imbróglio de toda agressão à soberania de outro Estado – o aparato militar necessário à sobrevivência das faixas de terra conquistadas. A manutenção destes assentamentos significa a criação de rodovias, postos e toda a estrutura necessária à dinâmica dos colonos judeus. Na medida em que os assentamentos não passam de anexações territoriais, não há colônias sem aparato de segurança que lhe forneça a base militar à sua sobrevivência contra os “terroristas”. Tânia Reinhart, ao analisar os acordos de Camp David, argumenta que apenas a mais completa ignorância sobre a história de Israel, esse perpétuo jogo de anexações, levaria a admissão de que tais colônias floresceriam na Cisjordânia sem a proteção bélica sionista. O discurso oficial e genérico de Barak apenas mencionava que algumas colônias maiores deveriam permanecer na Palestina, sem especificar o aparato militar implicado na sua permanência.

No que tange à opinião pública sionista, a percepção era de que Israel estaria entrando em uma era de concessões sem precedentes. Podemos dizer, grosso modo, que a proposta de Barak em Camp David era apenas uma versão piorada do plano Beilin-Abu Mazen (Reinhart, 2002, p. 29). Este plano, elaborado anteriormente, trazia, em linhas gerais, os mesmos parâmetros políticos para a questão dos assentamentos. Nas negociações de 2000, porém, o general buscava, ao mesmo tempo, condicionar as discussões à assinatura de documento cujo teor apontasse o “fim do conflito” entre Israel e Palestina. Desde as invasões de 1967, a base legal por meio da qual todas as negociações têm sido levadas a cabo consiste em duas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). A primeira dela, a Resolução 242 de 22 de novembro de 1967, exige a total retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados naquele ano; a segunda, a 194 de 11 de dezembro de 1948, diz respeito ao retorno dos refugiados. Caso o comitê palestino, encabeçado por Arafat, aceitasse assinar o acordo nestes termos, decretando “fim do conflito”, as duas resoluções deixariam de ser a base legal dos acordos. Como vemos, em certa medida, é o próprio legado dos acordos de Oslo que

insiste em voltar, determinando as margens de negociações entre as duas partes – sem esquecer que se tratam de duas “partes” completamente desiguais.

Como consequência, a retirada dos territórios invadidos e o direito do retorno dos refugiados deixariam de ter valor legal e, por isso, não mais forneceriam o quadro político-moral que delimitara todas as discussões. A estratégia consistia, portanto, em fazer dos acordos de Camp David o novo parâmetro de negociações, sepultando as resoluções anteriores que guiaram todas as tentativas de acordo. A partir daí, as decisões tomadas em Camp David é que constituiriam a base dentro da qual as novas negociações seriam travadas. Portanto, a exigência de Barak era de que todas as discussões dos últimos 50 anos fossem esquecidas. Esta exigência explícita de declaração sobre o fim dos conflitos não estava prevista no plano Beilin-Abu Mazen. Grosso modo, o fato indisputável das propostas de Camp David consistia em que os grandes assentamentos – com mais de 150 mil habitantes – deveriam permanecer sob soberania israelense. Outra inovação de Barak se encarnava na tentativa de anexar as áreas entre tais colônias, o que não estava previsto no plano anterior. Mas, sob o acordo de 2000, os palestinos estariam impedidos de obter cidadania israelense; ao contrário “eles votariam no Estado palestino”. Do ponto de vista da tática política, isto significa que os palestinos seriam anexados por Israel – sem nenhum direito como cidadãos.

Quanto a Jerusalém, a intrincada linguagem tentava vedar a realidade – a capital árabe seria, na verdade, uma pequena vila, nos arredores de Jerusalém, chamada Al-Quds. Barak declara que a cidade permaneceria a capital indivisível dos judeus. A estratégia de manutenção da conquista colocava em pauta o controle sobre os árabes palestinos que viviam na cidade séculos antes dos judeus. Tradicionalmente, o impasse quanto a Jerusalém tem sido tratado de forma a conferir soberania israelense sobre a cidade ao passo que os palestinos ficariam restritos “a algum tipo de controle municipal”. De acordo com Camp David, os palestinos teriam “autonomia”, termo que consiste, basicamente, em encargos. A administração árabe se responsabilizaria pelo oferecimento de serviços de educação, saúde e bem-estar em geral aos cerca de 200 mil habitantes da parte árabe.

O teor dos acordos ainda excluía dos palestinos qualquer direito como cidadão, a despeito de estarem vivendo sob soberania israelense. Ao longo das conquistas que se seguiram à guerra de 67, o Estado de Israel conseguiu dividir a Cisjordânia em quatro grandes cantões sem ligação entre si, configuração que Barak parece ter pretendido legitimar com os acordos de Camp David. A estratégia política sionista fica clara quando se leva em consideração que os quatro rincões não teriam fronteira com qualquer outro país, sequer a

Jordânia. A situação real, por outro lado, aponta que, somadas, as quatro áreas, perfazem apenas 50% do total da Cisjordânia. As “áreas brancas” estão completamente dominadas por uma vasta e descentralizada rede microfísica de assentamentos cujas áreas circunvizinhas foram confiscadas depois de 67. Elas estão guardadas por postos militares e se comunicam por intrincados conjuntos de rodovias. Outra parte das áreas, que deveria ser repassada aos palestinos, como as regiões do Vale da Jordânia iriam permanecer “zonas militares”, proibidas a árabes.

Retirando as áreas com grandes assentamentos e as regiões militarizadas, sobram apenas as áreas que constituem cerca de 60% da Cisjordânia. Se o plano fosse aceito pelos palestinos, o novo Estado seria composto por cinco áreas (incluindo Gaza) sem nenhuma fronteira externa. Elas seriam margeadas por regiões desérticas (bordas ocidentais). Do lado oriental, os enclaves seriam controlados pela faixa militar e pelos próprios assentamentos. O que nos chama a atenção é que as colônias também pululam no próprio interior das áreas que, em tese, ficariam sob soberania palestina. Reinhart observa que, somente na região central, há cerca de 40 assentamentos, estrategicamente espalhados. Estes assentamentos e as rodovias que os circundam, isolam ainda mais as áreas palestinas em pequenos enclaves (Reinhart, 2002, p. 45). Do ponto de vista territorial, isto implicaria dizer que os palestinos teriam controle sobre apenas 42% da área da Cisjordânia.

Sob a propaganda de que as colônias iriam ser desmanteladas, a linguagem dos acordos oferecia aos assentados a última palavra, ou seja, o desmanche somente ocorreria se e somente se os habitantes da área aceitassem a transferência. Se eles ficam, como historicamente acontece, os guardas, os postos, as rodovias e as áreas ao redor também permanecem. Portanto, aponta Reinhart, em retorno pelo consentimento de permitir aos sionistas a anexação de todo o centro da Cisjordânia, Arafat teria permissão para declarar o Estado Palestino nos 50% restantes – completamente fragmentados por colônias judaicas cujos habitantes teriam, “em última instância”, o poder de dizer (decidir) se ficariam ou não na área. O mito da generosidade da oferta de Camp David é, então, nada mais do que uma fraude perpetuada pela propaganda (Reinhart, 2002, p. 51). A única proposta concreta de Barak se referia à questão dos refugiados – cerca de 750 mil fugiram com a guerra de 1948. Para o general, o problema – um dos mais delicados do conflito Israel-Palestina – deveria ser resolvido pela comunidade internacional. Os refugiados teriam três opções: voltar para a Palestina, ficar onde já estavam ou ser aceitos por nações que os admitissem. Uma soma U\$ 20 bilhões, levantada internacionalmente, deveria ser usada, ao longo de 15 a 20 anos, para compensá-los pela perda dos bens.

3.15 O precedente sírio

Na verdade, os acordos de 2000 parecem fazer parte de uma longa tradição, marcada por outros precedentes, como é o caso da Síria, a partir de 1994. As negociações então se desenrolavam entre Yitzhak Rabin, Primeiro-Ministro israelense, e Hafez Assad, então presidente sírio. A posição israelense apostava na desmilitarização síria na faixa ao longo das Colinas de Golã como requisito necessário ao início das negociações sem, todavia, apresentar proposta definitiva. Rabin chegou a pressionar a Síria para, num gesto de compromisso, provar sua seriedade. A prova consistia em manter o Hisbollah, grupo de resistência libanês apoiado pelos sírios, sobre o mais completo controle. Apenas uma semana depois, a Síria intervém nas áreas sob influência da milícia, onde foram apreendidos diversos armamentos. Grosso modo, o padrão israelense já estava claro: intermináveis negociações por meio das quais a parte árabe se vê instada a substituir o exército israelense na repressão a forças de resistência nativas.

As negociações, encerradas em Genebra (2000), foram retratadas pela mídia ocidental como completo fracasso devido à intransigência de Assad. Os sírios, dizia a mídia, insistiam em ter controle sobre uma pequena faixa de terra às margens do rio Kinneret – região estratégica em virtude de seus recursos hídricos. Mas, por meio de vazamento na mídia árabe e israelense, os fatos históricos apontavam em outra direção. No que diz respeito às áreas territoriais, os sírios acenavam com a possibilidade de rediscutir o assunto, admitindo que a linha de 4 de junho (pré-guerra de 67) podia deixar de ser considerada fronteira. Portanto, a proposta síria admitia, tacitamente, discutir e construir, ao longo das negociações, uma nova fronteira entre os dois países. Para Israel, ao contrário, seus limites seriam aqueles conquistados pela guerra de 67, que abarcavam, naturalmente, as anexações territoriais sionistas. As divergências entre as duas partes quanto à natureza das negociações são fascinantes e expõem da forma mais clara possível a diferença histórica entre a posição árabe, em geral, e a postura israelense.

Para a Síria, as negociações deveriam seguir o modelo egípcio, isto é, os acordos de Camp David (1977-78), que culminaram no processo de paz entre Egito e Israel. Portanto, após a resolução das fronteiras – a retirada de Israel das áreas invadidas em 67 -, as conversações deveriam, propunha a Síria, ser travadas diplomaticamente entre países vizinhos. Para se compreender este ponto, é necessário que tenhamos em mente os dois modelos clássicos de negociações políticas no Oriente Médio. O primeiro, encarnado pelo Egito, implica que todos os estágios do processo (principalmente a retirada) e todas as

garantias tenham sido efetuados para que, então, o acordo seja assinado. Nas negociações entre Sadat (Egito) e Rabin (Israel), as relações diplomáticas somente foram reestabelecidas após dois terços das tropas israelenses terem sido retirados do Sinai. No equivocado linguajar ocidental, troca-se de “terra por paz”. O segundo modelo, representado pelos acordos de Oslo, aponta para negociações nas quais uma das partes (no caso, Israel) não apresenta propostas específicas. Ao contrário, foram feitas declarações vagas sobre futuras retiradas que, não obstante sua generalidade, conseguiram arrancar de Arafat diversas vitórias políticas. Assad, em suas negociações, portanto, apontava para o modelo egípcio de troca de terra por paz e propostas concretas de retirada de territórios invadidos. Tudo o que Israel não queria.

A questão da segurança, embora delicada, também encontrou receptividade por parte da delegação síria. O país aceitaria forças internacionais nas Colinas de Golã e, como já foi dito, continuava comprometido a controlar o Hisbolah. Mas o ponto central consistia na diferença semântica entre *withdraw* (retirada) e *redeployment* (remanejo). No primeiro caso, o termo aponta para o desmonte das colônias e a retirada completa tanto de civis quanto de militares, processo que, politicamente, implicava na transferência de soberania. Já *redeployment* significa, apenas, remoção de forças militares de áreas populosas para novas posições, o que perpetuaria o controle e a soberania de Israel sobre os territórios invadidos. As colônias, também, permaneceriam. Somente a Síria, de acordo com as versões dos dois planos publicados pela mídia, havia defendido “plena soberania” aos dois lados. Portanto, qualquer que fosse a linha traçada novamente, Israel continuaria controlando áreas pré-67. Exemplo claro da posição israelense é a continuidade da construção dos assentamentos, mesmo durante as negociações. As colinas foram alçadas à prioridade “A”, o que significa área central para desenvolvimento judaico – durante o período das negociações!

3.16 Segunda Intifada

O início da segunda Intifada parece ter sido desencadeado por uma tácita articulação política entre os dois espectros ideológicos de Israel, o Partido Trabalhista, de direita, e o Likud, de extrema direita. O estopim foi a famosa visita de Ariel Sharon, à época, líder da oposição (Likud), a um dos templos sagrados, em Jerusalém. O Templo Mount, historicamente, havia sido desprezado pelas políticas sionistas a tal ponto que o próprio plano Beilin-Abu Mazen já previra que ele deveria ficar sob soberania palestina. No entanto, a partir do governo trabalhista de Barak, começam os conflitos devido às tentativas do líder trabalhista que buscavam anexá-lo. No dia 28 de setembro de 2000, Ariel Sharon,

acompanhado de guarda armada – providenciada por Barak – enfrenta o cordão de manifestantes, formado por ativistas políticos, parlamentares e cidadãos. Ajudado pelas armas, Sharon entra no templo para exercer o que ele irá chamar de “direito elementar” e desencadeia, por meio desse ato orquestrado com o governo trabalhista, uma das maiores manifestações populares da história da Palestina invadida.

A repressão começa. Após três dias, 30 palestinos e três israelenses são mortos. A desproporcionalidade do ataque às manifestações choca a opinião pública internacional. A Assembléia Geral das Nações Unidas, em resolução do dia 26 de outubro, acusa Israel de “uso excessivo de força”. Ao longo deste mês, o exército israelense utiliza uma série de armas proibidas internacionalmente na repressão a manifestantes – helicópteros, tanques, mesmo mísseis. A tática sionista lança mão de intensivos ataques a áreas populosas, o que leva a resistência palestina a se armar e contra-atacar. Os contra-ataques são, por sua vez, taxados de “terrorismo”, o que justifica, aos olhos da cúpula militar de Israel, intensificação dos ataques. A maneira mais fácil de exterminar uma nação frágil tem sempre sido o de arrastá-la a uma guerra sem esperança (Reinhart, 2002, p. 96). Para se ter uma idéia, estudos encabeçados por especialistas, à época, apontam que a Autoridade Palestina podia lançar mão apenas de pedras, coquetéis molotov, alguns armamentos mais pesados e bombas de rua. É contra este “perigo” que Israel irá usar todo seu arsenal militar.

O próximo passo de Barak é proceder ao isolamento físico e político das áreas palestinas mais populosas, por meio de corte das ligações entre vilas, cidades e outros centros em geral. Aviões com mensagens exigindo a evacuação são seguidos de intensos bombardeios de helicópteros, tanques, mísseis e armas de precisão. Atrás da violência, parece existir um padrão altamente racional, pois grande parte das áreas atingidas fazia um verdadeiro cinturão ao redor de Jerusalém. Reinhart avalia que o conflito foi usado para evacuação destas áreas tendo em vista sua posterior anexação. É neste momento, também, que os cantões palestinos acabam adquirindo o formato atual, onde rodovias e ligações ficam sob forte escrutínio.

O modelo de ataque israelense seguia novo padrão de intervenção bélica – os bombardeios das forças aliadas ocidentais no Kosovo. A Iugoslávia oferecia analogia fascinante ao líder trabalhista, um modelo de bombardeio aéreo em densas áreas populacionais com apoio de todo o Ocidente. Bombardeios maciços, legitimação política – dois elementos que Barak parece ter procurado com insistência na sua política de extermínio da segunda Intifada. O uso de poder militar direto para obtenção de lucros políticos, no caso da Palestina, significou o massacre de “terroristas” e a anexação de territórios ao redor de

Jerusalém. O que parece ter fascinado ainda mais o líder trabalhista era o fato de que as forças ocidentais atacaram Kosovo em nome de “supremos princípios morais”. Nada mais atraente a uma tradição de generais que construía a figura do soldado israelense nestas mesmas bases – a figura do “soldado moral”. Barak pede estudos sobre a intervenção nos Balcãs a Amos Yidlin, que chegou a algumas conclusões sobre a “lição de Kosovo”.

Para o especialista, o “tempo para a força militar” dependia de dois fatores primordiais: o apoio político, especialmente, do alto escalão e o apoio da opinião pública que poderia ser obtido pelo “comportamento imoral do inimigo”. Portanto, mais do que o “comportamento”, o que parecia estar em jogo era a própria construção da imagem do palestino como “terrorista”. Em maio de 2001, agora é Sharon quem autoriza o uso de aviões F-16 na medida em que as retaliações palestinas criam, aos poucos, o ambiente propício ao uso cada vez mais intenso da força aérea. Os bombardeios de F-16 tornam-se, então, rotina. São os mesmos aviões cujo uso intensivo será desviado para Gaza alguns anos depois. Kosovo, de fato, parece ter oferecido o primeiro modelo de bombardeio aéreo em populações densamente povoadas. Primeiro, a Cisjordânia e, depois, Gaza na última guerra (2008-2009). Desde que seguindo o exemplo dos Balcãs, o da supremacia moral, os bombardeios seriam legitimados – pelo menos junto à população israelense.

A partir de setembro de 2001, Sharon percebe que outra estratégia pode ser levada a cabo, com efeitos ainda mais legitimadores do que os angariados pela comparação com Kosovo. A invasão americana do Afeganistão passa a oferecer novo modelo de extermínio, a destruição do Talibã. Para Sharon, o mundo ocidental “compraria a eliminação” da Autoridade Palestina se o ataque fosse empacotado em imagens e comparações com os terroristas afegãos. Já em abril do mesmo ano, ele havia admitido, em público, que “a guerra de independência ainda não terminara”, se referindo, naturalmente, aos conflitos de 1948. Ecos dessa posição também puderam ser ouvidos nas palavras do general do exército israelense, Moshe Ya’lon de que Israel estaria atravessando “a segunda parte de 1948”. O mês de outubro foi tão violento que os demônios pareciam estar soltos. Começa uma sistemática campanha de destruição da Autoridade Palestina.

O método afegão de ataque parece ter buscado atingir o poderio da autoridade em três frentes: asfixia econômica da sociedade palestina, destruição física de quartéis e prédios da organização e, finalmente, execução das lideranças em todos os níveis. Uma das consequências mais nefastas de Oslo, como vimos, foi a completa submissão da economia dos territórios invadidos a Israel, de forma que a Palestina se transformou em um verdadeiro

mercado consumidor dos produtos sionistas. Ao mesmo tempo, as regiões árabes passaram a fornecer mão-de-obra barata para ser explorada junto aos mercados israelenses, que também consumiam produtos palestinos. Essa relação desigual tornou a economia dos territórios, completamente, dependente da israelense. Por isso, dentre as estratégias de repressão contra a Segunda Intifada, Israel procurou asfixiar economicamente a Palestina enquanto seus soldados destruíam a agricultura, principalmente as plantações de oliveiras. Os conflitos, por outro lado, acarretaram grandes baixas no fluxo de turistas.

Prédios também foram destruídos, arrasando a infra-estrutura necessária ao funcionamento cotidiano da Autoridade Palestina ao passo que seus líderes começaram a ser assassinados. A própria população – principalmente os jovens – sofreu vários ataques, com o início das manifestações. As vítimas estavam sendo atingidas nas pernas, olhos, cabeças – somente nas primeiras cinco semanas das manifestações mais de sete mil palestinos foram feridos. O padrão dos ferimentos não pode ser acidental (Reinhart, 2002, p. 113). O objetivo parece ter sido quebrar ossos ou causar ferimentos que neutralizassem as vítimas sem, todavia, matá-las. Então, ao invés da execução de grande número de palestinos, o que atrairia a atenção mesmo da mídia tradicional, Barak parece ter optado pela “neutralização” física dos “terroristas”, aleijando-os ou cegando-os. A tática de guerra parece ser, sobretudo, uma complexa operação de aniquilamento biopolítico cuja eficácia, muitas vezes, reside mais na “neutralização” do corpo do oponente do que em seu extermínio puro e simples. Cegueira e aleijamento parecem não atingir os níveis ideais de noticiabilidade que, do contrário, seriam atingidos pelo assassinato em massa.

No final de 2001, Arafat é preso em seu quartel general, em Ramallah, onde fica por cinco meses. Israel lança, a partir de março de 2002, uma seqüência de ataques a cidades e campos de refugiados. Jenin está na mira de Sharon. Ele jamais perdoaria tamanha resistência. Nablus teria o mesmo destino. A estratégia do governo israelense parece ter sido a de destruir completamente todo foco de resistência palestina por meio de ataques semelhantes às incursões nazistas ao Gueto de Warsóvia. Gigantescas máquinas escavadeiras são as primeiras a chegar, incumbidas de destruir as primeiras habitações para abrir caminho aos tanques que, uma vez bem posicionados, começam seu trabalho. Mísseis foram disparados de helicópteros cobra ao passo que o trabalho das escavadeiras não parava – há relatos de motoristas que trabalharam, eletrizados, durante dias sem descanso. Quanto aos feridos, alguns choraram por dias debaixo das ruínas até que suas vozes desapareceram (Reinhart, 2002, p. 154). A destruição foi tamanha que o próprio Ministro das Relações Exteriores, Shimon Peres, comete

a indesculpável gafe e usa a palavra “massacre”.

Logo em seguida, pressionado pelo governo, volta atrás e nega ter dito o que disse. Enquanto isto, consciente da dimensão da tragédia, o governo resolve agir, inaugurando uma maciça campanha de propaganda. Exército e Ministério das Relações Exteriores se unem e criam o Centro de Relações Públicas para negar o massacre. Grosso modo, a estratégia midiática consiste na ênfase por repetição em dois pontos. A batalha que se desenrolou em Jenin foi “feroz”, mas não um massacre. A ferocidade da luta se deveu, na verdade, aos ataques “terroristas”. Apesar da tentativa de engodo por parte do governo, reproduzida pela mídia ocidental, a comunidade internacional se estarrece. O clamor pressiona a ONU que cria comissão, incumbida de apurar os crimes. A questão consiste na “suspeita” de que Jenin fora palco de crimes contra a humanidade. Alguns integrantes da comissão, porém, desagradam Israel que, por sua vez, articula-se com os representantes dos Estados Unidos. A comissão é vetada.

Como consequência dos massacres, tem-se hoje a conformação territorial da Cisjordânia e, de certa forma, grande parte da geopolítica da crise atual. Logo após Jenin e Nablus, Israel se lança em nova ofensiva (19 de junho) com objetivo específico: o ataque às famílias de suicidas. O gerenciamento populacional dos palestinos parece, agora, conhecer outro elemento, a divisão no interior dos próprios palestinos entre os adestráveis e aqueles que tiveram, em seu meio, elementos suicidas. Um projeto semelhante ao racismo é, aqui, politizado. O racismo é, em linhas gerais, a possibilidade de estabelecer na uniformidade da espécie humana um corte artificial que, ao diferenciar, legitima intervenções, chacinas e atrocidades. Sharon parece ter percebido que no interior aparentemente indiferenciável da população palestina, havia radicais, os “terroristas” que, por isso, deveriam ser vistoriados, controlados e, finalmente, banidos com suas famílias. A geopolítica de Gaza parece ter sido construída, em grande parte, como prisão a céu aberto, destinada como último refúgio a grupos de resistência armada e suas famílias. É, no interior desta política de Sharon, - o homem responsável pela evacuação de Gaza -, que se definiram as diretrizes de controle sobre dois segmentos populacionais distintos. O legado de Sharon parece ser a definição de níveis diferentes de políticas de repressão, agora cindidas entre a Cisjordânia (administrável) e Gaza (“berço de terroristas”). Neste sentido, parte do que se seguiu na Palestina – a exemplo da década de 70 e o legado de Kissinger -, parece ser fruto da engenharia política de Sharon. Ao redefinir os cantões palestinos em duas grandes áreas, ele acabou por determinar o destino da última guerra de Gaza. Kadima, Likud, Partido Trabalhista, todo o espectro político sionista

oscila entre os novos limites geopolíticos definidos pelo general Ariel Sharon. A questão que daí surge é se o general havia tido a intenção de, ao evacuar Gaza, em 2005, fazer desta faixa territorial campo propício aos massacres israelenses? Gaza como exemplo do destino que espera por todos aqueles que, porventura, ousem desafiar o poderio sionista.

Para essa nova massa populacional, considerada a fatia mais radical e “terrorista”, o destino será Gaza, prisão a céu aberto. De forma genérica e sintética, a configuração que o massacre da Intifada cria é a de duas grandes áreas territoriais com populações diferenciadas e, portanto, passíveis de políticas de controle diferenciadoras e específicas. O fato que nos chama a atenção é que, desde Jenin e os ataques de Junho, Gaza parece ter sido preparada para receber o “rebotinho” da população palestina. As primeiras estratégias políticas da guerra de 2008-2009 parecem ter ocorrido no interior desse processo de reorganização geopolítica dos territórios entre a Cisjordânia e Gaza. Para os primeiros, a humilhação dos controles cotidianos; para os segundos, a “colônia penal” que, a qualquer momento, como vimos na última guerra, pode ser objeto das mais impressionantes ataques. É uma estratégia bem-calculada de limpeza étnica (Reinhart, 2002, p.180).

3.17 O Quarteto

O panorama internacional, que culminou com a guerra de Gaza, foi precedido por uma série de estratégias das grandes potências cujo objetivo central consistia na deslegitimação do Hamas. O grupo, contra todas as expectativas, havia vencido as eleições palestinas de 2006. O resultado do pleito desencadeou intenso jogo político, unindo Autoridade Palestina (AP), Estados Unidos da América (EUA), União Européia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU) e Israel. Os bastidores deste longo, complexo e cruel processo foram relatados, em parte, pelo diplomata peruano, Álvaro de Soto, em seu *End of Mission Report*, um memorando secreto destinado à alta cúpula da ONU, expondo os motivos de sua renúncia à participação no chamado Quarteto. De Soto havia sido incumbido pelo então secretário-geral das Nações Unidas, Koffi Anann, de representar a ONU no grupo político formado por UE, Rússia, EUA e ONU, destinado a levar a cabo os esforços de implementação do *Road Map*..

Para compreendermos melhor todo este processo, vale lembrar que Mahmmud Abbas, à frente da Autoridade Palestina (AP), dá início a uma série de negociações com o Hamas. Os acordos, realizados em Cairo, no Egito, em 2005, previam, em linhas gerais, três pontos. O primeiro determinava o cessar-fogo da milícia contra Israel; o segundo dizia

respeito à realização de eleições e, finalmente, o último item apontava para futuras reformas da Organização para Libertação da Palestina (OLP). De Soto observa que, na verdade, Abbas, por meio destas estratégias, buscava cooptar o Hamas ao invés de tentar controlá-lo ou mesmo destruir o grupo militante. O Hamas seguiu à risca o cessar-fogo e, ao mesmo tempo, se preparou para participar do pleito, momento fundamental para a consolidação de incipiente democracia palestina. Não apenas haveria eleições depois de anos, como o pleito seria composto por diversos atores políticos.

Movimento de resistência, bancado, a princípio, por Israel, como tentativa de deslegitimar a OLP, na década de 80, o Hamas foi construindo uma gama de redes sociais junto à população palestina. Se, por um lado, a milícia esteve sempre aberta às necessidades básicas da comunidade; por outro, sua administração conseguiu construir imagem engajada e de oposição à corrupção. Grosso modo, o Hamas crescia, exponencialmente, enquanto a Fatah, braço político da OLP, liderado por Arafat e, depois, Abbas, perdia seu capital político, imersa em acusações de corrupção e alheia aos clamores dos palestinos. Com a plataforma eleitoral “Mudança e Reforma”, o Hamas entra na disputa eleitoral. Abbas, isento à realidade, via a opção da milícia pela disputa eleitoral como capitulação, isto é, aceitação do legado de Oslo, ideal à cooptação. O Hamas sempre havia sido (e ainda é) contrário aos Acordos de Oslo que, de fato, determinaram, em grande medida, a geopolítica atual do conflito Israel-Palestina. Portanto, a aceitação do pleito parece ter significado, pelo menos para Abbas e seus seguidores, que o Hamas, finalmente, estava apto a discutir e aceitar o legado de Oslo. O legado trazia consigo as próximas eleições.

Para Abbas, a tática consistia na inserção institucional da milícia nos quadros políticos determinados pelos acordos de 1993. Apesar do adiamento unilateral das eleições de julho para janeiro de 2006, nenhum incidente ocorreu entre as duas facções políticas. Ariel Sharon, por outro lado, aproveitou suas aparições na arena internacional, para alertar que o Hamas era “uma organização terrorista” e que Israel não iria cooperar com o pleito, prestes a ocorrer na Palestina. A ONU, por sua vez, apresentou posição dual. Annan disse, em seu pronunciamento, que as eleições eram fundamentais para a consolidação do processo democrático palestino e que a participação do Hamas deveria ser deixada a cargo da população. Ele concluiu, porém, que havia uma “contradição fundamental” entre participar das eleições e possuir armas. Apesar da crítica, o secretário-geral parece ter implicado que, todos, inclusive Israel, deveriam aceitar a decisão palestina. De Soto aponta que o pronunciamento de Annan demonstra que, em linhas gerais, a ONU estava apoiando a

estratégia de cooptação do Hamas por Abbas.

O resultado deste processo hoje é História. De qualquer forma, a estratégia de Abbas naufragou. As eleições de 25 de janeiro de 2006 foram vencidas pelo grupo que havia denunciado Oslo, em 1993, o Hamas. A vitória foi um dos mais avassaladores golpes na política das grandes potências para o conflito Israel-Palestina, em particular, e Oriente Médio, em geral. É interessante acompanhar o desdobramento das reuniões entre os membros do Quarteto cuja dinâmica mostra, claramente, os esforços para impedir a subida da milícia ao poder. De Soto relata que, em setembro de 2005, os membros do Quarteto discutiam se o Hamas deveria participar do pleito – sem, naturalmente, levantar a questão básica de que a resposta caberia aos palestinos e não às nações ocidentais e sua visão ainda colonial do mundo. Em Janeiro, logo após a vitória, o debate das reuniões consistia em como lidar com o resultado.

A declaração do Quarteto de 28 de dezembro de 2005, praticamente um mês antes do pleito, trazia consigo uma série de ameaças e advertências ao Hamas. De acordo com o texto, aqueles que quisessem participar das eleições deveriam, antes de tudo, renunciar à violência, desarmar-se e reconhecer Israel. Portanto, o novo governo da Palestina não deveria incluir em suas novas hostes membros que não tivessem se comprometido com “o direito de Israel de existir”. Um dia após as eleições, as declarações assumem teor ainda mais contundente. A existência de dois Estados soberanos exigia que todos renunciassem à violência e ao “terror”, aceitassem a “existência de Israel” e se desarmassem. Sem tais condições não haveria a possibilidade de solução efetiva para o *Road Map*.

De Soto aponta que, desde o início de janeiro, havia deixado claro aos membros do Quarteto que, a despeito das críticas dos EUA e da EU ao Hamas, o fechamento do diálogo seria infrutífero. Para ele, a solução somente poderia ser alcançada por meio do diálogo efetivo e de maior participação da ONU. Como resposta, no dia 29 de janeiro, De Soto recebe rascunho, elaborado pelos EUA, cujo teor apontava para ruptura política com o Hamas não apenas por parte do Quarteto, mas das nações e organizações que nele estavam representadas. De acordo com estas linhas, determinadas pela administração americana, toda assistência à AP poderia ser “revista” se não houvesse renúncia à violência e aceitação das pré-condições, implicadas nas negociações do *Road Map*. Os embates no interior do Quarteto, ao que tudo indica pela renúncia de De Soto, levaram a um impasse sem solução. O diplomata peruano argumenta que, ao contrário do isolamento político a que o Quarteto estava levando o Hamas, o órgão deveria expressar desejo de diálogo.

As pessoas haviam se expressado em eleições livres e justas cujo processo havia sido encorajado pela comunidade internacional e seus desejos deveriam ser respeitados (De Soto, 2007, p.18). Dentro desta perspectiva, a posição da ONU buscava legitimar o resultado do pleito e acolher a presença do Hamas no cenário internacional. Para De Soto, a comunidade de nações deveria “reconhecer” e “aceitar” a vitória eleitoral do grupo de resistência e, ao mesmo tempo, “parabenizar” seus líderes pelo empenho na manutenção do cessar-fogo contra Israel. Mas, no dia 30 de janeiro, o rascunho, que engendrara tais debates entre os membros do Quarteto, é base para pronunciamento do grupo, anunciando a possibilidade do fim da assistência. De Soto aponta que o pronunciamento mostra que o Quarteto se transformou de grupo destinado a gerenciar as negociações para o *Road Map* em um corpo político de sanções “sobre um governo eleito livremente por um povo em ocupação”. Como o desenrolar dos fatos haveria de mostrar, a ameaça de corte de ajuda se efetiva, causando um dos maiores dramas sociais da região. Portanto, ao invés de trazer para a Palestina a sua soberania, o Quarteto parece, de fato, ter se convertido em instrumento de legitimação internacional das sanções das superpotências sobre o pleito democrático. Estratégia colonial clara.

O diplomata pondera, por outro lado, que a questão central não consiste sequer no fim da assistência, ato político voluntário, sempre atrelado aos interesses de cada nação em particular. O ponto político fundamental é que, tendo em vista o caráter histórico e inescapável da invasão, o papel de Israel deve ser analisado dentro do escopo da Lei Internacional. Em outras palavras, como Israel é, historicamente, um Estado invasor, o governo sionista deve se submeter a uma série de obrigações previstas no arcabouço legal internacional. Neste sentido, a matança indiscriminada de civis, o bloqueio das taxas sobre importação e exportação palestinas (que representam cerca de um terço da renda total) provam que a nação sionista não obedece a preceitos internacionais. Se, portanto, Israel sempre denuncia que a AP deveria obedecer a “acordos anteriores”, é justamente Israel que não apenas não obedece a “acordos anteriores”, como também desrespeita os Tratados do pós-Segunda Guerra Mundial. Exemplo maior é o desrespeito à IV Convenção de Genebra, que determina ao poder ocupante tratamento humano às populações sob seu domínio.

Quanto ao bloqueio das taxas, fundamental à existência e sobrevivência dos palestinos, os membros do Quarteto haviam sido impedidos de discuti-lo em público. De Soto observa que o impedimento foi determinado “por causa dos Estados Unidos”, já que os representantes americanos afirmaram ao restante do grupo que “Israel não queria transferir os

fundos para a AP”. Ao mesmo tempo em que as verbas eram congeladas, impedindo a gestão política do Hamas, o grupo era atacado pela então secretária de Estado americana, Condoleza Rice, em entrevista no *Financial Times*. De acordo com ela, o grupo não governava. De Soto aponta a contradição intrínseca a toda esta verborragia: a AP é obrigada a governar sem dispor de nenhuma das condições necessárias ao governo. Sem orçamento público, vetado por Israel, sem controle sobre suas fronteiras externas, que sequer existem, sem o monopólio da violência física e ainda sem acesso a recursos naturais, o Hamas era acusado de não saber governar!

Com a pressão internacional, o Hamas entra em discussão com Fatah, processo que culmina com a criação do Governo de União Nacional. Para De Soto, se os EUA não tivessem levado o Quarteto a “impor demandas impossíveis”, o panorama político, inaugurado por estas negociações, poderia ter sido consolidado. Como a política do grupo se mostrou “no máximo, de visão curta”, a guerra civil entre os dois lados começa em dezembro de 2006 e se estende até fevereiro do próximo ano. Com a divisão da Palestina em duas grandes áreas geopolíticas, Olmer inicia suas rodadas de negociação com Abbas, realizadas a cada duas semanas. De Soto observa que as negociações podem ser vistas como estratégias que evadem o *Road Map* cujas questões centrais por sua vez - fronteiras, refugiados e Jerusalém – são escamoteadas para a última fase. De forma mais clara, as rodadas de negociações já evadiam acordos em andamento que, por sua vez, haviam deixado para a última fase as questões cruciais aos palestinos. Duplo adiamento. Substituindo a premência das demandas históricas, as negociações quinzenais foram outra vitória da tradição sionista, elaborando a agenda clássica da história de Israel. Os temas centrais tratados nas reuniões foram, em linhas gerais, segurança e ajuda humanitária, postergando para o inefável futuro os dilemas das fronteiras, da partilha de Jerusalém e do retorno dos refugiados de diversas guerras.

Ao finalizar suas conclusões sobre a renúncia ao cargo de integrante do Quarteto, De Soto aponta que seria necessária uma “lente de aumento” para captar nos pronunciamentos do grupo qualquer crítica pertinente a Israel. Referindo-se à posição do Quarteto, no pronunciamento de fevereiro de 2007, ele aponta que nenhuma alusão foi feita à desobediência sionista às condições do *Road Map*, como o congelamento de colônias em territórios invadidos. Uma “lente ainda maior” seria necessária para vislumbrar críticas a Israel quanto a seu desrespeito à Lei Internacional ou mesmo às decisões da Corte Internacional de Justiça (CIJ). De acordo com a CIJ, o muro da separação deveria ser

construído não em terras ocupadas, mas sobre áreas judias. E “nenhum tipo de lente de aumento” seria capaz de descobrir críticas à desobediência à IV Convenção de Genebra, sobre o bem-estar de populações. Enfim, o Quarteto “mergulhou em submissão”.

Apesar das críticas desferidas aos palestinos no que tange a seus ataques a populações civis, De Soto adverte que o Estado sionista está “colhendo o que plantou”. O ciclo de violência e repressão foi levado a tal ponto que sua dinâmica se auto-propulsiona. Citando Kofi Annan, em pronunciamento de 2005, o diplomata lembra que “o terrorismo se nutre no desespero”, na medida em que meios pacíficos e legítimos de lidar com determinada situação já não mais existem. Desta forma, a resolução real do “terrorismo” - ele não usa aspas na palavra -, somente pode ser obtida pela resolução das condições que o tornaram possível. Mas o Quarteto, sinto muito em dizer, não pode se furtar de sua responsabilidade de alimentar o desespero (De Soto, 2007, p. 30). É em virtude deste apoio irrestrito às políticas de bloqueio econômico israelense à população de Gaza, que o Quarteto foi, de fato, outro instrumento que contribuiu para radicalizar ainda mais o sentimento de opressão e frustração palestino. Quando o caos institucional se alia ao sofrimento social nada de bom pode daí advir. Para De Soto, os responsáveis por esta situação de radicalização – que seria esmagada pela guerra já por vir – se deve “aos Estados Unidos, União Européia e Israel”. Diante do impasse político, criado por essa política conjunta, De Soto observa que os membros do grupo tendiam a lidar com o Hamas como um “epifenômeno”, isto é, um fenômeno menor, algo sem importância. Mais uma vez, os ocidentais parecem não ter percebido que o grupo de resistência tem raízes mais profundas, calcadas na sociedade palestina e com ramificações político-religiosas com a Irmandade Muçulmana. Presente em todo o Oriente Médio, a Irmandade é um dos grupos religiosos mais poderosos da região, com milhares de adeptos. As tentativas sistemáticas de destruição do Hamas podem, ao invés de destruí-lo, provar aos muçulmanos que “paz” e “eleições” não mais seriam eficazes no trato com Israel.

Como aludimos ao longo destas páginas, a tradição do governo sionista parece ter sido a de não apenas evitar, mas destruir o parceiro legítimo para as negociações. A guerra de 1982, no Líbano, que culmina, entre outras coisas, com a destruição da OLP, é um antecedente histórico que não pode ser esquecido. O veto americano, com apoio de Israel, da resolução da ONU de 1976, propondo acordo com Israel, também se encaixa dentro desta mesma tradição – é, nesta década, que surge a expressão “ofensiva da paz”. O próprio *time* da guerra de Gaza (2008/2009) parece ter seguido o mesmo padrão, na medida em que os ataques acontecem logo após os acordos entre Fatah e Hamas. A ofensiva israelense é levada

a cabo justamente no momento político preme de possibilidade de integração dos dois grandes blocos políticos palestinos em um governo de unidade nacional. É sobre este ponto que nos debruçaremos nas próximas páginas.

3.18 Rede de mentiras

A rede de mentiras e hipocrisias em que se concretizou a política sionista exige que o massacre a Gaza seja analisado dentro de um contexto mais amplo, capaz de desconstruir a posição israelense. O cessar-fogo entre Hamas e Israel foi acordado no dia 19 de junho de 2008. Apesar de sua importância para a vida dos cidadãos de ambos os lados, o acordo foi recebido com frieza pelo governo sionista. Ehud Olmer definiu o resultado das negociações como “frágil e de curto prazo”, talvez prevendo o que iria acontecer poucos meses depois. Ao mesmo tempo, a população israelense era informada pela imprensa nacional que a milícia palestina estaria utilizando a trégua para se armar. A dedução que se segue é que, afinal, o cessar-fogo estava beneficiando apenas uma parte, o Hamas. Os túneis, por sua vez, eram descritos como “demoníacos”, sem que a mesma mídia informasse que a política de Israel vetava até o transporte de cadernos escolares. Ao final da guerra, com a destruição de grande parte desta arquitetura da sobrevivência, Israel descobriu que a munição tão temida era, nas palavras do melhor jornalista israelense, Gideon Levy, “pouca, parca, fraca”.

Um dos itens centrais do acordo previa que as passagens de Gaza deveriam ser abertas por Israel, obrigação que foi desobedecida pelo Estado sionista. Ao mesmo tempo, o bloqueio econômico sobre a população, que levou a uma das mais graves crises humanitárias do novo século, não foi capaz de fazer com que o Hamas rompesse o acordo. Apesar do fechamento das passagens, do bloqueio econômico, dos apoios incondicionais a golpes contra a milícia islâmica, o grupo de resistência permaneceu fiel à trégua. Posição semelhante à da OLP, ao longo do ano de 1981, que também havia obstado seus ataques a Israel, na fronteira sul do Líbano. Para se ter uma idéia da visão sionista, pouco após o assassinato do embaixador israelense em Londres, o gabinete de Begin se reúne. Na discussão, os participantes começaram a discutir a composição do grupo de Abu Nidal, responsável pelo assassinato do diplomata, quando foram interrompidos por Begin. “Todos são da OLP”, decretou o homem que, pouco tempo depois, invadiria o Líbano para destruir a organização palestina.

Do ponto de vista técnico, não houve um míssil sequer disparado pelo Hamas no período do cessar-fogo que se estendeu de 29 de junho a 4 de novembro, de 2008. O professor

de literatura da Faculdade Suny, Buffalo (Nova York), Jim Holstun, observou, no site *Electronic Intifada*, que o próprio Centro de Inteligência Israelense registrou, oficialmente, queda de 97% de disparos de mísseis. Os 26 Quassam lançados, ao longo de junho e outubro, eram de autoria da Jihad Islâmica, braço militar do Fatah. A série de gráficos que constava do site do Ministério das Relações Exteriores com dados sobre a queda dos disparos sofreu alterações. As modificações foram feitas, de acordo com Holstun, na véspera da invasão terrestre das forças israelenses a Gaza (4 de janeiro de 2009). Por coincidência, um grupo de coreanos havia tido acesso ao site e dispunha das informações originais, referentes aos gráficos! Holstun ainda afirma que a retaliação do Hamas, desencadeada no dia 6, com disparos de foguetes, foi reutilizada como “causa” e não mais “conseqüência” da violência.

Seja como for, Israel mais uma vez, sob pretextos de que palestinos estariam se preparando para atacar bases sionistas, realiza uma verdadeira batida em Gaza. Este ato de guerra, que quebra a trégua mantida pelo Hamas, foi cometido no dia 4 de novembro de 2008, quando tropa sionista invade Gaza e mata seis palestinos. O Hamas retalia. A desculpa dos túneis, agora, é substituída pela dos mísseis. Após a invasão de 4 de novembro, os dois lados – observando que a palavra “lado” não significa e não implica, aqui, igualdade de força – se atacam mutuamente. Poucos dias antes dos bombardeios começarem, o Hamas propõe retorno ao cessar-fogo de junho. A proposta estava com o antigo assessor de Carter, Robert Pastor, que a repassou a um alto oficial do exército israelense. Outra tentativa de acordo foi levada a cabo pelo chefe do Hamas, Khaled Meshal, que anuncia no site Iz al-Din al-Quassam, a disposição para trégua. Ao mesmo tempo, Meshal propõe que a passagem de Rafah poderia ser monitorada pelo Egito, forças internacionais, AP e Hamas, nas linhas do arranjo de 2005, acordado antes da vitória do Hamas. Para concluir, o líder ainda pediu a abertura da passagem para que artigos de primeira necessidade chegassem aos palestinos. Israel responde com bombas.

A guerra é deflagrada no dia 27 de dezembro -, embora tivesse sido planejada, de acordo com Gideon Levy, com seis meses de antecedência. O tempo dos bombardeios também parecido ter sido, racionalmente, escolhido. Por volta do meio-dia, na verdade, às 11:30, quando as ruas de Gaza estavam repletas de crianças voltando das escolas, o exército israelense ataca. Poucos minutos foram suficientes para o extermínio de 200 pessoas, outras 700 ficaram feridas. O prédio em cujo interior se desenrolava cerimônia de encerramento de curso para oficiais da polícia, a Estação Arafat, também foi atingido, matando dezenas de jovens e homens. Após terem sido treinadas, as vítimas estavam prestes a conquistar novo

emprego em uma das áreas mais pobres e com maior índice de desemprego no planeta. Pedestres, crianças de volta da escola, e recém-empregados – foram estas as primeiras mortes dos bombardeios israelenses. Noam Chomsky aponta que a estratégia mostra um dos princípios-guia de Israel, infringir a maior dor possível em civis para obtenção de ganhos políticos. Como o Hamas tem raízes profundas na sociedade palestina, os ataques parecem ter sido focados não apenas na milícia, mas na própria organização social na qual ela se nutre. De forma clara, o padrão dos bombardeios parece levar em consideração não apenas os “terroristas”, mas sua “base social”.

Os ataques, que fazem uso de fósforo branco, arma considerada ilegal, internacionalmente, quando usada em áreas densamente povoadas, atingem alvos indiscriminados, como o hospital al-Quds. O produto pôde ser encontrado nas proximidades de residências por técnicos da Anistia Internacional (AI). A agência entrou com pedido junto à ONU para embargo contra Israel em virtude da desobediência às Leis Humanitárias Internacionais. Ao mesmo tempo, a AI se calou sobre a fonte do fósforo, os Estados Unidos, responsáveis pelo fornecimento do produto a Israel. O fósforo causa morte horrenda, na medida em que queima a pele – e os próprios ossos. Sua ação é estancada apenas pela falta de oxigênio. Foi este o produto lançado pelo Estado judeu em zonas populosas, hospitais e instalações de ajuda humanitária. Este mesmo produto já fora usado na guerra de 82, no sul do Líbano. Um dos prédios da UNRWA, órgão da ONU responsável por refugiados, ao ser alvejado, teve milhares de toneladas de equipamentos de ajuda humanitária destruídos.

No dia 31, em pleno desenrolar das operações de guerra, os Estados Unidos alugam navio mercante alemão para transporte de armamentos da Grécia para Israel. São três toneladas de munição “não identificada”. O governo da Grécia, porém, age e não permite outro envio de armas. Para os propósitos do presente trabalho, fica claro que os EUA foram os responsáveis pelo fornecimento de armas, em geral, e de material proibido de ser usado em áreas populosas, como é o caso do fósforo. Esta relação também parece colocar em pauta outro papel de Israel no Oriente Médio, o teste de armas. Israel testa armas novas na população palestina. As menos eficientes são desviadas e vendidas a governos árabes conservadores a preços majorados. Esta relação parece estar na raiz da conexão entre Israel e as empresas de armamentos, anexando ao Estado sionista este outro papel subsidiário no Oriente Médio – a venda mercenária de armamentos de segundo nível.

Nos primeiros dias da invasão, por outro lado, as iniciativas diplomáticas americanas estavam fazendo o melhor para manter a dinâmica do massacre. Os EUA vetam o

Conselho de Segurança da ONU que havia formulado resolução determinando imediato cessar-fogo entre as partes. O argumento utilizado pelo representante americano para vetar a resolução consistia em que o Hamas não obedeceria a acordo algum. É neste contexto político que Barak Obama, rompendo o silêncio, afirma que “se mísseis caíssem onde minhas filhas dormem, faria tudo para poder pará-los”. Os embates na ONU continuam até que, em 8 de janeiro, o Conselho de Segurança consegue passar, finalmente, resolução, determinante “cessar-fogo durável”. Os EUA se abstém na votação. O irônico é que um dos pontos da resolução diz respeito ao fim da transferência de armas a Gaza, uma alusão a Síria e Iran. No entanto, o fornecimento explícito - em navios - de armas dos EUA a Israel não é mencionado. Nenhuma “lente de aumento” (no sentido de De Soto) poderia detectar qualquer menção ao fornecimento americano de armas. De qualquer forma, a resolução, pelo menos, conseguiu apontar para a necessidade de abertura das passagens de Gaza. O Acordo sobre Movimentação e Acesso (AMA) entre AP e Israel, de 2005, havia sido abandonado por Israel e EUA, após a vitória eleitoral do Hamas, em janeiro de 2006.

Um dos objetivos do massacre parece ter sido a tentativa de Israel de resgatar o capital político perdido na guerra com o Hisbollah, em 2006. Em outras palavras, a impressionante capacidade de revide da milícia libanesa diluiu, em grande parte, a capacidade sionista de aterrorizar pela força. Era necessário resgatá-la e provar a todos que Israel ainda era capaz de submeter qualquer oponente. Como apontamos anteriormente, a definição da nova geopolítica, determinada por Sharon, parece ter exercido influência em todo este processo. Com Gaza feita prisão a céu aberto, concentrando setores de resistência armada, as terras mais preciosas da Cisjordânia poderiam ser anexadas. Mas não apenas o solo. O que parece ter ficado sob a mira sionista se refere a todo o aparato necessário à construção de um *imperium*. As terras aráveis, fontes hídricas e subúrbios ricos que estão ao redor de Jerusalém e Tel Aviv, juntamente com os rincões anexados pelo muro da separação e a Vale do Rio Jordão são os focos da colonização. Uma espécie de crescimento interno que deixaria aos palestinos somente fragmentos, cortados por colônias judaicas. É essencial que não esqueçamos que o processo de expansão sionista é dual: as fronteiras externas crescem, grosso modo, ao sabor das guerras; as internas, ao ritmo da invisibilidade midiática das anexações coloniais.

Mas a plena colonização da Cisjordânia somente poderia ser levada a cabo com a “pacificação” de Gaza. Na década de 80, Sharon pouco antes de destruir o Líbano e a OLP, definira sua política, sintetizada no argumento de que não poderia haver paz na Cisjordânia

com a manutenção da OLP, no Líbano. A “paz de Sharon” implicava a destruição da organização. Raciocínio similar, ao que tudo indica, parece ter sido usado pela cúpula sionista. A paz na Cisjordânia somente será colhida com o silêncio de Gaza. Seguindo o padrão dos bombardeios e ataques, os objetivos parecem ter sido o de destruir, nas palavras de Chomsky, “todos os meios de vida”. Terras aráveis, gado, aves foram destruídas. Quando não, longos trechos de terras foram contaminados por fósforo, munições, esgotos químicos, carcaças de animais. As áreas urbanas mais pujantes, por outro lado, tiveram suas escolas e universidades arrasadas.

Para dar mais racionalidade ao massacre, atingindo todas as dimensões da sociedade, os ataques também se voltaram para o mar. As zonas pesqueiras de Gaza responsáveis pela sobrevivência de 40 mil pescadores também foram alvos de ataques, sendo, depois, vetadas à presença de palestinos. Os ataques aumentaram ainda mais com a descoberta de ricas reservas de gás natural na região costeira. Após a descoberta, ainda sob o clamor dos ataques, a Israel Corporação Elétrica, estava negociando a produção de 1.5 bilhões de metros cúbicos de gás natural na zona mediterrânea de Gaza. Até que ponto a riqueza da área não foi levada em consideração para mais este massacre talvez não seja sabido, mas o fato é que os palestinos não têm acesso a seus recursos naturais. E, neste caso, às benesses econômicas deles oriundas.

Um dos pontos centrais que, naturalmente, passou despercebido pelos jornalistas e especialistas liberais diz respeito ao *time político* do ataque. Hamas e Fatah haviam se reunido no Cairo, Egito, estabelecendo as bases para o Governo de Unidade Nacional. Na verdade, tratava-se do primeiro encontro entre líderes dos dois blocos oponentes após a guerra civil de 2006/2007, que havia cindido a Palestina. Portanto, o povo palestino contava, pela primeira vez, com a possibilidade de um governo de união cujos arranjos políticos apontavam para o início de um longo processo de recuperação interna. O jornalista David Rose, em uma longa reportagem na *Vanity Fair*, conseguiu comprovar a longa cadeia de ligações, responsável pela tentativa de golpe ao Hamas. O então presidente dos Estados Unidos, George Bush II, sua secretária de Estado, Condoleezza Rice, e outro alto assessor da cúpula republicana, Elliott Abrams, decidiram apoiar Muhammad Dahlan. Conhecido entre o alto escalão americano como pró-ocidental, Dahlan, figura da Fatah, recebeu fundos e armas, destinados a fortalecer seu grupo para combater o Hamas em Gaza. O que a cúpula republicana não contava era que os homens de seu pupilo seriam derrotados em sangrenta guerra civil.

O desenlace se consolida na bipartição da Palestina, grosso modo, entre

Cisjordânia e Gaza. Com a derrota, Estados Unidos e Israel decidem se aliar com a Jordânia cujo objetivo é armar e treinar grupos para controle de palestinos na Cisjordânia. A criação desta força paramilitar ficará a cargo do general americano, Keith Dayton.

3.19 O Relatório de Goldstone

O documento responsável pelo maior dano moral à Israel, no plano internacional, foi desferido, sintomaticamente, por um sionista. O jurista da África do Sul, Richard Goldstone, conhecido por afirmar publicamente seu amor por Israel, liderou grupo de investigação da ONU, para verificar suspeitas de que o país teria cometido crimes de guerra. Apesar de seu amor irrestrito pelo Estado judeu, o jurista comprovou o que era de conhecimento internacional, a guerra havia sido um grande crime contra a humanidade. Nas mais de 500 páginas de seu relatório, Goldstone se lança a uma longa crítica não apenas da carnificina do campo de batalha, mas de todo processo anterior que culminou com a guerra de 2008/2009. A conclusão inseriu o massacre dentro da história do Sionismo dos últimos anos e conta com revelações surpreendentes. Muito mais do que se debruçar sobre a violência do último conflito, o especialista provou como a guerra é apenas mais uma tática sionista. Uma tática cujo objetivo último consiste na arquitetura política clássica dos estados invasores: conquista e manutenção territorial.

Acreditamos que seria instrutivo revisar alguns momentos políticos anteriores, que culminaram com os conflitos. Como dissemos anteriormente, os acordos de cessar-fogo entre Hamas e Israel se deram em 19 de junho de 2006. Mas o que a mídia ocidental não informou é que os termos não foram escritos, de forma que cada um dos lados pôde ficar com sua própria interpretação da palavra do outro. O que também não foi anunciado ou, pelo menos, analisado politicamente, com a devida profundidade, é que Israel rompe o acordo pouco tempo depois. Ainda no mês de junho, um senhor palestino de 67 anos é morto por soldados israelenses. Os militares efetuaram disparos contra grupo de homens que estavam colhendo lenha. De Gaza, como retaliação, dois foguetes foram disparados. Ao mesmo tempo, a política israelense de quebra dos acordos se voltou para o bloqueio das passagens, pontos vitais à dinâmica da região. Karni fica alguns dias aberta apenas para trigo, enquanto o grosso das demais importações é bloqueado. Já no dia 24, Israel inicia batida em Nablus, que culmina com duas mortes, entre eles a de um guerrilheiro. O grupo Jihad Islâmica retalia com três Quassam que atingem o Negev. Nós não podemos ficar de mãos atadas, quando isto [as batidas] está acontecendo com nossos irmãos na Cisjordânia (Goldstone, 2009, p.73), disse ao

jurista um dos militantes do grupo. Com os disparos, a situação fica mais tensa e o Ministério da Defesa de Israel ordena o fechamento de todas as passagens. Imediatamente, diversas autoridades em Gaza argumentam que se as passagens permanecerem fechadas, a trégua está fadada ao completo fracasso. Outro grupo islâmico, a Brigada de Mártires al-Aqsa, lança, no dia 26, mais mísseis. O grupo ainda envia mensagem a Israel: qualquer trégua verdadeira teria de incluir a Cisjordânia - já que a Palestina é constituída por dois grandes cantões, Gaza e Cisjordânia - e, ao mesmo tempo, exigia o fim das agressões sionistas.

Não quero saber quem organizou os disparos, Israel precisa responder militar e imediatamente (Goldstone, 2009, p.74), sustentava o alto escalão do Ministério das Relações Exteriores. Em Gaza, Ismael Hanyieh, maior autoridade do Hamas, na Palestina, adverte que todos devem respeitar o cessar-fogo. Portanto, mais uma vez o Hamas se posicionava a favor da trégua, a despeito das tensões. Hanyieh aventa, em público, a possibilidade de que os grupos islâmicos envolvidos nos últimos disparos possam sofrer retaliação do Hamas. No dia 2 de julho, tropas egípcias impedem com jatos d'água grupos palestinos de atravessar a passagem de Rafah. O papel de fechamento da passagem que liga Gaza a seus territórios desferiu violento golpe na legitimidade do Egito devido a sua conivência com as políticas sionistas. A posição egípcia na última guerra isolou ainda mais o país do mundo árabe, processo iniciado com os acordos de Camp David (1977-78), ainda sob Sadat.

O jurista aponta, em seu relatório, que, em junho de 2008, apenas 17% do total de caminhões que trafegavam em maio de 2007 estavam cruzando as passagens de Gaza. Os efeitos do bloqueio já se faziam sentir com toda força na sociedade com o fechamento de 96% das indústrias. As importações caem assustadoramente. A entrada de produtos em agosto representava 70% das de julho último e 23% de maio de 2007. É neste momento, que uma nova arquitetura toma conta de Gaza, encarnando uma das únicas possibilidades de sobrevivência palestina. A arquitetura da sobrevivência se expande em uma imensa rede subterrânea de túneis. Neste ponto, a despeito da propaganda da retirada de Gaza, Israel controlava todas as fronteiras da faixa territorial, sua região costeira, bloqueada aos pescadores palestinos e espaço aéreo. Além das constantes incursões militares, Israel ainda proibia a entrada de palestinos em diversas áreas de Gaza, especialmente as fronteiriças ao Estado judeu. Como corolário, Israel ainda regulava (e regula) o mercado da região, por meio de sua moeda e da arrecadação de taxas e impostos. Parece ter sido em resposta a esta situação concreta de controle, que prescindia da presença física interna de qualquer sionista, que os palestinos criaram sua miríade de túneis.

A primeira fase da guerra, conforme relata Goldstone, conheceu intensos bombardeios que se estenderam de 27 de dezembro a 3 de janeiro. O relatório ainda aponta que as tropas sionistas contavam com informações sobre 603 alvos, indicativos da infraestrutura do Hamas. Todos foram atingidos pelos bombardeios nos primeiros quatro dias do ataque, a exemplo da Estação de Polícia Arafat, durante a cerimônia de posse de policiais. O objetivo maior do exército, conta o relator, foi a de dividir toda a faixa de Gaza em duas partes, tendo como ponto de separação Nitzarim para, em seguida, fragmentar cada sub-área. Após a divisão, levada a cabo pela invasão terrestre, as forças de solo se concentraram em ataques, sobretudo, na região norte ao passo que o sul continuou submetido a bombardeios.

Para o jurista, a operação se enquadra em um longo *continuum* de políticas voltadas para a consecução dos objetivos políticos de Israel em relação a Gaza e aos territórios ocupados. O bloqueio econômico, que precedeu a invasão, é descrito por Goldstone como punição coletiva deliberadamente infringida pelo governo de Israel ao povo de Gaza (Goldstone, 2009, p. 521). No cerne, desta primeira estratégia, estaria a intenção de isolar e enfraquecer Gaza após a vitória do Hamas, grupo que representa ameaça a Israel. Vale não esquecer que a milícia foi apoiada, no final da década de 80 por Israel, como tática que visava o enfraquecimento político da OLP. A dignidade das pessoas de Gaza foi severamente erodida (Goldstone, 2009, p. 522). Neste sentido, a invasão exacerbou o drama social, criado por meses de intenso bloqueio econômico, o que resultou em “destruição sem precedentes”. Observando que tanto o bloqueio quanto o massacre fazem parte de “políticas pré-existentes”, em cujo cerne estaria a separação de Gaza do restante dos territórios ocupados.

O jurista ainda observou que, ao mesmo tempo do massacre em Gaza, Israel endureceu seu controle sobre as áreas ocupadas da Cisjordânia. Aumenta o ritmo de destruição de casas, expropriação territorial; por outro lado, o controle sobre a movimentação no próprio interior dessa região é endurecido. Para Goldstone, portanto, a guerra deve ser vista como uma tática que foi desenvolvida *pari passu* ao enrijecimento das políticas na Cisjordânia. Como resultado, tendo em vista a dimensão do massacre e o aumento do controle, a integração entre os dois cantões palestinos, Gaza e Cisjordânia, “se torna mais remota”. Nas palavras do jurista:

Enquanto o governo de Israel procurou mostrar sua operação como essencialmente uma resposta a disparos de foguetes no exercício legítimo de sua autodefesa, a Missão considera que o plano foi direcionado, pelo menos em parte, a um diferente objetivo: o povo de Gaza como um todo. (Goldstone, 2009, p. 523).

Em síntese, a operação de guerra teria como objetivo punir a população da faixa por “sua resistência” e “aparente apoio ao Hamas” e, possivelmente, “forçar mudança do seu apoio” ao grupo. Por isso, o jurista define que a estratégia se baseou no “uso desproporcional da força” não em um inimigo, no caso, o Hamas, mas na “infra-estrutura de apoio”. A última expressão significa, pragmaticamente, a população civil, o que explica o início das operações. Como dissemos, por volta das 11:30, quando crianças e adolescentes voltavam das escolas e o centro urbano da cidade estava abarrotado, Gaza foi bombardeada. Goldstone ainda ressalta outro padrão das operações, o assassinato daqueles que tentavam se render. A indiferença quanto às vítimas – soldados ou simples civis – chamou a atenção do grupo de investigadores, pois pareceu “à Missão resultado de guias emitidas aos soldados” e não o “resultado de lapsos ocasionais”.

Na conclusão, o jurista aponta que a contínua ocupação de Gaza e Cisjordânia é “fator fundamental” que caracteriza a violação por parte de Israel da Lei Humanitária Internacional. Como poder ocupante, o Estado judeu é obrigado a cuidar do bem-estar e tratamento dos povos sob seu domínio. Neste sentido, Goldstone observa que a dimensão da violência da ocupação, ao invés de quebrar resistência, apenas a amplifica.

A Missão compartilha do ponto de vista de que o fim da ocupação é o pré-requisito tanto para o retorno de uma vida digna para os palestinos como para o desenvolvimento de uma solução pacífica para o conflito (Goldstone, 2009, p. 562).

O maior obstáculo para isto consiste, nas palavras do psiquiatra palestino, Iyad Sarray, ouvido pelo jurista, na “cultura da demonização e da desumanização” que cria um verdadeiro estado de paranóia social. A dualidade implicada neste processo está encarnada na vitimização dos judeus que se consideram vítimas do mundo e, no seu oposto, um sentimento de superioridade diante de todos. É esta superioridade que estaria na base da “arrogância do poder” e, por isso, alavancaria a própria opressão contra palestinos. Portanto, não se trata apenas de um “estado de guerra”, mas de um “estado cultural e psíquico”.

4 -Meios de Comunicação e Poder

Nosso intuito nesta parte é rediscutir, rapidamente, as principais teorias da comunicação. Começamos, no início do século, com as teorias americanas, calcadas nos estudos sobre persuasão e propaganda para, em seguida, passarmos aos demais estudos, incluindo a Teoria Crítica. No final, iremos focar as análises de pensadores nacionais que

trabalham com os meios de comunicação e política e os novos tipos de sociabilidade, conformados pela dinâmica do capitalismo moderno.

4.1 Teorias da Comunicação

Nas guerras, os meios de comunicação de massa (*mass media*) não são apenas armas de combate, mas espaços sociais onde se travam conflitos pelo monopólio do direito de impor uma visão de mundo legítima através de censura, controle e interditos. Os vetos se dão tanto no exterior quanto na textura interna dos processos discursivos, modulando formas de ver, perceber e agir politicamente sobre o real. Neste processo político de construção da imagem de mundo, os *mass media* assumem papel cada vez mais preponderante, como elementos do sistema cultural responsáveis, em parte, pela manutenção da organização social. É na articulação dinâmica entre cultura e estrutura social que os meios de comunicação exercem seu papel de agente formulador, disseminador e mantenedor de uma visão de mundo hegemônica. A luta pelo controle das representações da realidade, em sociedades liberais divididas em classes, deve ser pensada na sua relação histórica com o monopólio dos meios. A linha política de qualquer empresa de comunicação, mais especificamente, seu recorte, mutilação e construção do real é fruto direto de sua inserção no mercado capitalista. Uma representação de mundo é, sobretudo, a representação de uma classe sobre o mundo ou do bloco histórico que articula diferentes segmentos de diferentes classes ao redor de uma mesma perspectiva hegemônica. Nas representações que a mídia constrói sobre o mundo há de tudo – exceto pureza e imparcialidade.

Antes, porém, de abordarmos o modo como essa representação classista da realidade se articula, no plano internacional, em uma hierarquia de países e de *mass media* que a legitimam, gostaríamos de rever as principais teorias da comunicação. A revisão de literatura amplia o quadro teórico e, ao mesmo tempo, nos fornece instrumentos analíticos mais fecundos. A hipótese central que esteve por trás da primeira destas linhas de pesquisa, a Teoria Hipodérmica, é a de que cada elemento do público é, diretamente, “atingido” pela mensagem. Nascida em um contexto de guerras, esta matriz buscava analisar os mecanismos de propaganda em uma sociedade de massas. O ponto central destas pesquisas consistia em uma ligação entre dois elementos chave: o conceito de massa e a teoria psicológica da ação. Grosso modo, a massa é constituída por um “conjunto homogêneo de indivíduos” que, por sua vez, são “iguais”, a despeito de pertencerem a ambientes diferentes. Não se conhecem e não são capazes de exercer influência recíproca. Poderíamos sintetizar, em linhas gerais, os

elementos constitutivos do conceito: indivíduos isolados, anônimos, separados e atomizados.

O isolamento do indivíduo na massa anônima é, pois, o pré-requisito da primeira teoria sobre os *mass media* (Wolf, 1987, p. 23). O complexo processo da modernização, com o afrouxamento de laços sociais, teria conduzido ao isolamento e à alienação das massas, culminando com o surgimento de uma nova organização social. A fragilidade deste conjunto de indivíduos anônimos – seu isolamento físico e normativo - fornece a premissa à questão dos efeitos dos meios de comunicação. Para os estudiosos da Teoria Hipodérmica, se a mensagem de propaganda atinge o indivíduo, a persuasão é, imediatamente, “inoculada”. O modelo implícito nesta concepção é linear e constituído por dois pólos e um elemento central – emissor, receptor e mensagem. O que não deixa de ser paradoxal é que o aspecto comunicativo, muitas vezes, se reduz a complemento da teoria psicológica da ação. Este ramo da psicologia se preocupava com a análise dos conteúdos psicológicos por meio de suas manifestações observáveis, inserindo tais estudos no âmbito mais vasto das ciências biológicas. O comportamento, visto como adaptação do indivíduo ao meio, podia ser decomposto em seqüências de unidades precisas. A cada estímulo do meio correspondia uma resposta. A ênfase, no entanto, se voltava ao poder do estímulo e na conformação dos efeitos que são, detidamente, estudados. Isto se devia ao fato de que eles eram, sim, simplesmente, concebidos como certos.

Portanto, tínhamos um modelo linear, composto de dois pólos (emissor e receptor), ligados pela mensagem. Se ela, por sua vez, atingir o destinatário, ele seria, necessariamente, manipulado, pois cada receptor é, conceitualmente, um indivíduo-massa. O processo consiste, neste sentido, em fazer com que a mensagem atinja, de fato, o público que não possuiria defesa alguma contra o poderio da propaganda. A sociedade de massa é uma organização social amorfa, transpassada pelos meios de comunicação. Laswell será um dos primeiros a fornecer mais complexidade a este modelo emissor-receptor, introduzindo questões que irão refinar a análise. As perguntas centrais – quem, diz o que, através de que canal, com que efeito – reorganizam as premissas sobre os estudos dos *mass media*. O processo informacional é visto como gerador de mudanças de comportamento, isto é, o efeito gerado pela comunicação intencional é observável e, portanto, suscetível de ser avaliado. De forma que a análise de conteúdo da mensagem se torna um instrumento para a compreensão dos objetivos de manipulação dos emissores. Neste sentido, os estudos sobre os efeitos e conteúdos são consolidados. Um aspecto importante da Teoria Hipodérmica é que os estudos não ignoravam as relações sociais (como família e grupos de amigos). Ao contrário, eles

consideravam que as relações sociais, cuja existência não questionavam, apenas não seriam capazes de influenciar o resultado da propaganda em massa.

A superação da Teoria Hipodérmica ocorre por meio da introdução de uma série de elementos que intervém na relação binária e mecanicista emissor-receptor. A primeira corrente a contribuir para este processo é a psicológico-experimental cujos estudos enfatizam as diferenças individuais na análise dos efeitos dos *mass media*. Mesmo mantendo o binômio anterior (emissor-receptor), tais pesquisas apontam a existência de processos psicológicos intervenientes que subvertem a imediatividade e uniformidade dos efeitos da comunicação. Ao enfatizar a importância de novos elementos, a psicológico-experimental se abre à análise do papel desempenhado pelas características do destinatário. Se a relação de causa e efeito ainda persiste, ela passa a ser inserida em um quadro analítico que vai se complexificando.

Aspectos antes desprezados no que tange à influência do processo comunicativo são reavaliados. Quanto à audiência, o interesse em obter informações e a exposição seletiva se tornam categorias de análise que passam a fazer parte do arsenal teórico dos pesquisadores. A princípio, os estudos apontaram a tendência do indivíduo de expor-se a um fluxo informacional cujo conteúdo esteja de acordo com suas visões e atitudes. Por isso, a comunicação de massa, ao invés de mudar pontos de vista, seria responsável pelo seu reforço, isto é, pelo reforço de noções e concepções já previamente existentes. Com os avanços das pesquisas, descobriu-se, porém, que a exposição a certos temas não pode ser explicada apenas por meio da congruência entre atitudes subjetivas e conteúdos informacionais. Uma série de outros fatores como nível de instrução, profissão, grau de consumo também estaria contribuindo para a construção de tendências específicas à exposição a certos temas.

O terceiro elemento vinculado à audiência é a percepção seletiva que, de fato, acarreta um avanço inestimável nas pesquisas, pois derruba a premissa de um pretenso “estado de nudez psicológica”. Ao contrário, os estudiosos apontam a existência de predisposições e processos seletivos, já constituídos na mente dos indivíduos. A consequência natural deste pressuposto é que a interpretação transforma, adapta e mesmo modifica o sentido das mensagens de acordo com os valores e atitudes dos destinatários. A subjetividade, discretamente, começa a se transformar em tema dos estudos dos *mass media*. Também surgem daí os primeiros estudos sobre a memorização seletiva, que operaria selecionando e armazenando informações congruentes com o sistema de atitudes e percepção do receptor. Dentro destes estudos, alguns apontam para o efeito latente cuja eficácia persuasiva, quase nula imediatamente, aumentaria com a passagem do tempo. Começam a ser lançadas as

premissas para o que virá a ser o campo dos efeitos de comunicação a médio e longo prazo e seus impactos para a cognição (voltaremos a este ponto central mais tarde).

No que diz respeito à fonte, as pesquisas psicológico-experimentais levam em consideração a credibilidade da fonte, ordem e integralidade da argumentação além da explicitação das conclusões. Quanto maior a credibilidade, maior a confiança e o crédito que os destinatários depositam no emissor e, por isso, na mensagem emitida. A ordem e a integralidade – enfim, o modo como a informação é elaborada – também contribuem para sua recepção. Ademais, quanto mais familiarizado com o tema, menor a necessidade de explicitação de conclusões a um público. O que nos interessa aqui são os avanços efetivos desta linha de pesquisa que, grosso modo, podem ser sintetizados no redimensionamento das análises sobre os *mass media*. Por meio da introdução de uma série de elementos na recepção, a capacidade indiscriminada de manipulação dos *mass media* é reavaliada. O que está em jogo é a complexidade dos fatores que intervêm na conformação da resposta ao estímulo, processo que atenua, dramaticamente, a inevitabilidade dos “efeitos maciços”. As barreiras psicológicas que os indivíduos interpõem, por sua vez, evidenciam o caráter não mais linear do processo comunicacional.

A abordagem empírico-sociológica, por outro lado, associa os processos de comunicação de massa, até então vistos sob o prisma da psicologia, ao contexto social no qual eles se realizam. Para se entender os meios de comunicação, é preciso, portanto, atenção ao âmbito social mais amplo no qual eles operam e do qual fazem parte. Muito mais do que o conteúdo, a influência dos *mass media* depende do sistema social, o que acarreta o deslocamento das pesquisas. A ênfase na relação causal direta emissor-receptor e na manipulação em um contexto de massas é substituída pelos processos indiretos de influência. A análise da influência, por sua vez, é feita, tendo em vista o modo “como as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos”. Lazarsfeld descobre o papel dos líderes de opinião e o fluxo de comunicação em dois níveis. Neste último processo, as mensagens são absorvidas pelos líderes que, em seguida, repassam-nas a indivíduos sob sua órbita de influência.

Acima (ou além) dos líderes, no entanto, estão as interações entre os indivíduos que compõem os grupos sociais, de forma que o fluxo em dois níveis é visto como uma modalidade da dinâmica de formação da opinião pública. O sistema social é perpassado pelos meios de comunicação e, ao mesmo tempo, sulcado por processos de influência pessoal, criados a partir dos grupos de referência. Há efeitos variados – ativação, reforço e conversão -

, mas construídos em meio ao entrelaçamento de influências e de interações sociais. O conceito de massa parece ter esgotado a sua função heurística dentro da *communication research* (Wolf, 1985, p. 48). As influências pessoais, por outro lado, parecem ser mais eficazes que as provenientes dos *mass media* que sempre se deparam com obstáculos da recepção e da exposição seletiva. As interações, ao contrário, seriam mais flexíveis às resistências do destinatário ao exporem dois sujeitos ao diálogo. Para concluir, a grande aquisição desta linha de pesquisa é o enraizamento completo e total dos processos comunicativos de massa em quadros sociais muito complexos (Wolf, 1987, p. 49).

Para Merton, a eficácia dos *mass media* estaria ligada a fatores oriundos das próprias estruturas sociais. No ensaio *Comunicação de Massa, Gosto Popular e Organização da Ação Social*, escrito em parceria com Lazarsfeld, os autores ressaltam novo elemento das sociedades contemporâneas. Ele consistiria na substituição da exploração direta por estratégias mais sutis de exploração psicológica cujo novo suporte seriam os meios de comunicação. A emergência de tais meios, na sociedade moderna, acarretou uma “mudança na estrutura do controle social”. Os programas (e as propagandas) seriam os instrumentos por excelência do convencimento das populações cujo objetivo consistia na “tarefa de conformar o público de massa ao *status quo* social e econômico”. Este dois aspectos – construção de um novo tipo de controle social e conformação de massas populacionais à ordem vigente – continuam fundamentais na análise dos meios de comunicação. Merton acrescenta, por outro lado, que o papel da mídia é superestimado, pois o conhecimento que as pesquisas têm sobre o consumo é diferente de seus efeitos nos indivíduos. Não haveria, portanto, uma espécie de continuidade cognitiva entre o conteúdo das mensagens analisadas e os efeitos deste conteúdo nas mentes (e comportamento) dos sujeitos.

Os autores apontam três funções elementares dos *mass media*: atribuição de status, reforço de normas sociais e disfunção narcotizante. Mas o ponto central do pequeno artigo nos parece ser um dos últimos apontamentos, o de que os efeitos dos meios de comunicação variam de acordo com sua inserção no sistema de propriedade e controle. Nas palavras dos autores, como os *mass media* são sustentados por esta estrutura social, “eles contribuem para a manutenção deste sistema”. O interessante é que tal contribuição não se dá apenas por meio das propagandas, mas sim pela “presença típica de algum elemento de confirmação”. São estes elementos que conseguem reafirmar o *status quo* ao deixar de levantar questões que colocam os dilemas mais profundos das estruturas sociais em questão. Como consequência, afirmam os autores, “(os meios) restringem indireta mais efetivamente”

a visão crítica dos indivíduos. Enfim, teriam o papel de sedimentação das estruturas sociais.

A abordagem funcionalista, por outro lado, acentua as funções exercidas pelos media e não mais seus efeitos. Para resumir, o percurso das teorias da comunicação, no que diz respeito à audiência, começou na manipulação da massa, passando pela persuasão, influência e, agora, função. Toda esta mudança conceitual implicou o abandono da intenção e de suas “conseqüências objetivamente averiguáveis”. A situação de campanha vinculada aos estudos da Teoria Hipodérmica é substituída por um quadro analítico que busca entender o funcionamento do sistema social e a contribuição da media para seu funcionamento. Passa-se da propaganda de massa à normalidade dos *mass media* no tecido social, isto é, suas operações cotidianas de difusão de informações e entretenimento. Agora, o que está em foco é a dinâmica do sistema social e o papel que nela desempenham as comunicações de massa (Wolf, 1987, p. 56).

O desdobramento desta matriz culmina com a abordagem estrutural-funcionalista que enfatiza a ação social ao passo que o sistema é visto como um organismo cujas partes desempenham diferentes funções. Estas funções, por sua vez, são responsáveis pela integração e manutenção da estrutura. Em síntese, o equilíbrio do sistema depende de relações funcionais. Os meios de comunicação de massa operariam ao reforçar valores e modelos de comportamento. Vale ressaltar, aqui, que a função, enquanto conseqüência objetiva de ação, é diferente de propósito que implica, por seu lado, a existência de subjetividade associada à ação do indivíduo. Elas ainda podem ser diretas ou indiretas, manifestas ou latentes. A partir daqui, as grandes vertentes das teorias clássicas que nos interessam são a Teoria Crítica, os *Cultural Studies*, *Agenda Setting* e *Newsmaking* em função de algumas reflexões e certas categorias de análise que podem ser instrumentalizadas.

Uma das mais instigantes matrizes de estudos dos meios de comunicação é a Teoria Crítica que conseguiu unir a uma abordagem totalizadora da sociedade moderna um arsenal crítico até então inigualável. Seus autores procuraram fundir (e conseguiram) diversos legados intelectuais como a tradição marxista e a freudiana. O resultado – um verdadeiro conjunto de elementos críticos – tem conseqüência na tradição intelectual do Ocidente até os dias atuais. Essa matriz buscou formar um quadro analítico que desse conta de toda a sociedade capitalista e o crescente processo de colonização de diversos setores sociais. Sua polêmica com a especialização consistia em enfoque crítico à razão instrumental, responsável pela manutenção do capitalismo tardio. Através da análise da superestrutura, seus teóricos buscavam penetrar no sentido mais profundo dos fenômenos estruturais. No centro de suas

críticas estava a indústria cultural por meio do que a racionalidade técnica era disseminada como a racionalidade do próprio domínio.

Para Adorno, a indústria cultural consegue colonizar todas as dimensões sociais no processo de alienação. Os monopólios econômicos se convertem em monopólios culturais ao passo que a técnica enquanto racionalidade se dissemina até atingir a subjetividade humana, o “controle da consciência individual”. O público, até em seu lazer, se reduz a consumidor. E, para ele, não há mais nada a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção (Adorno, 1986, p. 117). As consequências são avassaladoras: o que era até então possível de ser referido a conceitos fundamentais (os juízos kantianos) “é tomado ao sujeito pela indústria”. É a produção enquanto dimensão mutiladora da subjetividade que substitui os princípios organizadores fundamentais que permitiam ao sujeito enfrentar a multiplicidade do real. O que existe, com a indústria cultural, é a produção de “clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali”.

O poder da indústria cultural reside na sua capacidade de formar e conformar a subjetividade do homem e da mulher modernos. Ela se legitima por que cria necessidades que pode suprir e, assim, perpetuar – e perpetuando necessidades e meios de supri-las, ela também se perpetua. Este modelo de sociedade cria valores e símbolos atrelados a negócios e, ao mesmo tempo, rompe com a fronteira entre trabalho e lazer, colonizando igualmente as duas esferas. Mais do que de conteúdos alienantes, a indústria cultural retira seu poder de sua capacidade de criar “operações padronizadas” e fazer com que o indivíduo usufrua seu prazer “nos trilhos gastos das associações habituais”. O pensamento pensante cede lugar ao produto que determina toda reação e retira tanto da lógica quanto do esforço intelectual sua razão perene de ser (e subverter). Por meio de suas operações seriais – padronização, repetição, ubiguidade -, a indústria cultural fragmenta a totalidade do processo social, cria a liberdade do *amusement* e institui um “meio de controle psicológico inaudito”.

Seus produtos são a extensão do domínio econômico sobre as esferas social e cultural, pois contam com a sutileza de processos e modelos que escapam ao consciente. O que é paradoxal na Teoria Crítica é que os indivíduos ainda são vistos sob um prisma semelhante ao da Hipodérmica, já que, uma vez atingidos pela indústria cultural, são passíveis de manipulação e alienação. Para os estudiosos de Frankfurt, os *mass media* são instrumentos de reprodução da massa que, ao lhes conferir aparente liberdade, reproduzem as relações de força do aparelho econômico-social. Portanto, apesar de sua complexidade, a Teoria Crítica ainda parte de um conceito basal que descarta as possibilidades criadoras do processo de

recepção e das influências das interações sociais. Sua visão crítica ainda é elitista e vinculada ao um conceito monolítico e homogeneizante (massa) que dissolve os vários grupos sociais em conflito e suas diferentes recepções.

Os *cultural studies*, por sua vez, elaboram um novo conceito de cultura, oposto ao da Teoria Crítica cujo teor era marcado por profundo elitismo. Para esta outra linha de pesquisa, cultura são valores e significados formulados e difundidos entre as classes sociais e o conjunto de práticas efetivas por meio das quais tais valores são expressos. Portanto, o escopo do termo abarca tanto a dimensão simbólica quanto a prática, articulando-as e difundindo-as entre as classes (quaisquer que sejam). Vinculado às práticas histórico-sociais, o conceito perde seu o elitismo, e, ao mesmo tempo, deixa de ser reflexivo e residual. A perda da reflexividade se deve a uma inovação. Com os *cultural studies*, o que está em foco é a relação dialética entre sistema social e sistema cultural e o modo como os símbolos culturais mantêm e reproduzem a estrutura social. Esta relação é dinâmica e ocorre, em grande parte, nos meios de comunicação, responsáveis pela formulação e disseminação de uma visão de mundo particular.

Tendo em vista este papel fundamental (de manutenção e reprodução da estrutura), os *cultural studies* atribuem à superestrutura o que se pode chamar de “poder constitutivo”. A nova abordagem ultrapassava tanto o caráter reducionista atribuído até então aos símbolos – meros reflexos do processo econômico - quanto os limites dicotômicos entre superestrutura e infraestrutura. As implicações são esclarecedoras, pois a nova linha de pesquisa, ao entrelaçar os símbolos e suas práticas à ordem econômica, sem retirar-lhes a relativa autonomia, é diferente da análise econômica da cultura. Em outras palavras, a dinâmica econômica deixa de ter valor heurístico absoluto para a explicação dos efeitos ideológicos dos meios de comunicação. Pode-se dizer que o objetivo dos *cultural studies* consiste em apreender o efeito ideológico global de reprodução do sistema cultural pelos *mass media*. Portanto, busca-se descobrir o modo de construção da imagem da realidade social pelos media e os tipos específicos de consumo dos bens culturais, que abrem espaço para constantes negociações.

Para finalizar, os estudiosos desta linha tinham em mente a dialética entre sistema cultural, conflito e controle social. As abordagens que se seguem aos *cultural studies*, que podem ser denominadas, grosso modo, de Teorias Comunicativas, focam sua análise na decodificação. O conceito, aqui, busca lançar luz sobre o modo como o público constrói sentido a partir do que recebe dos meios, isto é, a ênfase das pesquisas recai sobre os

“mecanismos(s) de atribuição de sentido”. Ao contrário da Teoria Crítica, que inferia a alienação a partir do processo de produção, essas teorias dispersas enfocam a recepção como um campo altamente complexo, com enormes possibilidades de efeitos de sentido – caso do modelo semiótico-informacional.

Elas abrem espaço para a construção de um conceito, hoje, decisivo ao entendimento do escopo e das características dos meios de comunicação - o de construção de realidade. No cerne desta guinada, está uma mudança mais ampla que consiste, primeiro, na ênfase de estudos de longo prazo. As análises de efeitos imediatos, estudados a partir de campanhas publicitárias, por exemplo, são substituídas por avaliações sobre o modo de organização da realidade cotidiana. Desta forma, as atitudes e opiniões também cedem espaço à reconstrução da maneira pela qual os indivíduos modificam suas representações do ambiente. De fato, esta mudança encarna a necessidade de avaliação dos efeitos cognitivos sobre o sistema de conhecimento que o destinatário organiza em função das mensagens que absorve. Não mais efeitos pontuais, “mas efeitos cumulativos sedimentados no tempo”. Os media impactam a cognição, portanto, ao fornecerem perspectivas, modelarem imagens, promoverem temas sobre os quais as campanhas serão travadas etc.

Os meios de comunicação estabelecem, ao fim e ao cabo, as condições de nossas experiências do mundo, que estão além de nossas interações imediatas. Daí, a importância do *Agenda Setting*, grupo de teorias que ressalta a construção de listas de temas debatidos que, na verdade, são produto da descrição da mídia. Em outras palavras, ao “descrever” a realidade, os meios de comunicação promovem um grupo de temas sobre os quais o cidadão se vê instado a ter opinião. Ao mesmo tempo em que formulam temas, eles fornecem os quadros semânticos por meio dos quais tais assuntos tendem a ser analisados. Neste sentido, os media fornecem as categorias em que os destinatários podem, sem dificuldade e de forma significativa, colocar essas notícias (Wolf, 1987, p. 131). Em foco, está a “mediação simbólica e os efeitos de realidade exercidos pelos *mass media*”. Por lançarem mão de jornais, internet, televisão para construir sua visão de mundo sobre aquilo que está fora de seu alcance, os destinatários criam “dependência cognitiva”.

Por esse termo, as pesquisas indicam que a dependência consiste tanto na construção dos temas atinentes à ordem do dia quanto na sua hierarquização e no tipo de abordagem. Uma campanha cujo tema central seja o desemprego será travada em termos diversos de outra que, porventura, coloque no cerne de seu debate a integração racial. Mas o efeito maior (e mais complexo) não consiste no conjunto dos temas, isto é, em noções

específicas, articuladas e definidas; os efeitos, a longo prazo, se fazem sentir em “domínios simbólicos mais vastos e genéricos”. Podemos dizer que a questão dos efeitos, portanto, está vinculada à construção da realidade social. De um ponto de vista mais amplo, os modelos anteriores de estudo dos *mass media* enfocavam processos comunicativos assimétricos, nos quais o sujeito ativo emitia estímulos a um receptor passivo. A comunicação era, então, individual e intencional, na medida em que o conteúdo da mensagem implicava em certo objetivo, e episódica.

Tem-se, agora, uma mudança de paradigma. A comunicação não mais influencia, diretamente, o receptor; ao contrário, ela tende a influenciar o modo como ele organiza sua imagem da realidade. Não mais efeitos limitados, inerentes a modelos de transmissão. Os efeitos são percebidos como cumulativos, pois o modelo passa a estar centrado no processo da significação. As distorções das mensagens, portanto, se fariam sentir no patrimônio cognitivo dos destinatários, expostos à ação constante dos meios de comunicação. Este ponto mostra, por outro lado, um dos limites mais claros do *Agenda Setting*, sua premissa de continuidade cognitiva, ou seja, as distorções na produção se refletiriam na cognição do sujeito. Desta forma, o conjunto de informações veiculado por um meio poderia ser apreendido, direta e inequivocamente, nos temas debatidos pelo destinatário e nas suas abordagens. Entre meio de comunicação e cognição individual, a continuidade seria direta e inflexível.

Para terminarmos esta rápida revisão, o *newsmaking* traz consigo novas abordagens em relação aos emissores e aos processos produtivos da comunicação de massa. A figura do *gatekeeper*, espécie de selecionador, aponta para a existência de “zonas filtro”, controladas por sistemas objetivos de regras. Haveria a existência de um indivíduo (ou grupo) responsável pelo veto ou seleção à informação. A princípio, este tipo de seleção, interdito à ordem do discurso, se restringia ao aspecto individual – a figura de um editor, por exemplo. Com o desenvolvimento das pesquisas, porém, a seleção foi ampliada à instituição, isto é, ao modo como o processo de produção burocrática de empresa jornalística atua no recorte do real. Portanto, o recorte passa a não mais estar ligado a critérios individuais, sendo determinado, ao contrário, tanto pela visão de mundo dos profissionais e quanto pela produção.

Os mecanismos de seleção, por sua vez, acabam sendo interiorizados, pois os valores associados à produção rotineira da informação são absorvidos. O modelo do *newsmaking*, neste sentido, ao enfatizar o “funcionamento de distorções inconscientes”, as visões de mundo interiorizadas, reavalia o valor das pressões externas. As seleções não seriam

levadas a cabo apenas por influências e dinâmicas objetivas do processo produtivo. Por outro lado, não se deve esquecer que tais dinâmicas históricas continuam determinantes da construção da informação já que se articulam aos valores inconscientes absorvidos pela visão de mundo jornalística. O que interessa, aqui, é o modo peculiar através do qual o fluxo de acontecimentos da realidade objetiva é selecionado para se transformar em notícia. *Esta peculiaridade consiste, basicamente, no entrelaçamento de pressões externas e objetivas com a dimensão pré-reflexiva dos agentes sociais.*

O primeiro eixo organizador deste processo seletivo – elemento que, ao organizar, também normaliza – é a “cultura profissional”, aqui entendida, grosso modo, como a visão de mundo jornalística. Ela é constituída por um conjunto de noções conscientes e inconscientes, que definem os limites, especificidades, pragmáticas e normas éticas daquilo que se chama, sempre genericamente, de jornalismo. Podemos dizer que ela é composta por retóricas de fachada, astúcias, táticas, representações, rituais de iniciação, estereótipos etc. O outro eixo, que se articula ao anterior, são as restrições da organização do trabalho, a dinâmica propriamente burocrática das empresas jornalísticas, sob cuja pressão se definem os critérios do que é notícia. Estas duas grandes coordenadas conformam, em linhas gerais, o conjunto dos elementos que constituem nossa informação cotidiana. Pode-se chamá-los de noticiabilidade, os aspectos definidores daquilo que, por ser notícia, deve vir a público.

Pode também dizer-se que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, cotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fato, uma quantidade finita e tradicionalmente estável de notícias (Wolf, 1987, p. 170).

Este conjunto de critérios, que está na base de senso comum da própria profissão, é legitimado por ritos, convenções, prêmios e fabulações, inerentes a qualquer campo social. Afirmar que os jornalistas selecionam arbitrariamente as notícias é, de qualquer forma, o primeiro passo crítico à epistemologia de agentes sociais cuja matriz de conhecimento é calcada em rotinas produtivas e visões de mundo de senso comum. Grande parte do que se entende por notícias – portanto, dos critérios embutidos na noticiabilidade – são designadas como tal em virtude de sua rapidez e integração às rotinas produtivas. A perspectiva que reside por trás dos critérios de seleção é a de que o fluxo de acontecimentos possa ser organizado e, ao mesmo tempo, permita a construção de avaliações simples e diretas. A “perspectiva prática dos acontecimentos” é uma das malhas classificatórias mais eficientes na

construção das notícias, isto é, na seleção dos fenômenos – seu recorte, mutilação, reorganização, produção, inserção e publicação.

Tamanha cesura e rapidez traz consigo a noção implícita de que os acontecimentos podem ser auto-suficientes, elemento que os descontextualiza. Não explicados, os fatos nada explicam. O relato das notícias (quanto a seus temas e abordagens) obscurece os nexos causais mais profundos cujo entendimento seria tanto politizante quanto explicativo. A modalidade produtiva da informação, ao se dividir em imagens sensacionais, nomes, localidades, celebridades, constrói memórias fragmentadas em pormenores isolados. Tudo vem a público como resultado da aplicação de critérios de seleção fáceis, sem demasiada reflexão, e que sejam, *pari passu*, eficientes e simples dentro de uma “lógica de tipificação que tem por objetivo atingir fins práticos” (Wolf, 1987, p. 177). O importante a se ressaltar, nestas últimas linhas, é que a seleção contribui para que as pesquisas enfoquem a construção das imagens do real como um processo ideológico, responsável, por sua vez, pelo recorte e, por isso, reconstrução constitutiva da realidade.

4.2A construção simbólica do real

Os recortes produzem representações do real. Aqui, o aspecto a ser enfatizado é que os jornalistas, ao cobrirem os acontecimentos, fazem-nos existir do ponto de vista político. As imagens de marginais, pobres, extraviados são produzidas por um complexo processo de representação. Nele, as imagens que os dominados têm de si mesmos devem sempre alguma coisa às representações que os dominadores têm dos dominados (Champagne, 1998, p. 13). Cobrir um acontecimento deixa, portanto, de ser mera descrição – o simples e honesto ato de reportar do repórter – para se transformar em um processo político de corte, cesura e construção de representação. Tendo em vista que a reportagem se converte em um conjunto de representações sobre a realidade, ela passa a ter um poder constituinte de anexação, modificação e controle sobre a própria realidade objetiva. A luta pelo controle dos meios de representação do real torna-se a luta pelo controle dos meios que contribuem para o controle do real (na sua dimensão objetiva).

Já que a construção da imagem legítima da realidade social é a estratégia política mais eficaz de manutenção da estrutura deste universo, o essencial da dominação política reside em mecanismos essencialmente de ordem simbólica (Champagne, 1998, p. 18). Neste sentido, os meios de comunicação desempenham um dos papéis mais determinantes no controle e manutenção da ordem social, pois contribuem para legitimá-la, naturalizando seu

caráter histórico. A ação política mais importante está oculta na imposição inconsciente de sistemas de classificação do mundo social. Por não serem percebidos como tais, os valores simbólicos têm o poder de tornar verdadeiro aquilo que representam, isto é, o poder constituinte de fazer acontecer o que anunciam como desejável. Seguindo Pierre Bourdieu, Patrick Champagne observa que, tendo em vista a peculiaridade dos sistemas de classificação, as lutas políticas (inclusive aquelas que ocorrem nos mídia) são travadas em torno das palavras destinadas a fazer crer e fazer ver.

O que está em jogo no jogo político é a luta pela imposição de uma visão legítima sobre o mundo social. Nesta luta, que cada vez mais é transpassada pelos meios de comunicação, os embates se dão para se conseguir a “última palavra”, a imposição de um determinado ponto de vista sobre os demais. Os símbolos são armas de conquista. Por isso, a política pode ser vista como a “luta simbólica” em que cada agente luta por “monopolizar a palavra pública”. É preciso levar às últimas conseqüências as realizações de Durkheim e Cassirer sobre os sistemas simbólicos e, ao mesmo tempo, aplicá-las à realidade política. Para os dois pensadores, a construção da realidade se daria através do controle de tais sistemas, em geral, e dos sistemas de classificação, em particular. Portanto, o controle sobre a História requer, necessariamente, o controle dos meios de representação da própria História, os instrumentos de construção, desconstrução e interditos tanto do presente quanto da Memória Política.

O cerne da questão é o papel central que os meios de comunicação desempenham na construção de nossa imagem política do mundo. Champagne observa que a ordem política é, sobretudo, uma ordem mental, de forma que as estruturas políticas existem, em grande parte, sob a forma de representações sociais incorporadas à realidade mental dos agentes. Por isso, a manutenção de qualquer regime político implica a produção e manutenção contínua da crença em seu sistema. O valor que ele conquista é fruto da colonização da subjetividade dos sujeitos que, ao acreditarem em um regime, tornam a crença, valor fiduciário, capital político para a preservação da ordem. Ora, isso mostra que a construção do capital político, em grande parte, se opera por meio da aquisição de capital simbólico cuja forma mais transparente é a confiança nos agentes políticos. Deste modo, o que é chamado o “moral” de um grupo social é a expressão subjetiva da interiorização de estruturas sociais objetivas (Champagne, 1998, p. 26).

Em sociedades liberais, como Thompson mostrou, este capital pode ser, dramaticamente, afetado por escândalos – e estigmas. Tendo em vista, porém, a articulação

entre os universos da política e dos meios de comunicação, pode-se ver que, no mundo moderno, ocorre uma verdadeira mudança na definição de política e de suas estratégias. O objetivo da sociologia, portanto, consiste, em grande parte, na apreensão do inconsciente político dos sujeitos. Isso ocorre por que a dimensão mais importante do universo político não é apreendida pelas categorias próprias ao jogo da política. A totalidade da política circunscreve um novo objeto cuja compreensão exige a análise das categorias usadas na política, enquanto objetos de classificação, recorte e controle da representação da realidade e, conseqüentemente, da realidade objetiva. A amnésia da gênese das instituições sociais, isto é, essa espécie de esquecimento das origens que estão recalçadas no inconsciente coletivo, está inscrita no próprio funcionamento do mundo social (Champagne, 1987, p. 39).

A história social é, por isso, “um instrumento privilegiado de ruptura”. Partindo da premissa de que os *mass media* têm impacto decisivo sobre a cognição, surgem questões prementes para o sujeito moderno: que papel os meios de comunicação desempenham na construção/dissolução da memória política? Por meio de que interditos conseguem eles vetar as conexões históricas? Que tipo de História passa a ser construída no conjunto de representações criado pelos mídia? Que papel esta representação distorcida da realidade objetiva cumpre na legitimação de uma ordem capitalista liberal, calcada em um estado de direito burguês e conservador? E, finalmente, como essas imagens fracionadas do real operam na gestão (por que é disto que se trata) das guerras? Buscamos responder estas questões na conclusão. Por ora, para estabelecer um pano de fundo mais transparente, acompanhem alguns apontamentos de Thompson sobre a mídia e a modernidade. Nele, o autor trabalha as novas articulações entre a política e os meios de comunicação, aspecto a que nos referimos, rapidamente. A partir de agora, portanto, não mais abordamos o escândalo político; ao contrário, seguimos Thompson, aqui, no que diz respeito ao modo específico pelo qual espaço público e mídia se articulam na modernidade.

Pode-se dizer que surgem o que Thompson classifica como “eventos de mídia”, ações planejadas com antecedência, ou organizadas em função da cobertura midiática. Os jogos olímpicos, por exemplo. Vale observar que a articulação entre a realidade objetiva e espaço simbólico, produzidos pelos *mass media*, interfere não apenas na percepção humanas e na ruptura das categorias espaço-temporais. A interferência ocorre no próprio tecido objetivo do real. Os acontecimentos são, em parte, modelados tendo como objetivo sua reprodução simbólica. A visibilidade torna-se o objetivo a ser, estrategicamente, alcançado. Em grande parte, a luta consiste em buscar o visível para tornar-se visível e, por isso, vir a existir, a

atingir a existência. As condições de possibilidade do existir na esfera pública ligam-se, definitivamente, à visibilidade produzida pelos meios de comunicação (e as complexas rede de poder neles implicadas). A força das mediações simbólicas pode ser vista nas guerras.

O grande esforço dispendido na busca do controle sobre a representação de guerra feita pela mídia é prova de que, na idade da mídia e especialmente da televisão, as guerras são combatidas em dois fronts: nos campos de batalha e em casa, onde as imagens do campo de batalha e seus custos estão disponíveis para os indivíduos de cujo apoio depende, em última análise, o esforço de guerra. (Thompson, 1998, p. 104).

O desenvolvimento dos meios de comunicação acarretou profundas alterações tanto na ação social quanto nas formas de interação, conformando novos tipos de relacionamentos. Inaugura-se uma complexa reorganização dos padrões de interação humana. As relações face a face são substituídas pela mediação dos *mass media* que criam o que o autor chama de interação “quase mediada”. Por ela, Thompson entende a produção de formas simbólicas para públicos indiferenciados a partir de fluxos interativos monológicos, criando a “quase interação”. “Quase”, aqui, significa que o processo é unívoco, já que apenas um dos pólos, o emissor, atua sobre o outro, o receptor que, até poucos anos atrás, não podia interagir. Tem-se, grosso modo, a interação tecnicamente mediada, o que traz profundas conseqüências à modernidade, como o rompimento das categorias de espaço e tempo. A “quase interação” cria experiências descontínuas e passa a moldar muitos acontecimentos da realidade objetiva.

Uma das questões que surge desta mutação diz respeito ao impacto da mídia na natureza da publicidade (daquilo que é visível) e das novas relações entre poder e visibilidade. Na Idade Média, a publicidade tradicional consistia na co-presença, isto é, na presença do monarca à frente de seus súditos em eventos reais. Com o desenvolvimento das novas tecnologias, a co-presença é subvertida; agora, está-se diante de um novo tipo de publicidade. Grosso modo, ela se torna mediada, pois não mais se lastra em um mesmo espaço compartilhado, e não mais se encarna no diálogo. A palavra impressa que, então, surge permite o acesso de um vasto público a este novo tipo de publicidade. Por isso, a visibilidade que, até então, tinha sentido restrito ao da visão – o dos eventos em lugares públicos, vistos por multidões -, é elevada a um novo patamar, o da mediação simbólica. Os jornais determinam, portanto, novas condições de visibilidade, que serão, rapidamente, percebidas por aqueles que lutam pelo poder.

O pano de fundo de todo este vasto processo é a construção de um novo tipo de universo cuja sociabilidade é determinada, em larga escala, pelos meios de comunicação de

massa. Para o que nos interessa, a questão consiste em apreender a genética e a especificidade da interface entre os campos da comunicação e da política. A interpenetração entre estes dois universos acarretou profundas mutações a ambos e, em função disto, parece ter impactado a própria natureza do poder. No interior do sistema das sociedades liberais de estado de direito burguês e conservador, a ascensão da visibilidade exige, cada vez mais, investimentos (financeiros e simbólicos) no espaço midiático. Este longo e complexo processo histórico traz à luz um dos aspectos centrais da sociedade atual, a “nova circunstância societária” de universo “transbordante de comunicação e informação”. Uma das propriedades centrais do momento histórico atual é a de uma sociabilidade estruturada e ambientada pela comunicação, especialmente em sua versão midiaticizada (Rubin,2001, p.177).

Na contemporaneidade, a comunicação tem um caráter estruturante, enquanto dispositivo de realização do capital, conhecimento da atualidade e “costura” em rede da dinâmica informacional. Este conjunto de elementos articulados contribui para determinar uma “singular sociabilidade”, que cria interfaces à realidade objetiva. A esfera eletrônica penetra no espaço geográfico, a convivência se amplia em televivência, a realidade contígua (de co-participação) se mescla à telerrealidade. Ao mesmo tempo, conceitos como globalidade e localidade se interpenetram na dinâmica do fluxo de informações. O resultado, grosso modo, desta nova sociabilidade é a “onipresença tentacular” da mídia e sua permanente “fabricação de sentidos”. Torna-se, portanto, fundamental entender a comunicação como “tessitura onipresente que acolhe e envolve o ser e o estar no mundo”, uma espécie de “segunda natureza” que se sobrepõe aos arranjos sociais contemporâneos.

O autor destaca um conjunto de variáveis que estariam conformando a concretude histórica, como “a expansão quantitativa da comunicação, especialmente na sua modalidade midiaticizada”. Ao lado de sua crescente diversificação, tais meios estão na base de novas experiências e na formação de novos conhecimentos. Rubin aponta, ainda, o que considera “a supremacia da cultura midiaticizada sobre os outros circuitos culturais existentes”, na medida em que ela organiza “percepções”, “sentimentos”, “ideários” e “valores”. Como consequência, as “ressonâncias sociais” influenciam o processo de “produção de significação” tanto intelectual quanto afetivo. Outro ponto de interesse é o papel do domínio “como esfera de publicização”, o que aproxima Rubin de Thompson no que tange à construção de um universo de visibilidade, atravessado por relações de poder.

O que há de inusitado, em tudo isso, é a “nova formatação da realidade”, caracterizada pela desterritorialização, desmaterialização, globalidade e televivência. O ponto

nodal consiste, especificamente, em detectar as “dinâmicas dos deslocamentos de poder” entre os diversos campos e sua nova natureza. É no interior desta “constelação analítica”, que enfatiza a sociabilidade atual, enquanto relação “estruturada” e “ambientada” pela mídia, que deve ser colocada a cobertura de guerras. Esta nova configuração que cria o que Rubim chama de “Idade Mídia” obriga a adequação do espaço político, em geral, à dinâmica da mídia. O termo adequação aponta para a construção de uma nova modalidade de poder, inserida na intersecção entre mídia e política, e não submissão direta e linear do universo da política ao da mídia. Por meio de recortes, fragmentos de guerra se deslocam do campo de batalha para os jornais (tanto impressos quanto televisivos), “construindo um novo e privilegiado espaço de disputa a ser ocupado pela política” (Rubim, 2002, p. 182).

Tendo em mente este processo histórico de intersecção entre campos, a mídia tende a impor sua lógica ao campo político e este, por sua vez, tende a instrumentalizá-la. Apesar de encarnar uma série de forças opostas, em permanente conflito, a “cultura da mídia” é, em grande parte, a cultura dominante, conformada pela classe que detém o monopólio dos meios de produção da comunicação. No interior deste fluxo de informações, que cria esta nova visibilidade, são definidas, também, novas percepções, experiências e subjetividades. Por “cultura da mídia”, Douglas Kelner entende o processo de produção, distribuição e recepção, que forma um verdadeiro circuito no qual visões de mundo são continuamente perpassadas. O autor busca apreender a conexão entre cultura e meios de comunicação na medida em que, para ele, não há comunicação sem cultura e cultura sem comunicação (Kelner, 2001, p. 53). A pertinência do conceito “cultura da mídia” se deve ao fato de que ele rompe a visão monolítica e binária, implícita na cultura de massa (elite versus massa). Para ele:

(...) a nossa é uma cultura da mídia, que a mídia colonizou a cultura, que ela constitui o principal veículo de distribuição e disseminação da cultura, que os meios de comunicação de massa suplantaram os modos anteriores de cultura como o livro e a palavra falada, que vivemos num mundo no qual a mídia domina o lazer e a cultura. Ela é, portanto, a forma dominante e o lugar da cultura nas sociedades contemporâneas. (Kelner, 2001, p. 54).

Apesar da perspectiva do autor ser rica e complexa, sua defesa da completa colonização da cultura pela mídia talvez peque por excesso. Em sociedades liberais de estado de direito burguês e conservador, a mídia tende, de fato, a mercantilizar e colonizar a cultura. Sem esquecer o legado crítico de Adorno, a tarefa, talvez, consista em perceber, no interior desta tendência de colonização, seu grau de efetividade, suas peculiaridades e limites.

Trabalhos futuros, portanto, requerem que a análise se debruce sobre a estratificação social. Se diferentes estratos e grupos sociais atribuem diferentes sentidos ao conteúdo dos meios de comunicação, a tarefa consiste em detectar o caráter específico de cada recepção. O termo “colonização”, embora aponte, com presteza, para os processos de domínio e controle, peca por excesso de generalidade e dissolve os conflitos de classe na uniformidade de um domínio absoluto. O que interessa, ao contrário, é verificar como o conteúdo pode ser recepcionado por diferentes grupos sociais e como este sentido é usado estrategicamente nas lutas.

No caso destes estudos, porém, a pesquisa ainda se vincula à análise de conteúdo, como o primeiro passo dentro de um escopo de estudos mais amplos que irão enfocar, mais tarde, a recepção. A cultura da mídia é também o lugar onde se travam batalhas pelo controle da sociedade (Kelner, 2001, p. 54). Ver a mídia não apenas como arma de conflitos, como já dito, mas também enquanto espaço de conflitos, parece ser o caminho mais pertinente de análise dos modos de recorte e construção do real. Em função da nova visibilidade e de sua relação com as campanhas políticas, os meios de comunicação ajudam a conformar uma visão de mundo, com tamanha sutileza, que a própria noção de prazer é, neles, em parte, construída. Muitas vezes, é por meio do prazer que os sujeitos podem ser enlaçados a posições conservadoras. Ele [o prazer] é aprendido e, portanto, está intimamente vinculado a poder e conhecimento (Kelner, 2001, p. 59).

Ocultos sob a tríade poder, conhecimento e prazer, os meios de comunicação conectam os liames e contribuem para a construção de um processo de aprendizagem, no qual se é ensinado sobre o que apreciar, rir, aplaudir - e evitar. O riso tem a mesma lógica de construção social que a do estigma. Este conjunto de instrumentos de produção simbólica monopolizados por uma classe, a que chamamos mass media, ajuda a construir o prazer sancionado, que orbita nas fímbrias do estigma (as piadas racistas, sexistas, classistas). Se o prazer também pode ser visto como a resposta sancionada a certos estímulos sociais, nele também se inscreve a microfísica do poder, desde que se entenda a microfísica como um feixe de relações calcadas na divisão objetiva de classes. Já não basta mais compreender a microfísica como uma rede altamente descentralizada, complexa e multifacetada. O que interessa, aqui, é um dos legados mais importantes dos cultural studies, a apreensão dos processos por meios dos quais certas formas de conduta – disseminadas pelos meios de comunicação – se tornam dominantes. Grosso modo, a questão consiste em saber quais são os processos que permitem a passagem – e de que modo? Sob que interditos? – de determinadas formas de expressão, visão e comportamento da esfera privada à dimensão pública?

O “materialismo cultural”, de Raymond Williams, consistia na análise das formas de significação dentro das condições sócio-históricas de sua produção. Em outras palavras, a tarefa analítica consiste em situar o objeto no sistema de produção, distribuição e consumo. William ressalta a importância da economia política da cultura, do sistema que constrange ao que pode e não pode ser produzido, que impõe limites e possibilidades para a produção cultural (Kellner, 2001, p. 64). Todo interdito parece seguir a economia política da cultura e produzir efeitos materiais e simbólicos. Interesse maior: como os símbolos produzem efeitos constituintes na realidade objetiva?

Diante da posse privada dos meios de produção de reprodução da realidade, o controle das informações segue as diretrizes de controle pertinentes ao capital privado. A visibilidade midiática é determinada pela visão do capital - tanto enquanto relação sócio-econômica como de dominação social. De forma que o processo de colonização das esferas da vida social não pode ser separado do modelo de desenvolvimento da sociedade capitalista e de sua hegemonia. Para sua manutenção, a sociedade capitalista necessita da imposição de uma visão de mundo que adquira o status de algo incontestável e natural. Este papel é desempenhado por uma série de órgãos (Igreja, meios de comunicação, partidos etc) que formam o que Gramsci chama de instituições hegemônicas. São elas as responsáveis pela confecção de uma visão de mundo oriunda da classe dominante e disseminada em toda estrutura social como algo de valor universal.

Daí, a centralidade da cultura – e, certamente, dos meios de comunicação – em todos os espaços nos quais são travadas lutas de legitimação política do sistema capitalista. Nestes sistemas liberais, como dissemos anteriormente, as eleições a intervalos regulares, como meio de acesso ao poder, exigem cuidado permanente com a imagem pública. A conquista do poder político passa, necessariamente, pela visibilidade produzida pelos meios de comunicação. A política simbólica do visível, canalizada por toda esfera pública, é a condição de possibilidade de ascensão, conquista e manutenção do poder público. A renúncia à administração da visibilidade ou o processo de estigmatização significam o suicídio político. O interdito absoluto que leva ao silêncio ou ao estigma parece ser uma das grandes estratégias de aniquilamento de opositores políticos no interior da esfera midiática. Este aspecto é central na análise do conflito entre grupos, guerras ou tentativas de deslegitimação de eleições legítimas (caso do grupo Hamas). Gerir a imagem “faz parte da arte de governar” – e da arte da guerra.

O poder do efeito é oriundo, em grande parte, de sua sutileza e impacto cognitivo

a longo prazo. O fato de que a memória consciente não se recorde de fatos e dados precisos não significa que não se esteja incorporando modelos mais complexos e profundos cujo domínio depende de seu caráter não perceptível. Por isso, a noção de longo prazo – acompanhando os interditos de silêncio e a construção do estigma – é fundamental para a compreensão dos efeitos de qualquer mídia. Em outras palavras, é por meio da análise de longo prazo sobre os possíveis efeitos da mídia na construção (ou dissolução) da memória história e política que se pode chegar a algum lugar. Neste sentido, o interdito à ordem do discurso parece ser uma das estratégias de interdito à construção da memória. A amnésia política de uma sociedade nunca é voluntária. A ausência de memória das lutas passadas é um espaço vazio historicamente construído que interdita a própria luta, suas resistências e seus projetos de construção.

O racismo e as guerras quando assomam à memória “parecem voltar à tona apenas como destroços obscuros de um naufrágio e, de forma alguma, como momentos e movimentos que estigmatizaram, de maneira quase indelével, a cultura americana.” (Dowing, 2002, p. 67). O mesmo se poderia dizer da visão de mundo brasileira. Por meio destes interditos, é o próprio questionamento de nossa compreensão do passado que se torna impensável. O poder cumulativo da mídia talvez consista, em grande parte, na sua capacidade de estabelecer limites ao pensamento. Parece ser, sobretudo, em sua eficácia quanto à construção dos limites de cognição, que definem os parâmetros dentro dos quais as discussões são travadas, que grande parte do poder da mídia se exerce. Por isso, a eficácia simbólica dos meios de comunicação teria, grosso modo, como base sua incidência sobre as bases do pensamento. Em outras palavras, o poder residiria não apenas nos conceitos e perceptos transmitidos pela mídia, mas nos modelos de pensamentos e nos sistemas de percepção nela fabricados e disseminados. É por isso que, de fato, a violência simbólica é uma dimensão das lutas humanas nas quais o poder se exerce com a anuência – inconsciente – dos agentes sociais.

4.3 Corporações e neutralidade política

Antes de aprofundarmos a relação intrínseca entre mídia e política, é interessante observar as conseqüências do monopólio na cobertura jornalística americana, que forneceu o modelo de jornalismo e profissionalismo impostos no Brasil. Com o surgimento das grandes corporações, um dos primeiros aspectos alterados no teor das notícias foi a cisão entre reportagens propriamente ditas e análises editoriais. Por meio disto, é alavancado o processo

de encobrimento das forças sociais mais profundas que se encarnam nos fatos. O monopólio, no que tange ao conteúdo dos jornais, significou textos cada vez mais leves, com a crescente moderação de opiniões políticas explícitas. São os editores, a partir de então, que assumem a tarefa de expressar de forma clara as opiniões mais transparentes da linha editorial das empresas de comunicação. Aos poucos, nas diversas colunas, cuja existência faceta a visão de mundo, as reportagens tendem ao “centro”, uma espécie de lugar político comum que define os marcos de cobertura, tematização e abordagem jornalística. A construção de um centro que, enfim, limite as discussões políticas estabelecendo marcos demarcatórios ao pensamento, limites cognitivos à reflexão.

Neste amplo e lento processo, cada vez mais são escamoteadas as idéias anti-corporativas. O que ocorre é a neutralização das notícias para fazer dos jornais veículos mais eficientes de publicidade (Bagdikian, 1993, p. 245). Dentro desta nova perspectiva, instaura-se uma série de dogmas que servirão de base à construção do modelo ideal de cobertura jornalística, centrado, principalmente, na idéia de objetividade. No conceito de que os “dois lados devem ser ouvidos”, residem as premissas básicas a outra idéia, a de imparcialidade. A apuração se restringe a uma espécie de prática jurídica, na qual o fenômeno deve ser apreendido “ouvindo todos os envolvidos”, sem que as forças sociais mais profundas sejam sequer tocadas. Os “extremistas” são, desta forma, deslegitimados, pois saem das margens demarcatórias do consenso quanto à discussão política. Ao estirpar as coberturas “radicais”, que estão além dos limites de possibilidade do jornalismo de mercado, as estruturas sociais “continuam inominadas nos noticiários”.

Ao neutralizar o teor da cobertura, a monopólio corporativo midiático determina um novo tipo de pragmática do jornalismo (e, conseqüentemente, de seu conteúdo). Objetividade, imparcialidade, concentração de dados mais importantes no lead (primeiro parágrafo), todo o arsenal de conceitos e pré-noções que formulam, ao fim e ao cabo, o solo arqueológico do código de ética da profissão. Conceitos desempenham diferentes papéis na construção dos universos sociais e de seus objetos de saber. Eles definem os limites dos campos, incluindo aqueles que aceitam, tacitamente, comungar de seus preceitos. Ao mesmo tempo, interditam outros tipos sociais que, porventura, ofereçam perigo – na sua sutileza, os interditos também excluem todo pensamento que não se enquadre dentro dos limites cognitivos de seu universo. Portanto, tais processos vetam não apenas os agentes, mas todo sistema de conhecimento que coloque em questão a illusio do campo. É neste sentido que o monopólio corporativo parece ter contribuído para a construção da relação do profissional

com o “fato”. A responsabilidade de “reportar o fato”, que faz da superfície do real uma espécie de camada transparente à suposta transparência do discurso.

Entre os fatos e o leitor, apenas a transparência inodora do verbo. Dupla transparência fenomenológica – a dos fatos e a das palavras -, o discurso poderia, na sua imparcialidade contundente, expressar o real na sua plenitude diante do olhar cioso do leitor. Por meio deste simples ato, a transparência dos fenômenos poderia ser, completamente, abarcada nas finas malhas do discurso sem cesuras, censuras, controles, mutilações e rapacidades. A época das corporações midiáticas do capitalismo financeiro – porque é disto que se trata – parece ter contribuído, decisivamente, para a construção dos preceitos fundamentais do jornalismo e da especificidade de seu universo. Mas mais do que isso, a influência se deu, de forma gradativa e indireta, redefinindo a pragmática da profissão, a neutralidade dos textos, a objetividade de suas abordagens, a imparcialidade dos “dois lados”. Este feixe de preceitos é que foi -, determinado pelo processo de monopolização -, determinante na conformação da episteme jornalística e da pragmática do seu fazer.

A espessura arqueológica de cada episteme define o tipo e os limites de cada universo profissional na medida em que conforma seus objetos de saber. Por meio do saber factual, outro nome para a mutilação da História no interior do processo capitalista de produção de informações, o jornalismo de mercado encobre as forças sociais mais profundas. Ao permanecer em estado não nomeado, estas estruturas sócio-históricas ficam fora do debate público, isto é, fora da percepção social, enlaçadas na zona obscura dos interditos sociais. Em seu lugar, a pragmática jornalística (de mercado) mutila o real em eventos, personas sociais, tufões, catástrofes e imagens de cogumelos bélicos. O sensacional parece encobrir, com o poder impactante das imagens e a suposta transparência do discurso, tanto as forças sociais como as alternativas radicais de transformação social. Na duplicidade de seus interditos, a mídia de mercado atinge tanto a História passada quanto a História futura. A possibilidade histórica de novas alternativas é encarcerada pela força das imagens naturalizadas pela doxa da mídia liberal.

A esterilidade política e social das reportagens americanas priva a maioria dos cidadãos de uma visão coerentes da política (Bagdikian, 1993, p. 245). O conteúdo neutro, que extirpa das reportagens o contexto, constrói um quadro de análise que oscila entre o texto despolitizado e o estigma. Quando a esterilidade da redação das notícias não consegue ligar os eventos políticos e sociais às forças reais que atuam na sociedade, acaba produzindo algo pior que o ‘nada’ (Bagdikan, 1993, p. 246). Sem contexto significativo, o que resta é uma espécie

de caleidoscópio de noções auto-referenciais, representações, às vezes impressionantes, de visões conservadores ou mesmo fascistas.

Bagdikian aponta certos elementos recorrentes na estruturação das reportagens americanas: a dependência exagerada de autoridades como fontes de informação, “a peculiar ausência de contexto social”, e a busca seletiva de alguns temas. No primeiro caso, o fluxo informacional é, em grande medida, endossado por “figuras importantes” no modelo clássico encarnado na dinâmica da autoridade que declara algo. Altos funcionários do governo cuja posição lhes confere o poder de prescrever o real a partir de sua visão de mundo. Enfim, de fazer ver e crer que o mundo é (ou deveria ser) aquilo que o discurso de autoridade, que é intrinsecamente autoritário, deseja – e prescreve. A posição na própria estrutura de poder fornece a tais autoridades o poder necessário para emitir juízos de valor, essas prescrições autoritárias sobre o real, que são reproduzidas pelos profissionais. Tendo valor de verdade o discurso autoritário de autoridade, ao prescrever o mundo, proscreeve, ao mesmo tempo, outro mundo, o do possível, aquele realizável pelo esforço humano. A *autorictas* proscreeve a reino da utopia.

O repórter, no ato inconsciente de reportar o discurso autoritário de autoridade, alçando-o a toda esfera pública, atua produzindo efeitos no real, pois estabelece as margens possíveis de reflexão sobre o tema em pauta. Limitando autoritariamente a cognição humana, ao reportar o autoritário do discurso do poder, o profissional exerce seu poder constituinte de construção (e reprodução) permanente da realidade. Por meio destes estratagemas da inconsciência histórica, mutilação intrínseca à esfera inconsciente do universo jornalístico de mercado, a realidade objetiva é conquistada, em parte, devido à conquista prévia da dimensão simbólica. O poder genuíno do discurso de autoridade ainda conta com uma das audácias maiores das relações de poder no liberalismo de estado de direito conservador: a tendência crescente a não se verificar a veracidade do discurso. Eximindo-se do esforço da averiguação técnica do conteúdo informativo, o repórter “cita” as “melhores frases”, as “frases mais bombásticas”, as “expressões mais polêmicas” – “um oficial israelense” etc.

Uma das propriedades da autoridade, que os jornalistas bem conhecem, é o poder de proteção conferido ao discurso jornalístico. Palavra oficial de um agente oficial, o discurso é, ao mesmo tempo, versão oficial que prescinde de investigação e defesa permanente contra o ataque de terceiros. Os discursos de autoridade, “artefatos sociais importantíssimos”, tornam mais difícil acusar o repórter e sua empresa. Constrói-se, assim, uma tendência exagerada a ver o mundo como as autoridades o vêem ou gostariam que o víssemos (Bagdikian, 1993, p.

255). Ao lado disto, a “doutrina dos fatos”, a que já nos referimos, tende a construir informações não integradas a contextos mais abrangentes. Na Europa, a tendência de deslocamento semântico -, o contexto substituído pela auto-referência dos fatos -, levou ao enfoque no estilo do discurso. O conteúdo histórico cedeu espaço à mestria da arte propriamente discursiva, na qual a retórica, via de regra, engodo de sofistas, encobria os reais interesses do poder.

4.4 Mundo midiático, imagem e monopólio empresarial

O que se tem é, portanto, uma ativa e interessada construção do mundo social, que lida com os instrumentos de cognição e percepção mais profundos do sujeito. Se o que está em jogo é a imposição da maneira legítima de ver, perceber e, por isso, atuar sobre o real, a luta consiste, em grande parte, na aquisição dos meios propícios à obtenção destes fins. A mídia, ao recortar os acontecimentos, e, quase sempre, ao mutilar seu fluxo, recria o mundo à imagem e semelhança do monopólio que a torna possível e no interior do qual ela opera e, naturalmente, faz parte. Uma das propriedades dos tempos atuais é a construção de campos de interação produzidos pela mídia, campos “minado(s) de relações de poder”. O surgimento de novas modalidades midiáticas, por sua vez, ampliou a escala destes universos de interação em nível global, construindo um campo midiático internacional. É no interior destes campos que, hoje, se trava grande parte dos conflitos bélicos, que necessitam da chancela legitimadora dos jornais para a execução de seus latrocínios históricos.

Se os embates políticos se travam, em grande medida, nos meios de comunicação, resta apreender a intersecção entre os campos político e midiático e os modos de interação daí oriundos. O exemplo da cobertura da Rede Globo das eleições de 1998 é esclarecedor, pois o pleito se reduziu à recondução de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Pode-se dizer, com Luiz Felipe Miguel, que se tratou de estratégia oficial de esvaziamento do debate público, de negação da existência de alternativas (Miguel, 2003, p. 292). Em 1998, o pleito foi praticamente invisível e culminou com uma quase eliminação das eleições da cobertura do Jornal Nacional (JN). A política brasileira torna-se categoria residual em meio ao fluxo informativo, padrão, radicalmente, alterado nas eleições de 2002. A eleição passa da quase invisibilidade para a visibilidade quase absoluta (Miguel, 2003, p. 296).

Segundo Bourdieu, o autor aponta que o campo político define e fixa o espaço do politicamente aceitável. Portanto, o fechamento do campo e seus limites excluem uma série de alternativas ao debate político e, por isso, à conquista do poder. Historicamente, um momento

de grande fechamento do discurso político se deu na era Collor, quando o espaço do politicamente dizível se restringiu à aceitação das regras do mercado. De um ponto de vista mais genérico, a luta se trava no sentido de levar a figura do oponente a cair no ostracismo por meio de um processo de retroalimentação. Menor visibilidade acarreta queda no volume de capital político que, por sua vez, aumenta as chances de derrotas nas campanhas. Uma vez derrotado, o político tende a perder ainda mais visibilidade, retroalimentando o círculo de diluição de capital político. Este processo de fechamento do campo representa as estratégias de interdito ao discurso por meio do silêncio, estigma e diversas outras formas de veto.

Os meios de comunicação, neste caso, reforçam, duplicando, o trabalho conservador do campo político. Fechar ou restringir o espaço neste universo é excluir dele todo agente subversivo ou cuja existência represente perigo à estabilidade da ordem. Neste sentido, a pesquisa consiste em precisar, histórica e sociologicamente, os principais instrumentos usados no fechamento do campo. No pleito de 2002, este instrumento foi a crise econômica e sua conseqüente necessidade de gerar confiança nos operadores de mercado. Desta forma, as constantes oscilações do câmbio dominaram o noticiário que criou uma nova categoria de percepção o “risco-país”, expressão corrente àquela época. Por meio de pressões e de categorias de análise que, dependendo do contexto “pegam”, foi possível arrancar dos principais candidatos o compromisso com a ordem econômica. Tratava-se de restringir, brutalmente, a margem de manobra do novo governo em relação à política econômica (Miguel, 2003, p. 303).

O autor sintetiza todo esse processo:

[...] uma vez que se reconhece que o jornalismo não é mero reflexo da realidade, mas também um de seus elementos constitutivos, fica claro que o recorte que se fazia do momento, iluminando certos aspectos em detrimento de outros, beneficiava uma interpretação do mundo social e de suas alternativas. (Miguel, 2003, p. 306).

Por isso, a mídia tende a enaltecer os antigos desviantes, relegando os “renitentes” e os “dinossauros” ao ostracismo político e, ao fazê-lo, “reforça o trabalho de fechamento” deste universo. O debate público, portanto, se estreita, pois não mais conta com a participação de segmentos “radicais”, o que afeta, naturalmente, a própria qualidade da esfera pública. Premiando demonstrações de “moderação” e atacando os “subversivos”, o campo midiático contribui para alterar a relação de força no interior do campo político. Tendo em vista todo esse processo, entende-se mais, claramente, como os candidatos se comprometeram com a

manutenção dos pilares do modelo econômico liberal.

Hoje, o cidadão depende de informações às quais não tem acesso, exceto através dos meios de comunicação. Instaurando a primeira de suas mediações (entre cidadão e mundo social), eles criam a dependência cognitiva. O termo implica, na verdade, a dependência em relação a dados que somente podem ser obtidos através dos mass media, situações ou eventos que estejam além das coordenadas espaço-temporais dos indivíduos. O conceito, portanto, neste caso, não significa que a mídia seja capaz de controle sobre a mente do destinatário, a exemplo da continuidade cognitiva do Agenda Setting. Ao contrário, a diversidade da recepção permanece um de seus elementos centrais e atua sobre aquilo que foi previamente filtrado pela mídia. O aspecto central, aqui, diz respeito ao fato de que o receptor não é capaz de determinar o tipo de filtragem efetuado na produção das notícias. Como empresas inseridas em mercados liberais, os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que possui impacto na percepção de mundo de seu público (Miguel, 2003, p. 44).

Já a segunda mediação ocorre entre políticos e cidadãos, relação que marca um dos pontos nevrálgicos das redes de poder. O que está em foco, neste ponto, é o papel da mídia como agente que não apenas transmite os discursos políticos, mas também os transforma. Este papel de agente transformador é, em larga escala, influenciado pelo modo como a televisão, do ponto de vista de suas peculiaridades técnicas, como a imagem, impacta os outros meios. Enquanto veículo privilegiado de transmissão de bens simbólicos, tendo como suporte a imagem, a televisão tende a personificar a política. Para o autor em questão, ela ainda tornaria os discursos “superficiais” e “inespecíficos”, tendo como corolário sua fragmentação. Este último termo implicaria o sacrifício do processo argumentativo em favor da compressão de conteúdos simbólicos em frases curtas. Em síntese, o telespectador estaria diante de um processo caracterizado por personificação das disputas, diluição de conteúdos e fragmentação discursiva.

A exata medida desta influência televisiva sobre os meios impressos ainda está para ser descoberta. De qualquer forma, todos os veículos da mídia são responsáveis não apenas pela formulação da agenda, mas também pelo tipo enquadramento (o framing). Isso ocorre por que eles fornecem “os esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos”. Ao mesmo tempo, há outro fator fundamental, que diz respeito à maneira como os efeitos devem ser estudados, tendo em vista o contexto histórico. No processo de redemocratização, período no qual tanto as instituições quanto a sociedade civil ainda estavam fragilizados, a influência da Rede Globo era muito maior. Os efeitos dependem, em grande

medida, do perfil da sociedade em questão, de seu tipo de estratificação social e da história de suas instituições.

Quando se fala em influência política, o que está em questão não é apenas a programação jornalística, mas a rede completa de programas, incluindo os de entretenimento. Tal grade veicula códigos e símbolos, representações da sociedade, das relações entre os gêneros, as classes e as nações, das motivações humanas, com repercussão política gigantesca (Miguel, 2003, p. 52). Os conteúdos de novelas, a exemplo do ocorrido com “Que rei sou eu?”, “contribuem para a disseminação de uma forma de percepção da realidade”.

4.5 Hegemonia e Cenário de Representação Política (CR-P)

Ao longo deste capítulo se aludiu várias vezes à hegemonia, como um conceito central para o entendimento do papel da mídia. O objetivo desta parte consiste em esclarecer o papel dos meios de comunicação em sociedade liberais a partir da perspectiva gramsciana, que privilegia a dinâmica cultural e política. Para se entender, mais detalhadamente, a extensão do conceito, parte-se da premissa de que o poder político depende, para se manter, não apenas da intervenção coercitiva. A questão, em termos de poder, não implica somente monopólio legítimo da violência física por parte do Estado. Há uma série de instituições privadas e não propriamente políticas que exercem enorme importância na manutenção das estruturas de poder em regimes liberais. Este conjunto de instituições cria uma visão de mundo, um “sistema de pressupostos e valores” que são aceitos como naturais e que, por isso, ascendem ao status de senso comum, algo compartilhado por todos. É neste ponto específico, em que uma visão de mundo é percebida e vivenciada por todos, que se constroem as raízes da hegemonia.

Para Gramsci, a consciência crítica que o cidadão pode ter de si mesmo – de seu lugar e papel na História – depende de uma verdadeira luta de hegemonias. Esta luta, por sua vez, é travada em diferentes campos, como o da ética e da política, até que se conquiste uma elaboração superior da “própria concepção do real”. Neste sentido, a aquisição de autoconsciência crítica por parte de uma sociedade implica, sempre, a “criação de uma elite de intelectuais”. O que parece estar em questão para Gramsci é o papel do intelectual, pertencente a um estrato social particular, como agente organizador de uma visão de mundo. O intelectual seria o especialista da “elaboração conceitual e filosófica”. É neste sentido que a atividade jornalística, como criadora de visões de mundo, pode ser percebida e analisada dentro da visão gramsciana. O autor aponta uma série de agentes e instituições que são

responsáveis pela formulação e disseminação de visões de mundo, entre eles os partidos políticos. São eles os responsáveis por “novas intelectualidades integrais e totalitárias (totalizadoras)”, no sentido da unificação entre teoria e prática. É o próprio Gramsci que formula a questão central: Por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções do mundo? (Gramsci, 1986, p.25).

O autor aponta que uma série de fatores, integrados, contribui para a disseminação destes novos valores. Uma delas é a “forma racional em que a nova concepção é apresentada”; a outra, também poderosa, consiste na “autoridade” tanto do pensador quanto dos pensadores a que um expositor pode se referir. A “participação na mesma organização” daquele que defende a visão de mundo do grupo de que, agora, faz parte – e, por isso, de cujas premissas tácitas comunga. Em síntese, o processo de persuasão também implica a forma do discurso, sua autoridade e a sintonia político entre sujeitos. Gramsci observa que o aspecto racional, de fato, está longe de ser decisivo no convencimento das massas. Para ele, em última instância, o processo de difusão de novas informações ocorre por questões políticas. Seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideologicamente e examinar o seu funcionamento prático (Gramsci, 1996, p.29). No caso, ele aponta as instituições centrais deste processo, como escola, igreja e jornais. O capitalismo não se mantém apenas pela força bruta e legal; ao contrário, o sistema necessita de um conjunto de elementos ideológicos que, uma vez disseminados, tornam o mundo algo “natural”. Por isso, os aparatos hegemônicos criam o “terreno ideológico”, o que determina anuências e, no caso de hegemonias críticas, novos conhecimentos.

Estas instituições, os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), desempenham papel essencial na disseminação da visão de mundo dominante. Elas - quer seja a família, mídia, partidos ou Igreja - formam um verdadeiro sistema cultural legitimador, sendo ainda responsáveis pela formação de blocos históricos. Estes agrupamentos são constituídos por frações da classe econômica dominante e frações de segmentos dominados, cooptados pelo sistema. A cooptação desses estratos é o resultado da composição de alianças amplas e universalizadoras que unem (cimentam) o bloco histórico em torno de uma liderança particular (Lima, 2002, p. 168). Portanto, cada formação hegemônica tem composição e configuração específicas cujo poder, porém, determina a produção cultural que, em grande parte, é produzida pela mídia. De forma mais clara, a ideologia dominante conforma a produção de notícias da mídia, esse “agente de legitimação”, que prescinde de qualquer controle político para exercer tal papel.

Há uma série de semelhanças entre o “terreno” da hegemonia e o de Cenário de Representação Política (CR-P). Aliás, pode-se dizer que o primeiro é a base teórica para o segundo. Ao mesmo tempo, há dois outros conceitos que formam a tradição maior que irá desembocar na hegemonia e, naturalmente, no CR-P. Portanto, antes de examinarmos a importância do conceito CR-P, vale a pena detalhar algumas características dos conceitos Imaginário Social (Baczko) e Cultura Política (Almond). Grosso modo, por Imaginário Social se compreende a série de coordenadas no vasto sistema simbólico que qualquer sociedade produz. Estes elementos são essenciais à construção da imagem que a sociedade cria de si mesma, de seu jogo de posições sociais e do modo como ela exprime suas crenças. Enfim, o Imaginário Social é a maneira como ela cria uma “representação global” de seu lugar, identidade e razão de ser. Ele é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício de autoridade e do poder. (Lima, 2002, p.179). A influência do imaginário na mentalidade depende, no entanto, da difusão de seus valores. Portanto, uma das garantias de dominação simbólica depende do controle dos meios de difusão.

O ponto a se ter em mente é que os meios de comunicação fabricam e emitem, para além das informações, os Imaginários Sociais. A Cultura Política, por sua vez, consiste, de maneira geral, no conjunto de orientações subjetivas em relação à política. O que está na base destas orientações é um conjunto de componentes cognitivos, afetivos e avaliadores oriundos da educação e do acesso a informações. Ela constrange, mas não determina a estrutura política. Se, como já foi dito há pouco, estes dois conceitos definem uma tradição, dentro da qual a hegemonia se insere, este último foi, por sua vez, redefinido por Raymond Williams. Para este, hegemonia passa a ser o conjunto de “práticas e expectativas sobre a totalidade da vida”. É um sistema vivido – que constitui e é constituído – de significados e valores. E, ao mesmo tempo, é uma “cultura” que leva em consideração o domínio e a subordinação de classe.

O conceito de Williams é dinâmico e enfatiza a dimensão simbólica da hegemonia, embora deixe de lado algumas questões cruciais a Gramsci. Por exemplo, a liderança intelectual e moral das classes dominantes, o consenso como forma de dominação política mais eficaz e a articulação hegemônica como resultado de alianças entre classes. O que Williams pretende é enfatizar o caráter material único da produção da realidade, superando a dicotomia entre a existência da realidade e algo que a represente, externo a ela (Lima, 2002, p.185). O avanço consiste na criação de uma “unidade material singular”, a

realidade objetiva e a representação do real, o caráter constituído e constituidor da hegemonia. A partir deste contexto teórico, Lima constrói o CR-P por meio da decomposição da hegemonia em vários destes cenários, espaços sociais próprios com valores específicos que se interpenetram. Cada cenário compõe, portanto, um espaço social onde representações são criadas – um universo onde os símbolos não apenas representam, mas constituem o real.

Está-se diante de cenários nos quais são construídos significados sobre relações entre gêneros, etnias, classes, violência etc. No que diz respeito a este trabalho, o que interessa é o Cenário de Representação Política (CR-P), enquanto espaço de construção pública das significações relativas à política nas sociedades liberais. Estes CR-Ps são, também, espaços de articulações hegemônicas, construídos em processos de logo prazo que, por sua vez, contêm hegemônias contrárias e alternativas. E, o que é fundamental, os CR-Ps são constituídos pela realidade e constituidores desse real, em uma complexa dinâmica calcada na divisão de classes. Divisão essa que implica domínio e subordinação no processo social. Por cada cenário abarcar espaços sociais específicos, há vários CR-Ps, sendo que cada um deles pode ser concebido como “sistema vivido de significados e valores”. Um espaço de representações simbólicas cuja “unidade básica é o símbolo” na sua dupla qualidade particular: representação “da” e “para” a realidade. No primeiro caso, tornam-na presente; no segundo, criam aquilo que tornam presente.

A diferença entre hegemonia e CR-P consiste em que este último privilegia o papel central da mídia no processo de construção e manutenção da realidade. Aqui está o fundamento para a hipótese de que o CR-P, construído na e pela mídia, define e delimita o próprio espaço de realidade político no mundo contemporâneo (Lima, 2002, p. 186). Portanto, os estudos sobre os efeitos e poder da mídia tem no CR-P um valioso instrumento na medida em que ele permite observar a construção de “mapas cognitivos” dos indivíduos. Em virtude disso, é também possível avaliar como eles organizam o ambiente imediato, estruturam seu conhecimento do mundo e se orientam diante de certos temas. Eles permitem, grosso modo, descobrir o modo como a mídia, esse “portador material de hegemonia”, desempenha papel central na conservação da “unidade ideológica do todo social”. Para o presente trabalho, a questão consiste em apreender as modalidades e a capacidade da mídia de construir e definir os limites do hegemônico, dessa “realidade” dentro da qual ocorrem as disputa políticas.

Lima aponta que a articulação entre mídia e política dá especificidade às lutas, construindo novas modalidades de poder. Ele cita Sartori:

[...] é a videopolítica a que melhor representa, neste momento, o videopoder, a força que nos está moldando. E por isso manterei que a videopolítica transforma a política no mais amplo contexto de um videopoder que está transformando em *homo ocular* o *homo sapiens* produto da cultura escrita. (Lima, 2002, p.191)

Muito mais do que substituição, talvez o ponto central consista no modo particular por meio do qual os diferentes tipos de mídia se influenciam reciprocamente. A questão parece consistir na complexa relação entre os diversos tipos de mídia, ponto nodal que conforma seu papel de “cimento” de blocos hegemônicos. Portanto, o CR-P avança em relação ao conceito de hegemonia em função de enfatizar tanto a centralidade da mídia quanto a dimensão particular da política. A dinâmica deste processo pode ser sintetizada na conquista do poder hegemônico [que] passa a ser o problema político central (Lima, 2002, p. 193). Grande parte do poder constituinte, intrínseco ao CR-P, advém de elementos estruturais, seus traços permanentes, residuais e persistentes e de traços transitórios. Estes últimos tendem a constituir “constelações simbólicas”, conjunto de modos de abordagem e enquadramento sobre um tema, que estão “em torno de um núcleo simbólico organizado”. É por meio deles que uma série de categorias de percepção são introduzidas no debate público (“risco-país”, “guerra ao terror” etc).

O apelo a símbolos nacionais é, também, uma das matérias-primas da hegemonia. É por meio deles que massas populacionais são, em grande parte, influenciadas em virtude de representações construídas nos CR-Ps. A análise dos efeitos de poder dos mídia, ao que tudo indica, deve levar em consideração a genética social das instituições e o tipo de sociedade civil. De qualquer forma, o caminho mais eficiente para a identificação do CR-P (que pode ser contra-hegemônico ou alternativo) se dá por meio de seus elementos constitutivos (EC). São representações expressas na abordagem e no conteúdo da programação, que constroem uma forma de ver, perceber e, por isso, contribuem para uma maneira de agir (ou não) sobre o mundo. A inação política é construída, historicamente, tanto quanto os pontilhados obscuros da ausência de memória. O alienado político é a grande conquista da história liberal.

4.6 Realidade Virtual

Até agora, foram observados os principais desenvolvimentos sobre as pesquisas dos meios de comunicação de massa em geral e a constituição histórica dos *mass media*. No entanto, é fundamental enfatizar alguns elementos teóricos destinados à análise da realidade virtual e os dilemas colocados, historicamente, pela constituição dessa nova esfera. Um caso

ficcional ilustra, claramente, algumas destas questões que apontam para novas modalidades de controle – uma mutação na natureza de certas redes de poder. O caso fictício diz respeito ao romance *Idora*, analisado por Laymert Garcia dos Santos, onde a vida da personagem é submetida ao mais completo escrutínio. Outro personagem, fazendo uso da internet, acompanha todos os movimentos da “heroína”, suas viagens, as compras de CDs, até mesmo seus gostos musicais. A relação de “intimidade” chega a tal ponto que o observador consegue descobrir até as seqüências de músicas baixadas. O próprio humor da personagem é descoberto, diariamente, em função das canções ouvidas. As compras, tipos de presente, enfim, uma verdadeira vida se desvela sob o olhar desse alguém que se apossa das capacidades intrínsecas à realidade virtual.

Aos poucos, o que surge, muito mais que a dinâmica da vida da personagem – e dos usos de seu cartão de crédito -, é a própria *persona* de um ser humano. Laymert aponta que, em dado momento, o observador consegue apreender, na textura da vida alheia que se desenrola sob seu olhar, o momento do suicídio. O contato diário com a personagem, leva o observador a compartilhar de seus gostos, do ritmo de sua vida e a nutrir esperanças em relação a seu futuro. Mas uma série de pontos nodais mostra que a tragédia se aproxima. Para o estudioso, embora se trate de um caso-limite, o que interessa é perceber através dele a lógica de um processo que se encontra em franca e aparente irrefreável expansão (Santos, 2001, p.137). O enredo do livro se assemelha à espécie de televigilâncias que, constantemente, pipocam na internet, onde vidas alheias são submetidas à superexposição por meio de câmaras instaladas na casa – uma espécie de *Big Brother* mais sofisticado e virtual. Os aparelhos, que permanecem ligados 24 horas, permitem acesso direto à vida de pessoas.

O autor observa que esta experiência inaugura uma “televigilância diferente daquela a que estamos habituados” na medida em que se está diante de um novo tipo de “televisão”. O objetivo, ao contrário da informação, é invadir o ambiente doméstico e submetê-lo a um novo tipo de “iluminação”, que, ao devassar tudo, superexpõe “todo tipo de atividade no mercado global”. Tudo indica que se está diante de um “novo tipo de transparência” das aparências transmitidas à distância de forma instantânea. Quer seja no caso-limite do livro ou das imagens que expõem a esfera privada, uma profunda mutação na natureza mais profunda dos processos de controle social parece estar em ação. Os modos de vigilância, a partir da realidade virtual, suplantam os controles sociais característicos do estado de direito. A lógica do caso-limite (*Idora*) aponta para processamento de dados, rastreamento de transações com cartões de crédito, enfim, todas as informações que os indivíduos geram ao entrar, transitar e

sair da rede virtual.

A luta pela conquista da subjetividade tem, agora, um novo ponto de partida e outra esfera social de embate, a realidade virtual. A dinâmica capitalista de busca de controle de novos espaços sociais se duplica, ramifica e descentraliza no virtual, o que confere complexidade cada vez maior ao conceito de classe. A “tessitura digital do mundo” requer diferentes tipos de análise e padrões diferenciados de combinações como mudança de provedores, consumo de músicas etc. É por isso que foi possível ao observador da história de *Idora* captar mudanças na conduta da personagem central e no seu estado de espírito. Nada disto foi, de fato, alcançado. Mas o que interessa, aqui, é perceber o horizonte almejado e pouco a pouco construído pela crescente colonização das redes e a acelerada integração dos bancos de dados (Silva, 2001, p.140). O capitalismo não pode ser separado de seus suportes técnico-científicos, se quisermos entender, com clareza, a nova natureza de suas estratégias de domínio e controle na esfera virtual. Esta mutação, por outro lado, acarreta, inclusive, a transferência de grande parte da esfera cultural, “digitalizada” e “reelaborada” na infoesfera.

Uma das propriedades desta nova realidade parece ser a “crescente transformação de toda experiência humana em mercadoria”, construindo uma teia ao redor da vida. Se no capitalismo proprietário a ênfase se dava sobre bens e serviços, sua nova etapa, a “era do acesso” leva a uma mercantilização geral de toda experiência social. Na dimensão virtual, a estratégia, aponta o autor, consiste em prender a atenção por meio do máximo controle do tempo. Em termos deleuzianos, esta nova perspectiva traz para o centro da atividade econômica o controle do tempo do consumidor. O consumidor não é mais alvo. Ele é o próprio mercado e deve ser desconstruído de forma a que o maior número de produtos esteja acessível e, portanto, seja vendível. A tarefa parece consistir em se vender o maior número de produtos no maior tempo possível, fazendo da realidade temporal uma espécie de permanência controladora. As prestações se estendem no tempo, construindo o horizonte do sujeito endividado, enredado no pagamento dos cartões de crédito e financiamentos. Otimizar o potencial valor do tempo de vida do consumidor passa então a ser a prioridade máxima (Silva, 2001, p.143).

Uma das estratégias mais eficientes consiste no “feedback eletrônico” por meio do qual é possível a extração de informações atualizadas sobre compras e, portanto, a construção de “perfis detalhados dos estilos de vida do consumidor”. O ponto limite desta lógica repousa sobre o controle do conjunto de técnicas de modelização computadorizada a partir dos dados brutos dos indivíduos. Em outras palavras, esta nova dimensão fornece alguns elementos para

a construção de modelos de personalidade, formulados na infoesfera, com auxílio de técnicas de ponta. Como consequência, seria possível prever e, de certa forma, antecipar desejos e necessidades e, mesmo, mapear campanhas para engajar consumidores em relações comerciais de longo prazo. Grosso modo, teríamos o controle de consumidores e o monitoramento de suas vidas. O aspecto nevrálgico, aqui, diz respeito ao fato (este concreto) de que as redes não apenas oferecem fluxos informacionais do provedor ao usuário. Os fluxos, também, partem do usuário para o provedor, com “dados relativos aos hábitos e a identidade dos utilizadores”.

Por meio dos “agentes inteligentes”, os elementos do marketing capitalista se infiltram na esfera privada, a dimensão mais íntima do usuário. Na época do capitalismo financeiro, as estratégias na realidade virtual apontam para a apreensão de identidades e, por meio delas, em instrumentos de controle. Esta tática consiste, fundamentalmente, em inserir o indivíduo nas redes de consumo, antecipando suas necessidades. É preciso ser claro. A lógica do sistema parece consistir em intromissões, cada vez mais frequentes, no reino do gosto e da diferenciação estética. A realidade virtual, ao que tudo indica, é a nova esfera em que a distinção (no sentido de Bourdieu) é apreendida e sobre a qual novas estratégias de domínio se inscrevem. Se, a princípio, os mecanismos de distinção duplicavam, em nível simbólico, as divisões objetivas de classe; agora, tais processos atingem novas regiões. A distinção, essa arte de marcar (e congelar) distâncias, atinge o virtual e, por isso, adquire novos meios de legitimar o caráter objetivo da divisão classista. É sobre o uso quase infinito das possibilidades de marketing da infoesfera que o capitalismo financeiro – essa complexa rede de relações – inscreve seus novos mecanismos de domínio.

Steve Johnson esclarece, de forma clara, um dos mecanismos centrais destas estratégias de domínio. Se o usuário “x” visita determinado site “y” vezes, então envie “x” atualizações de notícias sobre o site a ele. Mas um agente que fosse capaz de avaliar nossos gostos em matéria de cinema ou de vinhos, ou até de pessoas, que fosse capaz de construir um modelo nuançado de nossa sensibilidade estética – essa seria uma mudança de paradigma digna desse nome (Johnson, 2001, p. 140). Portanto, o ponto nevrálgico consiste na lógica cuja culminância permite, em tese, que os agentes passem a se intrometer em nossas avaliações subjetivas do mundo. O autor argumenta que se está diante da passagem do sistema idiotizante de mídia de massa para o “reino dos feedback culturais”. Se o espaço-informação é a grande realização simbólica de nosso tempo (Johnson, 2001, p. 156), resta saber que rede de poder, agora, o perpassam – e, sem dúvida, que estratégias de resistência nele são possíveis.

Do ponto de vista estratégico das redes de poder, o internauta permanece presa da impossibilidade de acesso sobre o modo como os provedores estão lidando com a gama de informações de suas atividades. Aqui, entendemos atividade como um conjunto dinâmico cujos dados permite a construção de modelos abstratos sobre a persona do consumidor. Laymert, o autor que analisou o romance *Idora*, aponta ainda, que, sob o âmbito mais vasto do capitalismo, há um duplo movimento, a corrida do capital global pela colonização e controle das redes. Este acarreta, por sua vez, uma série de modificações na própria estrutura do capitalismo moderno: a privatização de telecomunicações e privatização do campo eletromagnético. As novas estratégias de controle exigem uma reconfiguração da própria estrutura do capitalismo (na sua fase liberal), dando continuidade ao processo de monopolização das telecomunicações e eletromagnéticos. O segundo movimento, segundo o autor, consiste no impacto das novas tecnologias sobre a cidadania e a democracia na medida em que o direito privado e a liberdade de informação podem ser abalados – e parecem estar sendo.

4.7 Análises e interditos

Agora, analisaremos o conteúdo dos jornais e, em seguida, faremos a análise quantitativa baseada em tabelas. O método qualitativo será baseado na palestra a *Ordem do Discurso*, de Michel Foucault, que, grosso modo, busca apreender os interditos internos e externos ao discurso. A abordagem quantitativa, por outro lado, tem como foco as manchetes dos jornais.

4.7.1 O Oriente Médio Hoje

Antes de começarmos a analisar a construção da representação da mídia sobre o conflito Israel-Palestina, iremos acompanhar, em poucas linhas, o processo de confecção política do próprio Oriente Médio nos dias atuais. Para os objetivos deste trabalho, a análise das estratégias de construção da imagem desta região é fundamental como contexto político necessário à compreensão dos desdobramentos dos embates desiguais entre árabes e israelenses. Em outras palavras, o que buscamos, aqui, é a construção do Cenário de Representação Política (CR-P) que os meios de comunicação americanos criam sobre o conflito em questão. O objetivo consiste, portanto, em apreender a tessitura política da representação das imagens, agentes e instituições do Oriente Médio, dentro do qual (mas não apenas) o conflito Israel-Palestina continua a se prolongar. O Irã recebeu detalhada cobertura

do Wall Street Journal (WSJ) e New York Times (NYT), entre 17 e 31 de dezembro de 2009, período coberto pela pesquisa. Sob o título Nuclear Memo in Persian Puzzles Spy Agencies, a reportagem do NYT, de 15 de dezembro de 2009, foi a mais sugestiva enquanto exemplo de construção do Irã como ameaça não apenas aos Estados Unidos, em particular, mas ao Ocidente, em geral. A primeira tática dos autores do texto parece ter consistido em encontrar, como é praxe, a forma culturalmente legítima de desqualificação do inimigo. Agências de inteligência (americanas e européias), ao investigar o Irã na suposta confecção de seu arsenal nuclear, descobrem memorando em persa (farsi, a belíssima língua oficial do país). O Irã, segue a reportagem, estaria nos “experimentos finais” da bomba.

Ao lado da dramatização encarnada na expressão de finalização dos experimentos, o texto informa que as agências encontraram “várias peças de evidência”. Apesar de tecnicamente as investigações não terem comprovado nada, o ponto de partida epistemológico para a construção da reportagem se baseia na afirmativa tácita de “evidências”. Tendo em vista o caráter comprobatório implícito no termo, que funciona no texto como prova, o Irã é criminalizado por meio de deslize semântico do termo “suspeita” para “evidência”. Acrescente-se a isso o uso do advérbio “várias”, como elemento quantificador, que adensa o sentido qualificativo concreto de “evidência”. Ao mesmo tempo, o memorando é inserido dentro de longa cadeia de suspeitas e provas anteriores do “confronto entre Ocidente e Teerã”. O contexto histórico é enquadrado dentro de perspectiva de agressão e conflito, onde a atitude confrontacionista do Irã se volta contra todo o Ocidente. Parece haver neste ponto nodal do texto o uso de dicotomia binária que consiste em separar, de um lado, Irã e, de outro, todos países ocidentais, dissolvidos na categoria analítica homogênea e sem história -, o Ocidente. Desta forma, os repórteres conseguem o efeito mágico de, ao dissolver a História em categorias abstratas e redutoras, criar um “nós” em permanente confronto com o “eles”. Inserindo a expressão “se genuíno”, que mais parece tática de legitimação de uma forma prevista e previsível de texto jornalístico, a reportagem sugere que o memorando “fortemente sugeriria” a realização de pesquisas atômicas.

Além da não identificação das fontes, transformadas em “oficiais de inteligência”, o texto lança mão do discurso indireto, forma gramatical complexa que permite a comutação e partilha de idéias entre repórteres e fontes. Retornaremos à análise do discurso indireto mais à frente, mas por ora, podemos dizer que, por meio dele, é possível a criação de um espaço semântico de compartilhamento político de idéias. De modo que os autores podem fazer suas as palavras das fontes e jogar o jogo dos intercâmbios de sentido político, no qual a mídia

assume, cultural e legitimamente, o ponto de vista que melhor lhe apraz. A tarefa central, todavia, parece consistir na confecção da representação do Irã em franco processo de construção de seu arsenal nuclear, prestes a ser concluído. Para isto, são usadas estratégias clássicas do jornalismo de mercado como a não identificação das fontes, que se tornam “agentes de inteligência” e “diplomatas ocidentais”, o que permite a reprodução do discurso de direita de autoridade. Por meio deste ardid, a mídia liberal inicia o processo de construção permanente da imagem do real que melhor se enquadre dentro da perspectiva (e das exigências) da doxologia liberal. A estratégia adquire eficácia, aqui, na introdução de categorias cognitivas que retratam o Irã nos estágios finais de seus experimentos – “pesquisas de arsenal nuclear”, “estágio das pesquisas”.

Para consolidar esta visão da ameaça iraniana, as reações do país, “confrontado pelos inspetores”, são de “silêncio” que é apenas “pontilhado” por “respostas periódicas”. As negociações entre agências internacionais e Irã teriam, por fim, sido infrutíferas. Apesar de menção de prudência ao lembrar o caso do Iraque, cujas armas de destruição em massa não existiam, a reportagem consegue corroborar a visão de mundo de que o Irã permanece em constante confronto com o Ocidente. O ponto central, no entanto, parece remeter a outro tipo de estratégia política do discurso, criada em 2003, diante da necessidade de invasão do Iraque. O solo arqueológico mais importante, aqui, diz respeito a um conjunto de categorias construídas e inseridas na percepção ocidental ainda antes do Iraque, isto é, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001. Diante do medo gerado pelo ataque, a insegurança americana parece ter permitido a introdução e manutenção permanente de categorias ligadas a uma nova agenda. Grosso modo, a segurança da população e do Estado se tornam os elementos da ordem do dia, pós 11 de setembro. Em grande medida, é sobre este fobia psíquica que a retórica política pôde medrar e legitimar os ataques ao Iraque. Primeiro, através das armas de destruição em massa; depois, pela referência ao líder iraquiano como ditador e, finalmente, pela necessidade de imposição da civilização ocidental naquele país.

De qualquer forma, a partir de 2001, a gramática da legitimação pela agenda de segurança foi estabelecida. No caso, dentro da visão americana do governo Bush, o Iraque apresentava ameaça real à existência do povo americano, em particular, devido à posse das armas de destruição em massa. Como o petróleo iraquiano, hoje, já está privatizado por companhias internacionais, o sujeito histórico foi substituído pelo Irã ao passo que as armas de destruição foram comutadas em bombas atômicas. Por meio de estratégias semelhantes de criminalização de países orientais, as estratégias políticas de persuasão criam sujeitos

históricos que encarnam, substantivamente, verdadeiras ameaças à existência dos Estados Unidos. São estes sujeitos que contam com armas de destruição ou bombas atômicas que, dentro da agenda de segurança pós 11 de setembro, se tornam alvo legítimos de ataques preemptivos.

É nesta tradição de vilificação de nações orientais que o NYT também insere o Iêmen. As primeiras linhas da reportagem, *Yemen says strikes against Qaeda bases killed 34*, de 17 de dezembro de 2009, observa que tropas do governo do Iêmen levaram a cabo “bombardeios aéreos” e “incursões por terra” que culminaram com a morte de 34 “militantes”. Dentro de uma tradição mais ampla de diluição da violência das guerras, a matéria faz uso de termos bélicos, descrevendo tecnicamente os embates entre governo e “militantes”. Ao introduzir tais categorias – fato sobre o qual falaremos com mais vagar dentro em breve -, as reportagens conseguem construir uma imagem de guerra asséptica e sem conexões com o real. Ao mesmo tempo, ao lançar mão de termos caros ao vocabulário americano, como o de “militantes”, “terroristas”, o texto tende a diluir a humanidade do outro.

Antes de procedermos à análise qualitativa do material publicado pelos dois jornais americanos em foco, uma pequena história das duas empresas poderá nos contextualizar politicamente.

4.7.2 A construção do discurso cristalino

O Wall Street Journal (WSJ) foi fundado em 1889 por um trio de jornalistas para cobrir finanças, negócios e assuntos internacionais – na verdade, a firma já havia sido criada em 1882. O formato moderno que o jornal hoje possui foi construído ao longo da década de 1940 seguindo a expansão industrial americana e de suas principais instituições financeiras. Por meio deste processo, o WSJ adquire a formatação clássica de sua primeira página e atinge circulação nacional. Pesquisa feita pelo próprio jornal aponta que o perfil de seu leitor corrobora a imagem que se tem daqueles que se sentam a ler as páginas do veículo republicano: homens cuja faixa etária gira em torno de 55 anos e que ocupam altos cargos empresariais e que têm, naturalmente, casa própria. A fisionomia do WSJ adquire também um de seus traços marcantes no final da década de 70, quando os desenhos, que substituem as fotos, se tornam outro de seus emblemas.

Grosso modo, a linha editorial do WSJ segue os preceitos clássicos do liberalismo americano, encarnados nos princípios da Declaração de Independência, formulados por Thomas Jefferson. *Free market; free people*. Neste sentido, a luta do veículo sempre foi pela

liberdade de mercado, fim das taxações, autonomia individual – o que sempre implicou grande crença no indivíduo, concebido como emblema de sabedoria e decência. Nas palavras de William Grimes, em 1951, o WSJ não era conservador, muito menos reacionário; mas sim “radical”. Ao longo da década de 80, com o governo Reagan, seu poderio aumenta, disseminando toda a carga ideológica dos republicanos à época. O auge do liberalismo é também um momento áureo na história de disseminação de todos estes ideais pelo jornal. É dentro deste processo histórico mais amplo que o jornal sempre foi criticado pelos setores críticos como veículo de apoio irrestrito à Israel e de oposição à autodeterminação da Palestina.

O ponto que nos interessa é o da compra do WSJ pela News Corporation do empresário Rupert Murdoch, adicionando o veículo republicano a seu arsenal nuclear midiático. Hoje, a corporação de Murdoch conta, entre outras, com o Canal Fox, o jornal The Times, de Londres, o New York Post, vendido em Nova York, e dois outros canais de televisão. A compra se deu em agosto de 2007 e foi aprovada, formalmente, por um grupo de acionistas em dezembro do mesmo ano. Uma das condições da negociação dizia respeito à formação de um comitê encarregado de supervisionar a relação entre jornal e novo proprietário. O objetivo consistia na tentativa de manter a linha editorial do WSJ incólume. Pouco tempo depois, no entanto, o editor Marcus Brauchli, se demitiria, fato que, de acordo com alguns integrantes do comitê, se dera em função das pressões de Murdoch sobre a linha editorial do veículo. A partir deste evento, a resposta do megaempresário aos jornalistas ingleses se tornaria anedota no universo jornalístico americano. Em outra compra de jornal, desta vez nas terras da rainha Vitória, ficara acertado entre as duas partes que Murdoch somente demitiria editores com a aprovação tácita do corpo geral de profissionais do jornal. Assim, logo após a primeira demissão de um dos jornalistas, ao ser instado sobre as bases do contrato, que davam a palavra final aos editores, o empresário revidara: “God, you don’t take all that seriously, do you?”. (Meu Deus, você não está levando isto a sério, está?). Atualmente, o jornal tem 2.1 milhões de cópias e mais de 400 mil assinaturas na sua versão on-line.

Já o New York Times surgiu em 1851 com o nome de New York Daily Times, voltado para a parcela mais intelectualizada do público nova-iorquino. Apesar de, a princípio, não haver edição aos domingos, a jornal passa a circular todos os dias a partir de 21 de abril de 1861 em virtude do interesse da população americana sobre a Guerra Civil do país. Já em 1883, tendo em vista a concorrência com outros veículos, a direção resolve baixar o preço das

edições para aumentar a circulação. Treze anos depois, o empresário Adolph Och compra o jornal, fazendo uma verdadeira revolução no seu formato e na maneira de fazer jornalismo. A alcunha “Todas as notícias dignas de publicação” surge neste período que também marca a definição de todos os principais preceitos que irão nortear o jornalismo ocidental. Para o empresário, o jornalismo deveria ter imparcialidade, concisão, ser atraente, ter notícias completas e escritas em linguagem clara. Estes valores irão se espalhar por todas as redações ao longo das décadas posteriores e definir não apenas o fazer jornalístico, mas todos os preceitos ideológicos de legitimação profissionais a ele atinentes.

Em 1974, o NYT entra na era dos computadores e pouco depois, entre os anos de 1976 e 1978, começa a publicar os cadernos específicos – esportes, ciências, decoração. Na década de 70, o veículo conhece as cores. Atualmente, o jornal tem grandes dívidas ao que parece em função de erros administrativos como a compra do Boston Globe e da sede do jornal na oitava avenida. Apesar disto, seu site é hoje acessado por cerca de 20 milhões de visitantes por mês e possui arquivos que remontam ao século XIX. No entanto, cada visitante fica, em média, apenas 35 minutos no site, o que significa cerca de 1 minuto por dia – tempo que mal chega para ler as manchetes das reportagens. De qualquer forma, este tempo mínimo aponta para a nova dinâmica de leitura em uma sociedade altamente competitiva e da cada vez maior importância das manchetes como pontos nevrálgicos de informação.

4.7.3 As estratégias gramaticais de veto epistemológico

A primeira reportagem do Wall Street Journal (WSJ) que gostaríamos de analisar diz respeito ao terceiro dia de invasão por terra de Israel a Gaza. Sob a manchete *Battle moves deeper into Gaza for third day*, a matéria usa uma série de instrumentos de tática gramatical e de veto epistemológico que são recorrentes em toda a cobertura do WSJ no conflito Israel-Palestina. Portanto, para efeito deste trabalho, faremos, a princípio, uma análise geral da reportagem e, em seguida, detalharemos as diversas estratégias de construção da imagem do massacre, usando as demais matérias. Neste sentido, nossa análise irá se centrar nos elementos qualitativos do texto e suas táticas epistêmicas. O primeiro elemento que chama atenção diz respeito à própria construção da manchete, pois o sujeito histórico de todo seu processo (Israel) é ocultado sob vocabulário técnico, *battle*, (batalha). Por meio desta comutação de termos, que oculta o agente histórico em plena invasão terrestre, fase mais violenta do conflito, a manchete cria sujeito gramatical auto-referente. A “batalha” se transforma, nesta substantivação, em algo que se “move”, atingindo Gaza em toda sua

extensão. O uso tático do advérbio de modo, *deeper* (profundamente) esconde na sua extensão o tipo e nível de violência desenrolado por meio da invasão terrestre. O termo técnico, na medida em que apreende a dinâmica da violência sob seu aspecto bélico, transformando a invasão em uma sequência de táticas em direção a Gaza, escamoteia o caráter virulento do campo de batalha.

Sem sujeito histórico, agora oculto, e sem violência, ora diluída, a manchete constrói a guerra como tática de conquista em etapas sequenciais.

O uso insistente do léxico bélico parece ser uma das estratégias mais marcantes da cobertura do conflito, na medida em que sua tática permite (des)realizar a dinâmica atroz do massacre. A reportagem começa enfatizando que “pelo terceiro dia consecutivo” Israel conquistou mais trechos de Gaza. Desta forma, o vocabulário tende a construir imagem em função da dinâmica da invasão, dividida em lapsos temporais. A narrativa retrata, portanto, o conflito terrestre como um conjunto de ações sequenciais e já vitoriosas. As “forças israelenses” constituem outra expressão constantemente usada como sujeito histórico composto por um exército, signo de poder e de Estado constitucional, que se bate contra “militantes palestinos”. Nesta última expressão, ao contrário, temos elementos que, ao invés de comporem exército e, por extensão, Estado, descrevem milícias e grupos guerrilheiros, criando uma oposição binária e permanente entre os dois lados do conflito. Mais do que isso, a expressão “militantes palestinos” implica a existência de vários termos semelhantes, que permitem o deslocamento semântico de militantes, a guerrilheiros e, enfim, terroristas. É sobre esta oscilação semântica constante (e sempre deixada em aberto pelas similaridades de sentido) que a reportagem se constrói.

Ainda fazendo uso de termos bélicos, o texto organiza a narrativa apontando para uma “incursão profunda” no “enclave”. “Incursão” é, aqui, o termo substitutivo de invasão. Ao mesmo tempo, Gaza se transforma em “enclave”, termo cuja ambigüidade política de difícil solução se inscreve sobre seu substrato histórico real – território palestino ocupado. Na medida em que deixa de existir na sua qualidade histórica ineludível, Gaza perde, semanticamente, a possibilidade de ser pensada dentro do escopo do Estado-nação – ou da possibilidade futura (e política) de ser um Estado-nação. A Palestina, enquanto país cuja luta pela independência norteia todos seus embates, pelo menos desde as primeiras migrações de judeus no século XIX, deixa de existir como possibilidade histórica real. Em outras palavras, a conjunção entre Gaza e Cisjordânia, fundamental para a constituição da Palestina como Estado soberano, é diluída do horizonte de análise da reportagem, mutilando, agora no

sentido, a mutilação territorial e histórica. Ao sobrepor o termo “enclave” ao de “território ocupado”, monopolizando o direito de definir os contornos políticos do real e de suas possibilidades históricas, o WSJ tende a negar a utopia história de autodeterminação do povo palestino. Mas, ao negar a possibilidade de construção da Palestina, o jornal republicano ainda congela o estatuto político de Gaza como enclave, contribuindo para determinar a percepção e a visão de mundo sobre seu destino como “enclave” – território cuja definição política está mal resolvida, ambígua, e, no limite, sob o poderio decisório de outros. Neste labirinto de sentidos, a soberania é mutilada e vetada em todas as coordenadas temporais, que se sobrepõem, semântica e politicamente, sobre a ocupação territorial.

A invasão também é inserida dentro da matriz semântica maior das táticas bélicas, a “terceira fase”, que, em breve, pode contar, inclusive, com “reservistas”, ênfase no poder e extensão do próprio exército sionista. Após inserir o evento na sequência de fases e dias, a reportagem afirma que tanto Hamas quanto Israel estariam resistindo ao cessar-fogo. Apesar de aparentemente neutra, a categoria “cessar-fogo” desempenhou função central na cobertura do WSJ, juntamente com termos como “guerra”, “incursão” e “ataque”. Na medida em que implicam jogo de papéis entre contendores com grau de força semelhante, como duas nações em combate, todas estas categorias deslocaram uma série de questões intrínsecas à própria natureza do conflito. A mais importante delas é a assimetria do combate, pois o Hamas teve de enfrentar um dos exércitos mais poderosos do mundo. Neste sentido, não houve “guerra”, mas violência total de um exército sobre um povo e seu grupo de defesa. Tanto os termos “guerra”, “incursão”, “ataque” quanto “cessar-fogo”, portanto, vetam a assimetria fundamental que caracterizou a relação de forças entre as duas partes. Ao introduzir na percepção ocidental categorias genéricas e equalizadoras de forças oponentes, a mídia nega a dinâmica histórica da invasão seguida de massacre. E, ao mesmo tempo e talvez mais profundamente, estabelece o espaço político dentro do qual todo o conflito deve ser discutido, refletivo, combatido, criticado e resolvido.

Tendo em vista seu poder, Israel parece exercer com a mídia a capacidade de impor suas próprias categorias de ver, perceber e construir o mundo. É por meio da admissão e anuência tácitas com esta visão que termos como “guerra” e “cessar-fogo” se transformam, ao longo do conflito, em pólos semânticos que limitam a extensão e a maneira de se refletir, perceber e agir em relação ao massacre. Se as imagens que os oprimidos têm de si mesmos se devem, em grande parte, às imagens criadas pelos opressores, a mídia parece desempenhar um papel extremamente poderoso na construção simbólica destes limites de pensamento,

intrínsecos a termos aparentemente simples, como “cessar-fogo”, “guerra”, “incursão”.

Com o desenvolvimento da reportagem, surge a questão do aumento do número de mortos já que se trata de invasão por terra. No entanto, ao contrário da análise sobre as atrocidades, as mortes são consideradas como cifras que, uma vez demasiado altas, podem ferir a relação entre Estados Unidos e Israel. Portanto, os massacres perpetrados pela invasão terrestre são comutados em risco político à relação EUA-Israel, isto é, passam a ser percebidos como categorias analíticas de risco político. Nesta reportagem de Charles Levinson, as vítimas são entrevistadas e narram o que escutaram durante toda a noite. Os testemunhos são, basicamente, marcados pelo cansaço e relatos sobre o som de bombardeios, apelando para a percepção humana, dentro de um escopo narrativo focado no drama. A vítima, a princípio, parece ter direito à palavra, esse elemento constitutivo do drama desenrolado pelo massacre. A palavra política, porém, é interdita. É sobre a força deste grande interdito que, como efeito em negativo, os palestinos, como massas amorfas, falam sobre seu desespero e não sobre suas causas. O modo descritivo usado no relato das mortes, destacadas pelo repórter, se insere dentro desta crescente (e constante) dramatização. O número de cadáveres é narrado sob a forma de registro contábil, em permanente subida de mortos e feridos. Mais “40 palestinos” mortos “elevam o número total de mortes” para 952. Não há civis, muito menos descrição das condições nas quais essas “massas”, sempre em número crescente, morreram.

Se as mortes da população civil palestina compõem quadros estatísticos em dinâmica crescente, as execuções de “500 guerrilheiros (fighters) do Hamas” são apenas “uma pequena porção” dos cerca de 15 a 20 mil componentes das hostes do grupo. O jornalista, neste ponto, faz uso de uma das estratégias mais eficientes de intercambialidade de sentidos, a construção da ordem gramatical por meio do discurso indireto. Deste modo, a visão de mundo da fonte entrevistada, um “oficial israelense” não identificado, é compartilhada pelo repórter, em um tipo inusitado de partilha política. Ambos parecem acreditar que as 500 mortes de guerrilheiros são apenas “uma pequena porção” das hostes do Hamas que ainda precisam ser abatidas. Na medida em que estes mortos são membros do grupo e, portanto, “terroristas” e “islâmicos”, seu valor humano é decepado pela textura cristalina do texto. O consenso quanto ao “terrorismo”, compartilhado tácita e inconscientemente por ambos, permite a construção da ordem indireta. Esta estrutura, duplamente legitimada pelo repórter e “oficial israelense”, pode, enfim, decretar a morte simbólica daqueles que, sendo “terroristas”, já foram, biologicamente, executados. Desta forma, fazendo da ordem indireta espaço político de

partilha no interior das redes de poder, a mídia duplica, simbolicamente, os assassinatos da História.

4.7.4 As técnicas de produção de sentido

Um dos elementos centrais na cobertura da invasão seguida de massacre se refere às estratégias de legitimação dos atos de Israel. Neste caso, foram usados vários expedientes tanto no que se refere ao uso indiscriminado de citações, discurso indireto, táticas de nulificação do discurso precedente, criminalização de grupos de resistência, desqualificação da ONU e mutilação de contexto histórico. Agindo conjuntamente, estas estratégias construíram um verdadeiro veto epistemológico a qualquer tipo de crítica que, porventura, se colocasse fora do âmbito da visão de mundo americano-israelense. Como apontamos, umas das táticas centrais de legitimação dos atos israelenses consistiu na manipulação do próprio sentido político do grupo Hamas por meio do uso de uma série de termos designativos criminalizantes. A reportagem, acima citada, por exemplo, começa estabelecendo dicotomia entre “as forças israelenses” e os “militantes do Hamas”. O resultado deste processo culmina, no fim do corpo textual, com a conclusão de que a mortes dos “500 fighters do Hamas”, é apenas uma pequena fração dos quadros do grupo.

Já a reportagem *Israel kills Hamas security chief, hits UN site*, celebra a “vitória tática” do exército sionista ao escrever sobre o assassinato de Said Siam, Chefe de Segurança do Hamas, além de seu irmão e filho. A manchete, porém, traz consigo a escolha política fundamental que determinou a cobertura do WSJ, do dia 16 de janeiro de 2009. Há, na verdade, outro fato central, que gerou grande clamor público: o ataque do exército israelense às instalações da ONU, no mesmo período. Cerca de 700 pessoas estavam lá escondidas quando o prédio foi atingido por disparos. (Deixamos ao leitor imaginar qual seria a manchete, caso o Hamas tivesse atingido qualquer instalação que abrigasse o mesmo número de israelenses). No entanto, ao selecionar o assassinato do chefe de segurança como primeira parte da manchete e fazê-lo, ao mesmo tempo, de lead, o editor do jornal, pôde celebrar junto com Israel mais outra “vitória tática”. Para isso, o jornalista, Charles Levinson, lançou mão da descrição aparentemente simples e direta do fato, deslocando, porém, o sujeito do assassinato de Said Siam. Desta forma, Israel – sujeito da execução – foi substituída por “disparos aéreos” (airstrikes). O que nos interessa, aqui, no entanto, não é o deslocamento semântico, que analisaremos depois, mas o deslocamento do ponto de vista do repórter, como analista que celebra o assassinato da batalha. A construção deste lugar de enunciação política, conivente a

Israel, se centra sobre o perigo representado pelo chefe de segurança.

A criminalização dos “militantes”, na reportagem, não é clara e direta, já que o enfoque acaba diluindo a valor humano das vítimas (Siam, seu irmão e filho) por outros meios. O silêncio é, aqui, a tática de veto ao valor humano do Outro. Não ficamos sabendo o nome do irmão e sequer o do filho do chefe de segurança, muito menos as circunstâncias nas quais morreram. Despídos de termos designativos comuns aos israelenses, como “civis” e “moradores”, as duas vítimas são controladas pelos referenciais biológicos “irmão” e “filho”. Assim, deslocados de seu valor humano central – e dos referentes civis intrínsecos à valorização de qualquer cidadão no espaço público -, os dois são circunscritos ao âmbito biológico dos seres viventes. O modo lacônico como a morte de Siam é informada não deve nos enganar, pois seu desvalor se vincula à estratégia clássica de inserção da vítima na estrutura do Hamas. Neste sentido, o designativo “chefe de segurança” estabelece uma verdadeira identidade de sentido entre homem e milícia, determinado seu destino e o modo de narrativa de sua morte. Por meio desta identificação, a vítima adquire, nestas linhas, seu grau de matabilidade. Por isso, podemos dizer que o uso da metonímia política negativa, a utilização de um elemento do Hamas como signo de todo o grupo, foi uma das táticas de desmoralização da mídia – e, no limite, uma estratégia de legitimação de execuções. Negativa no sentido de que a morte é o elemento dinâmico central, determinando o uso da metonímia e de seu valor político. Ao enlaçar o concreto nas malhas dos signos, a política do simbólico escava e determina valores, monopolizando o direito de decidir o escopo das mortes.

Na reportagem do WSJ, *Israel Presses Gaza attacks as Hamas steps up response*, de 30 de dezembro de 2008, os repórteres Jay Salomon e Margaret Coker escrevem que “Israel declarou guerra total contra o Hamas”. Logo em seguida afirmam que, a despeito do aumento de número de mortes de “militantes” e de “civis”, o grupo responde com aumento de mísseis. A causa do aumento da mortalidade é, portanto, comutada de Israel para o Hamas, responsável não apenas pelos assassinados de seus “militantes”, mas também de outro elemento de valor diferenciado, os civis. Parece ser em função da tentativa de comutar toda a culpa política para o Hamas, que o termo central, “civis”, foi usado, na medida em que desmoraliza ainda mais o grupo. Não cabe apenas ao Hamas a culpa pelas mortes de seus membros, mas por todos os “civis” de Gaza. Portanto, o uso do termo, no contexto, tem o efeito político criminalizante ao passo que a expressão adversativa “a despeito do aumento do número de mortes”, tende a construir a representação do Hamas ligado, umbilicalmente, à violência. Sequer a violência entre os seus e os próprios civis seria capaz de frear a ira do

grupo “militante”. A reportagem ainda acusa o grupo de “contínuo lançamento” de foguetes, missões, designando-o grupo “os militantes de Gaza conseguiram disparar...”.

A conexão substantiva entre o grupo e a violência fica clara com o resultado da frase acima citada, pois o Hamas “conseguiu” disparar mais de 60 foguetes que culminaram com a morte de “quatro civis israelenses”. O processo de construção da imagem de um grupo terrorista parece sempre exigir sua contrapartida política, já que seus inimigos são retratados como o oposto. Aqui, não apenas as vítimas israelenses são “civis”, mas a própria circunstância das suas mortes é narrada pelos repórteres – eles foram mortos por mísseis lançado de Gaza. Por outro lado, a dinâmica dos lançamentos, que se torna estrutura narrativa cristalizada na reportagem, é transformada em sujeito. “O contínuo lançamento [de foguetes] pelo Hamas levanta questões...”. Disparos não levantam questões – apenas mísseis e foguetes. As pessoas, quando sérias, é que levantam questões, coisa que os jornalistas da reportagem parecem ter dificuldade para compreender. Mas para o WSJ, tais “disparos”, que agora se transformam em causas, “levantam questões” sobre se, de fato, Israel havia conseguido limitar o contrabando de armas em Gaza. Por meio deste ardil, que faz do texto uma estratégia de descrição e entendimento do mundo pelo viés bélico, o sujeito histórico – quem levanta questões? – é ocultado. Voltaremos à questão da ocultação do sujeito histórico. Por enquanto, basta observar que a violência intrínseca ao Hamas, comutada em ponto de sentido central, determina todo o processo dedutivo, calcado na violência como meio de resolução de problemas.

Outro elemento central no processo de criminalização do grupo diz respeito não apenas aos termos designativos, mas à própria construção da história recente do conflito Israel-Palestina. Para o jornal do Partido Republicano, desde que o Hamas “passou a controlar” (take control) Gaza, em 2007, o grupo começou a “febrilmente a estocar arsenal” (steadily stockpiling an arsenal). Desde já, é preciso que lembremos que os eventos de 2007 foram fruto da tentativa de golpe, capitaneada pelos Estados Unidos, Israel, União Européia e países árabes “moderados” para destituir o Hamas do poder em Gaza. O estopim do processo foi o resultado do pleito de 2006, com a vitória do grupo. Ao diluir o processo histórico real, escondendo suas raízes sob o véu aparentemente cristalino da informação, o WSJ usurpa o resultado das eleições para, em seguida, transformar a tentativa de golpe ocidental em golpe perpetrado pelo Hamas. Veto à memória política e comutação de sentido político. A partir deste ponto, a história é comutada epistemologicamente em uma sucessão de eventos sangrentos e, mais importante, seu horizonte é determinado por uma nova visão de mundo.

Portanto, ao usar categorias como “tomada de poder”, a mídia retira do Hamas sua legitimidade política e conecta o grupo a uma espécie de governo de fato. Neste processo de mutilação política, o WSJ usurpa da opinião pública internacional as categorias político-históricas de reflexão necessárias ao entendimento do conflito. Prossigamos.

No corpo posterior da reportagem, quando as vítimas de Gaza são entrevistadas, a construção da imagem do palestino é a de “desafiador”. Agressividade, drama, intolerância e ausência de racionalidade – é sobre a dinâmica movediça das massas que a reportagem se estrutura. Na matéria Israel resumes Gaza assault after break for aid, de 8 de janeiro de 2009, o grupo é designado como “o governo militante do Hamas”, controlando a semântica política que, fundamentalmente, retira a legitimidade angariada no pleito de 2006. Constante mas racionalmente, os designativos parecem vetar a conexão histórica legitimadora, estabelecida pelas eleições e construir, em seu lugar, o espaço do “golpe” e do governo de fato, gestado sobre a violência intrínseca ao grupo. É sobre esta imagem negativa da história que os efeitos de força simbólica parecem agir, determinando um novo pano de fundo e, portanto, uma nova matriz cognitiva de discussão política.

A reportagem também é emblemática no que tange ao uso de designativos às vítimas dos dois lados da invasão seguida de massacre. Na contabilidade, Jay Salomon aponta 683 mortes de palestinos na “ofensiva” de Israel. Apesar de citar as crianças (100), o autor não formula um dos elementos de visualização fundamentais do nível de agressividade de uma guerra – a porcentagem do assassinato de crianças por número de civis. Ao mesmo tempo, são registrados 300 “feridos”, sem a discriminação de suas categorias, (como civis e militares); nenhuma menção é feita às circunstâncias das mortes ou ferimentos. Desta forma, os designativos contribuem para a construção de altos registros numéricos genéricos, propiciando que a imagem das vítimas seja vista sob um dos pontos mais marcantes da percepção moderna – a figura estilizada. Apesar da especificidade do veículo on-line, ele parece seguir a mesma matriz cognitiva determinada pela tela dos aviões na guerra de 1991 contra o Iraque e que foi plenamente reproduzida pelos meios de comunicação. Assim, o paralelo da imagem computadorizada dos caças americanos parece ser a descrição anódina, contábil, generalizante e dramática dos indivíduos mortos. Na medida em que tais vítimas são descritas em termos numéricos; que suas mortes são apenas pontuadas; as circunstâncias de seus assassinatos esquecidas e seu drama vetado, o estilo telegráfico do WSJ tende a criar a contrapartida on-line da estilização gráfica da primeira guerra do Iraque. O processo de construção da representação do conflito parece se inserir dentro desta matriz mais abrangente

de estilização da percepção humana, que vem sendo construída há tempos e teve um de seus pontos altos no uso das telas dos computadores dos caças americanos na primeira guerra do Iraque. É sobre a neutralização da percepção que a mídia parece se voltar tenazmente na tentativa de açambarcar os processos de reflexão crítica e de movimentos revolucionários. O veto de sentido à memória também se lança sobre os perceptos que tornam a memória possível. Ou melhor, a desconstrução da memória implica, também, o controle da percepção.

Outra reportagem do WSJ, *Israel signals new readiness to end Gaza Offensive*, se inscreve na mesma direção. A manchete é o primeiro elemento tático a chamar atenção ao retratar Israel como Estado apto a terminar com a “ofensiva”. Ao deslocar toda a iniciativa do cessar-fogo para o Estado judeu, Israel se torna o ponto referencial para a paz. O sentido é ainda adensado quando se leva em consideração o adjetivo *new*, expressando constante e nova decisão por parte dos sionistas de chegar ao cessar-fogo. Portanto, a própria manchete traz consigo palavras e expressões que conectam os esforços de paz a Israel, Estado que, como historicamente se sabe, foi o responsável pela invasão seguida de massacre. A estrutura recorrente de ligação do Hamas ao “golpe” de 2007 também se faz presente na reportagem de forma paradoxal. A primeira parte da frase do quarto último parágrafo observa que o grupo ganhou as eleições parlamentares da Fatah, em 2006, e “violentamente ocupou Gaza no ano seguinte”. A falta de lógica esconde o processo de enquadramento clássico do WSJ de que, “no ano seguinte”, Gaza sofreu um “golpe” que levou o Hamas ao poder. Esta tática contradiz a primeira parte da sentença que, pelo menos, apontava para a legitimidade do grupo. As estratégias aqui parecem levar a dois modos de operação: o veto à legitimidade das eleições de 2006 e, ao mesmo tempo, a construção de novo ponto político de enunciação a partir do qual se deve ver o conflito. Este novo contexto passa a ser a tentativa de golpe americano-israelense, comutada em “golpe do Hamas”, que, então, passa a ser o cerne epistemológico crucial das estruturas jornalísticas.

Podemos dizer que, grosso modo, o “golpe do Hamas” passa a ser o enquadramento geral definidor de todas as reportagens. É no interior desta nova semântica política que se torna possível o “esquecimento” do bloqueio econômico, da crise humanitária, dos esforços de renovação de cessar-fogo e, finalmente, da invasão. Na mesma reportagem, há outra referência extremamente recorrente do WSJ, designando Israel como “Estado judeu”. Encontrada em muitas das matérias, a expressão consegue levar às páginas (tanto impressas quanto on-line) da mídia ocidental uma das grandes vitórias do Sionismo. A legitimidade de um Estado racialmente puro, construído sobre o conceito de raça enquanto elemento central

de toda sua estruturação político-social. Aqui, temos a culminância da visão sionista cujo esforço histórico (oficial) consistiu em construir o Estado judeu como refúgio para o anti-semitismo europeu, adensado pela Segunda Guerra Mundial. A expressão, por outro lado, é seguida dos termos designativos clássicos, empregados como referência ao Hamas (“O Estado judeu lançou ofensiva por terra contra o grupo islâmico Hamas...”). Se a expressão “Estado judeu” contribui para a legitimação do conceito de Estado racialmente puro; os termos “grupo islâmico Hamas” atua no sentido oposto, tramando uma nova série de ligações de sentido. Ao inserir o termo “islâmico” como adjetivo de Hamas, a reportagem consegue conectar os dois pólos, propulsionando a grande ligação construída pelo Orientalismo – a intercambialidade entre Islamismo e agressividade, Islamismo e terror. Ao ligar indissolivelmente os dois termos, os mecanismos de comutação, deslocamento e, mais do que isso, identidade substantiva de sentidos atuam congelando “islâmico” e “Hamas” como elementos intrínsecos um ao outro.

Como término deste processo, o Hamas, na mesma reportagem, é retratado como o “grupo islâmico” que “governa o território empobrecido”. Sobre o primeiro substrato de sentido – a base intercambiável entre islamismo e terror -, a reportagem opera no sentido de definir o governo do Hamas como governo “de fato”, despido de legitimidade diante da comunidade internacional (termo abstrato que designa os interesses ocidentais liberais). Como corolário deste “governo de fato”, culminância do “golpe” de 2007, Gaza se transforma em território “empobrecido”, efeito direto da administração forçada do Hamas. O empobrecimento deixa de ser consequência da política racional de Israel a partir de 2006, do fechamento das passagens, enfim, do longo bloqueio econômico que ainda vige na região. Temos aqui, um acúmulo de táticas de controle e enquadramento. A primeira consiste em construir a identificação de sentido entre islamismo e terror, o que poderíamos chamar de substrato semântico básico sobre o qual as novas camadas de sentido serão erigidas. A segunda aponta na direção do “golpe”, deslegitimando politicamente o Hamas e, como efeito dela, surge, diante dos olhos do leitor, Gaza empobrecida. Islamismo e terror, governo de fato e empobrecimento. O controle sobre a imagem do grupo (e de Gaza) parece consistir na criação de vários níveis de sentido que se sobrepõem e articulam em um dinâmico processo de valores que se referenciam uns aos outros. Assim, a pobreza de Gaza se deve ao governo de fato do Hamas, esse grupo islâmico golpista. Para sintetizar, procuramos mostrar nestas linhas o processo de estruturação das reportagens jornalísticas do WSJ no que diz respeito a termos designativos para o Hamas, Gaza e Israel. Agora, analisaremos a mesma estratégia no NYT.

4.7.5 Os designativos do NYT

Um dos aspectos que mais nos chamou atenção na cobertura do NYT se refere ao modo como os palestinos são retratados no pós-invasão seguida de massacre. A reportagem de 23 de janeiro de 2009, *As israeli bombing stops, gazans get busy rebuilding damage tunnels*, descreve a reconstrução da rede de túneis subterrâneos de Gaza. Para a repórter, Sabrina Tavernise, o processo objetiva a reconstrução da rede de contrabando de armas, a despeito dos “mísseis do Hamas” terem sido, praticamente, diz ela, destruídos por Israel. Mais uma vez a referência ao grupo consiste no uso de termos e equipamentos bélicos que se articulam ao Hamas, criando a conexão que irá guiar as estratégias de representação do jornal. Ao mesmo tempo, a invasão é descrita como “guerra”, determinando um das táticas mais eficazes de roubo e domínio simbólico, na medida em que equaliza a natureza assimétrica do conflito. Elevado à mesma categoria, o lado israelense pôde, ao longo da “guerra”, “esmagar a habilidade do Hamas de se rearmar”. Tendo em vista que o rearmamento se torna característica intrínseca ao grupo, agora vinculado, definitivamente, à violência, cujo corolário é a capacidade de se rearmar, Israel pôde lançar o ataque “esmagador”. Neste sentido, o início da reportagem tende a operar na equalização dos contendores e, ao mesmo tempo, definir por dicotomias binárias o bem e o mal. O caráter tendencioso da reportagem fica ainda mais claro quando, a partir desta dicotomia binária, a capacidade de armamento surge como indexador permanente dos palestinos ao passo que nenhuma menção sequer é referida à capacidade bélica de Israel – e ao contrabando de armas feitas pelo navio grego, como já apontamos. E, muito menos, aos países que se incumbem de rearmar os israelenses ao longo de décadas. Armas e rearmamento são apanágio do Hamas.

Outra tática usada na reportagem, que também pôde ser observada no WSJ, é a personificação dos contendores e, principalmente, de Israel que atinge o status de bloco monolítico, fechado e sem cisões internas. “Israel disse que os túneis de contrabando eram sua primeira preocupação...” ou de forma ainda mais contundente, “Israel argumenta...” ou “Israel fala...”. Desta forma, Israel deixa de ser apenas Estado-nação e se transforma em elemento com qualidades humanas que “diz”, “argumenta”, “fala” etc, ceifando suas possíveis diferenças internas e, ao mesmo tempo, dissolvendo-as em uma única visão humanizada. Israel fala e argumenta por todos. Deste modo, a personificação, se, por um lado, interdita as dissensões internas; por outro, humaniza a máquina de guerra sionista, colocando em termos psíquicos, a drama histórico das duas populações. O NYT, a exemplo do WSJ, também lança mão de designativos que, hoje, parecem compor a arqueologia do senso comum ocidental,

escrevendo que o Hamas “tomou o poder” em Gaza em uma “violenta luta”. Mais uma vez, a comutação do contexto histórico é operada, deslocando (e interditando) a compreensão política da legitimidade das eleições de 2006 para o “golpe” de 2007.

Na reportagem *Israel shells UN site in Gaza, drawing fresh condemnation*, de 15 de janeiro de 2009, o NYT também reporta a morte de Said Siam, assassinado com seu irmão e filhos. Na parte anterior, analisamos, inclusive, o modo como o WSJ, retratou os assassinatos. No que diz respeito ao NYT, a descrição das mortes foi, também, lacônica – e significativa. As execuções são, a princípio, definidas por meio de designativos neutros, de forma que os dois homens e o menino foram “mortos”. O uso do termo determina que o fato seja percebido apenas no nível biológico e não nas suas implicações racionais de extermínio de líderes do Hamas (e de seus familiares, no caso até uma criança). O ponto nevrálgico consiste no fato de que o valor humano destas vítimas palestinas praticamente não existe. Como o homo sacer, cujo valor é apenas biológico, o desvalor palestino parece ser o campo de sentido sobre o qual os assassinatos podem ser perpetrados sem que seu executor seja acusado de homicídio. Somos mais biopolíticos do que imaginamos. Siam, por outro lado, é descrito a partir de duas categorias: “poderoso ministro do interior do governo de fato do Hamas” e “chefe geral de suas forças de segurança”. No primeiro caso, ele é inserido como “poderoso” membro burocrático do grupo; no segundo, como inimigo estratégico a ser aniquilado na medida em que é “chefe geral” do setor bélico. O valor de Siam é determinado pela categoria analítica de inimigo cuja função é a de conformar o modo da cobertura das mortes de seu irmão e próprio filho. O NYT, aqui, exemplifica com clareza outra das estratégias do jornalismo americano que reproduz as táticas israelenses, a necessidade de extermínio das próprias famílias daqueles que são considerados “terroristas”.

A repórter Isabel Kershner ainda observa que a morte de Siam foi um “golpe importante” contra o Hamas, cuja infra-estrutura, de acordo com Israel, até aquela data (dia 15 de janeiro), não havia sofrido sérios danos. Na mesma reportagem, o Hamas é acusado de disparar mísseis que “feriram seriamente um menino israelense de sete anos”. Observem que, no trecho, há todas as informações básicas necessárias à compreensão do ocorrido, abrangendo um leque de dados que cobre idade, tipo de ferimentos etc. Neste sentido, é instrutivo compararmos o modo como o NYT retrata a morte do filho de Siam (também um garoto) e o menino israelense. No primeiro caso, sabemos apenas que se trata de um garoto, filho de “terrorista”, que morreu junto ao pai devido a ataque israelense. Os interditos impedem que saibamos se o menino foi ferido e de que modo acabou sendo atingido, o tipo de

sua morte, sua idade etc. Todos estes elementos que comporiam a própria humanidade da vítima lhe são simbolicamente roubados e, na mesma dinâmica, restringidos ao laço biológico e terrorista. Afinal, ele é “filho de Siam”. No caso do garoto israelense, sabemos, ao contrário, que ele foi ferido “seriamente”, que se tratou de disparo de “mísseis” do Hamas – a fonte do ferimento sendo, portanto, claramente, determinada –, sua idade e cidade, Beersheba (que, antes de 1948, era Palestina). Temos, no texto, inclusive, tautologia já que a expressão para a comunidade é duplicada em a “cidade de Beersheba”. Portanto, os designativos e demais elementos compõem a própria nervura humana desta vítima que, diga-se de passagem, foi ferida, mas não morreu. É sobre este lastro valorativo fundamental, intrínseco aos israelenses, que a reportagem erige os demais substratos de construção da imagem da vítima.

Há outra reportagem de 31 de dezembro de 2008, *Israel rejects cease-fire, but offers Gaza aid*, fornece mais exemplos de termos designativos/genéricos, pois aponta, novamente, para o número de mortes palestinas em termos meramente contábeis. Aqui, a contabilidade chega a 390 mortos, dos quais 38 são crianças e 25 mulheres. O interessante é que falta ao registro um aspecto central, o apontamento do número de civis palestinos mortos. Na verdade, trata-se de uma estrutura tático-gramatical recorrente, já que aos palestinos são anexados apenas substantivos genéricos. Temos, desta forma, dois grandes pólos semânticos: de um lado, “militantes”, construindo o lado “terrorista” das enunciações; do outro, categorias genéricas, como “homens” e “mulheres”. Sobre esta base de gênero (substrato biológico, vale enfatizar), os repórteres criam categorias geracionais, como “crianças”, genéricas, tais como “pessoas” e “povo”, e também numéricas “centenas”. Os termos contêm, desta forma, substantivos altamente genéricos (ou adjetivos) que se tornam intrínsecos aos palestinos em função de seu uso tático recorrente. Aos israelenses, como vimos no caso do garoto ferido, são destinadas categorias mais específicas, definidoras da identidade da vítima e das circunstâncias de seus ferimentos. Categorias precisas criam identidade; categorias genéricas constroem multidões sem rosto, inscrevendo, simbolicamente, os palestinos como refugiados em seu próprio território.

4.7.6 Incursão, Agenda de Segurança e a Nova Ordem

A grande estratégia do WSJ no que tange à construção das justificativas da invasão se deu por meio de dois elementos: o aumento do número de mísseis disparados pelo Hamas nas cidades do sul de Israel e, ligado a isso, a necessidade de destruir os túneis, concebidos como canais de contrabando de armas. Na reportagem *Israel kills Hamas security*

chief, a dupla Charles Levinson e Jay Salomon se incumbem de transcrever a posição do coronel israelense “Herzi” (o sobrenome foi mantido em sigilo por motivos de segurança, argumentam). Para ele, apesar do conflito atingir palestinos, “o Hamas não nos deu nenhuma chance”. O grupo, neste caso, é criminalizado como elemento fundamental cujas ações (os mísseis) deflagraram todo o conflito. Esta premissa, que é admitida tacitamente pelos dois repórteres, veta, por outro lado, a lógica das estratégias de Israel que começaram em 2006, como meio de retaliação à população pelo apoio ao Hamas nas eleições. Além do bloqueio econômico imposto, que gerou crise humanitária sem precedentes na região, a premissa esconde o fato de que o fim do cessar-fogo de seis meses foi determinado pelas ações de Israel ao invadir Gaza. Ao interditar a análise no que diz respeito aos fatos históricos elementares, enfatizando o sentido do ponto de vista de Israel por meio da citação de autoridade, os repórteres definem um novo panorama político de discussão. Por meio da comutação de sentidos, o opressor, que invadiu Gaza, é transformado em vítima, ao passo que os palestinos do território se transformam nos causadores de sua própria tragédia por manterem seu apoio ao Hamas. Assim, Israel se livra do fardo de suas ações históricas de unilateralismo e consegue se posicionar não apenas no ponto semântico daquele que é obrigado a atacar para se defender. A questão é, de fato, mais complexa na medida em que o discurso de autoridade, admitido e transcrito, determina o ponto central de reflexão política que irá permear todas as discussões referentes às causas da invasão. Como consequência, a invasão se insere dentro do primado da matriz das últimas décadas no ocidente, as “guerras justas”.

A outra reportagem, Israel presses Gaza attacks as Hamas steps us response, também frisa o mesmo aspecto, descrevendo o “contínuo lançamento [de mísseis] pelo Hamas”. Poucos parágrafos abaixo, a justificativa volta à tona, observando que “desde que o Hamas tomou controle” de Gaza o grupo vem “febrilmente armazenando” um verdadeiro arsenal. Apesar da falta de lógica da reportagem, que enumera o “arsenal”, basicamente composto por mísseis, anti-tanques e pequenas armas, o texto procura criar a imagem do grupo como ameaça à segurança de Israel. Observem, portanto, que a violência passa a acompanhar todo este processo, desde a vitória do Hamas, que permitiu com que o grupo armazenasse todo o arsenal, então usado contra as comunidades israelenses. Poucas linhas mais abaixo, Margaret Coker e Jay Salomon, citando “fontes oficiais”, esse sujeito histórico sempre oculto nas reportagens dos dois jornais, escrevem que a capacidade do Hamas de atingir maiores porções territoriais de Israel aumentou. Esta seria, portanto, “a principal razão

da guerra”. Em virtude desta causa, os dois repórteres, fazendo uso do discurso indireto, criticam o fato de que os ataques ainda não haviam sido suficientes para destruir a infraestrutura dos túneis. Dentro desta perspectiva mais ampla, é que se pode entender a observação de que Washington espera, a exemplo de 2006 (guerra com o Hisbollah), que Israel seja capaz de liquidar o arsenal bélico do grupo. A recorrência do argumento mísseis/túneis pôde ser observada em praticamente todas as reportagens do WSJ, o que constrói um dos aspectos centrais de justificação da violência – a agenda de segurança. O conflito árabe-israelense, em geral, passa a ser enquadrado dentro da perspectiva da necessidade de segurança aos habitantes de Israel, ameaçados, constantemente, por grupos como Hisbollah e Hamas – a segurança não se refere aos árabes. É no interior da construção deste panorama histórico mais abrangente, o de guerra permanente, que Israel pôde tecer sua própria agenda de construção de problemas sobre o Oriente Médio. Portanto, dentro desta matriz, consolidada pelas recorrentes táticas do WSJ de apelo a mísseis e túneis, é que se estrutura a agenda israelense. Há, naturalmente, um elemento ainda mais geral que, por sua força, acaba contribuindo para a configuração deste campo amplo de justificações – os atentados às torres gêmeas em 2001. A partir deles, a agenda ocidental também se torna, em grande medida, pautada pelo escopo e características da segurança contra o “terrorismo”.

Mas há mais para que haja menos, diria Foucault. O enquadramento das reportagens desloca a pretensa neutralidade do texto informativo, opinando, claramente, sobre as melhores táticas a serem seguidas tanto por Israel quanto pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a opinião, em certos trechos, é substituída pelo uso corrente do discurso indireto, que intercambia e identifica os pontos de vista dos repórteres e das fontes, quase sempre autoridades não identificadas. Estas táticas criam uma espécie de discurso sem sujeito claro, oscilando constantemente entre a não identificação e a análise. A expressão “os contínuos lançamentos”, referindo-se aos mísseis, coloca em relevo que “questões” estão sendo levantadas no “Ocidente” sobre a possibilidade de que Israel “enfrente uma repetição de sua guerra de 2006 com o Hisbolah”. É este o grande temor expresso pela análise do WSJ, criticando, inclusive, as táticas da administração Bush. Ao justificar a invasão como tática de violência para destruir o arsenal do Hamas, o texto jornalístico frisa a necessidade de que os fracassos do conflito com o Hisbollah não sejam repetidos. Para Margaret Coker e Jay Salomon, que lançam mão do discurso indireto para se identificar com os “oficiais americanos”, o resultado do conflito com a milícia libanesa, que resistiu bravamente aos ataques israelenses, foi a reemergência do Hisbollah como um dos grupos mais poderosos do Oriente Médio.

A reportagem em questão é apenas um exemplo ilustrativo de toda a cobertura do WSJ, cujo ponto político mais amplo consistiu na ênfase das conseqüências políticas para Israel na sua última empreitada no Líbano. É sobre o medo de um novo fracasso político que a cobertura do conflito é levada a cabo. Portanto, segue a cartilha do WSJ, o governo Bush não deveria se aferrar a receitas que se mostraram estéreis no Líbano, o que poderia culminar com um Hamas altamente poderoso na região. A solução seria, continuam Margaret e Jay, citando fontes oficiais, destruir a infra-estrutura do Hamas e colocar no lugar do grupo um governo “moderado”, na figura de Abbas. Toda a cobertura girou, em grande medida, em torno do temor de uma profunda desestabilização da ordem no Oriente Médio, que poderia ocorrer, caso o Hamas obtivesse vitória semelhante ao Hisbollah em 2006. Na medida em que justifica a causa moral da guerra através da tentativa de liquidar o arsenal bélico do Hamas, as condições para o cessar-fogo também já estão dadas. Para o jornal, representando os interesses de Israel, a trégua somente seria possível com o fim do contrabando de armas. Na reportagem *Israel resumes Gaza assault after break for aid*, o WSJ enlaça as duas perspectivas, a israelense e americana, inserindo o fim do tráfico de armas como condição para o cessar-fogo. Desta forma, o jornal contribuiu para construir um complexo processo que determinou os limites da discussão sobre o conflito. A invasão e sua representação foram, na verdade, inseridas nos limites das categorias de consenso político compartilhadas por Israel e Estados Unidos e inscritas no real por meio do trabalho jornalístico. Desta forma, a guerra foi, primeiro justificada, em função da violência do Hamas, grupo cuja vitória política poderia, inclusive, desestabilizar a ordem no Oriente Médio. Por outro lado, tendo em vista que a legitimação da invasão, as condições necessárias ao cessar-fogo estão implicadas ao fim dos disparos que tornaram o conflito possível e moralmente legítimo. Por um complexo jogo de introdução de categorias legitimadoras do ataque como defesa e da circunscrição da discussão sem o devido teor histórico, os limites do debate se tornam reféns da política de domínio das representações tecidas sobre o consenso hegemônico entre as potências e seus meios simbólicos de representação. A ordem no Oriente Médio e sua manutenção são concebidas em termos de segurança – esta é a agenda – e cujo meio mais legítimo de resolução de conflitos é a violência. Dentro desta agenda, não pode haver espaço para mais outra desestabilização, com o fortalecimento político do Hamas. A última guerra do Líbano foi o fantasma que acompanhou toda cobertura do WSJ em Gaza.

Nas próximas páginas, analisaremos a cobertura e justificativa do NYT sobre a invasão e suas principais diferenças em relação ao WSJ.

4.7.7 Os imperativos ético-morais e a existência de Israel

Um dos aspectos mais interessantes da análise do material em questão se refere às diferenças entre a cobertura do NYT e do WSJ sobre as justificativas da guerra. Como colocamos anteriormente, o jornal republicano se preocupou com a estabilidade da ordem no Oriente Médio, cobrindo toda a invasão a partir do legado de fracasso da incursão sionista no Líbano, em 2006. Por outro lado, a reportagem mais expressiva da posição e cobertura do NYT é *Israelis united on Gaza war as censure rises abroad*, de 12 de janeiro de 2009, escrita pelo editor do caderno, Ethan Bronner que, hoje, vive em uma casa na Jerusalém ocupada pelos israelenses em 1948. A construção da reportagem se dá por meio da cisão entre “os críticos de Israel” que vivem fora do país e os próprios israelenses. Para os primeiros, segue o jornalista, a “guerra de Israel é uma resposta selvagem e desproporcional” aos “mísseis do Hamas”. Já neste caso, a construção do argumento circunscreve as críticas à “guerra”, restringindo-as ao caráter desproporcional da invasão. O interdito recai diretamente sobre as críticas que se voltam contra a suposta legitimidade da própria invasão seguida de massacre. Para o jornalista, portanto, os críticos aceitariam a legitimidade do ataque, combatendo apenas sua desproporcionalidade. Aqui, há, em primeiro lugar, o veto ao processo histórico que levou ao fim do cessar-fogo, causado por Israel; em segundo, a criminalização do Hamas, o que justifica a “guerra”.

Estabelecidos os parâmetros de análise, o autor prossegue dizendo que: “Ainda assim aqui em Israel, muitos poucos, pelo menos entre a população judia, vêem as coisas desta forma...”. O advérbio de lugar “aqui” muito mais que apontar para o solo israelense (mas, afinal que solo?) tende a construir o terreno epistemológico a partir do qual será tecido o consenso compartilhado entre repórter e israelenses. “Aqui”, na reportagem, funciona politicamente como ponto de partida da enunciação, essa partilha de sentido, que corrobora a opinião da “população judia”. Neste último caso, a expressão traz consigo todos os valores raciais construídos ao longo do século XX, que culminaram com a figura do povo judeu banido, vilipendiado, obrigado a viver em eterna diáspora. É sobre esta matriz mais antiga que estabelece, definitivamente, a cisão entre judeus e mundo que a reportagem parece se estruturar, fabricando uma nova visão perpassada pelo caráter étnico.

Apesar de cerca de 900 palestinos “terem sido reportados como mortos”, diz o jornalista, “vozes discordantes têm sido raras”. A primeira expressão que desqualifica a informação sobre o número de mortes é uma técnica comum no jornalismo ocidental ao se referir a povos “atrasados”. O questionamento da informação, explícito na estrutura

gramatical, desqualifica o dado e o torna passível de crítica e diluição. Não encontramos nada semelhante no que se refere às mortes de israelenses. Quanto às “vozes dissidentes”, que, segundo o autor, “têm sido raras”, Ethan Bronner procura vetar críticos no interior da própria sociedade de Israel, construindo uma espécie de bloco monolítico, onde a discordância quase não existe. O exemplo para este ponto consiste em dizer que movimentos pela paz, como o Peace Now, receberam “mensagens” para permanecer fora das ruas. Seriam mensagens ou ameaças? De qualquer forma, o autor, preocupado em interditar as fissuras da dissidência, não especifica o conteúdo da “mensagem”. Aqui, temos, grosso modo, o processo de generalização que consiste em açambarcar todos os elementos críticos e díspares, dissolvendo-os e reintroduzindo-os, agora controlados e dissolvidos, no interior do consenso israelense que apóia a “guerra”. Para imprimir ainda mais força ao processo de construção de uma Israel citiada e não compreendida pelo mundo, o autor lança mão da citação, transcrevendo as palavras de outro jornalista, Yoel Esteron: “Onde estava o mundo quando nossas cidades estavam sendo atacadas por oito anos e nossos soldados raptados?”. Seria fácil mostrar “onde estava o mundo”, tendo em vista o histórico das resoluções da ONU e o apoio da comunidade internacional a uma solução negociada, pelo menos, desde 1976. Era lá que estava o mundo.

Mas ao imprimir ainda mais força ao processo de vitimização israelense, povo incompreendido, o jornalista ainda procede à sua operação de veto às dissidências, enfatizando que as “fraturas” na sociedade desapareceram com a “guerra”. Israel, neste caso, se transforma “em paradigma de unidade e apoio mútuo”, o que legitima, no limite, o interdito maior: a proibição aos jornalistas que, porventura, queiram entrar em Gaza durante a invasão. Mas o cerne da reportagem, este modelo único de jornalismo liberal e racista, diz respeito ao processo de legitimação do “ataque defensivo”. Neste caso, as críticas ao Hamas não dizem respeito apenas a seus mísseis, mas a uma de suas táticas mais conhecidas – o uso de civis como escudos. Apesar de nada ainda ter sido provado, o Hamas é concebido como o culpado pela morte de civis tendo em vista esta estratégia. O que interessa na construção desta imagem do grupo é que realidade e representação se fundem definitivamente, formando uma espécie de unidade substantiva na qual o grupo – de fato – passa a usar civis como escudos. Entre representação e realidade objetiva nada mais existe além do mais perfeito encaixe, como as palavras e as coisas. Há, portanto, uma unidade indissolúvel, categoria transparente, que pode ser vista e compreendida por todos e por meio da qual todos passam a pensar, perceber e, afinal, agir sobre o Hamas. Táticas políticas textuais e realidade objetiva são elementos

intercambiáveis e auto-referenciais. As palavras e as coisas. O ciclo está fechado e em perfeita sintonia com o que é necessário ver.

Mas se o uso de escudos civis explica as mortes da população palestina, o pior consiste na própria natureza ideológica do Hamas. “O Hamas está comprometido com a destruição de Israel e consegue ajuda e inspiração do Irã...”, prossegue Ethan na construção da frase que finaliza a imagem do grupo. A questão não se trata, aqui, apenas do uso de foguetes e de túneis para o contrabando de armas, a exemplo do WSJ; ao contrário, o cerne da justificativa da “guerra” repousa sobre o problema existencial de Israel. Desta forma, tendo em vista a “ameaça existencial”, o que parece ser ao mundo uma “guerra desproporcional”, é visto e vivido pelos israelenses como “guerra obrigatória pela existência”. Este é o ponto semântico central a partir do que a justificativa da “guerra” é tecida com muito mais complexidade, pertinência e eficácia simbólica do que o pobre WSJ com sua republicana visão de mundo. Se a existência de Israel, essa entidade personificada nas reportagens, é posta em questão, diante de uma ameaça constante, não haveria alternativa, senão defender-se atacando. O escopo de justificação atinge toda sua eficácia política na medida em que a ameaça é colocada em termos lógico-existenciais. A vida, diante de uma ameaça perene, se transforma em luta permanente pela existência, que tem de ser conquistada, mantida, valorizada, irmanando os oprimidos neste “paradigma de unidade e apoio mútuo”. Embora a agenda de segurança seja mantida, a seu lado, o NYT parece construir uma nova matriz legitimadora da invasão calcada na existência e que se articula às justificativas de segurança. É sobre este novo nódulo de sentido, em que segurança, lógica, existência, vitimização se encontram, que a representação das justificativas da “guerra” é formulada. Os jornais liberais, de tendência democrata, de fato, são mais sofisticados que os republicanos.

O processo de justificação ainda prossegue, quando o jornalista entrevista o colega, Elliot Jager, do Jerusalem Post, que sintetiza seu ponto de vista: “É apenas uma guerra”. Jager afirma que não se sente “culpado” quando civis são assassinados já que o Hamas os usa como escudo humano. Neste ponto, o autor do texto seleciona a citação fundamental, o fragmento ideológico mais contundente e claro de explicitação das razões que estão por trás da invasão. “O maior imperativo ético-moral é para Israel prevalecer neste conflito sobre uma filosofia islâmica imoral. É um conflito de soma zero”, sintetiza Jager. A construção da argamassa de justificações para a invasão, que começa com os túneis e mísseis, se complexifica com a “questão existencial” e atinge, neste ponto, seu cúmulo. O argumento se articula, aqui, com todos os níveis anteriores, terminando no imperativo ético-moral de que

Israel vença a “filosofia imoral”, em um jogo de soma zero. Não há, portanto, alternativa neste jogo, exceto a de que um dos lados terá de vencer o outro, cancelando a existência do lado “imoral”, dentro desta lógica ético-filosófica. Desta forma, o NYT consegue articular uma gama de certa forma impressionante de justificações à invasão, articulando as questões históricas prementes dos ataques aos imperativos ético-morais e às questões lógico-existenciais. O resultado do esforço de Ethan Bronne, tão mais complexo que o de seus colegas do WSJ, que insistiam em apelar para túneis e mísseis, pode ser visto nos cemitérios de Gaza.

Como aludimos, antes, a maior parte das reportagens do NYT também justifica a invasão por meio da necessidade de conter os mísseis do grupo e destruir seus túneis. Mas, ao mesmo tempo, há alguns textos mais complexos que sobrepõem a este sedimento histórico primeiro camadas mais abstratas de referências existenciais e éticas. Agora, veremos como os dois jornais utilizam os termos genéricos, bélicos e aparentemente neutros para descrever a invasão.

4.7.8 Termos bélicos e a odisséia da ONU

O WSJ usou um grande número de termos para designar a invasão seguida de massacre. O mais suave deles que, portanto, operou para distanciar e mesmo diluir a violência do conflito foi “incursão” que aparece na maioria das reportagens. É o caso, por exemplo, da reportagem *Battle moves deeper into Gaza city for third day*, a que já nos referimos, onde Charles Levinson escreve (o que é diferente de informar) que as “forças de Israel” estão no terceiro dia de uma “grande incursão” em Gaza, referindo-se à invasão por terra. Ao mesmo tempo, como apontamos antes, o jornal também faz uso da categoria “batalha”, que consta da própria manchete, termo que, operando no mesmo sentido de “guerra”, equaliza todos os contendores. A neutralidade do termo “incursão” no que se refere à fase mais sangrenta do conflito parece contribuir para evitar o choque de leitores mais suscetíveis no Ocidente. É neste sentido que a utilização de categorias bélicas opera para transmutar a violência do combate em uma narrativa anódina, palatável, que conforme a percepção neutralizada. Desta forma, a operação se transforma em “terceira fase” ao mesmo tempo em que os primeiros passos da invasão da cidade de Gaza são concebidos como “aperto do cerco”.

Muitas vezes, quando o corpo do texto traz consigo elementos mais claros sobre os objetivos da invasão, seu conteúdo político é neutralizado pelas manchetes. É o caso, por exemplo, da reportagem de Margaret Coker e Jay Salomon sobre o dia 30 de dezembro

quando Israel declarou “guerra total”, atacando Gaza pelo ar com toda agressividade. A “guerra total” foi transformada na manchete em “Israel aumenta ataques a Gaza... ”. Toda a operação bélica de ataques aéreos sobre áreas densamente povoadas, uma tática de “guerra total”, como bem (neste caso) informaram os repórteres foi dissolvida no “aumento do ataque”. O corpo da reportagem, por outro lado, é pontuado por uma série de termos técnicos e bélicos que apreendem o conflito sob um ângulo que neutraliza e distancia, ao mesmo tempo. De acordo com os repórteres, o céu de Gaza ficou repleto de aviões cujos rugidos tomaram todos os arredores; as vítimas, por outro lado, foram contabilizadas em número crescente. Por fim, a infra-estrutura da cidade foi “atingida” e “posta no chão” (flattened). Pouco tempo depois, dia 4 de janeiro, o veículo dos republicanos escreve que “os tanques israelenses invadem” (Israeli tanks poured), Israel “lança um ataque por terra” no “território empobrecido”. O período dos ataques, por sua vez, é descrito como “uma dramática escalada na ofensiva israelense”; aliás a “ofensiva” foi considerada “um dos ataques mais mortíferos aos palestinos em todos os tempos” (one of the deadliest israeli assault on palestinians ever).

No dia 8 de janeiro, o WSJ escreve sobre a “operação por terra”, o reinício dos “ataques” e uma “trégua” (lull) para distribuição de alimentos. Gaza se torna, portanto, “um território dilacerado pela guerra” (war-torn territory). Desta forma, as categorias de guerra e os termos de violência física – “invasão”, “ataque”, “atingir”, “trégua”, “disparos”, “batalha”, “tanques invadiram”, “cerco”, “terceira fase”, “destruir”, “arrasar” etc – atuam em vários sentidos. A extensão e a natureza de suas funções dependem, grosso modo, do uso que cada um deles recebe na trama do texto. Os termos bélicos, ao deslocarem a narrativa para o âmbito da neutralidade, obtêm o efeito de comutarem o sentido e de tornaram amena a leitura dos combates. Já os termos de agressividade aparecem quase sempre conectados a Israel, fornecendo ao “Estado judeu”, força, segurança e capacidade ofensiva. É no interior da descrição jornalística que os efeitos políticos das categorias têm sentido e somente neles. O uso dos termos e seus efeitos parecem contribuir para a construção de uma narrativa legítima da invasão, deslocada de seu sentido original e diluída de sua rapacidade. Se os termos de agressividade física estão, quase sempre, conectados a Israel, Gaza surge como “território empobrecido”, “dilacerado”, imagem de um enclave cuja solução fica cada vez mais distante e difícil. Pobreza, violência, dor, drama são categorias anexadas, paulatinamente, ao território ocupado, roubando-lhe a histórica pregressa e, por isso, transformando-o em impasse político. Parece ser sobre esta base que a categoria “enclave” foi usada.

Se os termos bélicos atuam neste sentido, vejamos agora como as categorias são

usadas na tentativa de justificar os ataques israelenses aos prédios da ONU. Na mesma reportagem sobre o assassinato do chefe de segurança do Hamas, o WSJ escreve sobre o ataque às instalações da ONU. A manchete revela muito da tentativa de esconder o feito, na medida em que a execução de Siam é o centro da frase, deixando para a última parte o conteúdo informacional referente ao imbróglio com a ONU. Israel kills Hamas security chief, hits UN site, diz a sentença, que consiste, em grande medida, na congratulação a Israel por ter assassinado o “terrorista”. A descrição do ataque ao prédio da ONU é lacônica e consta de poucas linhas, que dão conta de que cerca de 700 pessoas estavam se refugiando no prédio, quando houve o disparo. Três delas foram atingidas. O material do prédio pega fogo. A descrição se limita a categorias numéricas, “700 pessoas”, “três feridos”. As “chamas”, então, tomaram o prédio. O leitor mal fica sabendo o que era lá estocado na medida em que a descrição, que apela para a percepção visual, substitui a avaliação precisa dos danos. O que foi queimado? Quanto custa? Se Israel foi o agressor responsável pela destruição, como puni-la? Afinal, quem paga por isso? As questões essenciais, que lidam com o drama humano de refugiados palestinos em seu próprio território, são escamoteadas pela descrição e imagens das chamas do prédio e pessoas correndo, enquanto a fumaça subia pelo céu. Enfim, as imagens clássicas que hoje são elementos comuns de construção de nosso sentido sobre a guerra.

O que nos interessa, agora, são as estratégias político-discursivas, utilizadas pela imprensa, ao reproduzir a posição de Israel, para justificar o ataque. O primeiro elemento consiste em um veto por distorção à reação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, cuja atitude consternada é diluída, sendo substituída pelo fato de ter “exigido explicações”. Não há relatos sobre o teor crítico da reação, ao mesmo tempo em que a exigência de explicações é formulada por meio do uso do discurso indireto, técnica que sempre enfraquece a posição da fonte. É sobre este aspecto que deve ser analisado, portanto, o veto à citação de Ban Ki-moon, que traria maior força semântica à crítica da ONU contra o exército sionista. O argumento usado para explicar o ataque tem como fonte “Israel”. Desta forma, “Israel” disse que o ataque aconteceu porque “militantes” do Hamas dispararam contra suas tropas para, em seguida, se esconder no prédio. Devido a isto, os soldados contra-atacaram. Em outras palavras, a narração estabelece, ao reproduzir o discurso de autoridade da fonte não identificada e ao partilhar com ela o consenso quanto à veracidade da justificativa, a sequência temporal. Primeiro as tropas foram alvo de ataques “terroristas” para, em seguida, efetuarem o disparo. O ataque, nesta sequência temporal, formulada pelo sujeito histórico

oculto não identificado, é comutado em retaliação defensiva.

A reportagem também lançou mão de duas fontes poderosas, o Primeiro-Ministro, Ehud Olmer, cujas posições foram colhidas da Associated Press e o Ministro da Defesa, Ehud Barak. Segundo Olmer, seria “verdade absoluta” que os israelenses foram atacados “daquele lugar”. Ao indexar o adjetivo “absoluta” ao substantivo “verdade”, o Primeiro-Ministro formulou o veto epistemológico fundamental a qualquer tipo de crítica às ações de Israel, na medida em que a “verdade absoluta” é que houve disparos do prédio da ONU. A reportagem também aborda de forma marginal a afirmação de oficial não identificado da ONU de que Israel estaria usando fósforo branco em áreas densamente povoadas. O texto, rapidamente, observa que o produto, usado por militares em movimento, é proibido como arma – não houve especificação sobre o fato de que a proibição recai, em grande medida, sobre o uso do fósforo em áreas densamente povoadas. Logo em seguida, a reportagem introduz a posição de outro “oficial de Israel” não identificado que descredencia, em poucas palavras, a crítica da ONU, ao dizer que “Israel segue a lei internacional”. Assim, a frase, pinçada de outro sujeito oculto cuja posição política é compartilhada pela mídia ocidental, veta as críticas do oficial das Nações Unidas por meio do uso de oração nulificadora do sentido do discurso precedente.

As relações entre ONU e Israel se tornaram delicadas durante a invasão. Diante das duas possibilidades concretas de saída do conflito, dadas pelo Egito, países europeus e árabes “moderados”, de um lado, e Nações Unidas, de outro, a mídia claramente optou pelo primeiro bloco. O WSJ, a princípio, criticou o “vazio político” deixado pelo governo americano, no Oriente Médio, espaço dentro do qual o Egito passou a tecer suas estratégias políticas. A frase do jornal dos republicanos não deixa dúvidas sobre o que entende ser a lacuna do poderio americano na região: “Na ausência de uma clara liderança diplomática dos Estados Unidos”, os egípcios tomaram a direção. Ao mesmo tempo, a reportagem, que é de 8 de janeiro de 2009, aponta para o périplo de Condoleezza Rice ao Egito, onde se encontra com “colegas árabes”, consolidando, em nível internacional, a posição de que o cessar-fogo seria possível somente com o fim do contrabando de armas. Mas o destaque fica para a reportagem “EUA apóia plano egípcio para o cessar-fogo em Gaza”, publicada um dia antes, na qual o leitor é, singelamente, informado de que Israel prefere que o cessar-fogo não seja iniciado pela ONU “por medo de que o Hamas possa ser legitimado”. Desta forma, ao reproduzir a representação que a cúpula israelense tem das Nações Unidas, a reportagem deslegitima a ONU como espaço privilegiado de discussão e resolução internacional de problemas, criada após a Segunda Guerra Mundial para solucionar conflitos entre nações. Ao

inscrever no real, como fato inquestionável, a perspectiva sionista, o jornal contribui, por seu lado, para corroborar as táticas americano-israelenses de apoio político ao plano egípcio. O conteúdo aparentemente neutro da descrição das últimas estratégias de Condoleezza Rice esconde, na verdade, a posição do jornal sobre a melhor saída para a reorganização da ordem no Oriente Médio. As informações sobre a posição da secretária de Estado, na ONU, podem ser vistas sobre este prisma, na medida em que ela definiu a postura americana diante das Nações Unidas de forma clara e unilateral. O cessar-fogo considerado legítimo pelos EUA (e Israel, acrescentemos) deveria ser “durável” e ter “segurança real”. Por trás da linguagem telegráfica do WSJ, de seu texto enxuto e supostamente neutro na descrição do cessar-fogo ideal, escondem-se todos os elementos sionistas da nova ordem do Oriente Médio. Isolamento incondicional de Gaza, transformada em prisão a céu aberto com crise humanitária, incremento da pressão política sobre o Hamas, destruição dos túneis que possibilitavam – entre milhares de outras coisas – o rearmamento do grupo e a sobrevivência daquele povo, enfim, controle sócio-econômico e político sobre o “grupo terrorista”. As informações sobre o plano do Egito e dos “colegas árabes” vão, aos poucos, compondo a nervura do texto e substituem a deslegitimada ONU.

A reportagem de 7 de janeiro é emblemática de outra tática, a censura de conteúdo polêmico na manchete. O fato extraordinário diz respeito ao ataque a uma escola de garotas administrada pela ONU que culminou na morte de mais de 30 pessoas e 50 feridos, que buscavam proteção no local. A manchete, como antes apontamos, deslegitima as Nações Unidas, pois informa o apoio dos EUA ao plano egípcio de cessar-fogo e, ao mesmo tempo, veta à matança indiscriminada seu direito à exposição pública merecida. O crime é, deste modo, deslocado para a linha fina que acompanha a manchete. Por outro lado, a própria linha traz consigo um dos elementos mais marcantes de deslocamento de sentido por meio da mudança de sujeito. Quando os crimes israelenses atingem grandes proporções, o sujeito deixa de ser explícito na medida em que o texto tende a ocultá-lo através de uma série de estratégias. O uso dos equipamentos bélicos como responsáveis por matanças se torna, então, tática recorrente. Aqui, temos a seguinte linha fina: “Três bombas de artilharia israelense atingem escola administrada pela ONU, matando pelo menos 30 pessoas que haviam procurado abrigo”. O sujeito causador dos disparos que matou 30 pessoas, Israel enquanto Estado nação em guerra declarada, é ocultado pelas “três bombas de artilharia”. Neste deslocamento, além da ocultação tendenciosa do agressor, as causas são, por sua vez, inseridas no vazio das explicações intermináveis, pois podem ser, aqui, remetidas tanto a

“terroristas” e seus “esconderijos” ou “disparos” quanto a erros técnicos, comuns no calor da batalha. No caso, as justificativas, mais uma vez, se deram no sentido de que havia homens no local que disparam contra Israel que, no exercício legítimo de defesa, disparou contra os “militantes”.

Grosso modo, analisamos o uso de categorias bélicas como forma de neutralização das narrativas de guerra e como o WSJ justificou os ataques de Israel às instalações da ONU. Depois, acompanhamos as estratégias de legitimação dos planos egípcios ao corroborar a posição dos EUA, principalmente de sua secretária de Estado, Condoleezza Rice, e suas viagens e conversas com “colegas árabes”. Ainda vimos, as táticas às manchetes quando os crimes são cometidos por Israel e os modos de atenuação destas matanças como o deslocamento do sujeito perpetrador dos ataques para os equipamentos bélicos. Faremos, nas próximas páginas, o estudo das mesmas categorias para o NYT e, também, veremos como o epígono maior dos jornais liberais cobriu o ataque ao prédio da ONU, criando uma verdadeira história entre a instituição e Israel.

4.7.9 Os indexadores bélicos do NYT

A manchete Israeli troops launch attack on Gaza, do dia 3 de janeiro de 2009, trás consigo alguns elementos recorrentes das coberturas de guerra que se tornaram comuns na atualidade. É o dia do início do ataque por terra, definido por termos bélicos precisos como os israelenses “lançam ataque”. O sujeito da primeira frase é composto por “Tanques e soldados israelenses” que conta com habilidade precisa, definida na operação. Trata-se de uma “guerra no solo” (ground war) contra os “militantes do Hamas”. Os termos bélicos, aqui, também neutralizam a cobertura, tornando-a mais palatável. Exigência ainda maior nos leitores do NYT, compostos por democratas liberais mais suscetíveis aos arroubos dos campos de batalha do que os republicanos do WSJ. O que nos interessa, no caso, é a composição que o léxico bélico permite ao integrar “soldados” e “tanques”, criando um verdadeiro bloco armado e coeso que se lança em uma nova fase da guerra. O vocabulário técnico é intensificado a partir de janeiro, tendo em vista a necessidade descritiva da nova fase, composta pela invasão por terra, ar e mar. Em outras palavras, a ferocidade do ataque seguido de massacre, agora na sua fase totalizante de extermínio, é duplicada, ou melhor, recoberta por uma densa argamassa de categorias neutralizantes. Desta forma, o conflito passa a ser descrito como um conjunto de táticas de poder, monopolizadas por Israel, o que lhe confere a força para “destruir”, “arrasar”, “atacar por céu, terra e mar”. Ao deslocar o foco semântico para as técnicas bélicas,

a exemplo da manchete citada, “Soldados israelenses lançam ataque por terra”, a descrição acompanha os deslocamentos do mais forte, divididos em sequências de “fases”, “dias” e “objetivos de guerra”.

O uso do vocabulário, porém, somente atinge seu sentido político mais eficiente quando articulado ao discurso indireto, enquanto estratégia de partilha política de construção do mesmo ponto de vista. Desta forma, como veremos a seguir, o ataque à ONU é justificado por meio de sentenças intercaladas: “[o ataque ao prédio da ONU], que Israel disse ter sido em resposta à fogo inimigo, ...”. Ao construir por meio desta estrutura gramatical recorrente um ponto político único e partilhado por veículo e fonte, a descrição da “guerra” e a justificação de seus “incidentes” é, sempre, o ponto de vista do opressor. Quando, ao contrário, o discurso indireto é usado, na maior parte dos casos, o parágrafo seguinte é construído por meio de orações nulificadoras do sentido do discurso anterior. É o uso do discurso que nos interessa e não possíveis abstrações generalizantes sobre “textualidade”, “intertextualidade” e vocábulos mágicos. A abstração parece ser um enfrentamento com o real e não sua negação generalizante. Voltemos, por ora, ao uso dos termos bélicos.

No escuro da noite, os repórteres Isabel Kershner e Taghreed El-Khodary destacam “explosões agudas”, “fogo de tanques”, “disparos aéreos” iluminando o céu. Os sentidos audio-visuais se transformam na base para a composição da imagem desta nova fase da invasão – sem que sua barbárie seja revelada. A reportagem, em grande medida, se transforma em descrição perceptiva das técnicas de guerra, sem se ampliar para a compreensão racional de sua genética histórica. O uso das categorias bélicas de neutralização (mas não apenas) se dá com a enumeração de alvos atingidos, o registro contábil do número de mortos, a criminalização (ponto político fundamental) do Hamas e a identificação de Gaza como enclave. Um dos termos mais usados pelo NYT, porém, foi o de “guerra”, como categoria definidora de posições semelhantes entre as duas partes. Mas, ao mesmo tempo, o termo foi usado em algumas circunstâncias ligado apenas a Israel, “a guerra de Israel”, o que faz com que todo sedimento textual seja construído nesta partilha profunda entre mídia e visão sionista. Ao construir a matriz de sentido como elemento síntese do consenso entre estes dois pólos, a mídia ocidental e Israel -, na reportagem sobre a reconstrução de Gaza - cria um novo lugar de enunciação. Talvez seja este, ao fim e ao cabo, o roubo de sentido mais atroz deste processo, na medida em que tudo – a invasão, suas causas, modos de resolução, cessar-fogo etc – está nas mãos do duplo político do próprio opressor. O artilheiro político, conquistado e legitimado pela “liberdade de expressão” esconde o roubo de sentido por meio do qual a

história das próprias vítimas é contada através de categorias que as negam na condição humana fundamental de seres vilipendiados. Grosso modo, a construção da imagem da Palestina não está nas mãos dos palestinos; muito pelo contrário, grande parte do jogo estéril no qual eles se debatem se deve à força de opressão de categorias que determinam as regras do jogo em detrimento dos mais fracos.

As justificativas usadas para dissolver as críticas internacionais no que tange ao caso do ONU são, aqui, mais interessantes que as do WSJ. A reportagem em questão é “Israel shells UN site in Gaza, drawing fresh condemnation”. A construção do texto faz uso de duas informações antes de mencionar o disparo ao prédio da ONU. A primeira é calcada nas categorias bélicas, “Israel aumenta sua ofensiva”; a segunda define seu alvo, o “grupo islâmico do Hamas”. Somente após esta estruturação tática é que ficamos sabendo que o alvo atingido foi o escritório da ONU, no centro de Gaza. Portanto, o “acidente” – termo muito usado para a descrição do ataque -, foi inserido em uma cadeia de eventos que começa com o incremento da “ofensiva” israelense contra o Hamas, mas que, não se sabe exatamente a causa, termina mal. A análise da situação vem logo a seguir, apontando para o aumento da condenação internacional de Israel e a crise de sua relação com a ONU. Mas o texto é logo interrompido pela expressão intercalada “[o ataque] que Israel disse ter sido uma resposta ao fogo inimigo”. A personificação de Israel é seguida da mesma estratégia política usada pelo WSJ, a da inserção do ataque em uma sequência temporal, culminando com retaliação defensiva.

A reportagem, em seguida, procede a uma longa digressão, narrando o assassinato do chefe de segurança do Hamas, seu irmão e filho. Mas, ao contrário do WSJ, que apenas mencionou por meio de discurso indireto a “exigência de explicações” de Ban Ki-moon, o NYT descreve com mais precisão a reação do secretário-geral da ONU. Apesar de mínima, a cobertura da mídia democrata apresentou a reação da autoridade como “forte protesto e ultraje”. A expressão foi inserida no texto entre aspas, quando o minimamente racional apontava para a introdução de sentenças críticas que representem a posição das Nações Unidas. O veto, aqui, apesar de não ter tido a mesma dimensão do interdito do WSJ, operou por mutilação da postura da ONU. O jornal também lançou mão da posição do Primeiro-Ministro de Israel, Ehud Olmer e de “oficiais israelenses” para a justificação do ataque, concebido como retaliação aos “militantes” do Hamas. As táticas para a justificação partem de ponto de vista mais amplo, calcado no senso comum israelense, o de que o Hamas usa civis como escudos humanos, signo de sua imoralidade. Se humanos são usados como

escudos, o que não dizer de escritórios, prédios e instalações de agências internacionais – elas podem se transformar em plataformas de ataques! Portanto, o uso de assertivas de senso comum, genéricas e criminalizantes, operou para a formação da base semântica necessária as deduções justificadoras do ataque.

Outra estratégia de reparação de danos políticos construída pelo NYT foi a entrevista – o que não foi feito com o secretário-geral da ONU – com o assessor de imprensa de Olmer, Mark Regev. Por meio da introdução de expressões assertivas como “com certeza” para iniciar a frase, Regev observa que a “agência de refugiados entende que Israel não pode conceder imunidade a terroristas”. Ao citar na sua totalidade a frase do assessor de imprensa, o jornal parece ter contribuído para o roubo da palavra à própria ONU, na medida em que a estratégia discursiva se deu no sentido de falar pelas Nações Unidas. Expressões como “a agência de refugiados sabe” permitem, portanto, falar pelo outro, dizer o argumento do outro, revelar o outro, usurpando, no espaço público, o ultraje da vítima atingida. A estruturação do texto, articulada com a ênfase política da citação, fornece a Israel, na figura de um de seus subalternos, a possibilidade de monopolizar, por meio de um gesto de usurpação, a palavra que não lhe pertence. Por isso, Regev monopoliza a própria interpretação do “incidente”. A única fonte crítica a Israel, o admirável Ging, foi desqualificado pela reportagem. Ging rebate as acusações de que os “militantes” estariam disparando de dentro do prédio, mas a agudeza de sua posição é inserida em uma seqüência depreciativa. A reportagem o retrata como crítico contumaz de Israel e como o funcionário da ONU que concede “longas entrevistas de televisão”.

Por fim, as estratégias político-textuais procedem à construção do panorama mais amplo, determinando o contexto a partir do qual as relações entre Estados Unidos e ONU devem ser percebidas. O uso do discurso indireto, mais uma vez, mostra sua eficácia na sentença “Israel questionou a neutralidade de várias organizações...”, reclamando de que haveria certo caráter institucional “tendencioso” (institutional bias), se referindo, naturalmente, às Nações Unidas. O texto é formulado no sentido não apenas de reproduzir a opinião de Israel, esse ente personificado, mas de estabelecer, implícita e tacitamente, a partilha política entre jornal e sionismo. Usando a expressão, “ao longo das últimas décadas”, a reportagem não apenas absorve o léxico sionista – a “neutralidade” -, mas sistematiza a visão de mundo israelense sobre o papel futuro da ONU já que, nas “últimas décadas”, ele não teria sido neutro. A questão, portanto, não se restringe somente a críticas pertinentes ao passado, na forma de análise da relação entre as partes. Ela, na verdade, se projeta ao futuro,

determinando o papel político que a instituição deveria cumprir no panorama internacional. É sobre o núcleo semântico “neutralidade” que a política das Nações Unidas deveria ser erigida -, entendendo o termo como o distanciamento acríptico diante da invasão israelense, sem falar nas resoluções do órgão. Resoluções essas, é bom não esquecer, fundamentais para a construção da discussão política do conflito Israel-Palestina sobre bases não sionistas. Portanto, parece ser sobre a necessidade de deslegitimar o órgão deslegitimador de Israel, no cenário internacional, que a definição do papel da ONU é formulada. Se do ponto de vista mais amplo, a grande base política que conquistou adeptos no mundo inteiro, responsável pela proposição de saídas não sionistas, é a ONU, nada melhor que lutar por controlar o papel (e o poder) do maior inimigo político. Neste sentido, ao partilhar, por meio da construção do consenso político, a visão de mundo de Israel, a imprensa também atua no sentido de solapar a legitimidade de todo órgão cuja posição não seja marcadamente sionista.

A reportagem ainda se torna mais interessante no rápido retrospecto sobre a política das Nações Unidas no passado, referindo-se à “histórica” sessão de 1947, que criou o Estado de Israel. Para isso, os jornalistas – são quatro profissionais que escrevem a matéria – lançam mão de uma categoria de eficácia política extraordinária que não encontramos no WSJ. “A Israel moderna veio à existência...” (Modern Israel came into existence...) começa a sentença, inscrevendo Israel na nervura mais profunda da matriz sionista, o retorno do povo da diáspora ao território perdido. Ninguém melhor que Edward Said percebeu a eficácia política destas categorias de recorrência, tais como “retorno”, “reconstrução” e, nesta mesma linha, acrescentamos nós, “a moderna Israel”, implicando que Israel já existia antes sobre aquele mesmo território. Por isso, sua presença “moderna” e atual foi apenas a culminância do lapso de alguns séculos durante os quais, “o povo eleito”, após tão árdua diáspora, enfim, retornou. Os árabes palestinos, ou melhor, a existência de palestinos na região se torna apenas, e tão somente, este lapso temporal. A densidade desta categoria surpreendente, sintetizada nesta aparentemente simples expressão, “a moderna Israel”, consegue, seguindo a trajetória de hierarquização racial, intrínseca ao Sionismo, diluir os palestinos no tempo. Cancelados no seu valor humano intrínseco, contabilizados como números nas suas mortes, transformados em refugiados em seu próprio (ocupado) território, agora eles, finalmente, podem ser nulificados na sua permanência temporal. Tática que, no limite, lhes rouba a legitimidade de permanecerem sobre o solo sobre o qual vivem. Este parece ser o terreno arqueológico mais profundo de roubo do tempo e, por isso, do espaço palestinos.

No que diz respeito à relação entre Israel e ONU, a reportagem prossegue, citando

o caso de David Ben-Gurion, que governaria Israel, num ato de desprezo pela instituição, em 1950. Citando “oficiais israelenses”, a manutenção das resoluções, entre as quais, a 242 que exige a saída de Israel dos territórios ocupados, é vista como um ato automático da maioria dos integrantes da Assembléia da instituição. Em outras palavras, a manutenção das resoluções deixa de ser o resultado de análises racionais para se transformar em atos anti-semitas. Neste sentido, a agência de refugiados, ligada à ONU, é acusada – o jornal continua na linha do discurso indireto – por críticos “em Israel” e “fora” (and beyond) de “perpetuar o problema dos refugiados palestinos”. O texto, ao intercambiar a posição sionista com a da própria mídia, passa a “ler” a questão dos refugiados sob as lentes sionistas, escamoteando as causas históricas que engendraram sua enorme massa. A agência ainda seria a única do tipo “apenas para palestinos”, raciocínio que usurpa o fato histórico central de que o conflito Israel-Palestina é um dos últimos imbróglios coloniais do planeta. É a especificidade da questão palestina, a de povo sob (crescente) ocupação, que é interdita pelo discurso síntese da mídia e de Israel. O ponto culminante disto é que a agência de refugiados se torna, em virtude de sua inépcia, a causa do problema dos refugiados. Israel, neste caso, define não apenas as categorias de abordagem da questão, mas todas as operações cognitivas e posturas políticas inerentes ao problema dos refugiados.

Como era de se esperar diante desta representação da ONU, os esforços para a obtenção do cessar-fogo desprezaram o papel da instituição, substituindo-a por um conjunto de países europeus e árabes “moderados”. Este bloco liberal foi capitaneado pelo Egito. Ao longo do conflito, foram sendo construídas alternativas, que lançaram mão da sintonia política entre Egito, Israel e mundo liberal para vetar a saída pela ONU e, desta forma, privilegiar um tipo de cessar-fogo que beneficiasse, completamente, Israel. As condições para o fim dos ataques foram sintetizadas pela reportagem “Rebuilding begins upon a wobbly truce”, do dia 18 de janeiro. O texto começa estabelecendo divisões sequenciais entre os anúncios de cessar-fogo unilateral: primeiro, Israel e “então”, o Hamas. O balanço é que se trata do fim de uma “batalha devastadora”, informando que “Líderes europeus e árabes se encontraram no Egito...”, sem mencionar a não participação de representantes do Hamas e mesmo da própria Palestina. O objetivo do encontro consistiu em estabelecer as bases para a reconstrução de Gaza e o fim do contrabando de armas, além da abertura das passagens, condição do Hamas. Apesar de não participação de Israel, o encontro foi determinado pelas exigências sionistas sobre o fim do contrabando de armas. O plano, elaborado em grande parte pelo Egito, com apoio americano, previa o fim das hostilidades entre Hamas e Fatah para, “ao final”,

reconduzir a facção “moderada” ao governo de toda Palestina. Os líderes europeus foram, em seguida, para Jerusalém, jantar com o Primeiro-Ministro, Ehud Olmer. Participaram deste processo político, além de Egito e “moderados” árabes, os líderes da França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Itália, República Checa.

A dinâmica da reportagem se restringe a descrever a série de encontros, jantares e acordos entre as grandes potências para a determinação da “ordem” no Oriente Médio que beneficie, ao fim, a posição israelense. Como todos os povos ocupados, os palestinos, mais uma vez, não tiveram direito à palavra, negada tanto pelos participantes das mesas de negociação quanto pela mídia ocidental, que se restringiu a reportar o gesto das potências. Sobre o drama de terem se tornado refugiados em seu próprio território e vetados nas mesas de negociação sobre seu destino, a mídia se incumbiu de formular, agora, sua própria chancela sobre os últimos atos da invasão. Desta forma, ao fazer do texto uma espécie de camada transparente entre a realidade objetiva e o leitor, as articulações políticas entre as superpotências são transmutadas em atos naturais, previsíveis, esperáveis mesmo. O jogo ainda mais violento travado sobre o destino de Gaza e dos palestinos, agora nas mesas de negociação, é comutado em acordos sobre “contrabando de armas”, o “fim dos túneis”, a “abertura das passagens”, diluindo a conteúdo político central – a rapacidade com que as potências e Israel lutavam por estabelecer uma ordem no Oriente Médio que culminasse com a queda do Hamas e a ascensão dos “moderados” ao poder. Vence a linha sionista ao passo que o outro campo gravitacional de interesses políticos, que havia se encontrado no Qatar, é desqualificado como grupo de radicais. Mas é justamente este grupo, composto por Khaled Meshal (líder do Hamas na Síria), Irã, Síria e Mauritânia, que apresentava propostas divergentes da dos “moderados” e liberais, respeitando a legitimidade política que o Hamas havia angariado no pleito de 2006.

Em síntese, vimos como o NYT e, antes o WSJ, usam as categorias bélicas para neutralizar a descrição do conflito e, ao mesmo tempo, para formular a imagem de Israel como superpotência militar. Ainda acompanhamos as estratégias de justificação do “incidente” ao prédio da ONU que inserem o episódio dentro de sequência de fatos ocasionados pelo Hamas, o que teria obrigado Israel a “responder defensivamente”. Neste caso, ainda vimos a seleção de fontes oficiais da própria cúpula sionista para explicarem o ataque. No caso do NYT, a questão foi mais densa, na medida em que a relação com a ONU foi contextualizada dentro da perspectiva israelense, o que permitiu ver a instituição como tendenciosa e, no limite, até anti-semita. O problema dos refugiados também foi deslocado

para a agência de refugiados, vetando as causas históricas que o engendraram, a ocupação israelense. O próximo trecho diz respeito ao modo como o NYT construiu o conceito de “terrorista”, selecionando e reproduzindo o discurso oficial da Casa Branca.

4.7.10 A construção do substrato mais elementar: o “terrorista”

Se a ONU é substituída pelos acordos internacionais estabelecidos entre as potências européias e Egito, a desqualificação do Hamas, ponto determinante de toda cobertura do NYT, enquanto seu substrato semântico primeiro, chegou a seu cúmulo no dia 27 dezembro, quando o conflito estava começando. Como os oficiais da Casa Branca assumiriam, toda a cúpula americana sabia, com dias de antecedência, da invasão então prestes a ser lançada. Com as primeiras bombas caindo, Georg Bush se incumbiu de ir a público e fornecer a sua versão do conflito. Enquanto os líderes mundiais pediam o fim da violência, Washington se incumbia de determinar sua visão das coisas. O assessor da Casa Branca, Gordon Johndroe, sentenciou que o Hamas, “o grupo que controla Gaza”, é “responsável pela irrupção da violência”, dentro da perspectiva de que eles teriam provocado o bombardeio por terem efetuado os disparos de mísseis. Se os mísseis eram “completamente inaceitáveis”, “essas pessoas [Hamas] eram brutamontes” (difícil tradução: these people are nothing but thugs). A construção do texto lança mão, neste caso, de citação, tática que intensifica o sentido do discurso em virtude de sua referência direta. Temos, neste pequeno trecho, todos os ingredientes centrais de criminalização, comutação de efeito em causa e deslegitimação. Ao impor sobre o Hamas toda a culpa como “responsável” pela violência, a Casa Branca define o criminoso, estipula seu crime e, ao mesmo tempo, justifica as ações de Israel como retaliação defensiva. Neste sentido, a estratégia de criminalização também insere todas as discussões políticas na matriz epistêmica que, ao definir culpa e culpado, também determina os meios legítimos de resolução do conflito e, por extensão, grande parte das condições sobre o desenlace dos embates.

O ataque se transforma em “defesa legítima”; os efeitos são comutados em causa; as vítimas transformam-se em agressores. Desta forma, sentenças definitivas são possíveis, tais como “Israel vai defender seu povo contra terroristas como o Hamas”. A secretária de Estado, Condoleezza Rice, se responsabilizaria por adicionar mais força à posição americana ao enfatizar que os Estados Unidos “condenam fortemente os repetidos” ataques de mísseis contra Israel e tem o “Hamas como o responsável pela quebra do cessar-fogo e pela renovação da violência em Gaza”. A condenação, como bem percebeu Robert Pear, autor da reportagem,

foi formulada com contundência ao passo que os disparos de mísseis foram inseridos em uma seqüência, que quebrou o cessar-fogo e renovou a violência. Os “terroristas” do Hamas são, portanto, definidos como aqueles que rompem com compromissos, quebram sua palavra, renovam a violência e obrigam Israel a defender sua existência. A construção da representação do Hamas como “grupo terrorista”, ou melhor, a formulação de um conceito negativo como elemento basal a partir do que o grupo será visto ao longo do conflito, é adensada pela remissão a outros atores políticos. O jornalista, aqui, lança mão de fatos precedentes da campanha de Obama, em que o então candidato define o conflito no Oriente Médio, citando suas filhas. “Se alguém estivesse lançando mísseis na casa onde minhas duas filhas dormem à noite, eu iria fazer tudo que estivesse ao meu alcance para pará-los”, exemplificou, completando que “Eu [Obama] espero que Israel faça o mesmo”. Por meio da remissão a factóides propagandísticos de campanha, a reportagem consegue introduzir na esfera pública categorias de análise do conflito que tendem a definir os limites da política do próximo governo. Ao “lembrar” tanto Obama quanto seus eleitores de sua posição de campanha, o jornal atua no sentido de construir espaço político demarcado pelas posturas de apoio explícito a Israel, contribuindo para determinar os limites dentro dos quais o próximo presidente poderia agir. Deste modo, o NYT parece agir no sentido de, a exemplo da Rede Globo nas eleições do “risco Brasil”, extrair do candidato vencedor a anuência de que agirá dentro dos preceitos explicitados na arena pública durante sua campanha. Portanto, mais do que a construção da imagem de Obama como candidato ligado a Israel, o que está em jogo é a construção dos limites da política externa dentro dos quais o candidato vencedor – afinal, qualquer candidato – pode se mover. A camisa de força já estava sendo preparada pela mídia; bastava a Obama -, e ele viria a fazê-lo -, apenas vesti-la, conduzindo ao cargo aquela que seria a representante mais clara da “linha dura” dos democratas. Posicionada, praticamente, na fissura entre os dois partidos, a Hillary Clinton pode ser vista como o elemento político comutador entre as posições políticas dos dois grandes partidos republicanos.

Vimos a construção do substrato semântico elementar, o “terrorista”, como produto das seleções ideológicas do NYT e da introdução de categorias de análise que contribuem para a definição do escopo da política internacional do próximo presidente.

4.8 Análise Quantitativa

Nossa intenção nesta parte do trabalho consiste em articular os estudos qualitativos com a análise das menções de termos fundamentais à construção da imagem do

conflito Israel-Palestina. Por menção, aqui, entendemos a construção de sistemas de representações sobre sujeitos históricos no espaço público de tal forma que o uso de termos designativos tem o poder não apenas de lhes conferir existência, mas de determinar seu modo de ser percebido e pensado na esfera pública internacional. Portanto, mencionar é, fundamentalmente, um ato político de circunscrição dos limites daquilo que pode ser pensado, no espaço público da visibilidade midiática. É dar vida e sentido e, ao mesmo tempo, fornecer as categorias cognitivas por meio das quais o sujeito então mencionado passa a existir. Por meio deste processo, as estratégias de criminalização de grupos sociais adquirem sua plena eficácia política, determinando tanto os limites da discussão quanto as formas de ação sobre o mundo.

Nossa primeira tabela (número 1) aponta que, das 15 manchetes do WSJ, nove delas mencionaram Israel; a mesma quantidade de citações pôde ser constatada no que diz respeito ao NYT, embora em um número maior de manchetes (23). O Hamas, ao contrário, aparece em apenas duas das manchetes do jornal republicano e 3 das do democrata. No entanto, mais importante que as poucas menções ao Hamas – analisaremos o enquadramento a seguir -, o que nos chamou a atenção foi o fato de que a Palestina não apareceu em nenhuma das manchetes de nossa amostragem. Em outras palavras, a guerra parece ter sido construída sobre a imagem de um enclave, Gaza, território fragmentado sem conexão política com a Cisjordânia. Tendo em vista esta cisão política, que se sobrepõe, no caso, à fragmentação territorial, a própria existência da Palestina enquanto Estado soberano fica, epistemologicamente, vetada. A cisão simbólica duplica a territorial. A guerra, portanto, pode ser travada contra Gaza e não mais contra um Estado que luta pela sua independência de Israel, fato histórico que implica a ligação territorial e, naturalmente, política entre os dois grandes fragmentos de terra.

Tabela 1

Local	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Estado judeu	0	0
Israel	9 menções em 15 manchetes	9 menções em 23 manchetes
Palestina	0	0
Hamas	2 menções em 15 manchetes	3 menções em 23 manchetes

Além desta questão central de veto à existência da própria Palestina, enquanto Estado possível em um futuro histórico possível, o enquadramento foi, é claro, outro elemento determinante da construção das imagens dos contendores. Como podemos ver pela tabela número 2, o Hamas aparece apenas duas vezes nas manchetes do WSJ, tendo cobertura negativa nos dois casos. Na primeira, o grupo é citado em função do aumento de seu contra-ataque a Israel, (Israel Presses Gaza Attacks as Hamas setps up Response); na segunda, o Hamas ignora resolução da ONU, com Israel. A manchete foi Israel, Hamas Ignore UN Resolution Calling for Cease-Fire in 14-Day Conflict. No caso do NYT, as manchetes são ainda mais veementes na medida em que colocam o Hamas em franca oposição a qualquer processo de paz, tendo como parâmetro suposta posição pacifista de Israel. Neste caso, a manchete foi Israel declares cease-fire, Hamas says it will fight on. Cria-se, como é comum nos processos de essencialização, uma dicotomia binária na qual o pólo israelense encarna os projetos de paz e negociação ao passo que o Hamas representa a intransigência e intolerância “terrorista”. Na segunda manchete dos democratas, o grupo é colocado não mais na posição beligerante, mas como vítima do poderio de Israel – Israel says strikes against Hamas will continue. Nesta manchete, temos, na verdade, sob a capa da neutralidade, todo o aspecto virulento de Israel que detém o monopólio da palavra e da violência física, pois é capaz de contribuir para determinar – neste jogo de articulações – a violência simbólica do título da reportagem. É interessante observar que a violência, aqui, não é criticada, mas, ao contrário, neutralizada sob o véu das construções indiretas. A gota d’água da cobertura do NYT fica por conta da reprodução da visão de mundo da máxima autoridade americana, a Casa Branca, que coloca toda a culpa do conflito no grupo – White House Puts Onus on Hamas to End Violence. Mais uma vez, a reprodução do discurso autoritário de autoridade leva à construção de uma visão de mundo autoritária, que determina os parâmetros de discussão do conflito a partir da criminalização do Hamas. Como o criminoso é, portanto, definido antes de qualquer coisa, as ações sobre o conflito passam a estar determinadas pela politização à direita de toda a análise. Desta forma, o NYT, como o WSJ, faz uso de manchetes que apelam para a criminalização do Hamas. No caso do veículo de tendência democrata, a primeira estratégia consiste em opor o Hamas à qualquer opção pacífica; em seguida, o grupo é vitimizado pelo poderio israelense para ser, por fim, criminalizado pelo discurso de autoridade autoritário da Casa Branca.

Tabela 2

Abordagem (positiva/negativa)				
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)		New York Times (NYT)	
	Hamas	0	2 -	0
Israel	8 +	1-	7+	2-

A respeito da Casa Branca e do discurso autoritário de autoridade ainda vale a pena ressaltarmos que, a despeito da desproporção das manchetes (15 do WSJ para 23 do NYT), o veículo republicano contou com o dobro de menções. Como podemos ver pela tabela 3, foram duas citações envolvendo a Casa Branca e o presidente Georg Bush em contraposição a apenas uma do NYT. Estes números apontam para uma posição mais conservadora do WSJ, tendo em vista sua relação umbilical com a então administração republicana. Na primeira manchete, a relação se encarna na impressionante reprodução da posição do último presidente, Bush Asserts Israel's right to Defend, um artigo de opinião, é certo, mas que expressa toda a visão de mundo compartilhada pela Casa Branca e o WSJ. Outro elemento digno de nota é o fato de que o autor do artigo de opinião citado é o jornalista Jay Salomon, responsável pela maior parte da cobertura do último massacre palestino.

Tabela 3

Número de menções EUA/Casa Branca		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
EUA/Casa Branca	2 (15)	1 (23)

As saídas para o “conflito”, com apontamos anteriormente, se dividiram entre duas grandes opções, o plano egípcio, que encarnava o interesse dos Estados Unidos e do eixo europeu liberal, e o plano da ONU. Em nenhuma das manchetes dos dois jornais, coletadas pela amostragem, foi feita menção à ONU e sua posição quanto ao cessar-fogo. Ao contrário, o plano do Egito foi apoiado, claramente, pelo WSJ ao reproduzir a posição americana, encarnada na manchete US Backs Egypt's Plan for a Cease-Fire in Gaza. O texto foi escrito por Jay Salomon (o autor do ensaio republicano) e Charles Levinson. A outra manchete é de

artigo de opinião cujo conteúdo apontava para os dilemas enfrentados pelo Egito. Caso abrisse a passagem, o país poderia se ver mergulhado em uma grande maré de migrações terroristas. Naturalmente, o artigo opta pela manutenção do bloqueio à entrada dos palestinos. Em síntese, qualquer que seja a saída mencionada para o “conflito”, ela se dá na forma do plano egípcio, como se vê na tabela 4. Desta forma, a ONU é vetada como espaço internacional por excelência de resolução e negociação de conflitos internacionais, desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, o plano dos países árabes, vinculados ao “Eixo do Mal”, Síria e Irã, também não foi mencionado nas manchetes. No entanto, foi tal plano que contou com a participação efetiva da delegação palestina que, fora do escopo colonial, seria o ator internacional mais importante para decidir sobre seu próprio destino.

Tabela 4

Planos de Solução do Conflito		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Egito	2 (15)	1 (23)
Outros planos	0	0

A tabela 5, por sua vez, aponta as menções à posição dos Estados Unidos. Por posição, aqui, entendemos a visão de mundo expressa com clareza lapidar e sem disfarces. Em outras palavras, ela encarna de maneira crua a visão hegemônica americana. No caso do WSJ, a posição americana é de apoio direto a Israel no que diz respeito à auto-defesa. Vale acrescentar, aqui, que o mesmo direito não é mencionado no que diz respeito aos palestinos. A segurança, enquanto questão crucial à sobrevivência de qualquer nação, é deslocada e mantida como temática única e exclusiva de Israel. Neste sentido, ao apoiar por reprodução aparentemente neutra, o discurso autoritário de autoridade, o jornal contribui para construir os limites da discussão sobre o “conflito” em torno da agenda de segurança israelense. A questão palestina, neste caso, se transforma em um subproduto desta discussão mais ampla cujo centro nevrálgico é a própria existência de Israel – percebida em termos de segurança. A segunda posição dos Estados Unidos, já mencionada, é a de apoio ao plano egípcio, outro nome para as estratégias hegemônicas americano-sionistas na região. Já o NYT deixa clara a posição americana em uma manchete na qual menciona o fato de que a Casa Branca coloca todo o ônus da guerra no Hamas.

Tabela 5

Número de menções à posição dos EUA		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Posição dos EUA	2 menções	1 menção

Os números da tabela 6 seguem o mesmo padrão, pois constroem a imagem de Israel como país comprometido com o processo de paz. Das duas menções a “cessar-fogo” ou “fim de conflito” do WSJ, a primeira informa que Israel sinalizou sua prontidão para o desenlace dos “conflitos”. O interessante, aqui, é o uso do adjetivo novo (new) na manchete Israel Signal New Readness to End Gaza Offensive. Desta forma, a prontidão dos sionistas para o término do conflito é inserida em sequência de ações já desencadeadas e tentadas. O processo é sempre colocado em termos de recorrência, repetição, “nova prontidão”. Já o NYT, sempre mais sofisticado, elaborou as manchetes sobre o cessar-fogo de várias maneiras, muitas vezes construindo as informações sobre o movediço terreno da ambigüidade. Foi o caso de Israel Rejects Cease-Fire, but offers Gaza Aid, estrutura contraditória que permite a diluição do ato unilateral de Israel através de ajuda humanitária. Desta forma, o próprio processo do massacre tende a ficar camuflado sob a capa de benevolência trazida pela segunda parte da sentença. Outra tática eficiente diz respeito à construção – também presente no WSJ – de oposição binária entre Israel e Hamas. Israel declares Cease- Fire, Hamas says it will fight on é um exemplo claro do processo de essencialização, já mencionado, por meio do qual as ações são capazes de ontologizar cada uma das partes. A posição pacifista do Estado que se quer única e exclusivamente judeu é, aqui, contraposta à essencialização do árabe sempre disposto à luta.

Tabela 6

Número de menções ao cessar-fogo ou fim de conflito		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Cessar-fogo/fim de conflito	2 menções	3 menções

Um dos pontos mais interessantes, porém, diz respeito ao modo como as manchetes reproduzem as comutações de sujeito histórico. Por comutação entendemos o ardil

político de ocultação do sujeito responsável pela perpetração de crimes, como invasão, ataque a edifícios da ONU, genocídio, enfim, qualquer ato de barbárie que acarrete clamor público. O que nos interessa, portanto, são as estratégias gramático-textuais – naturalmente, pensando as palavras como verdadeiros veículos armados – destinadas a negar, ocultar, neutralizar, camuflar e legitimar qualquer sujeito histórico criminoso. A tabela 7 traz, primeiro, dados sobre o WSJ, responsável por três comutações. A primeira (Israeli troops cross Gaza Border) aponta para o início de um dos períodos mais sangrentos do massacre, o combate por terra, onde os oponentes se engajam na luta física. A segunda inversão informa que os ataques aéreos continuam pelo quarto dia seguido, no início da invasão (Israel Airstrikes continue for fourth Day). A última diz respeito, novamente, à invasão por terra, Israeli ground-invasion threat looms in Gaza. Em todas as manchetes o sujeito “Israel” é substituído por “soldados israelenses”, “ataques aéreos israelenses”, “invasão por terra israelense” ao que tudo indica para neutralizar os efeitos de dois momentos sintomáticos da invasão – o bombardeio contínuo (quarto dia) e a iminência do mais atroz momento da ocupação, as carnificinas corpo a corpo e a retaliação do território de Gaza pelos tanques israelenses. A comutação, desta forma, opera no sentido de amenizar o quadro histórico real de barbárie implicado nos bombardeios aéreos e nos assassinatos corporais.

O NYT opera, em linhas gerais, o mesmo mecanismo. O que nos chamou atenção, aqui, diz respeito, porém, ao uso da comutação em momentos específicos, responsáveis por grande clamor público. O caso dos ataques aos prédios da ONU é sintomático. Israel strike hits UN building in Gaza Strip ou Israeli Shell kill 40 at Gaza school ou ainda Israel strike kills at least 30 refugees near UN school in Gaza (esta última foi publicada no caderno “África”). Em todos estes eventos, que chegaram em alguns momentos a ser definidos como “acidentes”, o sujeito histórico real é substituído pelo arsenal bélico. Desta forma, o crime do ataque – responsável pela morte de cerca de 40 seres humanos – é deslocado para a aparelhagem ou ação bélica, fazendo com que o “Ataque israelense atinja...”, ou “Bomba de Israel mata...” etc. A aparente sutileza do processo de neutralização do criminoso histórico real só pode, por outro lado, ser compreendida quando se leva em questão o que já apontamos na análise anterior. Nestes casos, a legitimação do “acidente” é feita por meio da articulação de uma série de táticas. Por exemplo, o uso do discurso autoritário de autoridade, que veta à própria ONU o direito de criticar o massacre israelense, definindo as dezenas de mortes como “acidente”. Ao mesmo tempo, os assassinatos foram introduzidos dentro de sequência temporal que coloca os guerrilheiros do Hamas como causa, pois, para as “autoridades

israelenses”, houve disparos da escola ou do prédio. Os esquemas de legitimação da posição israelense e de deslegitimação da ONU e dos críticos são estruturados, aqui, deslocando a causa dos massacres para o Hamas, que não se preocuparia com a vida de civis. Por isso, a sutileza das manchetes, posicionando o sujeito histórico na aparelhagem bélica – o que sempre permite o erro de cálculo, o disparo acidental – é uma das táticas que serão, posteriormente, desenvolvidas, em vários e diversos níveis, ao longo do corpo textual das reportagens. Cada sedimento traz consigo uma série de táticas desde o autoritarismo neutro da reprodução do discurso de autoridade, com citações, muitas vez do próprio Primeiro-Ministro, até deslocamento do culpado para o Hamas. Como corolário, as críticas da ONU, cujo prédio foi destruído junto com seus alimentos, são postas no discurso indireto que dilui a proximidade e a força política. (Não esquecendo que, devido à sua própria complexidade, o discurso indireto pode servir para a partilha de um mesmo ponto de vista. O sentido das estratégias gramaticais, portanto, reside no seu uso.)

Tabela 7

Referências à Comutação de Sujeito		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Comutação de sujeito	3 comutações	7 comutações

O WSJ, fazendo jus à sua posição republicana, também se encarregou de publicar os discursos de Bush, defendendo o direito de Israel de auto-defesa (tabela 8).

Tabela 8

Menções ao Direito de Defesa dos envolvidos no conflito		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Direito de defesa israelense	1 menção	0
Direito de defesa palestino	0	0

O fósforo branco, cujo uso é proibido em áreas densamente povoadas, foi manchete apenas do NYT, dentro da coleta da amostragem. O jornal democrata, como já aludimos anteriormente, também lança mão de outras táticas de legitimação da guerra. Um de seus instrumentos centrais é a construção da imagem do soldado moral, figura do combatente

israelense que se vê obrigado a lutar por seu país. Esta figura que adquire ares quase míticos entre os sionistas foi também a instrumento de justificação da “campanha” – “Israelis honor fallen soldiers, while seeing the Gaza Campaign as justified”. Houve poucas menções, nas manchetes, a palestinos e israelenses; no entanto, o mesmo número de citações deve ser compreendido em termos de diferença de enquadramento. Os israelenses são mostrados “unidos” ao passo que os palestinos, habitantes de Gaza, se tornam o retrato da desesperança e do desespero. O Irã, por sua vez, obteve uma menção negativa do WSJ, que apontava, sempre amedrontado com os resultados do conflito de 2006, a guerra do Hisbollah, que aquele país estava se beneficiando politicamente do clamor internacional.

Tabela 9

Menções ao Fósforo Branco		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Fósforo branco	0	1 menção

Tabela 10

Menção à figura do soldado combatente		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Figura do soldado combatente	0	1 menção

Tabela 11

Menção a palestinos e israelenses		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Palestinos/habitantes, povo de gaza	0	1 menção
Israelenses	0	1 menção

Tabela 12

Menção ao Irã		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Irã	1 menção	0

O vocabulário bélico e suas funções já foram analisados anteriormente. Gostaríamos apenas de pontuar alguns elementos trazidos pelas tabelas. O WSJ traz uma série de rótulos cuja função indica a tentativa de criar a imagem do conflito entre dois contendores com forças similares. O termo mais usado nas manchetes foi “ofensiva”, o que dilui o desequilíbrio e toda a rapacidade do massacre – diga-se, de passagem, a palavra massacre não foi utilizada sequer uma única vez pelos jornais. O termo “batalha” foi usado uma vez, assim como “ataque” ou palavras que, clássicas no léxico bélico, mais encobrem do que esclarecem qualquer evento. Desta forma, por meio de termos genéricos, a construção da representação do massacre obteve o resultado de diluir toda sua nervura histórica, equalizar oponentes desiguais e circunscrever o debate dentro dos preceitos despolitizantes pelos quais as guerras são, via de guerra, pensadas e percebidas.

Tabela 13

Vocabulário bélico mencionado pelo Wall Street Journal (WSJ)	
Battle	1 menção
Attack	1 menção
Assault	1 menção
Offensive	2 menções
Israeli troops	1 menção
Airstrike	1 menção
Ground invasion	1 menção
Conflict	1 menção

O NYT também procede a operações semelhantes, embora no caso do veículo dos democratas exista uma postura mais sutil no que diz respeito à legitimação das atrocidades de Israel. As manchetes estão prenhes de comutação de sujeito histórico de forma a ocultar as atrocidades mais veementes articuladas com termos generalizantes sobre o massacre. Desta

forma, a invasão é transformada em “incursão” e o genocídio aérea, responsável pela destruição de grande parte da infraestrutura de Gaza, é representado como um conjunto de “ataques aéreos”.

Tabela 14

Vocabulário bélico mencionado pelo New York Times (NYT)	
Israeli bombing	1 menção
Israel shells	2 menções
Israeli troops	2 menções
Strikes	3 menções
Incursion	1 menção
Woobly truce	1 menção
Gaza rocket fire	1 menção

Para finalizar, é interessante observar como o uso de termos pacifistas, equilibrados, racionais, tais como “apelo”, “aviso”, “trégua”, estão quase sempre ligados às posições supostamente tomadas por Israel. O jornal que se valeu mais da construção da imagem israelense por meio de termos positivos, que conferem, em última instância, preceitos moralizantes a seu destinatário, foi o NYT. Desta forma, *Israel Issues an Appeal to Palestinians in Gaza*, o que coloca os sionistas na posição de quem apela ao povo palestino, daquele que avisa antes da retaliação. A expressão “aviso”, como se viu ao longo do massacre, operou no sentido de camuflar a determinação israelense ao povo de Gaza de retirar seu apoio político ao Hamas. Neste sentido, o uso do termo operou para vetar simbolicamente a real dimensão da atitude sionista – a ação retaliadora aos palestinos, o castigo físico por terem apoiado os inimigos de Israel. Negando a rapacidade do imperativo, o “apelo” pôde funcionar, na dimensão midiática, como capa protetora às intenções reais israelenses. Outros termos, muito significativos, foram utilizados - “trégua”, “unidos” e “enlutados”. O primeiro apontando para a posição pacifista de Israel enquanto que “unidos” consolidava o liame do povo judeu, que via a “guerra” como “justa”. As expressões operaram, portanto, para moralizar a imagem de Israel, na sua saga de Estado judeu e se coadunam à manufatura textual clássica do NYT, que procura legitimar o Sionismo em termos existenciais e éticos.

É interessante notar que este tipo de tática, de fato, não foi usada pelo WSJ. Praticamente nenhuma das expressões compôs as manchetes do veículo republicano, apenas

“ajuda” e “prontos para acabar com a guerra”. Tendo em vista a inserção do WSJ no sistema financeiro americano e seus laços umbilicais com o Partido Republicano, acreditamos que a confecção das manchetes deste jornal procurou consolidar uma visão mais agressiva e unilateral do Hamas, abrindo caminho para posturas mais agressivas a Israel. Portanto, esta linha de construção de imagens perceptivas essencializadas dos palestinos, como mostramos, calcadas no unilateralismo e na agressividade (ontologizada), estariam serviam de quadro semântico para a opção por uma política de violência. Muito mais do que a construção da legitimidade da guerra por meios de imperativos ético-filosóficos e imperialistas – ambigüidade intrínseca à cobertura do NYT -, o que vemos no WSJ é a opção clara pela exterminação do Hamas e destruição dos túneis. Na busca pela melhor sanção à agressividade sionista, sem esquecer os fantasmas da guerra do Hisbollah, não houve espaço para construções moralizantes. (Dados na tabela 15, na próxima página).

Tabela 15

Menção a categorias favoráveis/ desfavoráveis		
Fonte	Wall Street Journal (WSJ)	New York Times (NYT)
Apelo	0	1 menção
Aviso	0	1 menção
Trégua	0	1 menção
Enlutados	0	1 menção
Unidos	0	1 menção
Refugiados	0	1 menção
Prontos para acabar guerra	1 menção	0
Ajuda	1 menção	1 menção

5- Consideração Finais

O *Wall Street Journal* e o *New York Times* cobriram a última invasão seguida de massacre em Gaza, utilizando semelhantes recursos político-textuais na construção das imagens do conflito. As duas mídias lançaram mão de técnicas de distorção, censura, interdito e manipulação na tentativa de definir os limites do debate público, tanto no que diz respeito às suas categorias cognitivas e avaliações quanto, grosso modo, nas ações. A análise do conteúdo dos textos e dos dados quantitativos referentes às menções de termos mostrou que o ponto central do processo de cobertura do conflito procurou criminalizar o Hamas, responsabilizando o grupo por toda a violência do massacre. Neste sentido, a estratégia mais eficiente foi construída a partir da articulação de substratos de sentido para o enquadramento do Hamas como grupo islâmico terrorista. Desta forma, as coberturas puderam identificar a milícia a partir de dois pontos-chaves: primeiro, como islâmica; depois, como terrorista. A partir desta dualidade, islamismo e terrorismo se tornaram categorias de comutação de sentido permanente, intercambiáveis e, por isso, passíveis de serem pensadas e percebidas como sinônimos. Sobre a construção desta primeira similaridade, foi possível percebermos que terror e islamismo se tornam categorias identificadoras e auto-referenciais. Um dos pólos passa a remeter, necessariamente, ao outro, de forma que o grupo islâmico, em particular, e os palestinos, em geral, passam a ser percebidos dentro da categoria maior do “terrorismo”. Em outras palavras, o “terror”, construído como elemento característico dos árabes, torna-se intrínseco, especialmente, ao Hamas. O processo consiste, portanto, na ontologização dos palestinos.

A técnica de construção de criminalização do outro, cujas origens remontam ao que Edward Said chama de Orientalismo, é formada sobre substrato ainda mais elementar de desqualificação de povos em ocupação - a sua falta de valor. Na medida em que são retratados como refugiados em seu próprio território, irredutíveis e violentos, a imagem dos palestinos se torna refém de categorias massificantes e numéricas. Sujeitos sem valor, que apóiam milícias armadas. Sempre dispostos a romper com o último acordo, a exemplo do que ocorreu com o cessar-fogo que, segundo a mídia, foi rompido pelo Hamas. Despidos de sua humanidade, cujas mortes foram contabilizadas em registros numéricos, sem termos civis mínimos de construção de cidadania, os palestinos foram percebidos a partir de uma visão global nulificante. As técnicas de construção de sentido do árabe, aqui observadas, usaram este substrato biológico, resultado da usurpação da mínima cidadania, como elemento basal para enquadramentos criminalizantes. Sobre a vida biológica, distante dos ideais e valores

liberais, foi possível construir a imagem marcante, intrínseca e, por isso, ontologizada do Hamas como grupo terrorista. A vida destas pessoas é açambarcada por categorias que operam, portanto, a partir de uma dupla concepção: seres sem valor e militantes terroristas. Neste sentido, apesar de aparentemente simples, os termos designativos como “grupo islâmico”, “milícia terrorista”, “o número de mortes de palestinos subiu para...” , usados indiscriminadamente pelas duas mídias, usurpam aos palestinos seu valor humano básico. Ao mesmo tempo, estigmatizam-nos como “terroristas” ou, no mínimo, com massa populacional que apóia “terroristas”.

A operação política do uso de designativos, por outro lado, é usada em sentido oposto no que diz respeito aos israelenses, em geral, e a seus soldados, em particular. Neste caso, os termos aplicam expressões particularizantes para descrever a máquina de Israel, como “o exército israelense”, o “Estado judeu”, “as comunidades judias do sul de Israel”, construindo um universo particular, onde todos possuem identidades precisas, situadas na estrutura do Estado de Direito Ocidental. Não mais “grupo”, “milícia”, mas “exército”. Não mais “palestinos”, mas “comunidades”, a “cidade de...”, “os moradores de...”, que, em função dos mísseis do Hamas, estão “aterrorizados”. O sentimento de angústia, temor e medo são deslocados para os israelenses, identificados como seres humanos que temem mísseis, acuados diante do “terror” do Hamas, e civis que “moram”, “habitam” e deixam de ir ao trabalho devido à “guerra”. Portanto, o uso destas categorias genéricas de apelo à identidade dos israelenses tende a construir imagens que formam, em certa medida, o oposto cidadão de tudo que vive fora dos limites político-epistemológicos de Israel, esse Ocidente, cravado no Oriente Médio. A Palestina e sua saga se tornam uma visão em negativo do Sionismo. Quando os palestinos obtêm, por sua vez, a palavra, ela é marcada pelo drama, desespero, destempero, pelo espírito “desafiador”, contribuindo para inseri-los na massa, categoria de refugiados em seu próprio território.

As duas mídias também fizeram intenso uso de categorias geracionais, abstratas e parentais para se referirem às vítimas de Gaza. São apenas “palestinos”, “irmão” de terrorista, “filho” de terrorista, “militantes” mortos, o “chefe de segurança do Hamas” foi assassinado etc. A construção que os dois jornais fizeram da morte operou no sentido, primeiro, de contabilizá-la em registros numéricos, sempre ascendentes, dia a dia; segundo, neutralizá-la pelo uso de categorias generalizantes. Mas, ao mesmo tempo, houve outro elemento interdito cuja invisibilidade contribuiu, eficazmente, para a imagem massificante das vítimas: a falta de informações sobre as condições da morte e sobre os tipos de ferimentos.

Desta forma, a “chefe de segurança” palestina foi morto em um “ataque de Israel”. Nada mais se sabe. Seu filho e irmão também foram executados, sem que a reportagem se conceda o exercício básico de questionar a legitimidade da morte de civis (e, no caso, crianças). A única coisa que o leitor sabe sobre a morte deste garoto consiste no fato de que o menino era “filho” do “militante” e nada mais. A morte, como crime contra a humanidade ao atingir uma criança e um civil, permanece interdita pela organização interna do discurso. A identificação deste garoto com o pai, o “militante”, tende a desqualificar seu próprio assassinato, duplicando, em nível simbólico, o extermínio biológico de que havia sido vítima.

O princípio basal, no caso, a relação de parentesco entre o menino e o pai “militante”, determina todo o restante da tática político-textual. Esta relação umbilical permite com que o garoto se torne, como seu pai, matável. São seres que oscilam no complexo umbral da matabilidade, de forma que seus executores não se tornam assassinos. Um impressionante processo de desqualificação da vida, reduzindo-a ao nível biológico e fragmentando-a de sua cidadania é realizado no espaço epistemológico anterior à figura do crime e do criminoso. Desta forma, despidas de seu valor humano, as vítimas não têm o poder de operacionalizar o processo de criminalização de seus assassinos. Neste nível, a desvalorização (em todos os seus âmbitos) impede que a operação que constrói a figura do próprio executor seja vetada na sua origem. O *homo sacer* ainda vive entre nós.

Os israelenses, ao contrário, são designados por categorias específicas e, sobre elas, conhecemos os elementos centrais das situações que levaram às mortes ou aos ferimentos. Deste modo, sabemos quais as causas do assassinato – quase sempre os mísseis do Hamas – e a gravidade dos ferimentos, além da cidade da vítima e, em alguns casos, até sua idade. A vítima israelense é construída na sua idade, origem, cidadania e, simultaneamente, densificada pela remissão às causas de sua morte ou ferimentos. Para a mídia ocidental, em Israel, as vítimas têm rosto. Não são apenas “israelenses”, na medida em que a categoria genérica é, via de regra, dividida em termos mais específicos como “civis”, “moradores” etc.

Para a maior eficácia política do uso destas categorias, os jornais lançaram mão do discurso indireto, estratégia por meio da qual o repórter pode assumir o ponto de vista da fonte. A técnica das frases indiretas, no presente contexto, talvez tenha sido uma das armas mais eficientes de construção da imagem do conflito em Gaza, pois permitiu a identificação, quase que permanente, entre mídia americana e Israel. Na medida em que o discurso indireto implica o deslocamento do ponto de vista do autor, que passa a narrar a perspectiva da fonte, a organização do texto se torna espaço político privilegiado de comunhão de idéias. A ordem

indireta abre, portanto, a dimensão tática central de comutação de perspectivas e, por isso, de partilha definitiva do ponto de vista apresentado sobre o conflito. Portanto, ao fazer das palavras da fonte suas próprias palavras, as reportagens conseguiram criar o local de enunciação do discurso, cuja fonte era, quase sempre, a visão sionista de mundo. Foi nesta partilha, intrínseca à tessitura interna do texto – que duplica a partilha política externa ao texto –, que a mídia estabeleceu sua estratégia permanente de compartilhamento tácito do Sionismo, como visão de mundo dos conflitos no Oriente Médio.

Como a mídia, por meio da partilha de sua posição com as de Israel, construiu cobertura sionista do conflito, uma de suas conseqüências mais nefastas consistiu na delimitação do universo político dentro do qual a “guerra” foi percebida e pensada. Esta delimitação se encarnou na construção da agenda de segurança como plataforma política de discussão de toda a invasão seguida de massacre. Neste caso, a política americana, nos pós 11 de setembro, com o ataque às torres gêmeas, conferiu os elementos semânticos centrais para a conformação da política de enquadramento da violência. Tendo em vista que a segurança dos Estados e suas populações foi elevada a prioridade número 1 e que este elemento foi definido em termos de “ataques defensivos” contra “terroristas”, a cúpula militar israelense pôde manipular toda discussão pública na equação de luta contra o Hamas. O contexto ocidental pós-11 de setembro serviu, sem dúvida, de lastro político de enquadramento do conflito. Para isso, foi necessário que a mídia desempenhasse papel central nos interditos à memória, cobrindo o conflito a partir do que ficou definido como “golpe do Hamas” em 2007. Desta forma, o fim do cessar-fogo, cuja responsabilidade foi repassada ao grupo, permitiu a construção do impasse como fruto dos constantes disparos de mísseis dos palestinos.

Ao se conformar a esta visão sionista de mundo, que criminaliza as próprias vítimas como agressores, a mídia legitimou a construção da agenda de discussão em termos, estritamente, bélicos. Ao mesmo tempo, na medida em que o agressor se transformou em vítima, Israel pôde auferir os ganhos políticos (e a legitimidade) necessários para lançar sua invasão. Por isso, ao mesmo tempo em que a agenda de discussão de todas as etapas anteriores foi determinada por Israel, centrada na expressão de que “Israel tem o direito legítimo de se defender”, os meios para a resolução do conflito também foram escolhidos pelos sionistas. E, no caso, legitimados pelos dois jornais. A condição histórica de possibilidade de resolução das tensões a partir da retirada das tropas e colônias israelenses dos territórios ocupados não foi posta em discussão. Ora, ao construir uma visão de mundo em consonância com a sionista, a imprensa contribuiu para não apenas delimitar o universo de

discussões e saídas políticas fora do âmbito das resoluções da Organização das Nações Unidas (OUN). Como sabemos, especialmente, a resolução 242, exige a retirada de Israel dos territórios ocupados desde 1967. Ao interditar alternativas à saída do conflito que contribuem para a independência palestina, organizando e anexando seu ponto de vista ao de Israel, a mídia não apenas delimitou o universo do politicamente pensável. Ela contribuiu para estabelecer a violência como instrumento perene de resolução de conflitos no Oriente Médio.

Como consequência deste processo, os jornais também contribuíram para a construção do conceito de cessar-fogo sionista, determinado, portanto, pelas condições impostas por Israel. Assim, as causas da guerra – “os constantes ataques do Hamas” – servem de base para a formulação de táticas políticas de estrangulamento de Gaza por meio do bombardeio de seus túneis. Como os túneis sempre foram usados, após o bloqueio econômico de 2006, como arquiteturas subterrâneas de sobrevivência e também para rearmamento, o objetivo de Israel consistia em destruí-los, totalmente. Portanto, ao fazer uso da metonímia negativa, tática que faz com que os túneis sejam signo de contrabando de armas, quando, na verdade, sempre responderam pela própria sobrevivência de Gaza, a mídia legitimou os termos do cessar-fogo. Como bem disseram os jornalistas, reproduzindo Condoleezza Rice, então secretária de Estado de Georg Bush, o cessar-fogo deveria ser “durável”. Neste caso, o interdito repousa sobre o próprio objetivo político, na medida em que a invasão não havia derrubado o Hamas. Desta forma, ao estrangular economicamente ainda mais Gaza e, ao mesmo tempo, impedir o rearmamento do grupo, Israel procurava se livrar do Hamas, considerado – como a Organização para Libertação da Palestina (OLP), um dia – “parceiro ilegítimo” para as negociações.

Os elementos estão interligados. A agenda de segurança, que contribui para a demarcação das discussões em termos de violência, forma a base sobre a qual são definidas as alternativas violentas à violência. Por fim, o resultado consiste na imposição de termos ainda mais violentos à manutenção da própria sobrevivência da população de Gaza, castigada por ter votado errado. A violência é o núcleo semântico pelo qual a mídia, ao partilhar a visão de mundo sionista, vê, percebe e age sobre os conflitos no Oriente Médio. Sob os escombros desta percepção de mundo midiática, que se nutre nas raízes sionistas, a alternativa legítima, calcada na retirada de Israel dos territórios ocupados, é vetada. Ao fazer da violência categoria central do pensamento, a mídia também estabeleceu vetos epistemológicos mais profundos, deslocando as saídas historicamente justas para fora do universo politicamente pensável. Como a resolução 242 e similares são bloqueadas ao acesso público pelo trabalho

despolitizante da mídia, empobrecendo a esfera pública, como espaço privilegiado de debates transparentes, densos e politizantes, o papel da ONU foi, também, deslegitimado. As duas mídias, no caso, operaram no sentido de deslocar a saída política da “guerra” para o Egito, isolando, politicamente, as Nações Unidas. Os jornais, aqui, atuaram lançando mão da posição de Condoleeza Rice, que, ao participar da reunião do Conselho de Segurança, não apenas determinou as condições do cessar-fogo, como elogiou a posição do Egito, cujo plano poderia encarnar a saída mais viável dentro do ponto de vista americano. Os deslocamentos da secretária de Estado foram, por sua vez, fartamente cobertos, trazendo para o campo da visibilidade midiática a figura do Egito como país árabe “moderado”, incumbido de resolver a guerra, dentro de alternativas viáveis (entenda-se, americanas).

Junto a este deslocamento, a mídia definiu o leque de alternativas possíveis e, dentro delas, as viáveis aos interesses americano-israelenses. A ONU, por outro lado, não apenas foi deslegitimada no papel de árbitro de conflitos internacionais e suplantada pelo “moderado” Egito; as Nações Unidas foram, na verdade, alvo de intenso bombardeio objetivo e simbólico. Devido aos ataques a prédios e instalações da organização, a mídia procedeu a um longo expediente de justificativas. A estruturação das táticas de defesa se fez a partir de várias abordagens. Os membros mais altos da cúpula israelense – como Olmer e Barak – foram entrevistados; quando não, suas palavras selecionadas pelos jornalistas, tendo como fonte a Agência Associated Press. Neste sentido, a seleção de trechos do discurso operou para intensificar a posição explicativa de Israel. Ao fazer uso de citações, a mídia legitimou a posição israelense e, neste processo, conseguiu interditar a palavra à própria ONU. A reação de Ban Ki-moon não foi descrita pelo WSJ; seu gesto de “ultraje” foi, rapidamente, pincelado pelo NYT. Por outro lado, a assessoria de imprensa de Israel conseguiu justificar os ataques, acusando a ONU de permitir que “terroristas” se refugiassem em seus prédios. Os ataques foram retratados como um conjunto de sequências bélicas, principiadas pelos “militantes” que disparam das instalações. Como consequência, o exército israelense se viu obrigado a atacar defensivamente. Ocorre, aqui, em plano menor, o mesmo conjunto de táticas que, ao criminalizar o outro, permite a construção do ataque como defesa.

Ao consentir que Israel construa seu ponto de vista sobre os da ONU, partilhando tacitamente das justificativas sionistas, a mídia conferiu à cúpula militar o quase completo monopólio da palavra. Aliás, ao permitir que a assessoria de Israel lançasse mão de estratégias políticas como “A ONU sabe que...”, a visão sionista vetou a posição da vítima, no caso, as Nações Unidas, e sobre ela, determinou a forma de ver, perceber e agir sobre o “acidente”. A

estruturção das táticas político-textuais de censura e deslocamento de conteúdo também pôde ser vista com clareza, quando os ataques de Israel feriram grande número de vítimas. Nos casos mais chocantes, como o ataque à escola da ONU, que matou mais de 30 pessoas, o conteúdo é deslocado da manchete e repassado à linha fina que a secunda logo abaixo. Ao mesmo tempo, o autor do ataque (Israel) é diluído, na medida em que a construção gramatical cria figuras técnicas, como “bombas israelenses”, que substituem o sujeito histórico real, ocultado pelos termos bélicos. A ocultação do sujeito histórico e sua subsequente substituição pelo maquinário do exército contribuem para inserir o “acidente”, dentro da dinâmica da guerra, onde o inesperado sempre acontece. Mas, sobre esta semântica pouco clara, os jornais, ao observar as fontes israelenses, justificam o crime como ataque defensivo em virtude da presença de “terroristas”. A questão jornalística central – a morte de 30 civis não constitui crime contra a humanidade? – é vetada sobre a argumentação seqüencial do “acidente”. Ao articular, continuamente, justificativas, a sedimentação do texto se consolida como visão de mundo sionista legítima.

Há vários casos nos quais a estrutura gramatical leva à ocultação do sujeito histórico real, substituído pela violência do conflito, tais como “Os disparos de mísseis do Hamas levantam questões no Ocidente...”. Ao esconder o fato histórico de que a expressão “no Ocidente” se refere ao pensamento liberal israelense, a frase cria sujeito onisciente que “levanta questões”. Desta forma, ao ocultar o agente histórico parcial e interessado, a reportagem tende a construir de forma neutralizada e, por isso, neutralizante, a visão de mundo mais apropriada (a quem detém o poder). A ocultação do sujeito histórico opera de forma similar ao discurso indireto, estabelecendo a mais profunda identidade de pensamento entre mídia e Sionismo. É sobre esta partilha política profunda, comungada pelo mesmo “nós”, que se opõe a “eles”, que a estrutura do texto informa com pretensa neutralidade, escondendo o roubo de sentido que a torna possível – e eficaz. A eficácia da ocultação está no fato aparentemente banal de que este “nós” não está presente. O sujeito fala pela estrutura gramatical, como se estivesse onisciente, mas sem ser, estrategicamente, visto ou percebido como tal. Sua voz se torna mais uma constância que define a visão de todos, no sentido daqueles que escrevem, daqueles que lêem e das próprias fontes, fechando, epistemologicamente, os elementos no interior de um único bloco de sentido.

A construção do sentido político também se faz por meio do uso de expressões, aparentemente, simples como “guerra”, “incursão”, “batalha” e termos bélicos em geral. Desta forma, a assimetria do conflito é diluída por termos que estabelecem, no texto, o

equilíbrio de força que jamais existiu. Ao operar, interditando a desigualdade, os substantivos – essas instâncias políticas que consideramos neutras e transparentes –, contribuem para definir o conflito. Nesta definição, estão todos os elementos-chaves de controle e domínio sobre os instrumentos de representação mais profundos sobre a realidade objetiva. A invasão se transforma em “guerra”; os ataques em “incursões”; a invasão por terra em “operação por terra”, destacada como a “terceira fase” do conflito. Assim, a descrição é condensada em termos neutros, quando não técnicos, que contribuem para a apreensão neutra do conflito, que não fira o paladar da opinião pública. Por meio deste procedimento, todo o caráter substantivo da invasão – sua inumana violência – é continuamente diluído e inserido em matriz cognitiva neutralizada e culturalmente legítima. Portanto, mais do que tudo, a utilização dos substantivos nos pareceu a forma mais eficiente de controle sobre os sistemas de percepção, visão e apreciação do conflito, na medida em que eles são instrumentos definidores da própria realidade objetiva. São eles que a dividem no ato sócio-político de vê-la. Neste sentido, como fomos ensinados por Bourdieu, todo ato de visão traz consigo divisões de sentido significativas para o controle social. O sistema de classificação, operado pelos jornalistas, é, sobretudo, um sistema de controle e domínio sobre a forma mais legítima de retratar o conflito.

No que tange às diferenças entre as duas coberturas, o WSJ descreveu a invasão seguida de massacre dentro de escopo político diferenciado, que remete à própria inserção do jornal na estrutura da mídia corporativa americana. O enquadramento do conflito, construído pelo jornal republicano, teve como elemento central de cobertura a última guerra entre Israel e Hisbollah, de 2006 e a invasão de 1996, “As Vinhas da Ira”, na qual mais de 150 pessoas morreram em Qana, no sul do Líbano. O elemento central destes conflitos diz respeito à ordem no Oriente Médio. Para o WSJ, as “incursões” foram responsáveis pelo fortalecimento político do Hisbollah. No primeiro caso, o número de mortes em Qana – quase metade crianças – gerou tal clamor internacional que o exército israelense se viu obrigado a deixar o sul do Líbano. Já, em 2006, os guerrilheiros libaneses obtiveram vitória política. Diante deste quadro, o WSJ foi, ao longo da cobertura, conjugando à sua “descrição” dos eventos uma série de análises do conflito que estabeleciam estratégias de saída para Israel. A questão, para a mídia republicana, consistia em obter cessar-fogo que significasse tanto o desarmamento do Hamas quanto seu fracasso político. Para as reportagens do período, a ameaça consistia na vitória política do grupo palestino, em uma reprise dos desdobramentos da vitória do Hisbollah. Neste provável cenário, avaliou o jornal, haveria duas milícias islâmicas e radicais

politicamente poderosas no Oriente Médio.

O ponto central foi quase que totalmente abordado às claras pelo WSJ, mas faltam alguns elementos. A vitória política do Hamas (que não aconteceu) poderia desestabilizar a ordem na região e, em conseqüência, fortalecer ainda mais Síria e, pior, Irã. Portanto, teríamos um panorama político de verdadeiro terror, que deve ter acalentado as noites dos mais fervorosos republicanos na administração Bush. Fortalecimento do “eixo do mal”; enfraquecimento político de Israel e países “moderados”, fato que poderia aumentar ainda mais o poder dos xiitas no Irã que, por sua vez, teriam mais poder de decisão sobre o processo de fragmentação territorial, étnica e política no Iraque. E, ao mesmo tempo, pressão sobre a Arábia Saudita, um dos maiores oponentes dos xiitas no Oriente Médio. Desestabilização política, fortalecimento étnico dos xiitas. O panorama poderia, por fim, culminar com revoltas e sedições que, naturalmente, atingiriam o elemento central, acalentado por Washington, a estabilidade da prospecção, extração, refino e escoamento de petróleo para o mercado americano e europeu. A vitória do Hamas, reprisando a do Hisbollah, poderia gerar efeito em cadeia, cujas conseqüências atingiriam a estabilidade da região, repercutindo no preço do barril de petróleo. Com isso, os mercados liberais ocidentais seriam atingidos, desestabilizando, não apenas o marketing, mas o próprio sistema financeiro do capitalismo liberal. Foi sobre este grande temor que o WSJ reportou o conflito no Oriente Médio e, incansavelmente, forneceu dicas para a conclusão mais rápida possível da “guerra”. É neste sentido que pode ser compreendida a preocupação constante com a invasão por terra, fato que poderia trazer à tona o fantasma de Qana, com suas mortes, clamor público e perda de legitimidade para a “incursão”.

Ao mesmo tempo, a construção da imagem do Hamas como “terrorista” foi vinculada aos constantes disparos de mísseis e à sua criminalização pelo fim do cessar-fogo. O uso de fontes oficiais não identificadas, neste caso, contribuiu para reforçar ainda mais a concepção do Hamas como violento, irascível e determinado a fazer da vida dos habitantes do sul de Israel um verdadeiro inferno. Dentro desta construção de violência, anexada, definitivamente, ao Hamas, o WSJ ainda concentrou seu enfoque na necessidade de destruição dos túneis, vistos como pivô dos ataques. Síria e Irã foram retratados como os dois países que, por armarem os “militantes”, estariam contribuindo para a desestabilização da região. Do ponto de vista da construção política, as duas nações foram, também, criminalizadas e, por isso, inseridas, mais uma vez, no “Eixo do Mal”. A expressão, naturalmente, implica que o ponto de enunciação e definição do “mal” fica a cargo dos

Estados Unidos. Por construir a imagem do conflito como baseada na violência constante dos “militantes”, a legitimação do jornal às operações de invasão de Israel implicava o uso das mesmas estratégias. O WSJ somente apresentou críticas, avaliando a hipótese de que o aumento das mortes pudesse acarretar conseqüências danosas para o equilíbrio da região. Portanto, o número de assassinatos foi usado como elemento que, dependendo de sua extensão, poderia acarretar danos às relações entre Estados Unidos e Israel. O massacre, neste ponto, é comutado em estorvo estatístico que pode ferir a ordem do Oriente Médio ao ferir os laços entre as potências amigas. Qana, como argumento contábil sobre mortes, não havia sido esquecida.

Já o NYT construiu cobertura mais complexa, apesar de lançar mão dos mesmos expedientes, como o enquadramento causal determinado pelos ataques dos mísseis do Hamas e pelo contrabando de armas. No entanto, o veículo dos democratas retratou o Hamas não apenas como ameaça bélica, identificando os mísseis como elemento central do conflito. Na base da elaboração do conflito, houve uma série de táticas de sentido mais sutil, lógicas e, por isso, duradouras. O Hamas foi concebido não apenas como atentado à paz dos habitantes do sul de Israel, mas como ameaça à própria existência do país. O ponto semântico sobre o qual a guerra passa a ser pensada, sem se desvincular do substrato básico elementar (mísseis e túneis), representa o conflito em termos de perigo existencial. Não é a paz das comunidades. É o próprio ser de Israel no tempo e no espaço, que está em perigo permanente, tendo em vista o objetivo maior do grupo – destruir Israel. Dentro deste processo de reconstrução das premissas que norteiam todas as causas maiores do conflito, uma das reportagens apontou os imperativos ético-morais de Israel. Haveria, nesta perspectiva, os judeus e a “filosofia imoral” do Islã, que cumpriria a Israel vencer, já que se trata de um “jogo de soma zero”. Em outras palavras, o conflito entre os dois lados implica que, em algum momento, um dos dois contendores terá de aniquilar o outro. A existência, portanto, de Israel fica indexada à necessidade “existencial” de destruir o Hamas e, por extensão, os palestinos. A modalidade de pensamento “soma zero” determina que a parte mais poderosa destrua o oponente. A existência de um tem como condição de possibilidade da destruição do outro.

A reportagem, embora chocante, parece não ter sido mais do que o limite condenável até onde a cobertura dos democratas poderia chegar. Grosso modo, o enquadramento do NYT articulou o substrato básico dos mísseis e túneis à mais complexa questão do Hamas enquanto ameaça à Israel. Portanto, o caráter existencial do Estado que se quer judeu foi um dos horizontes de análise e reportagem do conflito, aspecto que se conjugou

à legitimidade dos israelenses de se defenderem dos mísseis. Ao diluir todo o contexto histórico anterior, que levou ao fim do cessar-fogo de seis meses – rompido por Israel e não pelo Hamas -, o jornal procedeu à transformação clássica: o agressor passa a ser vítima. Após esta comutação de sentido, uma das táticas mais poderosas de construção do conflito, Israel é, então, representado como nação acuada. Sem ter outra opção que não defender-se, o ataque se torna não apenas a única solução, mas a solução legítima. Portanto, a construção de toda cadeia de legitimidade é alavancada, primeiro, pela determinação da causalidade, deslocada para o Hamas. Processo que somente pode ser produzido por meio da mutilação da memória política. Segundo, pela construção de uma situação que comute Israel, agora, em vítima, tática que adquire grande intensidade por meio das reportagens que cobrem a reação das vítimas “aterrorizadas” pelos mísseis. Construída a situação de assimetria (em favor de Israel), a cúpula militar obtém, por esse longo processo de roubo de conexões históricas, mentiras, inversões, mutilações e distorções, a legitimidade para atacar. O fruto desta cadeia causal, feita também pelo WSJ, com menor densidade, é que Israel está no espaço político destinado aos poderosos – a dimensão que permite o uso da força, concebida como legítima, defensiva e justa. O ataque defensivo é o corolário sionista às guerras justas. Michael Walzer venceu.

O NYT, também, selecionou posturas do então candidato Obama, que apontavam para seu apoio explícito a Israel. Nas falas escolhidas e reproduzidas, Obama sustentava que Israel tinha direito de se defender dos mísseis. Ao introduzir tais categorias analíticas, referentes às posições do candidato, o jornal democrata contribuiu para construir na esfera pública midiática o âmbito político dentro do qual o agora presidente pode atuar. Ao remeter às promessas, posições, falas e posturas anteriores, o NYT parece ter buscado “lembrar” o presidente de tudo aquilo com o que havia se comprometido na campanha. Portanto, muito mais do que com Obama, o que também estava em jogo na cobertura do jornal foi a construção da zona política dentro da qual qualquer presidente deveria orbitar em se tratando de Oriente Médio. É dentro desta lógica maior de coerência e comprometimento com a ordem na região, estabelecida no pós-Yalta, e que integrou tanto democratas quanto republicanos, que as categorias podem ser analisadas.

Trata-se de domínio do Oriente Médio, tarefa que não pode ser efetivada sem a conexão Israel. Os pontos fundamentais dizem respeito à mídia enquanto corporação inserida no mercado capitalista, mercado esse que, para se manter, precisa dos recursos oriundos daquela região. Como estes elementos estão todos interligados, a visão de mundo da mídia americana reflete a de grupos sionistas que, devido à consonância de seus interesses às das

corporações americanas, podem construir, tacitamente, a mesma imagem do Oriente Médio. Em palavras mais claras, a construção da visão de mundo sionista somente pode ser entendida tendo em vista os interesses americanos na região mais rica em petróleo do mundo, cujo recurso é responsável, em grande parte, pela manutenção de toda estrutura econômica, financeira e mercantil das economias liberais. Devemos, aqui, entender o processo de produção da representação das guerras como elemento central para a manutenção da hierarquia intrínseca ao sistema-mundo. Os países avançados somente poderão manter sua hegemonia com o petróleo do Oriente Médio. Após 1967, os americanos perceberam, claramente, as vantagens de Israel como armada bélica cravada em solo muçulmano, com poder suficiente para vencer os mais poderosos exércitos árabes. O poderio de Israel, grosso modo, pode ser visto como o instrumento hegemônico americano mais poderoso de ordenamento da ordem no Oriente Médio.

É a partir desta tácita aliança política, perpassada, por outro lado, por um complexo jogo de identificações onde os liberais americanos se vêem nos judeus empreendedores e vice-versa, que a cobertura da mídia deve ser avaliada. Como a hierarquia do sistema-mundo somente se mantém em função da hegemonia das potências dominantes que, para isso, contam com a formulação de conceitos que se naturalizam, o papel da mídia internacional se torna prioritário. É ela a responsável pela conformação do universo do politicamente pensável e aceitável, naturalizando nossas visões de mundo sobre a realidade objetiva. Ao fornecer aos cidadãos da esfera pública internacional, categorias de pensamento, que são reconstruções da realidade, ideologicamente construída, a mídia define o espaço cognitivo dentro do qual a dimensão política será travada, pensada e questionada. No interior deste jogo hegemônico, o Sionismo pode ser visto como a visão de mundo que, a serviço dos interesses dominantes americanos, serve os interesses de Israel. O Sionismo, na mídia, é neste sentido, fruto da conexão de interesses históricos, econômicos, financeiros e, intrinsecamente, ideológicos da conexão americano-israelense. Por meio dela, Israel continua exercendo seu peso no desequilíbrio da balança de poder do Oriente Médio em seu benefício e, por isso, em benefício das administrações americanas. Sob este aspecto, o Sionismo da mídia é o fruto complexo desta rede tentacular, que pôde construir Israel como armada de guerra, responsável, muitas vezes, pela conformação de outras regiões do planeta. Os acordos israelenses com as ditaduras da América Central, substituindo o papel dos Estados Unidos como fornecedor de armas ou o apoio da cúpula israelense à invasão de África do Sul à África negra. Como “máquina de guerra” – feliz termo de Gilles Deleuze -, inserida no ponto

estratégico central do sistema-mundo, Israel comunga de privilégios e garantias. Ao armar países árabes “moderados”, como um dia havia armado as ditaduras africanas e central-americanas, Israel ainda desempenha papel central no mercado internacional de armamentos. Na medida em que sua economia é conformada, em grande medida pela indústria bélica, Israel não apenas compra, transfere e fornece armas, mas também as testa e revende.

Dentro disto, a relação entre Israel e Estados Unidos, corporações de petróleo, multinacionais, em geral, e corporações midiáticas pode ser vista como a construção de um grande e complexo bloco hegemônico no interior do sistema-mundo. A idéia central é a de cadeia mercantil internacional, que determina ciclos sistêmicos de acumulação determinados pela dinâmica do sistema. É o poder das potências e seus respectivos regimes de acumulação legitimados pela visão de mundo das corporações midiáticas que está na base da manutenção deste todo. Para os propósitos deste trabalho, é fundamental compreendermos a mídia na sua inserção específica na estrutura sócio-econômica do capitalismo liberal. Tendo em vista esta inserção, os meios de comunicação desempenham o papel de deformadores do campo do politicamente pensável. Por isso, contribuem para a regulação e controle populacionais, pois criam agendas de discussão, concepção e visão do mundo. No caso presente, a construção da agenda de segurança foi um dos elementos chave para a limitação das discussões da guerra dentro da perspectiva sionista. Deste modo, ao contribuir para controlar populações por meio do controle de seu comportamento, em geral, e no caso da “guerra”, conformando visões de mundo por meio da raça, a mídia operou como tecnologia de biopoder. O que está em jogo é a construção de visão de mundo que, no limite, permita a construção de Israel como Estado etnicamente puro, elemento central do Sionismo, do qual já fizemos a genealogia. Especialmente o WSJ, lançou mão diversas vezes de metonímias para Jerusalém, concebida como signo de Israel, definido, insistentemente, como “Estado judeu”. O uso do termo designativo aliado à sua insistência não deixa dúvidas sobre a concepção da mídia republicana. Já o NYT procurou operar por meio da elaboração de dicotomias binárias, enfatizando as diferenças entre judeus e não judeus quanto às concepções de guerra. Esta divisão, por outro lado, parece ter auxiliado à clássica percepção de que os judeus são eternas vítimas do mundo e que, somente os filhos da diáspora, são capazes de se compreenderem.

O ponto chave, porém, é que a mídia atua, construindo uma visão de mundo, cuja base semântica traz consigo todos os elementos racistas, implicados nas concepções dos primeiros sionistas. Ao fazer de sua cobertura estratégia determinada pela raça como elemento valorativo, os dois jornais americanos contribuíram para a consolidação das separações

determinadas pelas visões racistas de mundo. Por meio delas, as partes em conflito não podem mais ver a humanidade do outro – não esquecendo que o próprio radicalismo palestino pode ser compreendido historicamente como resposta às políticas unilaterais de Israel. Desta forma, a mídia, ao reproduzir e reconstruir o Sionismo, duplicou o racismo, chancelando, simbolicamente, o veredicto do opressor. No caso da “guerra” de Gaza, grande parte das reportagens não apenas operou como mecanismo de biopoder em virtude de sua cobertura racista, conformando comportamentos sociais determinados pelo Sionismo. A biopolítica, aqui, atuou para legitimar os mecanismos homicidas de Israel. Os jornais também selecionaram e, por isso, criaram efeitos no real no que diz respeito ao medo da população judaica, representada como vítima oprimida por inimigo determinado a exterminá-la. Os palestinos, por outro lado, foram transformados em massas de refugiados em seu próprio território. Massas, números, drama. Quando a palavra política foi dada aos habitantes de Gaza, a sentença posterior, enquanto operador de nulificação do sentido do discurso precedente, se incumbiu de vetar toda sua crítica. A luta pela gestão das massas e pelo controle do sentido, no caso, se deu tanto pelo medo a que a população israelense foi submetida, quanto pelos clichês de ódio e racismo, até atingirem, no caso do NYT, os píncaros da lógica ético-moral da filosofia burguesa.

Como a guerra se transforma em horizonte permanente, a máquina de guerra de Israel se incumbiu também de agenciar e comutar técnicas de propaganda, especialmente desenvolvidas para conformar as coberturas. Um grupo de assessores de imprensa credenciados se incumbiu de expressar as visões de mundo israelenses e impedir o fiasco político que culminou com a vitória simbólica do Hisbolah, na “guerra” de 2006. No caso de Gaza, as estratégias de Israel se mostraram mais aptas a monopolizar as frases e combater, especialmente, as visões da ONU, muitas vezes usando o discurso conservador de outra agência internacional, a Cruz Vermelha. A descentralização do aparato de propaganda israelense fez jus a qualquer campanha política moderna, inclusive, fazendo uso de incursões privilegiadas – com jornalistas escolhidos – ao território palestino. Desta forma, como tática de controle, as técnicas de propaganda foram transferidas à guerra, atuando como filtro selecionador, modalidade catalisadora de informações e vetor de bloqueio informativo a críticas anti-sionistas.

A visão de mundo daí construída foi a palavra do opressor. Com isto, as coberturas foram capazes de reproduzir a conexão americano-israelense com impressionante capacidade. Gaza foi transformada em território de terroristas cujo único objetivo era destruir

a existência de Israel. A realidade histórica, porém, era outra. Gaza foi objeto de um violento e sórdido jogo de poder que pôde lançar mão dos mecanismos de assassinio em massa como castigo social à população que ousou votar no grupo que não admitira se curvar às exigências de Israel. Além do mais, ao dominar, completamente, a faixa de terra, a partir da vitória do Hamas, em 2006, Israel controlou Gaza, desde então, por terra, água e ar. Neste caso, os dispositivos de esquadramento, estudados por Foucault, podem ser encontrados nas vistorias, checagens e fiscalização individualizante das passagens, onde poucos podem transitar. A massa de Gaza é recortada nos indivíduos estigmatizados da mesma forma que o território palestino foi, ao longo dos últimos anos, especialmente, após Oslo, fragmentado em rincões, trincheiras e pequenas vilas. A microfísica do poder israelense foi eficaz na medida em que operou por meio da política do detalhe, intensificando os efeitos de seu sistema de funcionalidades. Fragmentada no seu território, onde pululam colônias invasoras, postos militares e grandes rodovias, a Palestina – eis o legado de Oslo! – foi imobilizada pelas infinitas estratégias israelense em favor de algo que nunca houve, “o processo de paz”. Ironicamente, as estratégias de Israel se converteram no tear de Penélope, um permanente arдил em busca de uma paz que, cada vez mais, parece mais distante. Embora, cada vez mais, mais terras sejam conquistadas.

Diante da fragmentação territorial, o horizonte de construção de soberania palestina, ou seja, de verdadeira independência Palestina de seu jugo colonial perdeu todo sentido prático. A realidade das políticas de controle israelense é inquestionável. As guerras ampliam o território externamente; as colônias o comem nas suas entranhas. Dispersão externa; absorção interna. Ao mesmo tempo, as políticas de Sharon determinaram uma nova configuração geopolítica da Palestina, dividida em dois grandes territórios, onde os administráveis permanecem na Cisjordânia enquanto os mais radicais foram direcionados a Gaza. A estratégia de retirada de judeus de Gaza, em 2005, levada a cabo por Sharon, pode ser vista como a reconfiguração de todo este processo geopolítico e o início da construção da maior prisão a céu aberto do mundo. Não nos esqueçamos que a partir do segundo semestre de 2002, logo após o massacre de Jenin, Israel se incumbiu de expulsar as famílias de suicidas para Gaza, procedendo a uma verdadeira reengenharia populacional. O poder regulamentador biopolítico, determinado pela raça, as estratégias de esquadramento individualizante (que também absorvem território) e o direito de decretar guerras permanecem ligados no destino de Gaza.

Todos estes elementos históricos foram interditados pela cobertura da mídia.

Podemos, aqui, chamá-los de interditos externos ao discurso. A grande eficácia da cobertura da mídia se deu no sentido de evitar que as conexões históricas fossem feitas. Uma das estratégias mais elementares de construção da imagem do conflito, nos dois jornais, consistiu no apelo ao “golpe” de 2007. Como sabemos, o que houve neste ano foi a tentativa de golpe – mas de Israel e companhia, o que culminou com uma sangrenta guerra civil. No entanto, o que houve foi o veto à Memória Histórica já que as eleições de 2006, vencidas pelo Hamas, foram censuradas. O processo de censura política parece consistir, primeiro, na deslegitimação do vencedor para, depois de certo tempo, proceder à sua censura permanente. Deste modo, o horizonte político deixa de ser o pleito legítimo para se converter no “golpe”. Em seguida, o cessar-fogo teria sido rompido pelo Hamas e, ao mesmo tempo, o bloqueio escamoteado de sua violência histórica. Por todos estes fatores, a cobertura da mídia foi o elemento central de comutação de sentido que permitiu com que as vítimas se transformassem em agressores e os agressores em vítimas.

O resultado geral deste complexo processo é a construção do Cenário de Representação Política (CR-P) determinado pela relação americano-israelense que forneceu todos os elementos para a discussão do conflito. O Sionismo, partilhado pela mídia, determinou um cenário dicotômico e essencialista, que ontologizou a figura dos palestinos como “terroristas” e irascíveis. Ao mesmo tempo, esta matriz política diluiu do CR-P toda sua dimensão histórica objetiva, conformada pela vitória legítima do Hamas e sua tentativa de luta pela independência de Israel. No seu lugar, os meios de comunicação americanos estudados criaram uma “nova história” que seleciona e mutila tanto fatos quanto idéias em busca de uma representação conivente com os interesses de poder sionistas que, grosso modo, são os americanos. Neste sentido, os jornais, enquanto armas políticas que trabalham e se inscrevem em subjetividades, foram determinantes para a construção de um Cenário de Representação Política que encarnou o veredicto do opressor. Sua eficiência se deu, em grande parte, devido à criminalização do Hamas como “grupo terrorista”. Esta operação, a exemplo dos escândalos nas sociedades liberais, tem o poder de drenar o capital simbólico do agente social vitimizado e, portanto, diluir seu capital político na arena internacional. Deslegitimando o Hamas pelos mecanismos da criminalização, a mídia contribuiu para a fabricação de novos sentidos políticos (dentro da agenda de Israel). A guerra, portanto, é também um conflito sobre a capacidade de dominar subjetividades. Um conflito sobre a anulação da Memória Política e possíveis futuros. No caso palestino, o que ainda continua em jogo é a construção da Utopia que torne possível a independência deste povo de uma das maiores potências mundiais – em

uma das últimas guerras coloniais do planeta. A mídia, ao proceder a tamanhas mutilações, rapacidades, seleções, censuras, silêncios, comutações, atrocidades e crimes de lesa-humanidade, não está contribuindo para nada no caminho desta libertação.

6- Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. & HORKHEIMER, M. (1985), **A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas**. In: A Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editó.

AGAMBEN, G. (2007), **O Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte, Editora UFMG.

AJANA, B. (2005) **Surveillance and Biopolitics**. In: *Electronic journal of sociology*. Vol.7, 2005. Disponível em: <http://www.sociology.org/content/2005/tier1/ajana_biopolitics.pdf>. Acesso em: 05 out. 2008.

ARBEX, J. (2002), **Terror e Esperança na Palestina**. São Paulo, Casa Amarela.

ARON, R. (2002), **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo, Universidade Editoria & Francisco Alves.

BAGDIKIAN, B. H. (1993), **O Monopólio da Mídia**. São Paulo, Scritta Editorial.

BONNEWITZ, P. (2003), **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, Editora Vozes.

BORDIEU, P. (1990), **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense.

_____. (1999), **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo, Editora Perspectiva.

_____. (2000), **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CASTELLS, M. (1999), **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra.

CHAMPAGNE, P. (1998), **Formar a Opinião: o novo jogo político**. Petrópolis, Editora Vozes.

CLAUSEWITZ, C. V. (1979), **Da Guerra**. Brasília, Editora UnB.

CHOMSKY, N. (1999), **Fateful Triangle. The United States, Israel and the Palestinians**. Londres, Pluto Press.

DAHLGREN, P. (2000), **Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media**. London, SAGE Publications.

DELEUZE, G. (1990), **Post-Scriptum sobre las sociedades de control**. Polis Revista de La Universidad Bolivariana, Santiago (Chile).

FIGUEIREDO, M. (2000), **Mídia, Mercado de Informação e Opinião Pública**. Informação e Democracia. Rio de Janeiro, Editora da UERJ. p.39-46

FISK, R. (2007), **A Grande Guerra pela Civilização: a Conquista do Oriente Médio**. São Paulo, Editora Planeta do Brasi.

- FOUCAULT, M. (1999), **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____. (2008), **Segurança, Território e População**. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2002), **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2008), **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2004), **Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão**. Petrópolis, Editora Vozes.
- _____. (2000), **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1996), **A Ordem do Discurso**. São Paulo, Editora Loyola.
- FUSER, I. (2008), **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo, Editora Unesp.
- GRAMSCI, A. (1978), **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HABERMAS, J. (1997), **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**, vol. 2. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1984), **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- JOHNSON, S. (1997), **Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- KELNER, D. (2001), **A Cultura da Mídia: Identidade Política entre o Moderno e o Pós-moderno**. Bauru, Edusc.
- KLAIRE, M. (2005), **Blood and Oil: How America's thirst for petrol is killing us**. London: Penguin Books.
- KINZER, S. (2003), **All the Shah's men: an American Coup and the roots of Middle East Terror**. New Jersey, John Wiley & Sons.
- KISSINGER, H. (2001), **A Diplomacia das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Universidade Editoria & Francisco Alves.
- LAZZARATO, M. (2006) From Biopower to Biopolitics. In: *Tailoring biotechnologies*, Vol. 2, Issue 2, Summer-Fall, p. 11-20.
- LARRINAGA, M.; DOUCET, M. (2008), **Sovereign Power and the Biopolitics of Human Security**. In: *Security dialogue*. Vol. 39, nº 5, p. 517-537.
- LIMA, V. (2001), **Mídia: Teoria e Política**. São Paulo, Editora Perseu Abramo.
- MASSAD, J. <http://electronicintifada.net/v2/article11034.shtml>

MENDIETA, E. (2005) **To make live and to let die: Foucault on Racism**. In: MEETING OF THE FOUCAULT CIRCLE. Chicago , 25 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.stonybrook.edu/philosophy/faculty/emendieta/articles/foucault.pdf> >. Acesso em: 05 out. 2008.

MIGUEL, L. F. (2003), **Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002**. Política e Sociedade, Revista de Sociologia Política, Florianópolis, Cidade Futura. n. 2. p.41-65.

_____. (2003), **A Eleição Visível: A Rede Globo descobre a Política em 2002**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 2. p.289-310.

MORGENTHAU, H. (2003), **A Política entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

OSÓRIO, J. (2006), **Biopoder y Biocapital: El Trabajador como Moderno Homo Sacer**. Argumentos, ano/vol. 19. n.52. p.77-98. Universidad Autonoma Metropolitana.

PORTO, M. P. (2003), **Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante**. Política e Sociedade, Revista de Sociologia Política, n. 2. Florianópolis, Cidade Futura. p.67-108

RABINOW, P. ROSE, N. (2003) **Thoughts on the concept of biopower today**. Disponível em:<<http://www.lse.ac.uk/collections/sociology/pdf/RabinowandRose-BiopowerToday03.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2008.

REINHART, T. (2001), **Israel/Palestine: How to end the war of 1948**. New York, Seven Stories Press.

RUBIN, A. A. **Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia**. Opinião Pública. Campinas, Unicamp/Cesop. Vol. 7. n. 2.

SAID, E. (1979), **The Question of Palestine**. New York, Vintage Books.

_____. (2007), **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia de Bolso.

SALGADO, G. (2009), **Mídia, Espaço Público e a Questão da Subjetividade**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT Estado e Sociedade na Modernidade Atual. Rio de Janeiro.

SANTOS, L. G. dos. (2003), **Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo, Editora 34.

THOMPSON, J. (2002), **O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia**. Petrópolis, Vozes.

VIRILIO, P. (1994), **A Máquina de Visão**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.

WALLERSTEIN, I. (2007), **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo, Boitempo.

_____. (1996), **Análise dos Sistemas Mundiais**. In: Teoria Social Hoje. Giddens, A. & Turner, J. (Orgs.). São Paulo, Editora Unesp.

WALZER, M. (2003), **Guerras Justas e Injustas: uma Argumentação Moral com Argumentos Históricos**. São Paulo, Martins.

WOLF, M. (1995), **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Editora Presença.

Periódicos

Wall Street Journal

Battle Moves Deeper into Gaza City for the Third Day – 14, janeiro de 2009 (disponível pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123186758734177759.html>

Bush Asserts Israel's Right to Defend – 3 janeiro de 2009 (pasta on line 23)

http://blogs.wsj.com/washwire/2009/01/03/bush-asserts-israels-right-to-defense/?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed%3A+wsj%2Fwashwire%2Ffeed+%28WSJ.com%3A+Washington+Wire%29

Egypt is Caught in Border Dilema – 5 de janeiro de 2009 (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123110233497651959.html>

Israel Kills Hamas Security Chief, Hits UN site – 16 janeiro de 2009 (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123110233497651959.html>

Israel Presses Gaza Attacks as Hamas steps up Response – 30 de dezembro de 2008 (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123053882519939127.html>

Israel Resumes Gaza Assault after Break for Aid - 8 de Janeiro de 2009 (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123132281275160533.html>

Israel Signals New Readiness to end Gaza Offensive – 17 de janeiro (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123212394635290635.html>

Israeli troops cross Gaza Border – 4 de janeiro de 2009 (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123099142102451303.html>

US Backs Egypt's Plan for a Cease-Fire in Gaza – 7 de janeiro (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123125224214857269.html>

Israel, Hamas Ignores UN Resolution calling for Cease-fire in 14-Day Conflict – 11 de janeiro de 2009 (pasta on line 24)

<http://online.wsj.com/article/SB123148888823967717.html>

Israel to Halt Offensive in Gazan Strip – 18 de janeiro de 2009 (pasta on line 23)

<http://online.wsj.com/article/SB123148888823967717.html>

Public Outrage Gives Iran's Hard-Lines a Political Boost – 5 de janeiro de 2009 (pasta on line 23)

- <http://online.wsj.com/article/SB123148888823967717.html>

Israel Airstrike continue for Fourth Day – 30 de dezembro (pasta on line 24)

Israeli Ground-invasion threat looms in Gaza – 3 de janeiro de 2009 (pasta on line 24)

14 http://online.wsj.com/article/SB123088767368548829.html?mod=fox_australian

Palestinians need Israel to win – 29 de dezembro (pasta on line 24)

<http://online.wsj.com/article/SB123051182944538487.html>

New York Times

As Israeli Bombing stops, Gazans get busy rebuilding damaged Tunnels – 23 de janeiro de 2009 (pasta NYT 21)

<http://www.nytimes.com/2009/01/24/world/middleeast/24gaza.html>

Israel Shells UN site in Gaza, drawing fresh condemnation – 15 de janeiro de 2009 (pasta NYT 21)

<http://www.nytimes.com/2009/01/16/world/middleeast/16mideast.html>

http://www.nytimes.com/2009/01/16/world/middleeast/16mideast.html?_r=1&pagewanted=2

Rebuilding begins upon a wobbly truce – 18 de janeiro de 2009 (pasta NYT 21)

<http://www.nytimes.com/2009/01/19/world/middleeast/19mideast.html>

Israel rejects Cease-fire, but offers Gaza Aid – 31 de dezembro de 2008 (pasta on line 21)

<http://www.nytimes.com/2009/01/01/world/middleeast/01mideast.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/01/world/middleeast/01mideast.html?pagewanted=2>

Israeli Troops launch Attack on Gaza – 3 de janeiro de 2009 (pasta on line 21)

<http://www.nytimes.com/2009/01/04/world/middleeast/04mideast.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/04/world/middleeast/04mideast.html?pagewanted=2>

Gazan Doctor and Peace Advocate loses 3 daughters to Israeli Fire and asks why – 17 de janeiro de 2009 (pasta NYT 22)

<http://www.nytimes.com/2009/01/18/world/middleeast/18doctor.html>

Israel declares Cease-fire; Hamas says it will Fight on – 17 de janeiro de 2009 (pasta NYT 22)

<http://www.nytimes.com/2009/01/18/world/middleeast/18mideast.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/18/world/middleeast/18mideast.html?pagewanted=2>

Shocked and grieving Gazans find Bodies under the rubble of Homes – 18 de janeiro de 2009 (pasta NYT 22)

<http://www.nytimes.com/2009/01/19/world/middleeast/19gaza.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/19/world/middleeast/19gaza.html?pagewanted=2>

Israel Issues an Appeal to Palestinians in Gaza – 25 de dezembro de 2008 (pasta NYT 23)

<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9C02E7D81330F935A15751C1A96E9C8B63&scp=6&sq=gaza&st=nyt>

Israel say Strikes against Hamas will continue – 27 de dezembro de 2008 (pasta NYT 23)

<http://www.nytimes.com/2008/12/28/world/middleeast/28mideast.html>

White House puts Onus on Hamas to end Violence – 27 de dezembro de 2008 (pasta NYT 23)

<http://www.nytimes.com/2008/12/28/world/middleeast/28diplo.html>

As Troops enters Gazaq City, Israel sees an Opening – 11 de janeiro de 2009 (pasta NYT 24)

<http://www.nytimes.com/2009/01/12/world/middleeast/12mideast.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/12/world/middleeast/12mideast.html?pagewanted=2>

Egypt cites Progress toward Truce as Gaza toll excedees 1,000 – 14 de janeiro de janeiro 2009 (pasta NYT 24) <http://www.nytimes.com/2009/01/15/world/middleeast/15mideast.html>

Israelis united on Gaza War as Censure rises abroad – 12 de janeiro de 2009 (pasta NYT 24)

<http://www.nytimes.com/2009/01/13/world/middleeast/13israel.html><http://www.nytimes.com/2009/01/13/world/middleeast/13israel.html?pagewanted=2>

Outcry erupts over reports that Israel used phosphorus arms – 21 de janeiro de 2009 (pasta NYT 24)

<http://www.nytimes.com/2009/01/22/world/middleeast/22phosphorus.html>

Gaza Rocket Fire intensifies – 24 de dezembro (pasta NYT 23)

<http://www.nytimes.com/2009/01/22/world/middleeast/22phosphorus.html>

Israel Strike hits UN building in Gaza Strip (pasta NTY 24)

<http://www.nytimes.com/2009/01/16/world/middleeast/16mideast.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/16/world/middleeast/16mideast.html?pagewanted=2>

Israel lets reporters see devastated Gaza site and image of a confident military – 16 de janeiro (pasta NYT 26)

<http://www.nytimes.com/2009/01/16/world/middleeast/16gaza.html?ref=middleeast>

Warnings not enough for Gaza families – 5 de janeiro de 2009 (pasta NYT 31)

<http://www.nytimes.com/2009/01/06/world/middleeast/06scene.html>

Israelis honor fallen soldiers while seeing the Gaza Campaign as justified – 8 de janeiro de 2009 (pasta NYT 31)

<http://www.nytimes.com/2009/01/08/world/middleeast/08israel.html>

Israeli Shells kill 40 at Gaza UN school – 6 de janeiro (pasta NYT 31)

<http://www.nytimes.com/2009/01/07/world/middleeast/07mideast.html>

Israel strike kills at least 30 refugees near UN school in Gaza – 6 de janeiro (pasta NYT 31)

www.nytimes.com/2009/01/07/world/middleeast/07mideast.html?pagewanted=2

Israel deeper Gaza Incursion as toll mounts – 5 de janeiro de 2009 (past NYT 31)

<http://www.nytimes.com/2009/01/06/world/africa/06iht-mideast.2.19123592.html>

<http://www.nytimes.com/2009/01/06/world/africa/06iht-mideast.2.19123592.html?pagewanted=2>

Documentos

GOLDSTONE, R. (2009) **Report f the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict.**

Disponível: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/specialesession/9/docs/UNFFMGC_Report.pdf

DE SOTO, A. (2007) **End of Mission Report.** disponível: <http://image.guardian.co.uk/sys-files/Guardian/documents/2007/06/12/DeSotoReport.pdf>